

MARE NOSTRUM

Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo

Ano 2013

Número 4

ISSN: 2177-4218

Uma publicação do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e o Mediterrâneo Antigo - Universidade de São Paulo

MARE NOSTRUM.
ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO
2013, NÚMERO 04

ISSN 2177-4218

Sumário

I. Editorial	iv
---------------------------	----

II. Artigos

1. Processos de Integração e Desintegração na Grécia no Final da Idade do Bronze e Início da Idade do Ferro (1300 a 800 a.C.) <i>Juliana Caldeira Monzani</i>	1
2. Os Estudos Demóticos e a Possibilidade de uma Nova Egíptologia <i>Thais Rocha da Silva</i>	22
3. Plínio, o Jovem, e suas Atividades Administrativas e Jurídicas: a Formação de uma Carreira Política durante o Principado Romano <i>Dominique Monge Rodrigues de Souza</i>	44
4. O Processo de Legitimação e Reconhecimento do Priscilianismo na Segunda Metade do Século IV <i>Danilo Medeiros Gazzotti</i>	67
5. Ânforas Panatenaicas e Paisagens Estruturais <i>Gilberto da Silva Francisco</i>	81

III. Debate

1. Entre a República e o Império: Apontamentos sobre a Amplitude desta Fronteira <i>Fábio Fav ersani</i>	100
2. Comentário ao artigo de Fábio Fav ersani intitulado “Entre a República e o Império: Apontamentos sobre a Amplitude desta Fronteira” <i>Alexandre Agnolon</i>	112
3. Comentário a “Entre a República e o Império: Apontamentos sobre a Amplitude desta Fronteira”, de Fábio Fav ersani <i>Fábio Duarte Joly</i>	115
4. Implementando Apontamentos à Tenuíssima Divisa entre República e Império Romano <i>Paulo Martins</i>	118
5. Comentário <i>Rafael da Costa Campos</i>	126
6. Comentário Crítico sobre o texto “Entre a República e o Império: Apontamentos sobre a Amplitude desta Fronteira”, de Fábio Fav ersani <i>Juliana Bastos Marques</i>	132
7. Commento a Fábio Fav ersani <i>Guido Clemente</i>	139
8. Entre a República e o Império: Multiplicidade de Fronteiras <i>Fábio Fav ersani</i>	146

IV. Resenhas

1. Helena Amália Papa. A Contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico (séc. IV d.C.): uma Análise Político Religiosa <i>Pedro Luís de Toledo Piza</i>	153
2. Paul Zanker. Arte Romana <i>Fábio Augusto Morales</i>	163
3. Hermann Genz e Dirk Paul Mielke (Orgs.). Insights Into Hittite History and Archaeology <i>Anita Fattori</i>	170
4. M. Congiu; C. Micciché e S. Modeo (Eds.). Dal Mito alla Storia: La Sicilia nell'Archaologia di Tucídide <i>Paolo Daniele Scirpo</i>	175
5. Carl. J Richard. Why We're all Romans: the Roman Contribution to the Western World <i>Gilberto da Silva Francisco</i>	182
6. Norberto Luiz Guarinello. História Antiga <i>Fábio Duarte Joly</i>	192

I - Editorial

O Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR), que é um laboratório de âmbito nacional, foi criado em meados de 2008 com o intuito de estimular as pesquisas em Antiguidade, principalmente aquelas relacionadas ao Império Romano. O LEIR-MA-USP (Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo), que possui como especificidade a presença de membros que realizam pesquisas sobre temas para além dos relacionados à Roma antiga, responsável pela criação da Revista *Mare Nostrum*, sempre procurou estimular o debate de ideias e a discussão na pesquisa acadêmica. Seus colóquios, sempre que possível, buscavam criar espaços de crítica que pudessem auxiliar os pesquisadores a pensar sobre seus objetos e sobre seu próprio trabalho.

Com essa mesma finalidade é que a comissão editorial da Revista *Mare nostrum* apresenta em seu quarto número, além dos artigos e resenhas, um debate entre pesquisadores de várias partes do Brasil. A proposta do Laboratório desta edição é apresentarmos um artigo principal comentado por professores/pesquisadores de várias universidades do Brasil e de fora do país, com espaço para resposta do autor principal. Essa experiência aqui realizada, com excelentes resultados, será retomada nas próximas edições.

O artigo principal do professor da UFOP Fábio Faversani, “Entre República e Império: apontamentos sobre a amplitude desta fronteira”, propõe um debate sobre a passagem da República para o Império como demarcações temporais rígidas e naturalizadas. Como o próprio título aponta, o autor propõe que a fronteira entre esses dois períodos (aqui entendida como barreira/divisão) seja estendida, que haja uma ampliação de escalas, ou melhor, que se proponham diferentes escalas para pensar a articulação entre rupturas e permanências entre esses dois momentos. Ao final de seu artigo, Faversani constrói uma espécie de poema construtivista, um esquema visual que visa demonstrar a articulação entre os dois momentos, e as infinitas possibilidades de pensá-las.

O comentário de Alexandre Agnolon abre a sessão de comentários, que é seguido pelo de Fábio Joly. Este último relembra o argumento de Aloys Winterling para comentar que, em vez de se falar em “momentos republicanos”

e “momentos imperiais” que se articulam de várias maneiras, é preciso lembrar que as fontes nos ajudam a pensar em uma mesma república em constante transformação. Paulo Martins busca destacar o papel dos conceitos de potestas e auctoritas nesse contexto de análise estipulado por Favversani. Rafael Campos e Juliana Bastos vão redirecionar seus olhares para a dinastia júlio-cláudia. O primeiro destaca o fato de que o principado deve ser visto como um momento de experimentação política e essa dinastia como um momento de transição, uma vez que encontramos práticas imperiais ao longo da República, e memórias republicanas a partir da ascensão de Augusto. Bastos ressalta a importância de se pensar as rupturas, principalmente no período na dinastia em questão, relacionadas, principalmente, ao “novo” para os antigos, que não é algo inédito, mas sim a retomada de um passado e a manutenção de determinadas tradições. Por último temos o comentário de Guido Clemente que propõe um exercício de reflexão comparativa, e coloca lado a lado o período de ascensão de Augusto e os pré-fascista, fascista e pós-fascista. Nele o comentarista ressalta a importância de se considerar o papel de alguns atores políticos nas transformações que não podem, nem devem, ser esquecidas e/ou ignoradas.

A resposta de nosso autor principal se concentra basicamente em dois pontos: primeiro ressaltar a importância do debate que propôs, lembrando que as periodizações devem sempre ser encaradas pelos historiadores como problema histórico e não como um dado histórico. O outro destaque feito por Fábio Favversani fora com relação ao conceito de fronteira utilizado por ele, uma vez que faz questão de ressaltar a utilidade deste conceito como recurso analítico importante para os analistas, deixando sempre explicitado que seu uso é intencional e arbitrário (não natural).

A seção corriqueira de artigos traz quatro contribuições independentes que não dialogam diretamente com o debate, mas que em vários pontos tangenciam as questões que ali aparecem. O primeiro é de autoria de Juliana C. Monzani. Com o título de “Processos de Integração e Desintegração na Grécia no final da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro (1300 a 800 a.C.)”; o artigo propõe uma reflexão acerca do fim da “cultura micênica” e o início do “mundo clássico”, destacando suas permanências (continuidade de ocupação, língua, plano dos templos derivados do mégaron, etc) e apresentando as várias propostas de explicação para a crise que se deu no Mediterrâneo Oriental no

século XIII a.C. Em seguida apresenta-se o artigo “Os estudos Demóticos e a possibilidade de uma nova Egíptologia”, de Thais R. da Silva. Nele encontra-se uma extensa apresentação dos estudos da língua demótica e das várias possibilidades de estudos do Egito a partir deste idioma, principalmente no período Ptolomaico. Dominique M. de Souza e seu texto “Plínio, o Jovem, e suas atividades administrativas e jurídicas: a formação de uma carreira política durante o Principado Romano” nos faz conhecer o *cursus honorum* de Plínio, o Jovem e sua atuação como *advocatus* na passagem do século I d.C para século II d.C. Ao analisar algumas das cartas de Plínio, a autora procura pensar as relações interpessoais entre a elite do principado à época da dinastia júlio-cláudia. Há ainda o artigo de Danilo M. Gazzotti, “O processo de Legitimação e Reconhecimento do Priscilianismo na segunda metade do século IV”. Nele o autor discute as questões relativas à difusão da interpretação que Prisciliano, membro da elite local da Península Ibérica, dá ao cristianismo e como ocorre sua difusão, pensando principalmente nos embates deste e de seus seguidores com autoridades religiosas e políticas do Império. Por fim, há o artigo de Gilberto da Silva Francisco, “Ânforas panatenaicas e paisagens estruturais”, em que o autor discute a noção de paisagens estruturais para compreender a variação contextual em que esse tipo específico de ânfora se insere em diferentes momentos históricos.

Ao fim deste número apresentamos cinco resenhas. As obras resenhadas são: *A contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico* (século IV d.C.): uma análise político religiosa, de Helena Amália Papa, feita por Pedro Piza; *Arte Romana*, de Paul Zanker, resenhado por Fábio Morales; *Insights into Hittite History and Archaeology*, de Hermann Genz e Dirk P. Mielke, feita por Anita Fattori; *Dal mito alla storia. La Sicilia nell'Archeologia di Tucidide*, dos autores M. Congiu, C. Micciché e S. Modeo, escrita por Paolo D. Scirpo, *Why we're all Romans. The Roman contribution to the Western world*, de Carl. J. Richard por Gilberto da Silva Francisco e *História Antiga* de Norberto Luiz Guarinello, por Fábio Duarte Joly.

PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO E DESINTEGRAÇÃO NA GRÉCIA NO FINAL DA IDADE DO BRONZE E INÍCIO DA IDADE DO FERRO (1300 A 800 A.C.)¹

Juliana Caldeira Monzani²

RESUMO: O presente trabalho se propõe a pensar os processos de integração e desintegração na Grécia no final da Idade do Bronze e no início da Idade do Ferro. Assim sendo, pretendemos analisar a unidade cultural estruturada durante o período micênico e suas relações comerciais bem como a desintegração de ambas no final do segundo milênio e a configuração de um novo modelo baseado na distinção regional.

PALAVRAS-CHAVE: Idade do Bronze, Idade do Ferro, Grécia, unidade cultural, regionalização.

ABSTRACT: It is the intent of this work to investigate the connections and disconnections in Greece in the Late Bronze Age and Early Iron Age through the analysis of the cultural unity and the commercial relationships built during the Mycenaean period, the collapse of both by the end of second millennium, and the emergence of a new model based on regional traits.

KEYWORDS: Bronze Age, Iron Age, Greece, cultural unity, regional characteristics.

Introdução

As culturas do continente grego e das ilhas vizinhas tornaram-se extremamente complexas no decorrer do terceiro e segundo milênios, atingindo seu apogeu entre 1600 e 1220.³ Já o final do segundo milênio (séculos XIII e XII) testemunhou destruições maciças acompanhadas de movimentos populacionais no Mediterrâneo Oriental.

Até recentemente predominou a ideia de que o período micênico e a Grécia Clássica seriam dois mundos distintos e sem conexão alguma. Segundo tal abordagem a transição caótica da Idade do Bronze para a Idade do Ferro teria apagado completamente os traços da cultura micênica e causado uma ruptura tão profunda que impeliu um novo recomeço. Deste ponto de vista, o mundo micênico seria dependente demais de modelos externos orientais para desenvolver algo próprio, e quando os laços foram quebrados os gregos

¹ O presente artigo é resultado de apresentação oral "Processos de Integração no Mediterrâneo Antigo: aceleração e crise" no IV Encontro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo (LEIR-MA/USP) realizado entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 2011.

² Mestre em Ciências Arqueológicas pelo Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) e membro do Laboratório de Estudos sobre Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA/USP).

³ Todas as datas são a.C.

tornaram-se livres para criar novos pontos de vista políticos e intelectuais (Starr, 1961).

Entretanto, é igualmente necessário considerar a importância da Idade do Ferro na formação das características da Grécia Clássica. Alguns traços que ligam a cultura micênica ao mundo clássico seriam a continuidade de ocupação de determinados sítios, a língua, o plano do templo derivado do mégaron⁴ micênico e o culto heroico em sepulturas micênicas.

Outrora denominada “Obscura”, a Idade do Ferro não é o primeiro período em que a região apresenta um retrocesso, outros períodos experimentaram declínios tão longos embora não tão severos. O Bronze Médio (2100/2000-1600) no continente, por exemplo, foi um período de declínio cultural se comparado ao Bronze Antigo (3250-2000) e termina de forma abrupta, com o aparecimento das Shaft Graves,⁵ iniciando uma época (1600-1450) de crescente prosperidade atestada pelos bens funerários depositados em tais sepulturas.

A tese de Vincent Desborough de que invasores dórios retiveram pouco da cultura micênica, com exceção da cerâmica, vem sendo questionada, e a presença de invasores numericamente significantes parece bem menos proeminente enquanto as continuidades culturais parecem mais evidentes. (Thomas & Conant, 1999: xvi- xxii).

Final da Idade do Bronze (O Bronze Recente)

A denominação Civilização Micênica foi adotada quando Schliemann escavou a cidade descobrindo sua magnitude e riqueza, desvendando para o mundo a civilização da Idade do Bronze na Grécia, pelo fato que, nos poemas homéricos, Micenas era a cidade de Agamêmnon, que liderou os gregos contra Troia, e pela uniformidade do registro arqueológico no continente e nas ilhas após 1600 (Finley, 1990:51). A maior evidência da organização política da Grécia vem-nos da uniformidade da arte micênica. Tal denominação, no entanto, não deve ser entendida como uma hegemonia do palácio de Micenas sobre os demais. O quadro arqueológico mostra uma divisão da Grécia micênica em

⁴ Ampla sala com lareira central.

⁵ Túmulo em poço ou sepultura em fossa é um tipo de estrutura de enterramento formada a partir de um poço estreito e profundo escavado na rocha natural. Estes túmulos possuem cerca de 4 metros de profundidade e os mortos eram colocados em cavidades situadas no fundo, juntamente com ricas oferendas funerárias.

pequenos Estados burocráticos e nada indica uma supremacia por parte de Micenas. Os muros palaciais parecem ser um indício que não havia um único grande poder, mas vários wanax (“reis”) igualmente poderosos.

A partir do século XIII os micênios difundiram sua influência para a maior parte do Egeu, formando uma área que apresenta uma homogeneidade cultural como nunca antes na região, ainda que haja variações regionais significativas. Creta, em especial, mantém muitas características próprias. São características dessa cultura comum as chamber tombs,⁶ as técnicas, formas e decorações cerâmicas, selos em pedra, uso do Linear B com finalidades administrativas e as muralhas ciclópicas (Dickinson, 2006:24-5).

Há, além dessa unidade cultural egeia, o comércio estabelecido com as civilizações do Mediterrâneo Oriental. É preciso admitir que se sabe muito pouco sobre a natureza do comércio micênico de longa distância, mas seus objetos de luxo (joias, vasos, mobiliário e relevos em marfim) são encontrados em sítios da Ásia Menor, do Levante e, em menor escala, do Egito. Da mesma forma os produtos destas regiões são encontrados em contexto micênico.

O BR (Bronze Recente) III A⁷ corresponde ao estabelecimento dos palácios e do sistema palacial e o BR III B ao seu apogeu. O período Micênico apresenta-se com uma grande riqueza material, uma agricultura muito produtiva, uma organização econômica baseada no armazenamento e redistribuição e uma sociedade hierarquizada. O período de 1400-1200 é marcado por um aumento no número de tumbas sugerindo que a população da Grécia cresceu muito nesta época. Ao que tudo indica a população no século XIII era mais numerosa do que jamais seria até o século V.

Já por volta de 1600 a Grécia tornara-se um centro de riqueza e poder, uma civilização guerreira inigualável na região. Aos poucos os micênios foram ganhando importância e em 1450 invadiram Creta, instalando-se em Cnossos. Em pleno auge a Civilização Minoica teve o seu maior e mais rico palácio governado pelos micênios. Foi provavelmente quando ocuparam Cnossos que aprenderam o funcionamento do sistema burocrático e a importância da escrita minoica (Linear A), da qual tomaram alguns símbolos emprestados e “criaram” uma escrita própria, o Linear B, que utilizaram na contabilidade e inventários,

⁶ Túmulos em câmara escavados na rocha.

⁷ Cronologia: ver quadro cronológico no final do artigo.

caracterizando a escrita micênica como um instrumento de administração. A julgar pelas tabuinhas em Linear B, os palácios micênicos, assim como seus contemporâneos no Oriente Próximo, tinham um caráter essencialmente centralizador. Klaus Kilian (1988: p. xxvi) demonstrou que os palácios eram centros administrativos, políticos, militares e religiosos.

Há poucos palácios e muitas vilas, que provavelmente eram independentes mas se submetiam ao poder do palácio principalmente em troca de segurança. Ainda é uma questão de debate a natureza do poder exercido pelos palácios e as hipóteses variam de um mero controle de rotas comerciais ao controle total vastos territórios. Nenhum palácio da Grécia era maior que Cnossos. Pilos, por exemplo, tinha 1/4 de seu tamanho. Diferentemente das construções cretenses, os palácios micênicos eram estruturas bem organizadas cujo centro era o mégaron.

Os micênios eram povos belicosos e isso se refletiu no seu sistema palacial. Geralmente situados em elevações ou colinas, o que lhes confere um caráter essencialmente defensivo, os palácios eram fortemente protegidos por enormes muros denominados de muralhas ciclópicas devido à lenda que atribui muros tão grandes e espessos à obra dos gigantes Ciclopes.

Segundo Vernant (1972:12), exigindo uma aprendizagem difícil, o uso do carro em batalha reforçou a especialização da atividade guerreira, traço característico da organização social e da mentalidade indo-europeia. A necessidade de dispor de uma reserva numerosa de carros para concentrá-los no campo de batalha pressupõe um Estado centralizado no qual homens e carros estão submetidos a uma única autoridade. Embora os palácios micênicos fossem pequenos comparados aos cretenses, mesopotâmicos ou egípcios, requeriam especialistas de mesma ordem para mantê-los em funcionamento.

Não podemos deixar de lado as casas. Em sua maioria apresentam planos retangulares, sendo que durante o BR I, II e III A as dimensões são menores e, no BR III B, o plano mais complexo parece predominar. Uma grande inovação do período micênico é o edifício “intermediário”, i.e., uma categoria entre as simples habitações e os palácios, que apresenta um mobiliário mais variado e rico e as técnicas de construção e de decoração semelhantes às dos palácios. Nesta categoria insere-se, por exemplo, a casa do mercador de óleos em Micenas (Treuil, 1989: 460). A função de tais edifícios, no entanto, ainda

não está clara: seriam a residência de ricos mercadores ou apenas dependências palaciais?

O túmulo mais característico eram as tholoi (construção arredondada que possui um corredor de entrada ou dromos) e as câmaras funerárias, chamber tombs. Embora poucas tholoi tenham permanecido intactas, as que forneceram vestígios das práticas funerárias demonstraram os mesmos tipos de práticas das câmaras funerárias, provando que o uso de dois tipos de sepultura não reflete necessariamente diferenças sociais. Tais práticas são muito variadas, mas predominam o enterramento múltiplo, a inumação e um grande número de bens pessoais e utilitários que acompanham o morto. Na realidade as práticas funerárias são semelhantes àsquelas dos círculos funerários, e atestam apenas uma mudança na estrutura da sepultura, mas não nos costumes (Torralvo, 1993:143). É interessante notar o quase total desaparecimento da sepultura em fossa, características do BM (Bronze Médio), durante o BR. As necrópoles situavam-se dentro das muralhas das cidadelas.

A partir do BR II a cerâmica liberta-se da forte influência minoica e adota uma decoração cada vez mais estilizada, padronizada e homogênea (Treuil, 1989: 245). Como em Creta, os micênios possuíam uma cerâmica com um alto nível técnico e seus palácios eram decorados com afrescos cujo tema principal era de ordem narrativa.

A expansão micênica prossegue do século XIV ao XII, levando os micênios a substituírem os cretenses no comércio, espalhando a cerâmica micênica pela Anatólia, Oriente Próximo e Egito. Esta cerâmica amplamente difundida era trocada por estanho e marfim. Secundariamente exportavam tecidos e, talvez, mercenários. Em troca recebiam bronze, estanho e vinho de Canaã, mulheres e bronze de Chipre, marfim da costa da Palestina, prata e cavalos de Troia. Entretanto, ao que parece, os vasos micênicos parecem ter sido importados mais pelo seu conteúdo (vinho e óleos) do que por suas qualidades técnicas e artísticas (Treuil, 1989: 434).

Entretanto, é difícil avaliar a penetração efetiva dos micênios em tais regiões a partir apenas da ampla difusão de sua cerâmica. Para atestar a presença micênica são necessários vestígios de significação sociocultural, tais como formas de habitação ou práticas funerárias, e não objetos utilitários.

Pouco sabemos sobre a religião micênica. Para os períodos anteriores à época micênica a interpretação religiosa baseia-se somente na iconografia. Doravante, às representações figuradas em selos e afrescos vêm se somar os vestígios arquitetônicos, os objetos e algumas menções dos tabletas em Linear B (Treuil, 1989: 523). As tholoi são, no século VIII, atestadas como locais de culto, o denominado culto aos heróis, mas será que podemos remeter tal prática ao período micênico? O mégaron, com sua lareira central e enquanto sala principal, deveria ser o centro de culto palacial.

As estatuetas de terracota, tão frequentes em Creta, o são também no continente, sendo as figurinhas femininas as mais difundidas. Elas reaparecem no registro arqueológico após um lapso durante o BM e desaparecem completamente após o fim da Civilização Micênica, o que indica que são características deste sistema palacial. Hägg (1981:35-39) propôs uma interpretação para as estatuetas micênicas: elas estariam fortemente associadas ao culto popular em contraposição ao nível palacial (ou oficial) da religião. Assim, a religião micênica apresentaria dois níveis de culto: um oficial, ligado ao palácio e à elite com a adoção de costumes estrangeiros (influência minoica) ainda que seu conteúdo seja heládico; e um popular, sem influência minoica. Entretanto, as estatuetas femininas, embora tenham a forma e o estilo continental, parecem ter sua origem nos contatos e influências externos, em particular Creta. Contudo, French (1971) considera, uma vez que os locais em que se encontram as estatuetas são os mais variados (habitacional, sepultamento e santuários), que o contexto fornece a função a uma estatueta e não o contrário, ou seja, um significado religioso ou de qualquer outra natureza não pode ser tomado a priori para determinar um contexto.

Nos tabletas em Linear B decifrados do palácio de Pilos há um inventário de doações de devotos a uma lista de deuses, alguns característicos da religião grega dos períodos arcaico e clássico tais como, Zeus, Poseidon e Dioniso, um verdadeiro panteão com muitos nomes masculinos que põe em cheque o culto à deusa-mãe associado às estatuetas.

Todos estes dados esparsos tornam difícil compor uma ideia clara da religião micênica. Tal dificuldade acaba gerando diferentes interpretações entre os estudiosos. Lévêque (1967) fala em um sincretismo religioso indo-europeu e egípcio (Creta). Não muito distantes desta ideia, mas de forma mais cuidadosa,

Willian Taylour (1970) refere-se a uma identidade entre a religião micênica e minoica com diferenças nos cultos. Já Martin Nilsson (1950) enfatiza a existência de uma religião minoico-micênica.

Os distúrbios do final do século XIII a.C.

No auge da Civilização Micênica, o final da fase III B, comprova-se um estrato arqueológico de destruições. O quadro arqueológico é o de um período instável com vários desastres ocorrendo em diferentes sítios em diferentes momentos. Embora não seja o objeto deste estudo, é impossível negligenciar as perturbações ocorridas no mesmo período em outras regiões do Mediterrâneo.

Na Anatólia, em todos os sítios relevantes há sinais de destruição e a capital hitita foi destruída por volta de 1200, levando à dissolução deste império; Troia VIIa apresenta um nível de destruição por fogo com cerâmica micênica III C; há destruições consideráveis na Síria (Ugarit) e na Palestina no final do século XIII; e o Egito assistiu a um período conturbado. Ramsés III, o segundo faraó da 20ª Dinastia, enfrentou durante seu reinado pelo menos três grandes invasões que, se não destruíram o Egito, marcaram o declínio e o final do Novo Império.

O quadro geral que se obtém é de que, em um período de 40 ou 50 anos entre o final do século XIII e o início do XII, quase toda cidade ou palácio importante no Mediterrâneo Oriental foi destruído e muitos deles nunca mais foram ocupados. É importante ressaltar que, com exceção de Chipre, as ilhas do Egeu não parecem terem sofrido grandes perturbações.

O palácio de Pilos é destruído pelo fogo na transição entre o III B-III C e não apresenta sinais de ocupação posterior. Em Micenas existem três níveis de destruição: o primeiro ocorreu no final da fase III B 1 por volta de 1230 fora da cidadela; o segundo é atestado tanto dentro quanto fora da cidadela e é datado do final do III B 2 (1200/1190); e, por fim, no III C (c. 1125), há novas destruições dentro da cidadela. O palácio é destruído pelo fogo mas não se sabe ao certo se isto ocorreu na segunda ou na terceira destruição. De qualquer forma, a área apresenta uma ocupação já no III C (Drews, 1993: 23).

Situação idêntica é comprovada em Tirinto, onde há três diferentes perturbações com a destruição do palácio - no segundo ou terceiro distúrbio - que é imediatamente reocupado. Tebas apresenta um nível de destruição no III

B e uma nova ocupação. Em Orchomenos e Gla ocorreram distúrbios ainda sem data determinada (Drews, 1993:24).

Atenas e Volvos não apresentam qualquer nível arqueológico de perturbação, e sim uma continuidade de ocupação entre o III B-III C (Hooker, 1976:148). Midea e Menelaion também foram destruídos e outras regiões, como a Messênia, foram abandonadas.

Como foi exposto, no final do século XIII, por volta de 1200 a.C., o quadro que se obtém não é homogêneo. Os distúrbios não ocorreram da mesma forma nas diferentes regiões da Grécia, tampouco tiveram os mesmos efeitos. Há locais em que sequer se comprova qualquer nível de perturbação arqueológica. O que observamos é o surgimento, já neste momento, de uma diferenciação regional que caracterizará a Grécia durante a Idade do Ferro.

Hipóteses

Muitas explicações foram dadas tanto para tentar-se entender este fenômeno localmente quanto de forma mais abrangente. Inicialmente as hipóteses eram monocausais, ou seja, baseavam-se em apenas uma causa, sejam fenômenos naturais ou históricos. A síntese a seguir foi baseada no artigo de Betancourt, "The End of Greek Bronze Age" (1976).

Uma das primeiras teses propostas neste sentido considerava que as destruições, tomadas de forma isolada, tinham sido causadas por um fenômeno natural: um terremoto. Evans foi pioneiro nesse tipo de explicação para a destruição do palácio de Cnossos em 1400. Logo outros arqueólogos passaram a aceitá-la. Blegen considerou que o mesmo teria acontecido com a cidade real de Troia VIh. Mylonas identificou o mesmo fenômeno para o Peloponeso e Iakovides, em 1977, declarou que um terremoto era a causa da destruição em Micenas. O mesmo foi sugerido por Klaus Kilian para Tirinto e toda a região da Argólida, e por Paul Aström para Midea (Drews: 36). Mas logo tal tese foi rejeitada pelos mesmos arqueólogos que a defenderam. Baseavam-se em quatro pontos: primeiro, parece improvável que um terremoto tão forte tenha ocorrido em todo o Mediterrâneo Oriental no final do século XIII a.C, mesmo porque, algumas cidades consideradas estão fora da zona sísmica; segundo, o estrago causado por um terremoto é uma coisa, mas a destruição total e abandono,

como ocorreu, são característicos da ação humana. Após um terremoto, geralmente observa-se a reocupação e reconstrução da parte afetada, bem como o enterro dos mortos. Mas isso não é atestado arqueologicamente. Ora, como explicar que praticamente nada foi enterrado sob os edifícios destruídos, nem objetos, nem corpos?; terceiro, os incêndios. Muitas das cidades e palácios atingidos foram totalmente destruídos pelo fogo, mas é pouco provável que um terremoto tenha causado incêndios de tais proporções; finalmente, nos documentos escritos a respeito do período, a saber, os arquivos egípcios, o templo de Ramsés III e alguns documentos hititas, as causas das turbulências neste período em outras regiões são sempre atribuídas à ação de povos belicosos.

Inserido à perspectiva de catástrofe natural, Pomerance propôs a data da erupção do vulcão em Tera por volta de 1200. Os obstáculos à tal teoria inclui o fato das ilhas não terem sido afetadas, apresentando uma continuidade entre o BR III B e C, enquanto que os maiores danos ocorreram no interior do continente grego. Além disso, os depósitos arqueológicos sugerem que a data da erupção é bem anterior, provavelmente em torno de 1600. (Betancourt, 1976:41).

Outra tese que foi muito popular propõe a alteração climática. Carpenter, em 1965, propôs que uma seca avassaladora teria ocorrido na Grécia no final do século XIII. Ele se baseou na evidência do abandono de muitas regiões. Tal hipótese foi amplamente aceita, servindo como explicação também para o Levante e para a queda do Império Hitita. As destruições de palácios e cidades eram explicadas como sendo o resultado do ataque de populações famintas. Entretanto, não há qualquer evidência, nem arqueológica, nem escrita, de uma mudança drástica no clima do Mediterrâneo neste período. Com o aumento das escavações e o incremento nas técnicas empregadas, tornou-se claro que as destruições atestadas foram resultantes da ação humana e as hipóteses com cunho de catástrofes naturais foram sendo abandonadas.

Childe apontou para as debilidades internas dos reinos tentando explicar a falência dos sistemas palaciais (apud Betancourt, 1976:41). Nascia assim a ideia de crise interna, causada por fatores como guerras entre estados, fome, praga e, em especial, problemas sociais entre as classes. Embora este tipo de estudo seja útil para a compreensão das economias e sociedades do final da

Idade do Bronze, ele não explica, no entanto, o fim dessas sociedades. Por mais pertinentes que sejam as críticas que possam ser endereçadas aos sistemas burocráticos e centralizadores destes Estados, o fato é que eles sobreviveram durante um grande período e, no caso da Grécia Micênica, encontravam-se em seu auge. As debilidades internas de cada sistema não contemplam o aspecto físico do fenômeno: a destruição e abandono das cidades.

Entretanto, dentre as hipóteses de cunho histórico, as que obtiveram maior popularidade foram aquelas baseada nas migrações populacionais, em especial a hipótese da invasão dória. Mesmo no caso das duas últimas hipóteses (seca e crise interna), as destruições eram geralmente atribuídas a um fator externo e secundário à causa maior do colapso ocorrido por volta de 1200: as migrações. A movimentação de povos belicosos na bacia do Mediterrâneo como o fator principal foi a tese mais popular e baseia-se nos documentos egípcios que tratam das invasões que o reinado de Ramsés III sofreu e em uma longa tradição linguística de uma constante movimentação populacional na região. Na verdade, em nenhuma das regiões afetadas há qualquer prova arqueológica de migração. No caso particular da Grécia, as inovações materiais atribuídas à chegada de novas populações, provavelmente os dórios, tais como a cerâmica geométrica, a cremação nos enterramentos e a metalurgia do ferro, são atualmente atestadas como desenvolvimentos locais (no caso da cerâmica) ou continuidade de práticas anteriores (cremação e metalurgia).

Uma tese recente, proposta por Robert Drews em *The End of the Bronze Age. Changes in Warfare and the Catastrophe c.a. 1200 B.C.* (1993) aponta que algumas inovações e adaptações nas armas e táticas de guerra causaram distúrbios em todo o Mediterrâneo e modificaram a natureza da guerra na Antiguidade. O surgimento da armadura para o soldado que combate a pé, bem como do escudo redondo que, sendo menor e mais leve, permite maior mobilidade, somados à utilização do dardo de caça no campo de batalha e a predominância da lança e das longas espadas desenvolvidas não apenas para perfurar mas também para cortar com eficiência, teriam permitido a supremacia de um exército de soldados contra os exércitos de arqueiros e carruagens dos grandes impérios. Os impérios da Idade de Bronze, fundamentados na guerra de carros, teriam sucumbido a tais inovações que se tornariam a regra para as batalhas nos séculos seguintes.

De qualquer maneira, paralelamente às hipóteses migratórias, outros fatores foram sendo considerados. A invasão, por exemplo, não poderia ser explicada sem se pensar em um enfraquecimento interno ou quaisquer fatores que tenham propiciado, e até mesmo incentivado, a movimentação de povos. Gradualmente as hipóteses monocausais foram sendo substituídas pelas pluricausais, que combinavam duas ou mais causas relevantes.

Dentro do quadro teórico da época, tal mudança se insere nas propostas da Nova Arqueologia, que privilegiava o processo e não o evento. No entanto, uma ideia muito presente dentro da arqueologia micênica foi a de uma única verdade, a de uma única explicação, consequência de uma visão positivista. Isto criou grandes dificuldades no estudo do fim da civilização micênica, pois até muito recentemente os autores tentavam explicar o fim da Civilização Micênica através de uma causa única, tal como a mudança climática, ou a invasão de outros povos, ou o declínio da agricultura etc. Tal barreira só mudou com o pós-processualismo e a sua perspectiva de explanação baseada na pluralidade causal.

A minha intenção neste artigo não é o de afirmar quais as causas das destruições dos palácios micênicos, mas sim a de avaliar algumas teses plausíveis e, principalmente, suas consequências na organização social da Grécia. Atualmente os arqueólogos têm proposto uma pluralidade de causas para os desastres do final do período micênico e a relevância de um fator sobre os demais dependeria das particularidades locais. Embora as propostas de Drews sejam pertinentes, acredito que outros fatores devam ser levados em consideração, principalmente em cada região. Mesmo havendo uma causa maior, cada caso deve ser considerado separadamente. Mais do que tentar explicar o fim da Civilização Micênica, pretendo adotar um ponto de vista que considera que as destruições dos palácios não foram um fim, mas ao contrário, significaram um começo. Na Grécia temos o fim de um sistema (o sistema palacial) mas não o fim de uma civilização (Sarian, 1989: 585). Esta se desenvolverá sob novas formas durante a Idade do Ferro

A Idade do Ferro

A denominação “Idade Obscura” foi empregada com sentido pejorativo pelos arqueólogos classicistas que, com um estudo anacrônico baseado em

fontes orais e literárias posteriores, entenderam o período subsequente ao da Civilização Micênica como sendo um momento de declínio e estagnação. Foi somente a partir da década de 1960 que surgiram novas abordagens para tal período. Dentre elas destacam-se os trabalhos de Anthony Snodgrass (*The Dark Age of Greece*, 1971) e Vincent Desborough (*The last Mycenaeans and their successors*, 1964; e *The Greek Dark Ages*, 1972).

É em Snodgrass que a aceção do termo “Idade Obscura” é discutida, mostrando que até então os estudos desconsideraram a potencialidade do registro arqueológico, que é a única fonte para tal época. O período seria, assim, obscuro mais pela nossa falta de conhecimento a respeito dele do que por uma real estagnação ou retrocesso. Tanto para Snodgrass quanto para Desborough a Idade Obscura corresponderia, grosso modo, ao período Protogeométrico, i.e., do século XI até o final do século X. Snodgrass considera a Idade Obscura um período com características definidas - diminuição populacional, declínio das habilidades artesanais, desaparecimento da escrita e interrupção dos contatos - que resultaram na escassez dos vestígios. Para Desborough é exatamente o isolamento, quebrado com o advento do período Geométrico, que define a Idade Obscura na Grécia. Para os dois estudiosos o período Geométrico é um momento de constante e gradual progresso que culmina na época Arcaica. Já Coldstream, em seu livro *Geometric Greece* (1977), considera também o período Geométrico como uma época de pobreza e estagnação, alargando as fronteiras da “Idade Obscura” até o final deste período.

Snodgrass ainda discute a denominação “Idade do Ferro” (adotada neste artigo) que, para ele, determinaria a predominância da metalurgia do ferro sobre a do bronze, embora ela já fosse conhecida no período Micênico, fato ocorrido na Grécia no final do século XI, i.e., ainda durante a “Idade Obscura”.

A documentação material é a única disponível e é preciso ter em mente suas limitações. No entanto, segundo Oliver Dickinson (2006: 240-1), parece seguro dizer que dificilmente um achado poderá mudar o quadro geral estabelecido, pois há atualmente evidências suficientes de sítios em todo o Egeu e a instabilidade seria a principal característica do período.

Assentamentos

Não se pode estabelecer um padrão dos locais de habitação. Alguns sítios como Pilos são abandonados e não mais ocupados. Outros como Micenas apresentam uma reocupação parcial após um breve período de abandono. Tirinto parece ter sido ocupada continuamente a despeito das destruições e em Atenas não é atestado qualquer nível de destruição e a ocupação é contínua. As evidências para o período são a cerâmica e a metalurgia, e os achados provêm em grande parte de cemitérios.

O sítio de Lefkandi, na Eubeia, é a melhor evidência para o período. É um sítio com assentamento e cemitério, ocupado durante todo o período Protogeométrico e abandonado no século VIII. Em Lefkandi, o século XI apresenta-se como um período de inovações e contatos externos comprovados através dos contatos com Atenas, do crescente número de achados e de uma considerável quantidade de bronze e ouro que atestam contatos e comércio com o exterior, em especial com Chipre. Há uma grande influência de Atenas em Lefkandi, que só não se verifica nos costumes funerários, nos quais prevalece a inumação (Desborough, 1972: 191).

O mais importante em Lefkandi é, sem dúvida, o heroon, um edifício absidal de grandes proporções (47x10m) com três divisões internas e um túmulo retangular sob ele. A sepultura possui dois compartimentos. Em um deles havia um vaso de bronze com figuras de caçadores e animais, os restos cremados de um homem, uma ponta de flecha e uma espada de ferro e havia também a inumação de uma mulher. No segundo compartimento foram encontrados dois esqueletos de cavalos. A questão que emerge deste complexo é determinar o que fora construído primeiro, pois é difícil separar o material que preenche a sepultura e o chão do edifício. Tal dado indicaria que este último fora utilizado durante um curto período. De acordo com a cerâmica protogeométrica, o edifício teria sido utilizado entre 1000 e 950. Os arqueólogos de Lefkandi, Popham e Coulton, consideram que tanto o edifício quanto a sepultura foram erguidos na mesma época e que o edifício seria, assim, parte da sepultura. Entretanto há evidências de que o túmulo é posterior. O chão do edifício não cobre o sepultamento, mas mistura-se a ele. O plano do edifício enquadra-se mais no contexto habitacional e não funerário, dado reforçado pela presença em seu interior de objetos de uso cotidiano. Soma-se a isso o fato de o edifício ter sido posteriormente destruído e transformado em um cemitério

(Mazarakis Ainian, 1985: 8-9). De qualquer forma, o edifício de Lefkandi, datado da primeira metade do século IX, marca uma profunda transformação nos planos arquitetônicos. É um dos primeiros edifícios absidais do período e apresenta dimensões inigualáveis. Os paralelos com a planta “clássica” dos templos gregos é evidente.

Cemitérios

Sepulturas e os objetos associados a elas constituem a maior parte da informação do período, o que levanta uma série de questões. Cemitérios estabelecidos perto das áreas habitacionais são em geral destruídos. Os cemitérios que utilizam sepulturas simples não têm a necessidade de se situarem próximos às áreas de habitação, sendo estabelecidos em regiões remotas, o que lhes garante maiores chances de sobrevivência, mas achá-los e relacioná-los a um assentamento se torna mais difícil. Cemitérios bem estabelecidos são utilizados continuamente e as novas sepulturas tendem a destruir as mais antigas. Assim, o que normalmente se costuma chamar de cemitérios “totalmente escavados” significa, na realidade, que o que sobreviveu foi totalmente escavado. Em Lefkandi os cinco cemitérios e áreas de enterramento não correspondem cronologicamente às áreas de habitação. Nenhum cemitério do BA foi encontrado, a despeito de um substancial assentamento, embora alguns sepultamentos intramuros do século XII tenham sido encontrados. As evidências de cemitérios mais antigas datam de 1125 a 1000 (Submicênico e Protogeométrico), período para o qual não há indício de ocupação. A evidência de sepultamento cessa por volta de 825, embora o sítio ateste uma ocupação até c. 700 (Thomas & Conant, 1999: 88).

No Pós-palacial (III C e Submicênico) há a continuidade de utilização das chamber tombs, mas trata-se de um reuso, pois nenhuma nova é construída. Há uma ausência significativa das tholoi. Substituem-se os enterramentos múltiplos por individuais, mas este é um processo gradual só completado no final do período. Aparece a prática da cremação que, embora não suplante a inumação, torna-se bastante popular em algumas regiões.

Em linhas gerais o Protogeométrico apresenta continuidade das práticas funerárias bem como dos locais anteriores, e nem sempre é possível distinguir os sepultamentos submicênicos dos protogeométricos. Uma das

principais características do período é a grande diversidade dos sepultamentos que podem variar na forma da sepultura, na escolha entre inumação e cremação, na maneira em que os restos cremados são depositados e na disposição do corpo inumado. Enterramentos múltiplos em chamber tombs permanecem na Fócida e na Lócrida. Tholoi reaparecem na Tessália e Messênia, que podem ser consideradas regiões periféricas. No Geométrico a grande inovação é o aparecimento de marcos funerários nos sepultamento em Atenas.

Em Atenas observa-se uma uniformidade das práticas funerárias, com a cremação para os adultos (os homens são enterrados em ânforas, estas com as alças no pescoço, e a mulheres em ânforas com alças no bojo) e inumação para as crianças. É interessante ressaltar o contraste entre a quantidade de vestígios do período em Atenas e a ausência deles para o resto da Ática (Desborough, 1972: 119).

Na Argólida os enterramentos são em cistas, mas a regra geral é a inumação (Desborough, 1972: 161).

Igualmente importante é o desaparecimento de colares, figurinhas e selos como bens funerários, outrora comuns no período micênico.

A variedade das práticas funerárias das diferentes comunidades pode ajudar na compreensão das notáveis diferenças de organização social observáveis nas comunidades gregas nos períodos posteriores.

Contatos externos e comércio

Embora o Egito, a Assíria, e grandes centros urbanos tenham permanecido como potências no Mediterrâneo, com os distúrbios do final do século XIII e a desintegração do império Hitita, o comércio de longa distância e as relações diplomáticas foram profundamente abalados. Vasos de metal desaparecem dos sítios do Egeu, assim como os vasos de estocagem do tipo stirrup jar (jarro de estribo) deixam de ser fabricados. Raramente a cerâmica III C e Submicênica é encontrada fora do Egeu. No entanto, a presença de metal em sítios do Egeu indica algum tipo de contato externo, em escala menor do que anteriormente. Há evidência da introdução de objetos de ferro através de Chipre bem como de cerâmica eubeia no Oriente Próximo. A partir do séc. IX a cerâmica ática é exportada em pequenas quantidades.

Uma real expansão tanto na atividade comercial quanto na adoção ou adaptação de técnicas orientais não parece ter começado antes do final do século IX, e o ritmo aumenta gradualmente ao longo do século seguinte. No final do século IX, vasos gregos atingem a região central do Mediterrâneo até a Sardenha. Na segunda metade do século VIII todas as regiões passam a produzir cerâmica do Geométrico Recente e matérias-primas como metais se tornam mais abundantes. Objetos típicos do Oriente Próximo como contas e joias aparecem em quantidade considerável. No geral observa-se uma intensificação nos contatos internos e externos. É importante ressaltar que diferentes regiões respondem diferentemente as influências orientais.

Tecnologia

Muitas técnicas atestadas no período anterior desaparecem e apenas uma inovação é comprovada: a metalurgia do ferro. Mas este fato não envolve a adoção de novos tipos de instrumentos ou armas, mas a continuação das mesmas formas elaboradas com o novo metal. Com exceção do enterramento do heroon em Lefkandi, não há indícios de qualquer esforço excepcional e recursos empregados em nenhuma área. A explicação mais plausível é que a organização social não era complexa o suficiente para permitir a mobilização de recursos em qualquer nível.

Cerâmica

O período pós-palacial continua a tradição do BR, mas a qualidade da técnica e decoração é notadamente inferior, ainda que se possa encontrar certa inovação durante o III C. Mas deve-se notar que, como para o caso dos assentamentos, há uma considerável variação entre as regiões. Em Atenas a cerâmica apresenta uma qualidade superior do que em Lefkandi e os padrões nos sítios da Argólida são muito variados. Os exemplos de Creta são os melhores de todo o Egeu, no entanto a pintura é um pouco apagada. De modo geral nota-se um nível inferior na técnica de produção. No final da Idade do Bronze as formas mais elaboradas de decoração tendem a desaparecer e são substituídas por um padrão abstrato que perdurará ao longo dos séculos.

O surgimento do que se convencionou chamar Protogeométrico não resulta em um estilo definido, mas o que se observa é uma variação regional

bastante acentuada ainda que se possa atribuir o desenvolvimento de tal estilo e sua difusão a Atenas. Em Lefkandi, por exemplo, é clara a influência inicial de Atenas, ainda que só a partir do Protogeométrico Médio, mas um estilo próprio se desenvolve na Eubeia.

Indubitavelmente, Atenas desenvolveu o estilo geométrico que decora ânforas e crateras. E os vasos mais elaborados são do Geométrico Médio. Tal estilo, que influenciou as regiões vizinhas, é ignorado em Lefkandi, onde se continua a produzir cerâmica protogeométrica, ou em Corinto que, posteriormente, desenvolve um estilo próprio.

Enquanto para Snodgrass o protogeométrico ático é apenas uma escola importante no meio das demais, para Desborough esse é o estilo protogeométrico por excelência, influenciando todos os outros com exceção de Ítaca e da Lacônia.

Segundo Desborough (1972: 134-5), o protogeométrico ático compreende o período de 1050 a 900 e possui três fases. A primeira é curta e sobrepõe-se ao estilo submicênico. A segunda fase também é curta, mas é nela que se estabelecem as suas características. Por fim, a última fase é a mais longa, na qual o estilo da Ática passa a influenciar os demais.

Em comparação com a cerâmica submicênica que é toda pintada, a protogeométrica apresenta a tendência de deixar espaços vazios. Os motivos decorativos são os círculos e semicírculos concêntricos.

Na Argólida não há evidências da transição para o Protogeométrico como há na Ática. Nessa região a cerâmica submicênica continua após o início do Protogeométrico em Atenas. Quando o novo estilo aparece nos sítios da Argólida já é a forma consolidada do protogeométrico ático (3ª fase). Em Corinto há pouquíssimos vestígios para o período.

Há poucas evidências nas Cíclades até o século X, quando aparece a influência da 3ª fase do protogeométrico ático. A Lacônia permanece isolada até o século seguinte, quando aparecem os primeiros sinais da cerâmica geométrica (Desborough, 1972: 243). A Messênia, por sua vez, apresenta uma cerâmica protogeométrica com influências do Egeu e não de Atenas.

Em síntese, o período Protogeométrico foi essencialmente uma época de isolamento. Há menos de 30 assentamentos atestados no continente e no Egeu. São pequenas comunidades espalhadas e sem a coesão política do período

Micênico. O primeiro fato notável é a substituição dos enterramentos múltiplos em chamber tombs e nas tholoi pelos enterramentos individuais em cistas. Mas esta é uma característica do Submicênico na Grécia Central. Na Messênia e na Tessália há o reuso das tholoi com enterramentos múltiplos, uma sobrevivência dos costumes micênicos. Já em Creta atesta-se uma continuidade da utilização da tholos. Na Ática aparece a cremação, o segundo fator distintivo do período. A cremação, o uso da cista e a metalurgia do ferro são os argumentos utilizados por Desborough para afirmar a introdução de um novo elemento populacional. Snodgrass discorda desta hipótese e acredita tratar-se do ressurgimento de uma prática atestada durante o Bronze Médio. Para tanto temos a tese de Deshayes (1966) na qual o uso da cista é uma prática de um substrato do BM da qual os dirigentes da Civilização Micênica quiseram se distinguir através da adoção de práticas funerárias diferentes, ou seja, as chamber tombs e os enterramentos múltiplos de caráter familiar e símbolos de hereditariedade.

Tanto para Desborough (1972) quanto para Snodgrass (1971), apesar do isolamento do período Protogeométrico, observa-se, a partir do século X, um progresso constante com a movimentação populacional e comércio, bem como um aumento do número de assentamentos e a preparação para os desenvolvimentos do Geométrico a partir do século IX.

Se por um lado a integração cultural e comercial estabelecida no final da Idade do Bronze foi dissolvida no início da Idade do Ferro, período que marcou um relativo isolamento da Grécia com relação ao Mediterrâneo, por outro não se pode mais aceitar a ideia de um total e completo isolamento grego, nem de um retrocesso cultural ou político. O mais evidente, contudo, é que a unidade cultural micênica fora substituída por uma regionalização política característica do Arcaico.

As pesquisas sobre a Idade do Ferro na Grécia tiveram seu início em 1952 com a obra de V. Desborough *Protogeometric Pottery*, mas o grande desenvolvimento ocorreu na década de 1960 com as três sínteses arqueológicas da escola britânica, que são fundamentais até hoje. Após quase duas décadas sem estudos a respeito do período, novas abordagens passaram a considerar o potencial do período no sentido da continuidade: C. Thomas e C. Connat, *Citadel to City-State. The transformation of Greece, 1200-700 B.E.C.* (1999); O. Dickinson, *The Aegean from Bronze Age to Iron Age. Continuity and change*

between the twelfth and eighth centuries BC (2006); e Hall, A History of the Archaic Greek World ca. 1200-479 BCE. (2007).

Nos séculos que se seguiram à desintegração do sistema palacial micênico, e que precederam a civilização grega das pólis, uma série de desenvolvimentos importantes ocorreram de forma lenta e paulatina e seus desdobramentos são detectáveis já no século IX. O processo final se torna claro no século VIII, naquilo que se chamou “milagre grego”: a retomada do comércio em larga escala, o reaparecimento da escrita com a adoção do alfabeto, a colonização, o retorno da arte figurativa e, por fim, a pólis.

Quadro cronológico

(todas as datas são a.C.)

Idade do Bronze Antiga		3250-2000	
Idade do Bronze Média		2100/ 2000-1600	
Idade do Bronze Recente	III A 1	1400-1375	Terceiro período palacial
	III A 2	1375-1325	
	III B 1	1325-1250	
	III B 2	1250-1200	
	III C	1200-1150/ 1125	Pós-palacial
Idade do Ferro (Id. Obscura)	Submicênico	1125/ 1150-1050	Id. do Ferro Antiga
	Protogeométrico	1050-900	
	Geométrico Antigo	900-850	
	Geométrico Médio	850-770	
	Geométrico Recente	770-700	

Fontes: Treuil (1989) para a Idade do Bronze; Desborough (1972) para os períodos IIIC, Submicênico e Protogeométrico; e Coldstream (1977) para o Geométrico. A terminologia “Terceiro período palacial” e “pós-palacial” é de Oliver Dickinson (2006).

Bibliografia

BETANCOURT, P. The End of Greek Bronze Age. *Antiquity*, 50:40-47, 1976.

COLDSTREAM, J. *Geometric Greece*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

DESBOROUGH, V. R. d'A. *Protogeometric Pottery*. Oxford: Clarendon Press, 1952.

_____ *The Last Mycenaeans and their Successors. An Archaeological Survey c. 1200-1000 B.C.* Oxford: Clarendon Press, 1964.

_____ *The Greek Dark Ages*. London: Ernest Benn Limited, 1972.

DESHAYES, J. *Argos, les fouilles de la Deiras*. Paris: Librairie philosophique J. Vrin, 1966.

DICKINSON, O. *The Aegean from Bronze Age to Iron Age. Continuity and change between the twelfth and eighth centuries BC*. New York: Routledge, 2006.

DREWS, R. *The End of the Bronze Age. Changes in Warfare and the Catastrophe ca. 1200 B.C.* New Jersey: Princeton University Press, 1993.

FINLEY, I. *Grécia Primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FRENCH, E. *The Development of Mycenaean Terracotta Figurines*. *BSA*, 66:102-187, 1971.

HÄGG, R.; MARINATOS, N. *Sanctuaries and Cults in the Aegean Bronze Age. Proceedings of the First International Symposium at the Swedish Institute in Athens-1980*. Estocolmo 1981.

HALL, J. *A History of the Archaic Greek World ca. 1200-479 BCE*. (Blackwell History of the Ancient World). Malden: Blackwell Publishing, 2007.

HOOKE, J. *Mycenaean Greece*. London: Routledge & Kegan Paul, 1976.

KILIAN, K. *Mycenaeans Up to date, Trends and Changes in Recent Research*. In: FRENCH, E. B.; WARDLE, K. A. (ed.) *Problems in Greek Prehistory*. Bristol: Bristol Classical Press, 1988.

LÉVÊQUE, P. *A aventura grega*. Rio de Janeiro: Cosmos, 1967.

MAZARAKIS AINIAN, A. *Contribution à l'étude de l'architecture religieuse grecque des Ages Obscurs*. *AntCl*, 54:5-48, 1985.

NILSSON, M. The Minoan-Mycenaean Religion and its Survival in Greek Religion. Lund: 1950.

SARIAN, H. La civilisation mycénienne: continuités et ruptures. In TREUIL, R. et al. Les civilisations égéennes du Néolithique e de l'Âge du Bronze. Paris: PUF, 1989. p. 585-593.

SNODGRASS, A. The Dark Age of Greece. An Archaeological Survey of the Eleventh to the Eighth Centuries B.C. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1971.

STARR, C. G. The Origins of Greek Civilization, 1100-650 B.C. New York: Knopf, 1961.

TAYLOUR, W. Os micênicos. Lisboa: Verbo, 1970.

THOMAS, C. G; CONANT, C. Citadel to City-State. The transformation of Greece, 1200-700 B.C.E. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

TORRALVO, A. C. As dimensões sociais dos costumes funerários entre os micênicos. Tese de mestrado defendida no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 1993.

TREUIL, R. et al. Les civilisations égéennes du Néolithique e de l'Âge du Bronze. Paris: PUF, 1989.

VERNANT, J-P. As origens do pensamento grego. São Paulo: Difel, 1972.

OS ESTUDOS DEMÓTICOS E A POSSIBILIDADE DE UMA NOVA EGIPTOLOGIA¹

Thais Rocha da Silva²

RESUMO: Este texto apresenta os estudos demóticos e os novos desdobramentos desse campo na última década para um público brasileiro que ainda não tem acesso a esses documentos e ao campo de pesquisa propriamente dito. Ao mesmo tempo, debato o seu desenvolvimento relacionado à origem e ao estabelecimento da Egiptologia como ciência ao longo dos séculos XIX e XX.

PALAVRAS-CHAVE: estudos demóticos, papirologia, egito antigo, egiptologia,

ABSTRACT: this text presents demotic studies and the new developments of this field in the last decade to the brazilian public, who does not have access to these documents and the research field itself. At the same time, I discuss its development related to the origin and establishment of Egyptology as a science over the last 19th and 20th centuries.

KEYWORDS: demotic studies, papyrology, ancient egypt, egyptology.

The papyri are not a particular closed world.

(Roger Bagnall)

Os estudos da língua egípcia não estão dissociados da compreensão de sua história. Mais do que repetir o óbvio, no caso egípcio, a língua, combinando sistemas diferentes, oferece a possibilidade de ver o mundo pelos olhos egípcios. E digo “ver” no sentido mais concreto do termo, uma vez que a iconografia está presente na escrita, conferindo novas possibilidades de compreensão da simbologia e dos textos. O estudo dos textos egípcios, portanto, não pode ser igualado ao de outras civilizações do Mediterrâneo, não por uma maior ou menor complexidade linguística, mas pela combinação de diferentes modos de ver e associar os significados do mundo traduzidos em textos.

O egípcio antigo e seu último estágio - o copta³ - representa um conjunto de famílias linguísticas chamadas afro-asiáticas. A primeira compreende as línguas faladas na região leste do Mediterrâneo, em que se insere o egípcio antigo, com algumas características comuns: a presença de raízes bi ou triconsonan-

¹ Agradeço ao Prof. John Tait da UCL (Londres) pela generosidade em acompanhar a elaboração deste texto ao longo de 2011 e também por ter me iniciado no estudo do demótico. Sou muito grata também ao Prof. Dr. Ronaldo Gurgel Pereira (Universidade Nova de Lisboa) pelos diversos apontamentos no texto. Ao Prof. Dr. Antonio Brancaglioni Jr. pela leitura cuidadosa de sempre, e pelo encorajamento a esta publicação.

² Mestranda do Programa de Estudos Judaicos e Árabes, Departamento de Letras Orientais, FFLCH-USP, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Brancaglioni Jr.

³ Sobre o desenvolvimento da língua egípcia ver Tab. 3 no final deste texto.

tais, um sistema vocálico limitado a vogais como “a”, “i”, “u”, um sufixo feminino “-at”, entre outros mais específicos (WOODARD, 2004). Esse tipo de compreensão e classificação só foi possível graças ao advento da filologia que, no século XIX, ganhou um estatuto de ciência exata entre as humanidades. Mais do que sistematizar a história e o desenvolvimento das línguas, os filólogos tinham uma obsessão taxonômica.

O grupo dos orientistas com uma formação linguística sólida, fazia suas descrições do Oriente em geral, baseadas em seu acesso aos textos antigos. Tais descrições, no entanto, não deixaram de apresentar um juízo de valor no modo de apresentar esse material, inclusive nas traduções. O caso do Egito é particularmente interessante, pois a tradução da Pedra de Roseta, colocada como marco fundador da Egíptologia, está imersa numa disputa imperialista que iria determinar o modo de se fazer Egíptologia até os dias de hoje. O posicionamento dos estudos demóticos e a respectiva seleção de fontes dentro da disciplina são consequência desse processo.

A Pedra de Roseta (197-196 a.C.), atualmente no Museu Britânico, foi descoberta por Boussard (ou Bouchard), um oficial francês, na região próxima a Rashid, ou Roseta, no Delta Ocidental. Com a derrota de Napoleão para a Inglaterra e a conquista de Alexandria, a pedra passou para mãos inglesas.⁴ A pedra chegou em Portsmouth em 1802 e ficou nas salas da Society of Antiquities of London até ser enviada para o Museu Britânico. Em abril desse mesmo ano, o Rev. S. Weston leu a parte grega do documento numa sessão pública. Pouco depois, em julho, quatro cópias foram distribuídas aos grandes centros de estudo da Inglaterra, Cambridge, Oxford, Dublin e Edimburgo num esforço para se traduzir o texto. Feita em granito negro, a pedra contém catorze linhas em hieróglifos (ou hieroglifos), 32 linhas em demótico, e 54 em grego.⁵ As inscrições da Pedra de Roseta formam uma versão de um decreto feito pelos sacerdotes de Mênfis estabelecendo que Ptolomeu V era o novo governante do Egito.

4 O Tratado de Capitulação, artigo XVI, dizia que todas as peças coletadas no Egito, que já estavam prontas para a viagem a Paris deveriam ser entregues aos ingleses. O Gen. Hutchinson foi o responsável pelo embarque do material à Inglaterra.

5 Para maiores detalhes sobre os estudos sobre a Pedra de Roseta, ver Budge, 1925; Ray, 2008; Parkinson, 1999.

O texto recebeu atenção de diversos pesquisadores⁶ e muitos absurdos foram escritos em relação ao deciframento. No entanto, os trabalhos de Champollion e Thomas Young foram determinantes para o entendimento dos hieróglifos e para o demótico. Mais ainda, isso consagrou a clássica disputa entre França e Inglaterra não apenas pelo mérito do deciframento, mas pela “paternidade” da Egíptologia.

Apesar de toda a fama ter sido endereçada a Champollion, Thomas Young foi importante para que o sucesso francês fosse atingido. Young era médico de formação, mas tinha profundo conhecimento sobre línguas antigas. Aos 14 anos já tinha domínio de diversos idiomas, incluindo o grego, latim, caldeu, persa, hebraico, turco, isso sem contar as línguas modernas. Seus conhecimentos linguísticos foram fundamentais para, por exemplo, estabelecer que os egípcios combinassem sinais alfabéticos e não alfabéticos nos textos.

Seu primeiro trabalho não foi com a Pedra de Roseta, mas com um fragmento de papiro trazido por W. Rose Broughtone, e foi com este texto que realizou progressos significativos no entendimento do egípcio antigo. Young identificou que os cartuchos continham os nomes da realeza e, com isso, conseguiu traduzir os nomes de Ptolomeu e de Berenice, reconhecendo o sinal feminino final e a letra “t”. Dos treze sinais na lista, seis estavam corretos, três parcialmente corretos e quatro errados; depois acrescentou o sinal para “f”, além de outros, também tendo descoberto os numerais e o modo de se representar o plural (RAY, 2008; PARKINSON, 1999). O médico se dedicou à formação da Egyptian Society, subordinada à Royal Society of Literature, a fim de garantir a publicação das inscrições egípcias e passou a se dedicar ao demótico anos mais tarde (REDFORD, 2001; BIERBRIER, 1995, p. 455).

Champollion identificou o sistema de fonemas e diversos sinais correspondentes ao copta. Em 1824 foi responsável pela publicação do *Précis du système hiéroglyphique des anciens égyptiens*, com 450 palavras e, posteriormente a criação de uma gramática e um dicionário (REDFORD, 2001). Apesar das narrativas do deciframento enfatizarem o hieróglifo, o demótico teve um papel importante nesse processo, o qual foi reconhecido, embora tal reconhecimento ainda não tenha alavancado o campo de pesquisa na época.

⁶ Sobre as tentativas de deciframento antes de Champollion, ver Iversen, 1972.

O fascínio despertado nas pessoas por conta dos hieróglifos, dificultou o processo de transliteração e tradução do demótico, bem como o estabelecimento de uma sintaxe. Na verdade, não se tratava apenas de decifrar o significado dos sinais, mas a língua em toda sua complexidade. O fato de o Egito antigo ganhar popularidade pelos objetos monumentais e pelo exotismo da língua, associados a um orientalismo⁷ dos pesquisadores, colocou o demótico fora do centro das atenções. É preciso lembrar que a formação da Egiptologia como ciência especializada se dá paralelamente à formação das coleções dos grandes museus europeus, sobretudo na Inglaterra, com o British Museum (MOSER, 2009). A transformação ocorrida na disposição das galerias organiza e ordena uma nova hierarquia de civilizações, antes separadas segundo uma estética clássica, ao tom da arquitetura do museu, mas posteriormente, numa ordem cronológica (MOSER, 2009, p. 221). Como a base das vitrines e das salas era uma tentativa de imitar os templos gregos, o aspecto exótico, “bizarro”, e mesmo “monstruoso” dos objetos egípcios destoava muito e eles ficavam ressaltados. Por conta disso, a recepção foi considerada bipolar, mas nunca indiferente (MOSER, 2009, p.224). Uma vez que nesse momento os objetos eram classificados como “objetos de arte”,⁸ ficava evidente a discrepância dos “modelos” estéticos. As peças egípcias, quando comparadas às gregas e romanas, adquiriam um status de inferioridade, com um juízo de valor que apontava a sofisticação greco-romana em oposição à simplicidade egípcia.

O gradual isolamento dos egiptólogos e demais desdobramentos da especialização contribuíram para que os textos demóticos não constassem na lista de prioridades de uma Egiptologia - e de um “Egito” - emergentes. A estagnação nos estudos demóticos só viria a ser superada na década de 1970.

No entanto, muito antes, o hieróglifo já tinha provocado estranhamento na Antiguidade,⁹ identificado nos relatos de Heródoto e Horapolo. Apesar de posterior, o texto de Horapolo, que viveu em Alexandria no século V d.C., se tornou referência para os estudos da língua egípcia durante toda a Idade Média e

7 Tomo por referência aqui a ideia de Edward Said (1990) do orientalismo como um estilo de pensamento e a disciplina acadêmica dedicada aos estudos do Oriente.

8 É preciso lembrar da Egitomania no século XIX que contribuiu para que o Egito fosse adaptado e consumido, conforme o gosto burguês.

9 Refiro-me nesse caso à divisão didática tradicional, em que o período da Antiguidade vai do surgimento da escrita até 476 d.C, quando há a “queda” do Império Romano do Ocidente.

Idade Moderna. Seu trabalho, no Livro I, traz um grande número de sinais com suas respectivas explicações. Entretanto, o livro parece ser escrito por dois autores diferentes (BOAS, 1993, p. 17). No século XV sua obra foi adquirida por Cristoforo Bundelmonti, mas o texto só foi publicado pela primeira vez em 1505, junto às fábulas de Esopo. Nos anos seguintes a obra de Horapolo chegaria ao número expressivo de trinta traduções e reedições, o que pode explicar em parte a visão renascentista sobre os egípcios. O texto contém referências greco-romanas, de modo que é possível identificar tradições distintas da egípcia (BOAS, 1993, p. 17). Os equívocos cometidos não eram conhecidos no século XVI e XVII e só seriam identificados muito depois.

Os relatos de Heródoto são muito anteriores e nos deram informações sobre a existência de dois tipos de escrita: a sagrada e a demótica (II, 36), traduzida como “escrita popular”. Contudo, examinando a história da língua egípcia, sobretudo após o período saíta, veremos que os egípcios tinham uma visão diferente a respeito.

O demótico

Demótico é o tipo de escrita cursiva desenvolvida pelos egípcios (REDFORD, 2001, p. 210). O termo utilizado por Heródoto, δημοτικά, foi apropriado e difundido com uma forma de escrita popular, não sagrada. Os egípcios se referiam ao demótico como **ḫn Sat**, “letras”, ou “escrita das letras”.¹⁰ O demótico se tornou a escrita corrente para assuntos ligados ao cotidiano. No entanto, a escrita demótica abarca praticamente todas as categorias de textos egípcios, tais como contratos, cartas, etc., com exceção das poesias amorosas. O primeiro texto em demótico é do século VII a.C., mas seu uso em grande escala acontece somente no período ptolomaico.

O termo “demótico” foi consagrado no mundo contemporâneo graças ao deciframento da Pedra de Roseta, e passou a ser utilizado pelos egiptólogos depois de Champollion. Muitos pesquisadores do século XIX se referiam a enchoiria para se referir a esse tipo de caractere. Não se trata de uma outra língua, nem de uma “língua do povo”,¹¹ vulgar, ou simplesmente de uma escrita cursiva

¹⁰ Redford traduz como “document writing” (2001, p. 210).

¹¹ Há um grande debate na Egíptologia sobre o acesso da população à escrita e mesmo sobre o nível de alfabetização. Discutirei isso adiante. A principal referência é Baines e Eyre, 1983.

dos hieróglifos. O demótico tem uma gramática diferenciada, que se desenvolveu a partir do egípcio tardio, marcando uma transição (lenta e gradual) para o copta, posteriormente.

O demótico, como o egípcio, possui sinais que correspondem a um, dois ou três sons, portanto não se trata de uma escrita alfabética como a grega.

H ieróglifo	H ierático	D emótico
ꜥꜥ(n) mdw - nꜥ		ꜥꜥ(n) ꜥꜥ t
ἱερογλυφική	ἱερατική	δημοτικά
		
3000-664 a.C .	2500-664 a.C .	664 a.C . - declínio no Período Romano

TAB.1. Exemplo simplificado da transição das escritas egípcias.

A escrita demótica pode ser considerada uma das muitas variações dialetais do hierático, oriunda da região de Sais. No entanto, pelo fato de o demótico apresentar variações na construção de palavras e frases, e também no uso dos sinais, como da gramática, não podemos reduzi-lo a uma mera simplificação do hierático (SHORE, 1972, p. 144). Conforme indica Depauw (1997), é possível identificar em fontes gregas referências ao demótico em oposição ao hieróglifo. Heródoto (2, 36; V séc. a.C.), Diodoro (1, 81 e 3,3; I séc. a.C) e Heliodoro (Ethiop. 4, 8; III e IV séc. a.C.) apresentam distinções para isso (ver Tab.2).

Tais fontes não distinguem propriamente o hierático e o hieróglifo, tomados como “sagrados” ou “sacerdotais” em oposição ao demótico, que seria “popular”. Ainda no mundo antigo, Clemente de Alexandria (Stromateis 5, 4, 20-21; II e III séc. d.C.)¹² já diferenciava três tipos de escrita egípcia: ἱερογλυφική, ἱερατική, ἐπιστολογραφική. Em Porfírio (Vit. Pythag. 12, III séc.

¹² Budge (1925) apresenta os trechos em grego a partir da p. 129.

d.C) vemos γράμματα-ἐπιστολογραφικά-ἱερογλυφικά/συμβολικά (DEPAUW, 1997, p. 19). Outros registros como o Decreto de Canopo (238 a.C.), a Pedra de Roseta (196 a.C.), P.gr.Tebt. II 291 (162 a.C) apresentam uma clara distinção entre a escrita “dos gregos” e a “dos egípcios”. Para os gregos, no entanto, a escrita demótica era considerada “nativa”, “nacional”. Entre os próprios egípcios havia uma diferenciação dos tipos de escrita, conforme se pode observar a seguir.

Não pretendo aqui realizar uma discussão filológica sobre as origens e os problemas que envolvem o desenvolvimento do demótico como sistema de escrita, inclusive por limites de formação. O ponto é ressaltar a complexidade do debate em torno das fontes e a dificuldade que envolve a pesquisa a partir desse material. A identificação precisa dos sinais nem sempre é possível, não apenas pelo estado de conservação dos textos, mas também pelas diferentes grafias - nem sempre habilidosas - de quem redigia o material.

No que concerne ao uso do demótico, em seu período mais inicial (650-400 a.C.), correspondente aos domínios saíta e persa, as fontes se restringem a documentos administrativos, legais e comerciais. Nos séculos subsequentes, sobretudo o IV século a.C., o demótico parece ganhar importância entre a população, possivelmente por ser um tipo de escrita anteriormente vinculada à administração. Nos primeiros anos do domínio lágida, no período ptolomaico, o demótico aparece em diversos tipos de fontes e há uma vasta produção literária em demótico, o que poderia em parte justificar a apropriação dessa escrita pela população letrada.

Fontes	H ierático/ H i-eróglifo	D emótico	G rego
H eródoto	ιερά	δημοτικά	-
D iodoro (I)	ιερά	κοινοτέραν ἔχοντα τὴν μάθησιν	-
D iodoro (III)	ιερά καλούμενα	δημώδη προσαγορευόμενα	-
H eliodoro	ιερατικά	δημοτικά	-
C lemente de A le-xandria	ιερογλυφική/ιερατική	ἐπιστολοραφική	-
Porfírio	ιερογλυφικά/συμβολικά	ἐπιστολοραφικά	-
C anopo: G rego	ιερά	αἰγύπτια	Ἑλληνικά
Roseta: G rego	ιερά	ἐνχώρια	Ἑλληνικά
P. g. T ebt. 2	ιερατικά	αἰγύπτια	-
C anopo: H ieróglifo	sS(n) pr- anx	sS(n) Sa t	sSn HAw-nbwt
Roseta: H ieróglifo	sS(n) mdw - nT	sS(n) Sa t	sSn HAw-nbwt
C anopo: D emótico	sX(n) pr- anx	sX(n) Sa t	sX(n)
Roseta: D emótico	sX(n) mdw - nT	sX(n) Sa t	sX(n)

TAB. 2. A escrita e as fontes (In: DEPAUW, 1997, p. 19)

A chegada dos gregos compromete a permanência do demótico como escrita. Tal comprometimento não se deu pelo fato de que o grego era uma escrita alfabética, em oposição ao egípcio, como se acreditou por alguns anos (DE-PAUW, 1997), sendo, portanto, mais fácil de aprender. Ora, se a grande maioria da população já conhecia o egípcio como língua falada e a escrita não era uma habilidade comum a todos, essa teoria não se sustenta. Ao mesmo tempo, se tal dificuldade tivesse existido, seria por parte de escribas gregos, e não egípcios.

Durante o período ptolomaico, período de maior popularização do demótico como escrita, uma parte dos documentos era produzida em duas línguas, principalmente os contratos. Os tribunais em demótico funcionavam normalmente e os gregos poderiam recorrer a eles se assim o desejassem. O decreto de 146 a.C “recomendava” o registo em grego de documentos produzidos em demótico para que pudessem ser arquivados, pois do contrário eles não seriam. O decreto de Anistia de 118 a.C, de Ptolomeu VIII Evergeta II, reduziu um pouco da autoridade dos tribunais gregos em relação aos tribunais egípcios.¹³ Há muitas divergências sobre o uso do demótico e do grego na documentação legal ptolomaica (principalmente MANNING, JOHNSON, CLARYSSE). O caso dos contratos é interessante para verificar ainda que as instituições do período reconheciam documentos escritos tanto em grego quanto em demótico. Tal simultaneidade se justifica, por outro lado, pelo fato de que a administração local não era necessariamente grega, mas uma versão do documento era enviada a Alexandria e, portanto, referendada pela administração central. Ao mesmo tempo, isso indica que o demótico permaneceu em seu uso original no domínio saíta como uma escrita da administração real.

Poderia se argumentar que o demótico foi mantido para marcar uma certa identidade egípcia nas práticas cotidianas, que não eram necessariamente afetadas pela administração macedônica. Contudo, não podemos trabalhar com essas polaridades simplistas no Egito ptolomaico. Nem sempre um documento escrito em grego era de fato grego e o mesmo ocorria com os textos em demótico. Essa visão simplificada da sociedade egípcia contribuiu para que o demótico ficasse em segundo plano também pelos papirologistas que defendiam a helenização do Egito.

¹³ Sobre os tribunais e as interações entre egípcios e gregos, ver PEREIRA, 2005.

É preciso tomar cuidado com a ideia de que o grego parece ser mais fácil que o egípcio e que, por ser uma escrita alfabética, teria trazido vantagens para o processo de helenização. Esse tipo de abordagem, defendida por Goody (2003), é insustentável quando observamos os documentos produzidos em papiro. Na documentação demótica do período ptolomaico, há o intercâmbio de termos egípcios em textos gregos (possivelmente escritos por escribas egípcios), e também o contrário. Clarysse (1993) faz uma análise desse intercâmbio demonstrando de que modo o Egito ptolomaico se constitui gradativamente, como um país bilingue. Os escribas egípcios parecem não ter adotado as terminações gregas nos nomes egípcios (CLARYSSE, 1993, p. 198) e adaptado um grande número de partículas do grego ao modo egípcio de escrever. Assim, a helenização dos escribas egípcios deixou marcas também de uma “egipcianização” do grego utilizado pelos Ptolomeus. Para além do fator linguístico, a adoção de equipamentos de escrita distintos (a caneta de junco e o pincel) marca esse intercâmbio. É bem provável que os gregos tenham aprendido demótico para se aproximarem dos conhecimentos médicos dos egípcios, conforme atesta uma carta em que um grego é parabenizado por aprender demótico.¹⁴ Acredita-se que apenas uma minoria de 10% falava grego (CLARYSSE, 1995, p. 1), minoria esta que governou o país por 300 anos, deixando marcas importantes na vida social. Não se trata, portanto, apenas da mudança de um registro linguístico.

No caso específico das cartas, por exemplo, o problema passa a ser de outra ordem. O número de cartas em demótico é menor do que as cartas gregas, mas possivelmente porque grande parte delas se refira a assuntos administrativos entre os altos oficiais. Os textos propriamente em demótico não são distintos dos gregos nem relação aos conteúdos (DEPAUW, 2006), o que derrubaria a ideia de que os textos demóticos são utilizados para assuntos “privados” e os gregos para os “públicos” e oficiais.

Durante o período romano é possível ver o progressivo desuso do demótico. Textos administrativos e jurídicos passam a ser mais raros, depois os literários (menos relevantes para a vida pública); até que no século V d.C. se encontram ainda em grafites no Templo de Philae (Graff. Philae 365). Os motivos

¹⁴ RÉMONDON, R. “Problèmes du bilinguisme dans l’Égypte lagide (UPZ I, 148)”. In: CdÉ 39 (1964), pp. 126-146. Para outras referências sobre o tema, ver Depauw, 1997.

para a diminuição dos textos não são claros. Lewis (1993) apresenta um contraste significativo na quantidade de documentos disponíveis no período ptolomaico (600) e no período romano (por volta de 60).¹⁵

Papyrologists concerned with Greek documents have traditionally viewed the disappearance of Demotic as a case of 'a largely non-alphabetic system, difficult to acquire and confined almost exclusively to priests and professional scribes, [being] allowed to slip into the oblivion toward which it had been headed for a long time'. Accuracy aside, this 'explanation' does not touch on etiology, unless it be implied in the reference to the nature of the script and to its professional associations. (LEWIS, 1993, p. 277)

Esse processo precisa levar em conta outros aspectos da vida social no Egito Romano, como o desprezo dos romanos em relação aos seus hábitos “bárbaros”,¹⁶ mas sobretudo as mudanças na administração. Os romanos parecem ter diminuído as verbas para os templos egípcios, reduzindo significativamente o poder dos sacerdotes, que eram os principais responsáveis pela manutenção da escrita nativa.

Roman reorganization of the administration of Egypt denied such documents the recognition, or status, they had previously enjoyed. In other words, Demotic documentation was a victim, or casualty, of the Roman annexation of Egypt. Or, to put it in homelier language, the Demotic document did not just wither and fade with age, it was starved to death. (LEWIS, 1993, p. 277)

Se o Egito durante o período ptolomaico adota múltiplos registros escritos dependendo do tipo de texto, é de se imaginar que outras questões possam ser investigadas a partir daí. As relações sociais (tomadas aqui num âmbito mais geral) e a maneira como egípcios e gregos se relacionavam podem ser vistas pelas apropriações da língua e da escrita. Entretanto, antes de fazer esse percurso, acredito ser relevante analisar/discutir o modo como o campo do demoticismo se constituiu no século XX. A formalização desse campo de pesquisa afetou o modo como esses documentos foram escolhidos e estudados nos últimos anos e, evidentemente, todas as leituras a partir de então não fogem à regra.

¹⁵ O autor evidentemente leva em conta a presença significativa de óstraca encontrados no III século d.C., dos grafites e da produção literária no Alto Egito no mesmo período em demótico. É importante lembrar que ainda há um grande número de papiros demóticos não traduzidos e publicados.

¹⁶ Lewis relembra o esforço de Otaviano em sua propaganda anti-Cleópatra (p. 281).

Os estudos e a organização do campo de pesquisa.

O orientalista sueco J. D. Åkerblad foi o primeiro a estudar o trecho demótico da Pedra de Roseta, mas ainda entendia o demótico como uma escrita alfabética. Thomas Young foi o primeiro a sugerir que os hieróglifos poderiam ser uma escrita alfabética e não alfabética e que o demótico derivava destes sinais. Champollion fez alguns progressos comparando o demótico e o copta, chegando a decifrar alguns dos sinais, mas os progressos no demótico só foram realizados no início do século XX.

Houve tentativas de se estruturar uma gramática demótica. O pesquisador irlandês E. Hincks publicou em 1833 “The Enchorial Language of Egypt”¹⁷ e em 1848 Henri Brugsch publica em Berlim o *Scriptura Aegyptiorum demotica e papyris* com grande impacto nos estudos da área. Somente em 1925, Spiegelberg lança *Demotische Grammatik*, formalizando o campo de estudos do demótico.

O crescimento dos estudos coptas colaborou para reposicionar o demótico na história das escritas egípcias. Entre os alemães, principalmente, em finais do século XIX e início do XX, o demótico foi situado entre o egípcio tardio e o copta, como uma escrita de transição.

As gramáticas demóticas ainda estão em desenvolvimento e não pretendo nesse trabalho desenvolver todo o debate sobre os problemas e limites de cada gramática.¹⁸ Vale mencionar aqui que Francis Ll. Griffith (1862–1934) analisou cuidadosamente a construção gramatical do demótico na obra *Stories of the High Priests of Memphis* (1900) sobre os papiros mágicos de Leiden e Londres e *Catalogue of the Demotic Papyri in the Rylands Library at Manchester* (1909) (com Sir Herbert Thompson). Um outro pesquisador digno de nota foi F. Lexa com *Grammaire Démotique*, em sete partes com grande detalhamento, chegando a 1228 páginas quando publicadas entre 1949 e 1951. Mais recentemente, Edda Breschiani publicou *Nozioni elementari di grammatica demotica*¹⁹

¹⁷ Dublin University Review 3, 1833; ver também Journal de la Société orientale d’Allemagne III, 1849, p. 263.

¹⁸ Para o mapeamento do desenvolvimento das gramáticas ver: Depauw, 1997. O autor traz as principais referências para o campo da filologia demótica.

¹⁹ In: Testi e documenti per lo studio dell’antichità. Vol. XXIX. Istituto editoriale Cisalpino, Milan/Varese, 1969.

Thais da Rocha Silva. Os Estudos demóticos e Uma Nova Egiptologia e Janet Johnson, *Thus Wrote Onchsheshonqy - An Introductory Grammar of Demotic*. No entanto, esses estudos ainda estão distantes de formalizar um estudo gramatical do demótico, como se tem no egípcio médio, por exemplo. O texto de Johnson se preocupa com um tipo de demótico tardio, do período romano, em que parte dos sinais é grafada de forma distinta do período ptolomaico. O trabalho de Robert Simpson, *Demotic Grammar in the Ptolemaic sacerdotal decrees*, também segue a mesma abordagem. As gramáticas demóticas enfrentam a grande dificuldade de não abarcar todos os períodos, além de se defrontarem com mudanças ortográficas que são difíceis de padronizar.

No campo dos dicionários, temos o *Demotisches Glossar* de W. Erichsen, com cópia feita a mão pelo autor. A Universidade de Chicago tem realizado um trabalho gigantesco com o *Demotic Dictionary*, trabalhando na elaboração de um dicionário, que está disponibilizado no site da instituição.²⁰

Desde a década de 1970, o número de demoticistas tem crescido e importantes centros tem se desenvolvido na Europa e nos EUA, como é o caso de Copenhague, Leiden, Oxford, Chicago, Michigan. Parece, a princípio, que os grandes centros têm surgido proporcionalmente às coleções de papiros. No entanto, é inegável a contribuição germânica nesse campo.

Dentro do campo da papirologia, os demoticistas são os mais organizados. Os textos em geral são divididos de acordo com a coleção em que estão preservados (BGU, PRyl. dem., P.Lille dem. etc) ou com os arquivos (P.Petaus, PTor. Amenotes, etc.), o que ocorre também com os papiros gregos. Os textos demóticos tendem a ser publicados por tipo, como cartas, contratos de propriedade, etc. A justificativa para isso segundo W. Clarysse (1994) é o fato de que as fórmulas iniciais se repetem nos textos, facilitando a leitura e a identificação dos conteúdos.

As bibliografias existem de forma sistemática, sobretudo no periódico *Enchoria*, especializado em demótico e copta. A série apresenta não apenas a referência das publicações dos últimos anos, mas um pequeno comentário sobre elas (*Demotische Literaturübersicht*). *Demotische Studien* é outro periódico que existe desde 1901, criada por Spielgeberg, com os oito primeiros volumes editados por ele. A série é retomada a partir de 1988, por K.Th Zauzich. O *Studia De-*
20 <http://oi.uchicago.edu/research/pubs/catalog/cdd/>. Acesso em 28 de junho de 2011.

motica tem sido publicado desde 1987, em Leiden, e trazido textos e análises sobre coleções e grupos de papiros. O *Papyrologica Lugduno-Batava* segue a mesma linha do anterior.

Outras ferramentas de trabalho são usadas pelos papirologistas, como *Check-list of demotic text: editions and re-editions*, organizada por S.P. Vleeming e A.A. den Brinker. Pestman elaborou a “*Chronologie égyptienne d’après les textes démotiques*”, em *P.L.Bat* 15 (1967), com uma lista de papiros demóticos em ordem cronológica. Apesar de ser uma lista antiga, é útil aos papirologistas até hoje.

A internet tem colaborado enormemente com os demoticistas, permitindo que a comunidade se torne mais internacional, ainda que o número de pesquisadores seja ainda pequeno, comparativamente com outras áreas da papirologia e da Egíptologia.²¹ O portal *Trimegistus* tem a listagem dos papiros em demótico, indicando o status das publicações (fotografia, transcrição, tradução) e as referências bibliográficas, incorporadas pelo *Enchoria*. O *Trimegistus* apresenta também o *Demotische Literaturübersicht* atualizado, permitindo que os pesquisadores atualizem também a bibliografia sobre o tema.

- Demotic Dictionary Project : <http://oi.uchicago.edu/research/projects/dem/>
- Trimegistus: <http://www.trimegistos.org/>
- Special Collections Library at the Duke University: <http://scriptorium.lib.-duke.edu/papyrus/texts/homepage.html>
- Checklist of Editions of Greek, Latin, Demotic and Coptic Papyri, Ostraca and Tablets: <http://scriptorium.lib.duke.edu/papyrus/texts/clist.html>
- Carsten Niebuhr Institute em Copenhagen: http://www.iki.ku.dk/cni/papcoll/pap_dem.htm
- Demotische Wortliste: <http://www.dwl.aegyptologie.lmu.de/index.php>
- Demotic egyptian transliteration and Unicode: <http://socrates.berkeley.edu/~pinax/demotic.html>
- Coleção da Universidade de Copenhagen: <http://pcarlsberg.ku.dk/inventory/demotic/>

A relevância do demótico para a Egíptologia e para o mundo antigo.

²¹ Os dados são do último Congresso Internacional de Demótico em 2011, realizado em Oxford. http://www.orinst.ox.ac.uk/conferences/11th_demotic_congress/index.html

Ainda dentro do campo da Egptologia, o advento do demótico trouxe inúmeras contribuições. Evidências como estas têm colaborado para o estudo da literatura, da medicina, da religião e mesmo dos textos escolares (TAIT, 1992). Apesar da organização dos demoticistas, muitos textos demóticos estão sem tradução e ainda estão por serem publicados. Isso se deve ainda ao pequeno número de demoticistas no mundo e também a impossibilidade de se criarem softwares que permitam a leitura e a transcrição dos textos demóticos, como ocorre com os hieróglifos, para difundir a pesquisa. Parte significativa das publicações oferece cópias manuscritas feitas pelos tradutores, poucas fotografias e muitas transliterações. Para além das dificuldades da escrita, esse material ainda está em uma espécie de limbo. Não pertence nem aos egptólogos, nem aos classicistas. Mesmo nos grandes centros de papirologia, a divisão tradicional acadêmica ainda permanece: a separação entre documentos egípcios (em hieróglifo e hierático) e os gregos. Muito recentemente isso tem se transformado, sobretudo em Copenhague, onde o encorajamento para uma múltipla formação é maior, mas ainda é cedo para se notar os resultados. Deste modo, os estudos demóticos parecem órfãos. Boa parte da documentação estudada até agora ficou restrita a contratos de propriedade e casamentos.

Os papiros têm sido muito utilizados pela promessa de oferecer um caminho de acesso direto aos nativos. No entanto, é preciso considerar aqui algumas particularidades sobre a procedência desse material. A pergunta feita por Roger Bagnall (1995, p. 11) se o Egito era “normal”, dada a quantidade de papiros provenientes da região, indica um outro nível do problema: as generalizações. A maior parte dos papiros preservados provém de áreas marginais, como o Fayum que podem, até certo ponto, revelar uma exceção e não a regra para as regiões mais populosas do Delta. As cidades com maior número de imigrantes gregos (Alexandria ao norte e Ptolomais ao sul) não podem ser consideradas parâmetros, sobretudo porque ambas tiveram um olhar especial dos governantes para constituir um modelo de cidade helenística.

Por outro lado, o Egito sofre de um outro problema relativo aos papiros. A quantidade significativa de material diante dos seus vizinhos no Mediterrâneo pode reforçar uma unicidade do Egito. Esse tipo de critério é difícil de medir.

Bagnall, por exemplo, discute esse tipo de standardização, assinalando que a escolha do critério pode comprometer as conclusões sobre um tipo de padrão no mundo antigo que pode ser ilusório (1995, p. 11-14). Dito de outro modo, o fato de haver um número maior de papiros jurídicos, por exemplo, seria indicador que determinadas instituições são mais presentes no Egito do que em outros locais? Ou simplesmente, que esse tipo de instituição requeria o armazenamento desses documentos para outros fins? Qual seria o meio de avaliar isso sem juízos de valor?

A escolha dessas fontes é um outro tema que merece atenção e não me parece mero acaso o interesse pelos temas econômicos e jurídicos.²² No caso dos estudos de gênero, por exemplo, a documentação tem sido utilizada para demonstrar que as mulheres no Egito ptolomaico tinham, de fato, direitos e uma maior participação social, em oposição às mulheres “gregas”. Esse tipo de seleção e abordagem pode ser justificado pelas necessidades de boa parte de uma sociedade ocidental pós-feminismo, em que o processo de emancipação feminino é entendido segundo critérios econômicos e jurídicos.²³

O período ptolomaico ainda tem sido estudado majoritariamente através da documentação grega, já que se trata do processo de “helenização” (visto aqui como universal e homogêneo) do Egito. Como afirmam Bowman e Woolf (1994, p. 8):

The survival and the importance of languages other than Greek and Latin may be under-represented in modern scholarship because, for instance, the Greek papyri from Ptolemaic Egypt have been very well served by Greek papyrologists whilst the far smaller number of demoticists has not been able to do justice to a corpus of demotic papyri which is very much larger than the published sample would suggest.

A papirologia não tem sido uma disciplina reconhecida por sua capacidade reflexiva (BAGNALL, 1995, p. 1) e o uso da documentação demótica pode incorrer em outro extremo, a de uma positividade excessiva que tende a ver os documentos gregos como desnecessários ou pouco relevantes para o estudo da

²² A papirologia começa com o estudo dos textos jurídicos e econômicos, desdobrando-se para outros materiais posteriormente.

²³ Refiro-me aqui especificamente ao Reino Unido, EUA e França, onde essa literatura foi produzida, apoiada no movimento feminista do início do século XX, da década de 1960 e nos estudos de gênero.

sociedade egípcia. Assim, documentos, pessoas, gregos e egípcios caem numa polaridade artificial, que não corresponde à realidade do Egito, mas muito mais à nossa separação entre classicistas e orientalistas. Isso sem contar, evidentemente, no modelo de pesquisa acadêmica que segmenta excessivamente algumas áreas, tornando o diálogo muitas vezes impossível. No caso dos estudos demóticos, os pesquisadores têm tomado nos últimos anos posturas mais solidárias e críticas em relação aos seus processos de investigação. Comparativamente, esse campo da papirologia, por assim dizer, tem a vantagem de poder aprender com os erros de papirologistas gregos e mesmo dos egiptólogos, buscando alternativas para o seu isolamento. O esforço de alguns pesquisadores tem apontado para novas abordagens nessa nova geração de egiptólogos e demotocistas que, mais do que privilegiar o texto como entidade autônoma, nos lembra que eles foram produzidos por pessoas e, portanto, devem ser vistos também em sua materialidade e como produto social.

FASES DA LÍNGUA E DA ESCRITA NO EGITO

Língua	Escrita	Data
γραΰματα ιερογλυφικα΄ - "Escrita (pelas) Sagradas Incisões" γραΰματα ιερατικα΄ - "Escrita Sacerdotal" γραΰματα δημοτικα΄ - "Escrita Popular"		
Egípcio Arcaico	Hieroglífica	I e II dinastias
Egípcio Antigo	Hieroglífica Hierática	Final da III din.
Egípcio Médio ou Clássico	Egípcio de	Hieroglífica Hierática
Neo-egípcio		Hieroglífica
Demótico Antigo	Tradição	Hierática Hierático Anormal (Tebas)
		Hieroglífica Hierática Demótico Demótico Saítico Persa
Demótico Ptolomaico	Ptolomaico Antigo Ptolomaico Tardio	XXVI a XXX dinastias
Demótico Romano	Demótico Romano	
Última Inscrição Hieroglífica		394 d.C.
Última Inscrição Hierática		III século d.C.
Última Inscrição Demótica		452-3 d.C. (Philae)
Desaparecem quando a língua falada começa a ser escrita - Copta		
Pré-Copta		Final da XXVI dinastia
Copta Pré-Arcaico		Início do Ptolomaico
Copta Arcaico		I século d.C.
Copta		III/IV séculos d.C. XI/XIV séculos d.C.
Com o Período Islâmico o árabe torna-se a língua e a escrita oficial		640

TAB. 3. Fases da Língua Egípcia.²⁴

²⁴ Tabela gentilmente elaborada e cedida pelo Prof. Dr. Antonio Brancaglioni Jr.

Bibliografia

- BAGNALL, R. *Reading Papyri, writing ancient history*. London and New York: Routledge, 1995.
- BAINES, J. Four notes on literacy . *Göttinger Miszellen*. Göttingen, v. 61, p. 65-96, 1983.
- BAINES, J; EYRE, C. Interactions between Orality and Literacy in Ancient Egypt. In: SCHOUSBOE, K.; LARSEN, M. T. (Eds.) *Literacy and Society*. Denmark: Akademisk Forlag, 1989.
- BOAS, G. *The hieroglyphics of Horapollo*. Bollingen Series XXIII. New Jersey: Princeton University Press, 1993.
- BOWMAN, A.K.; WOLF, G. (Eds.) *Literacy and Power in Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BUDGE, E. A. W. *The mummy: a handbook of Egyptian funerary archaeology: second edition revised & greatly enlarged*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1925.
- BURNET, R. *L'Égypte ancienne à travers les papyrus. Vie quotidienne*. Paris: Éditions Pygmalion, 2003.
- BIERBRIER, M.L. *Who's who? 3th. Edition revised*. London: Egypt Exploration Society, 1995.
- CENIVAL, F. *L'écriture démotique*. In: *Textes et langages de l'Égypte pharaonique: cent cinquante années de recherches, 1822-1972: hommage à*  *Le Caire: Institut français d'archéologie orientale du Caire, 1972*.
- CLARYSSE, W. *Greeks and Egyptians in the Ptolemaic army and administration*. *Aegyptus*, Milano, vol. 65, 1985, p.57–66.
- _____. *Some Greeks in Egypt*. In: JOHNSON, J. (Ed.) *Life in a Multicultural Society: Egypt from Cambyses to Constantine and Beyond*. (SAOC 51), Chicago, 1992. p. 51-56.
- _____. *Egyptian scribes writing Greek*. *CdÉ*, Bruxelles, v. 68, 1993, p. 186–201.
- _____. *Demotic for Papyrologists. A First Acquaintance*. In: CAPASSO, M. (Ed). *Atti del V Seminario internazionale di papirologia*. Lecce 27-29 giugno 1994 (*Papyrologica Lupiensia*, 4). Lecce, 1995, p. 87-114.
- _____. *Ethnic diversity and dialect among the Greeks of Hellenistic Egypt*. In: VERHOOGT, A.M.; VLEEMING, S. P. (Eds.) *The two faces of Graeco-Roman Egypt. Greek and Demotic and Greek-Demotic texts and studies presented to P.W. Pestman*. P.L. Bat 30. Leiden, Boston, Köln: Brill, 1998, p. 1-14.
- _____; THOMPSON, D. *Counting the people in Hellenistic Egypt*. *Historical Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- DEPAUW, M . *A companion to Demotic Studies*. Brussels: *Papyrologica Bruxellensia* 28, 1997.

_____. The demotic letter: a study of epistolographic scribal traditions against their intra- and intercultural background. Demotische studien. Band 14. Sommerhausen: Gisela Zauzich Verlag, 2006.

_____. (ed.) A Chronological Survey of Precisely Dated Demotic and Abnormal Hieratic Sources. Köln, Leuven: Trismegistos Publications, 2008. Disponível em <http://www.trismegistos.org/daht>.

DEVAUCHELLE, D. D'une pierre deux écritures. In: Mémoires d'Égypte: hommage de l'Europe à Champollion. Strasbourg: Editions la Nuée Bleue, 1990.

EL-AGUIZY, O. About the Origins of Early Demotic in Lower Egypt. In: JOHNSON, J. (Ed.) Life in a Multicultural Society: Egypt from Cambyses to Constantine and Beyond. (SAOC 51), Chicago, 1992. p. 91-102.

GOODY, J. Escrita en sociedades tradicionales. Trad. Gloria Vitale e Patricia Wilson. Barcelona: Gedisa, 2003 [1968].

IVERSEN, E. The hieroglyph in Egypt before Champollion. In: Textes et langages de l'Égypte pharaonique: cent cinquante années de recherches, 1822-_____. Le Caire: Institut français d'archéologie orientale du Caire, 1972.

JOHNSON, J. (Ed.) Life in a Multicultural Society: Egypt from Cambyses to Constantine and Beyond. (SAOC 51), Chicago, 1992.

_____. "Annuity contracts" and marriage. In: Silverman, David P. (ed). For his Ka. Essays in Memory of Klaus Baer. Studies in Ancient Oriental Civilization, n. 55. Chicago. 1994.

_____. Thus Wrote 'Onchsheshonqy - An Introductory Grammar of Demotic. (SAOC 45). 3a. edição. Chicago, 2000.

LA'DA, C. Encounters with ancient Egypt: the hellenistic greek experience. In: ROEMER, C; LEWIS, N. The demise of demotic document; When and why? JEA, London, v. 79, 1993, p. 276-281.

_____. Greeks in Ptolemaic Egypt. Connecticut: American Society of Papyrologists, 2001.

_____. "Greco-Roman Egypt": fact or fiction? In: SAMUEL, D.H. (Ed.) Proceedings of the Twelfth International Congress of Papyrology. Michigan, 1968. Toronto: A.M. Hakkert, 1970, p. 3-14.

MALININE, M. Choix de textes juridiques en hiéراتique "anormal" et en démotique (XXVe - XXVIIe dynastie. Bibliothèque de l'École des Hautes Études, 300. vol 1. Paris, 1953.

MANNING, J. Demotic Papyri (664 - 30 a.C.). In: WESTBROOK, R.; JASNOW, R. (Ed.) Security for debt in Ancient Near Eastern Law. Leiden, Boston, Köln: BRILL, 2001, p. 307-326.

_____. The last Pharaohs. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2010.

MOSER, S. *Wondrous Curiosities: ancient Egypt in the British Museum*. Chicago and London. University of Chicago Press, 2006.

PARKINSON, R. *Cracking Codes: The Rosetta Stone and Decipherment*. University of California Press. 1999.

PEREIRA, R. G. “Helenização”, “Egipcianização” e “Re-construção da Identidade”: Estudo das Interações Culturais entre Estrangeiros e Nativos na Chóra Ptolomaica. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Comparada, UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

RAY, J. Thomas Young et le monde de Champollion. *BSFÉ Paris*, v.119, p. 25-34, 1990.

_____. Literacy and language in Egypt in the Late and Persian Periods. In: BOWMAN, A.K.; WOLF, G. (Eds.) *Literacy and Power in Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 51-66.

REDFORD, D. (Ed.) *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*. Oxford, Oxford University Press, 2001.

_____. *The Rosetta Stone and Rebirth of Ancient Egypt*. London: Profile Books Ltd. 2008.

RÉMONDON, R. Problèmes du bilinguisme dans l'Égypte lagide (UPZI, 148). *CdÉ, Bruxelles*, v.39, p. 126-146, 1964.

SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

SHORE, A.F. Demotic. In: *Textes et langages de l'Égypte pharaonique: cent ans de Champollion*. [Le Caire]: Institut français d'archéologie orientale du Caire, 1972.

TAIT, W.J. *Proceedings of the XVIII International Congress of Papyrology (Athens 25-31 May 1986)*, Atenas, 1988, 2 vols.

THOMPSON, D. J. Literacy in early Ptolemaic Egypt. In: El-Mosalamy, A.H.S. (Ed.) *Proceedings of the XIXth International Congress of Papyrology*. Cairo 2-9 September, 1989. Cairo: Center of Papyrological Studies, 1992, p. 77-90.

_____. Language and Literacy in Early Hellenistic Egypt. In: BILDE, P. et al. *Ethnicity in Hellenistic Egypt*. Aarhus: Aarhus University Press, 1992, p.39-52.

_____. Literacy and Power in Ptolemaic Egypt. In: BOWMAN, A.K.; WOLF, G. (Ed.) *Literacy and Power in Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 67-83

VANDORPE, K. Archives and Letters in Graeco-Roman Egypt. In: PANTALACCI, L. (Ed.) *La lettre d'archive. Communication administrative et personnelle dans L'Antiquité proche-orientale et égyptienne*. Actes du colloque de l'université de Lyon 2. 9-10 juillet 2004. Le Caire: Institute Français d'Archéologie Orientale, 2008, p. 155-177.

Mare Nostrum, ano 2013, n. 4

VASUNIA, P. Hellenizing Egypt. Thesis (Phd). Department of Classics. Stanford: Stanford University, 1995.

VERHOOGT, A. Dictating Letters in Greek and Roman Egypt from a Comparative Perspective. Michigan, 2009.

VLEEMING, S.P. La phase initiale du démotique ancien. CdÉ, Bruxelles, v.56, p. 31-48, 1981.

WOODARD, R. D (Ed.). The cambridge encyclopedia of World's Ancient Languages. New York: Cambridge University Press, 2004, p. 160-217.

PLÍNIO, O JOVEM, E SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS: A FORMAÇÃO DE UMA CARREIRA POLÍTICA DURANTE O PRINCIPADO ROMANO

Dominique Monge Rodrigues de Souza¹

RESUMO: O objetivo do presente artigo é analisar a carreira política de Plínio, o Jovem, a partir das suas relações interpessoais enquanto articuladoras das funções administrativas e jurídicas desempenhadas por esse senador romano do período do Principado. Também propomos uma reflexão acerca das motivações, detectadas nas epístolas plinianas, que determinavam a atuação de um advocatus em processos judiciais. Outro aspecto por nós abordado é a relação das atividades jurídicas com o desenvolvimento do *cursus honorum* de Plínio, o Jovem. Desse modo, partindo da interpretação da carreira política pliniana, discorreremos sobre a relação entre âmbito administrativo e jurídico durante o Principado romano. Tal abordagem nos permite compreender a constituição da carreira política senatorial do período que, em nossa perspectiva, ultrapassa os limites das magistraturas que compunham o *cursus honorum*, abarcando também as atividades jurídicas.

PALAVRAS-CHAVE: principado, *cursus honorum*, relações interpessoais, direito romano, plínio, o jovem

ABSTRACT: the main aim of this paper is to analyze the political career of Pliny the younger from his interpersonal relationship as an articulator of the administrative and legal functions performed by this roman senator during the Principate. We also propose a reflection concerning the motivations, detected on the letters of Pliny the Younger, which determined in which lawsuits an advocatus should act. Another aspect that will be approached in this paper is the relationship between the administrative and legal spheres during the Roman Principate. This approach allows us to understand the constitution of the senatorial political career during such period, which in our point of view exceeded the limits of the magistrature that composed the *cursus honorum*, also encompassing the legal activities.

KEYWORDS: principate, *cursus honorum*, interpersonal relationship, roman law, pliny the younger

Considerações iniciais

No contexto do Principado romano, quais seriam os critérios utilizados na escolha dos processos nos quais atuar? Plínio, o Jovem,² senador de origem

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Os resultados aqui apresentados fazem parte de nossa pesquisa em nível de mestrado financiada pela FAPESP.

² No presente artigo iremos nos referir a Plínio, o Jovem, apenas como Plínio e, quando necessário, faremos a devida diferenciação entre esse senador e o seu tio, Plínio, o Velho.

equestre do período supracitado, no seguinte trecho da Carta VI 29 nos apresenta indícios das características dos processos que, em sua opinião, tinham maior prestígio e que engrandeciam o seu defensor. Tal epístola foi enviada entre os anos de 106-107 d.C. ao jovem protegido do epistológrafo romano Ummidius Quadratus. (SHERWIN-WHITE, 1966, p. 388).

Por que as causas dos amigos [amicorum]? Não precisa de explicação. Por que as causas sem defensor? Porque nelas mostra-se, nitidamente, a firmeza de caráter e a generosidade do defensor. Por que as causas que estabelecem um exemplo? Porque é muito importante que se coloque o bom e o mau exemplo. A essas três eu acrescentaria, por ambição talvez, as causas que proporcionam ao orador fama e reconhecimento. (Carta VI 29).

Essa epístola é de grande relevância para a compreensão de certos aspectos da carreira de Plínio como *advocatus*³ e, conseqüentemente, para a análise do âmbito jurídico do Principado romano. Para tanto, como já anunciado pelo excerto supracitado, é necessário compreendermos as razões pelas quais um defensor atuava perante um tribunal.

Desse modo, objetivamos no presente artigo analisar as relações interpessoais, nas quais incluímos as relações de *amicitia* e *patronato*, assim como os aspectos legais que levaram à nomeação de Plínio nos processos nos quais atuou na Corte Senatorial.

Em seguida, a partir do estudo de alguns processos nos quais Plínio atuou nessa corte de justiça teceremos a relação entre a organização administrativa com o âmbito do judiciário partindo de nossa documentação textual que abarca as epístolas de Plínio.

Cursus honorum pliniano

O *cursus honorum* caracterizava a carreira pública de um senador e possuía uma organização hierárquica conforme as atribuições e importância de

³ Utilizamos o termo *advocatus*, em latim, com a finalidade de evitar qualquer referência ao seu correspondente em português – advogado –, visto que não devemos enxergar as atividades judiciais de Plínio, o Jovem, tanto no Tribunal dos Centúviro como na Corte Senatorial, nos moldes da contemporaneidade. Como apresentado no Oxford Latin Dictionary o vocábulo latino *advocatus* era empregado para nomear aqueles que auxiliavam ou aconselhavam alguém juridicamente (GLARE et al, 1968, p. 59).

cada magistratura. Durante o período republicano o primeiro cargo político era a questura, posteriormente o cargo de aedilis, pretor e cônsul. Durante o Império o *cursus honorum* foi expandido, no entanto, os postos acima mencionados (aedilis, pretor e cônsul) foram mantidos. (ADKINS, L.; ADKINS, R., 2004, p. 42-43). O intervalo mínimo entre o exercício das magistraturas era de dois anos, no entanto, essa disposição, durante o período Imperial, poderia ser alterada através de uma dispensa do Imperador, benefício este que Plínio usufruiu, conforme apresentaremos no decorrer desse artigo.

Plínio, o Jovem, (Gaius Plinius Caecilius Secundus) senador durante os governos dos Imperadores Domiciano (81-96 d.C.), Nerva (96-98 d.C.) e Trajano (98-117 d.C.), legou-nos referências sobre a sua vida pessoal e acerca do desenvolvimento do seu *cursus honorum* através da sua produção epistolar e do seu discurso Panegírico a Trajano.

Na Carta VI 20, 5, na qual descreve a erupção do Vesúvio em 79 d.C. que destruiu a cidade de Pompeia, Plínio relata que naquela ocasião tinha dezoito anos. Tal informação nos leva a inferir que ele nasceu entre os anos de 61-62 d.C.

Órfão de pai, Plínio foi adotado em testamento por seu tio materno, Plínio, o Velho (23/24 d.C-79 d.C.), ilustre membro da ordem equestre e autor da obra *História Natural*, cujo falecimento foi provocado pela erupção do vulcão Vesúvio.

A proeminência da carreira de Plínio, o Velho, foi de grande relevância para o início da carreira de Plínio, o Jovem. Em sua documentação epistolar, Plínio faz diversas referências ao seu tio (Cartas III 5; V 8; VI 16), o que, por sua vez, demonstra a tentativa de Plínio de divulgar as suas relações interpessoais e de parentesco com Plínio, o Velho. Nesse sentido, faz-se necessária uma breve análise da carreira de Plínio, o Velho.

Plínio, o Velho, ocupou significativos cargos durante a sua vida, dentre estes desempenhou diversas funções de caráter militar na Germânia Superior e na Germânia Inferior, assim como foi procurador (cargo de caráter civil que atuava como representante financeiro do Imperador) em diversas províncias

romanas. De acordo com Trevor Murphy (2004, p.03) não há indícios que apontem diretamente as províncias nas quais Plínio, o Velho, desempenhou tal função, no entanto, é provável que tenha atuado na Hispania Tarraconensis, na Africa, na Gallia Narbonensis e na Gallia Belgica. Permaneceu em Roma grande parte do governo de Vespasiano (69-79 d.C). Sua última função foi o comando de uma frota em Misenum, na baía de Nápoles.⁴

Além de possuir parentesco com um ilustre membro da ordem equestre, Plínio teve como tutor Verginius Rufus, também senador de origem equestre que foi cônsul em três ocasiões. Portanto, a notoriedade de seu tio materno e do seu tutor foram de grande relevância para o início da carreira política de Plínio, na qual incluímos tanto as suas atividades como *advocatus* como as suas funções no âmbito político-administrativo. Sendo assim, tais antecedências auxiliaram o seu ingresso no Senado e o desenvolvimento do seu *cursus honorum*.

Logo após o falecimento de seu tio materno, Plínio inicia a sua carreira pública ainda como candidato a uma vaga no Senado romano, na qualidade de *decemvir stlitibus iudicandis* que, segundo Leanne Bablitz (2007, p. 61), tinha como atribuições presidir o Tribunal dos Centúviro, corte de justiça responsável pelos processos concernentes a heranças. Para Richard J. A. Talbert (1984, p. 13) essa magistratura era legada aos candidatos relacionados com indivíduos do alto escalão senatorial, como cônsules, o que nos leva a crer que a proximidade de Plínio com Verginius Rufus foi primordial para os primeiros anos da carreira política de nosso autor.

Antes de presidir o Tribunal dos Centúviro através da magistratura *decemvir stlitibus iudicandis*, Plínio atuou pela primeira vez como *advocatus* nessa corte de justiça, como podemos observar na seguinte citação extraída da Carta V 8, endereçada a Tittinus Capito: “Eu tinha dezenove anos quando comecei a falar no tribunal, e somente agora eu começo a perceber, mesmo que vagamente, as qualidades que um orador deve mostrar.”

⁴ Para maiores detalhes acerca da carreira de Plínio, o Velho, consultar o artigo de Ronald Syme, *Pliny the Procurator* (1969), e a obra de Sherwin-White, *The letters of Pliny: a historical and social commentary* (1966, p. 219-221), ambas devidamente citadas na bibliografia.

Dominique M.R. de Souza. Plínio, o Jovem, uma carreira política no Principado.

Há poucas indicações a respeito dessa atuação de Plínio em nossa documentação. No entanto, acreditamos que esta epístola faz referência a sua atuação no Tribunal dos Centúviro na defesa de Junius Pastor. Apesar de não ter nos deixado grandes referências acerca desse processo, Plínio, na Carta I 18 endereçada ao biógrafo Suetônio, explicita a grande relevância da sua atuação nesse processo para o posterior desenvolvimento de sua carreira política:

Eu tinha assumido a defesa de Junius Pastor quando me apareceu em sonho a minha sogra que me rogava de joelhos para que eu não atuasse. Eu devia atuar sendo ainda muito moço, diante das quatro cortes,⁵ contra os personagens mais poderosos da cidade e, inclusive, contra alguns amigos do Imperador. Qualquer dessas circunstâncias, depois desse sonho, poderiam ter me feito perder a confiança em mim mesmo. [...]. Ganhei o caso, e aquele discurso chamou a atenção para mim e abriu-me a porta para fama.

Após presidir o Tribunal dos Centúviro, Plínio exerceu o Tribunato Militar na Síria na III Legião Gallica (CIL V. 5262). Tanto o Tribunato Militar como o Vigintivirato (Vigintiviratus) que, no caso de Plínio corresponde à função de *decemuir stlitibus iudicandis*, eram cargos indispensáveis para todo candidato de origem equestre a uma vaga no Senado.

No entanto, não há como precisar o ano no qual Plínio exerceu seus dois primeiros cargos, ainda como candidato a uma vaga no Senado, em virtude da escassez de informações na documentação epistolar e no Panegírico a Trajano.

É de nosso conhecimento que Plínio exerceu a função de *decemuir stlitibus iudicandis* unicamente pela referência epigráfica (CIL V. 5262 e ILS 2924). No que diz respeito ao Tribunato Militar na Síria, há vestígios na documentação epistolar, mas nenhuma que nos precise o período no qual exerceu esse cargo. Essas omissões justificam-se através de uma estratégia de Plínio de desvincular o início da sua carreira pública das relações interpessoais que o aproximavam do Imperador Domiciano, uma vez que, como discorreremos, o acesso às magistraturas poderia passar pela alçada do Imperador no poder.

⁵ Expressão correspondente ao Tribunal dos Centúviro, que era dividido em quatro cortes. Este Tribunal era sediado na Basílica Iulia, localizada no lado sul do Fórum Romano. Normalmente o tribunal era dividido em quatro cortes com 45 juízes cada. Cada corte era responsável por casos diferentes (BABLITZ, 2010 p.225).

Anthony Richard Birley (2000, p. 7) propõe a data de 80-81 d.C. para o Vigintivirato de Plínio e apresenta o ano de 82 d.C. como o mais provável para o Tribunato Militar na Síria. A mesma problemática se apresenta no estabelecimento de uma possível data para o exercício do cargo destinado aos membros da ordem equestre: *seuir equitum Romanorum*.⁶ Na perspectiva desse mesmo autor (BIRLEY, 2000, p. 8), Plínio possivelmente assumiu esse cargo em 84 d.C.

No entanto, os debates em torno de um estabelecimento para as datas das magistraturas de Plínio não são fomentados unicamente pela omissão na documentação. Os debates historiográficos em torno da cronologia da carreira política de Plínio são incitados pela diversidade de interpretações possibilitadas pelos vestígios encontrados tanto na documentação pliniana como em outras fontes do período.

Em nossas pesquisas utilizamos a proposta cronológica de Adrian Nicolas Sherwin-White (1966) em razão da sua criteriosa interpretação da documentação pliniana e do seu amplo conhecimento acerca do período do Principado.⁷

Em 90 d.C., Plínio, já na qualidade de membro do Senado romano, tornou-se questor (*quaestor caesaris* ou *quaestores augusti*), como observamos na Carta VII 16, juntamente com Calestrius Tiro. Os *quaestores augusti* eram designados pelo Imperador para levar ao Senado os seus desejos. (RADICE, 1969, p. 516).

O efetivo ingresso no Senado romano era através da questura. A questura era seguida pelo Tribunato e pela pretura (*praetor*), esta última magistratura intrinsecamente relacionada com o judiciário em Roma. (SHERWN-WHITE, 1966, p. 73). Plínio exerceu, provavelmente, o Tribunato da Plebe em 92 d.C. (Cartas I 23, 2; VII 16, 2) e posteriormente assumiu o cargo de pretor em 93 d.C. (Carta VII 16, 2).

⁶ Segundo Julián González (2005, p. 18) esse cargo correspondia ao comando de um esquadrão de cavaleiros.

⁷ Para maiores referências acerca da discussão em torno da cronologia da carreira política de Plínio ver a obra de Ronald Syme, *Tacitus* (1958), e a de A. R. Birley, *Onomasticon to the Younger Pliny: Letters and Panegyric* (2000), ambas devidamente citadas na bibliografia.

Dominique M.R. de Souza. Plínio, o Jovem, uma carreira política no Principado.

Durante os primeiros anos de sua carreira, Plínio contou claramente com o apoio do Imperador Domiciano. Esse patrocínio pode ser identificado uma vez que conseguiu alcançar o cargo de quaestor Caesaris e, posteriormente, através de uma exceção possibilitada pela intervenção do Imperador na Lex Villia Annalis, promulgada em 180 a.C. e que regia a idade mínima para exercício de certas magistraturas, conseguiu alcançar a pretura um ano antes do permitido na lei (Carta VII 16).

Para Sherwin-White (1966, p. 75), a pretura qualificava o indivíduo para os mais altos postos a serviço do princeps. Ainda sob o governo de Domiciano, em 94 d.C., Plínio foi nomeado praefectus aerarii militaris.⁸

Provavelmente no ano de 98 d.C, foi nomeado, juntamente com Cornutus Tertullus, ao cargo de praefectus aerarii Saturni, magistratura responsável pela administração do tesouro público, localizado no templo de Saturno (GONZÁLEZ, 2005, p. 21).

Após o exercício do seu cargo de praefectus aerarii Saturni, Plínio foi nomeado pelo Imperador Trajano para o cargo de cônsul, também ao lado de Cornutus Tertullus, atingindo, desse modo, o alto escalão senatorial.

Em 103 d.C., tornou-se Augur (Cartas IV 8; X 13) e em 104 d.C. foi nomeado curator alvei Tiberis et riparum et cloacarum urbis que tinha, dentre as suas funções, cuidar da drenagem do rio Tibre.

Concomitante às suas atividades enquanto magistrado, Plínio, manteve uma intensa atividade jurídica, tanto no Tribunal dos Centúviro como na Corte Senatorial. Suas defesas e acusações refletiram no engrandecimento do seu prestígio político que culminaram na sua nomeação a Legatus propraetore Ponti et Bithyniae consulari potestae em 109-111 d.C., ou seja, foi enviado por

⁸ “Magistratura criada por Augusto, encarregada da administração e controle dos bens que constituíam o tesouro militar, dedicado a financiar os gastos militares” (GONZÁLEZ, 2005, p. 20).

Trajano como governador⁹ Bitúnia-Ponto para administrar e organizar as finanças daquela província.

No que tange ao início da sua carreira pública como membro do Tribunal dos Centúviro, acreditamos que essa atuação foi de grande relevância na construção do *cursus honorum* de Plínio já enquanto senador, uma vez que tal experiência jurídica permeou grande parte da sua vida pública. Desse modo, é possível conceber uma carreira política senatorial que ultrapassa os limites das magistraturas que compõem o *cursus honorum*. Com isso queremos dizer que, apesar de ter desempenhado diversas magistraturas ligadas diretamente com a administração do Império, e não unicamente com a aplicação do Direito Romano, as atividades de Plínio enquanto *advocatus*, antes e após a sua entrada no Senado, tanto no Tribunal dos Centúviro como na Corte Senatorial, de certa maneira, nortearam a sua atuação enquanto magistrado.

Tal perspectiva se respalda uma vez que, ao analisarmos a carreira política pliniana, é possível observar uma estreita relação entre as suas atividades na qualidade de *advocatus* e o desenvolvimento do seu *cursus honorum*.

Indo além da interpretação dos cargos político-administrativos e dos processos nos quais atuou, também é possível analisar a aproximação entre a carreira jurídica e a carreira administrativa de Plínio através da sua intrínseca ligação com a oratória.

As atividades senatoriais eram permeadas por espaços nos quais os senadores poderiam expor os seus conhecimentos oratórios, o que, por sua vez, facilitava a disseminação do seu prestígio. Os debates durante as sessões do Senado, assim como as defesas e acusações durante os processos na Corte

⁹ A experiência de governador provincial, quando exercida por senadores, seja de províncias imperiais ou senatoriais, era reservada aos membros do alto escalão da ordem senatorial, ou seja, a antigos cônsules ou pretores. Portanto, havia uma hierarquia no que diz respeito ao governo das províncias. Tal hierarquia estava largamente baseada na quantidade de *legiões* posicionada na província (ECK, 2000, p. 227-228). Segundo Werner Eck (2000, p. 228), a maioria das províncias governadas por consulares possuía, basicamente, duas *legiões*. O historiador ressalta que, em 119/ 120 d.C., por exemplo, quando o poderio militar da Dácia foi reduzido para uma *legião*, a província passou do seu status de consular para pretoriana, em outras palavras, passou a ser governada por um antigo pretor.

Dominique M.R. de Souza. Plínio, o Jovem, uma carreira política no Principado.

Senatorial, configuravam-se como espaços para exercício da oratória. De acordo com Catherine Steel (2006, p. 48) a oratória tornou-se, durante o Principado, a principal habilidade necessária para o desenvolvimento da carreira de um membro do Senado. Em sua perspectiva, podemos explicar esse fenômeno em razão do crescimento dos senadores em atividades de caráter forense.

Bablitz (2007, p. 148), por sua vez, caracteriza esse fortalecimento da carreira política, ocasionado pela atuação nas cortes de justiça, como uma das formas de pagamento pelos serviços prestados por esses indivíduos oriundos do alto escalão da sociedade romana.

O modo como as eleições ocorriam também pode ser apontado como um dos fatores que permitiu que a oratória se destacasse na educação da elite senatorial. Nesse sentido, para melhor compreensão da notoriedade da oratória para os membros da elite senatorial romana, acreditamos ser necessária uma breve análise acerca das mudanças que ocorreram no processo de eleição dos magistrados.

Durante a República as eleições eram realizadas nas assembleias populares, a saber: *comitia curiata* - a população era dividida em trinta cúrias, organizadas em três tribos gentílicas, com dez cúrias cada (*Tities*, *Rammnes* e *Lucere*); *comitia centuriata* onde o *populus* era dividido em cinco classes e em 193 centúrias; *comitia tributa* onde o *populus* vota através de uma divisão em 35 tribos (quatro urbanas e trinta e uma rurais); *concilium plebis* era uma assembleia composta exclusivamente por plebeus e que possuía a mesma divisão da *comitia tributa*.

Segundo Claude Nicolet (1980, p. 218-228), os estudos das assembleias do período republicano enfrentam diversas dificuldades, que abarcam a escassez de documentação acerca da temática e as modificações empreendidas no que diz respeito as suas funções. Além do mais, vale ressaltar que as funções não eram restritas às eleições e delegação de poderes aos magistrados, mas alcançavam também o âmbito do jurídico, com exceção da *comitia curiata*.

Com o advento do período ditatorial de Júlio Cesar (44-47 a.C.) e do governo do Segundo Triunvirato (43-33 a.C.), as eleições ficaram a disposição

das escolhas dos indivíduos no poder. (HOLLADY, 1978, p. 877). Em 27 a.C. Augusto restaurou as prerrogativas das assembleias na eleição dos magistrados.

Em 5 d.C., ainda durante o governo de Augusto, entrou em vigor a Lex Valeria Cornelia, que alterou o procedimento para a eleição de cônsules e pretores. Essa lei previa a criação de um grupo (*decuriae iudicum*) formado por membros da ordem senatorial e equestre que, organizados em dez centúrias (ampliadas para quinze centúrias em 19 d.C. e para vinte em 23 d.C.), tinham como responsabilidade a confecção de uma lista de candidatos (*destinati*) para as eleições. Os candidatos indicados poderiam ou não ser eleitos pelas Comitias. (TALBERT, 1984, p. 341-342). Posteriormente, em 14 d.C., durante o governo de Tibério (14-37 d.C.), a responsabilidade de eleger os magistrados foi transferida para o Senado e a ratificação dos eleitos continuou sendo da alçada das assembleias populares até o início do terceiro século (TALBERT, 1984, p. 342).

No entanto, apesar dos membros do Senado possuírem influência na indicação de candidatos e propriamente nas eleições, cabe salientar que o Imperador poderia interferir na indicação de candidatos e, conseqüentemente, na eleição.

No primeiro ano do governo de Vespasiano foi promulgada a primeira lei que previa que os candidatos indicados pelo *princeps* deveriam ser obrigatoriamente eleitos. A Lex de Imperio Vespasiani legislou em um terreno que, de certo modo, já estava sendo ocupado pelos Imperadores anteriores. A grande mudança ocasionada por essa lei foi a obrigatoriedade da eleição dos candidatos indicados pelo Imperador. Nos governos anteriores não havia uma legislação que regulava as indicações do *princeps* que, por sua vez, tinha a sua influência ressaltada no âmbito das relações interpessoais, em outras palavras, não havia uma legislação que regulava a interferência do *princeps* nas eleições dos magistrados.

Normalmente, se o *princeps* desejasse interromper a carreira de um homem que desaprovasse, ele teria diversas maneiras informais para isso. Ele poderia mostrar o seu descontentamento [...] afastando-se dele em espaços públicos ou apenas deixar que sua atitude fosse de conhecimento

Dominique M.R. de Souza. Plínio, o Jovem, uma carreira política no Principado.

de seus amigos. Isso seria o suficiente para deter a candidatura da maioria dos homens de reputação. (HOLLADAY, 1978 p. 879).

Apesar de tornar obrigatória a eleição dos candidatos recomendados pelo princeps, a promulgação da Lex de Imperio Vespasiani não tornou desnecessárias as eleições realizadas no Senado. Como bem apontado por Barbara Levick (1967, p. 211), a nova legislação apenas previa que os candidatos que tinham o suporte do Imperador deveriam ser votados antes dos demais, separadamente. Porém, a própria organização das votações senatoriais favorecia aqueles que fossem os primeiros a serem votados.

Provavelmente, após todos os candidatos a uma magistratura terem se apresentado, iniciava-se a votação. Os senadores eram instruídos a mover-se para um lado se fossem a favor e para o outro caso fossem contra a eleição do candidato em votação. Para serem eleitos, os candidatos deveriam atingir a maioria simples. Após o preenchimento das vagas existentes a votação era encerrada. (TALBERT, 1984, p. 343).

Partindo da análise da organização das eleições durante o Principado, também é digno de análise as recomendações realizadas por senadores. As epístolas de Plínio possuem vestígios significativos acerca dessa prática.

Como resultado da sua generosidade comigo, dominus, eu e Rosianus Germinus estamos unidos por estreitos laços de amizade. Encontrei-o muito deferente a mim. Mostra-me grande respeito depois do consulado, que acumula atenção pessoal com os vínculos oriundos de nossa relação oficial. Rogo, pois, que em resposta às minhas preces você se interesse pela dignidade dele. Se você dá algum crédito às minhas palavras, conceda a ele indulgência. Ele se esforçará nas atividades que você tenha ordenado para chegar a merecer honras maiores. (Carta X 26, 1-2).

Nesse excerto supracitado, Plínio recomenda Rosianus Germinus, com quem troca algumas cartas, ao Imperador Trajano visando possibilitar a ascensão do senador para algum cargo. Como discutido anteriormente, Trajano, como Imperador, possuía a prerrogativa para a indicação de candidatos às magistraturas o que, por sua vez, em certa medida, garantia a eleição do

candidato. Porém, é notável que Plínio não se restringe apenas a solicitar o apoio do Imperador.

No trecho a seguir, Plínio pede o apoio do senador Domitius Apollinaris, cônsul no ano de 97 d.C, à candidatura de Sextus Erius ao tribunato. Podemos observar nessa epístola a conexão entre as eleições senatoriais e as indicações do princeps.

A candidatura de meu amigo Sextus Erucius tem me inquietado e angustiado. Estou preocupado e sinto uma ansiedade que não senti por mim mesmo. De certa forma, minha honra, reputação e dignidade estão em grave perigo. Eu consegui para ele, através de nosso Imperador, uma cadeira no Senado e a questura, e graças a minha nomeação alcançou o direito de solicitar o tribunato. Caso não consiga a sua nomeação pelo Senado, temo que pareça que eu tenha enganado o Imperador. Por isso, irei me esforçar para que todos o julguem tal como o princeps o julgou, de acordo com a minha opinião. (Carta II 9,1-3).

Portanto, a interpretação da documentação epistolar pliniana auxilia na compreensão das relações que permeavam as eleições e, conseqüentemente, a ascensão na hierarquia senatorial. Plínio não apela apenas à recomendação de Trajano, o que nos faz refletir que as relações interpessoais com outros membros do Senado e de grupos da elite romana fossem também primordiais para o desenvolvimento de uma carreira política dentro da organização político-administrativa do Império. Além disso, amplia a nossa compreensão acerca da participação do Senado na organização político-administrativa do Império, uma vez que apresenta um espaço de negociação entre os senadores e o Imperador.

Nesse sentido, tanto a carreira jurídica como o *cursus honorum* de Plínio estavam relacionados com as relações interpessoais nas quais Plínio estava envolto. No que tange as magistraturas, essas relações de poder eram diretamente ligadas com o acesso aos cargos político-administrativos. Estas relações possibilitavam, com base na ligação entre os indivíduos e na troca de favores, a ascensão e a proteção política.

No próximo tópico, nos dedicaremos ao estudo da relevância das relações interpessoais na nomeação dos *advocatus* em processos sediados na Corte Senatorial.

Convém, na verdade, evitar todas as ações desonestas, não apenas como atos ilegais e sim como atos vergonhosos: Plínio, o Jovem, e suas atuações como *advocatus*

A citação que compõe o título desse tópico foi retirada da Carta V 13, na qual o epistológrafo romano continua a descrição iniciada na Carta V 4 da acusação de *Tuscilius Nominatus*, acusado de receber antecipadamente a sua remuneração pela defesa da causa dos cidadãos de *Vicentini*:

Quanto me agrada que em minhas intervenções judiciais eu tenha sempre me abtido de qualquer acordo, presentes ou remuneração, inclusive de pequenos presentes! Convém, na verdade, evitar todas as ações desonestas, não apenas como atos ilegais e sim como atos vergonhosos. No entanto, mesmo assim é um prazer encontrar uma proibição oficial para as ações que você jamais teria permitido a si mesmo.

O vestígio da ilegalidade da remuneração antecipada ao *advocatus* analisada concomitantemente com a relevância apresentada em nossa documentação das relações interpessoais, exemplificada no trecho da epístola VI 29 citado no início desse artigo, são indicativos de que um dos fatores que determinava a atuação de um defensor em um processo era a existência de laços de *amicitia* ou *patronato*.

No que tange as cortes de justiça por nós analisadas, essa situação ocorria principalmente no Tribunal dos *Centúviro*s. No entanto, mesmo na Corte Senatorial, tais relações interpessoais possuíam uma significativa relevância, conforme apresentaremos no decorrer desse tópico.

Cabe destacar que, a ilegalidade dos pagamentos das atuações como *advocatus* em um processo mudava de acordo com o período e o Imperador no poder. A *Lex Cincia*, promulgada em 204 a.C., proibia o pagamento ou recebimento de qualquer presente por defesas judiciais, porém, de acordo com *Bablitz* (2007, p. 143), essa lei foi claramente desrespeitada com o passar do tempo.

Durante o governo de Augusto, em 17 a.C., são promulgadas as *Leges Iuliae Iudicariae*, que previam que as defesas por parte do *advocatus* deveriam

ser livres e previam uma multa de quatro vezes o valor da remuneração, em caso de desrespeito. O Imperador Cláudio, por sua vez, estabeleceu o limite de 10 mil sestércios para a remuneração do *advocatus* e que deveria ser paga apenas ao final do processo.

Com isso, juntamente com a análise das terminologias relacionadas ao exercício de defesas judiciais e dos argumentos dos contemporâneos acerca do declínio da oratória, Bablitz (2007, p. 142) compreende que há uma gradual profissionalização do *advocatus*, concomitantemente com as mudanças empreendidas nas relações interpessoais. Os vestígios do início da profissionalização da função de *advocatus* estão estreitamente ligados aos indivíduos que desempenhavam essa função visando um retorno monetário e que normalmente estavam fora do círculo da elite senatorial romana.

Nesse contexto há o estabelecimento de discursos centralizados no declínio da oratória. Essa perspectiva é apresentada pelos autores do período, possivelmente na tentativa de desvalorizar as defesas daqueles que consideravam inaptos para o exercício da oratória. Segundo Bablitz (2007, p. 148) ocorreu durante o Principado um decréscimo no status social daqueles que exerciam a função de *advocatus*, até porque, com a legalização pelo Imperador Cláudio dos pagamentos, essa atividade foi percebida pelos indivíduos de menor status como modo de ascensão social. Assim, as críticas de autores como Plínio e Juvenal referente aos discursos jurídicos de sua época não estavam necessariamente ligadas à qualidade dos mesmos e sim com o *advocatus* em si.

Ontem, dois dos meus assistentes (que têm a idade daqueles que acabaram de vestir a toga) foram induzidos a aplaudir [na Basílica Julia, sede do Tribunal dos Centúviro] por três denários cada um. Este é o preço de um orador brilhante. Por essa soma os assentos são preenchidos por mais numerosos que sejam. Por essa soma se reúne uma enorme multidão. Por essa soma, quando o chefe do coro dá o sinal, inicia-se uma aclamação sem fim. De fato, é necessário um sinal para as pessoas que não entendem e nem ao menos ouvem, pois a maioria não escuta. Porém, nada aplaude mais forte do que eles. Se acontecer de passar pela basílica e quiser saber como cada um fala, não é necessário que suba a escadas do tribunal e nem que presta atenção. Adivinhar é fácil. Saberá que o pior orador é aquele que recebe maior número de aplausos. (Carta II. 14, 6-9).

As relações interpessoais durante o Principado modificaram-se em diversos aspectos, seja em virtude da presença do Imperador nas redes de sociabilidade, seja na manutenção das relações interpessoais entre membros da elite romana. Nesse sentido, acreditamos ser imprescindível precisar o nosso posicionamento acerca dessa temática, intensamente debatida pela historiografia especializada.

O historiador Richard Saller, em sua obra intitulada *Personal Power under the early empire*, publicada originalmente em 1982, define a relação de patronagem nos seguintes moldes: primeiramente, envolve reciprocidade; segundo, deve ser pessoal para se distinguir de uma relação comercial; terceiro, é assimétrica, ou seja, é uma relação entre duas partes de status diferentes, característica esta que diferencia a relação de patronato da relação de amizade que, por sua vez, seria uma relação entre iguais (SALLER 2002, p. 1). Desse modo, para Saller (1989, p. 60), o uso linguístico das palavras *patronus* e *cliens* era aplicado a um amplo conjunto de títulos entre homens de diferentes status, incluindo a relação entre um jovem e um experiente senador.

A linguagem da *amicitia*, por sua vez, possuía aplicações ambíguas, pois mesmo os participantes da relação de patronato poderiam ser denominados *amici* na documentação literária (SALLER, 2002, p. 11-12).

Partindo de uma abordagem na qual a relação de *amicitia* entre desiguais pertence a uma relação de patronagem, a análise das relações passa a atender-se para a interpretação da utilização dos vocábulos presentes na documentação literária, assim como dos participantes dessa relação. Ou seja, é notável em nossa documentação que nem sempre ao se referir a uma relação de patronato, Plínio utiliza-se dos vocábulos relacionados à relação de *amicitia*. Todavia, são significativos os casos, na obra epistolar, nos quais o autor romano se refere à patronagem, nos moldes apresentados por Saller, através da linguagem da *amicitia*. Esses vestígios nos levam a pensar que, como ressaltado por David Konstan (2005, p. 194) “[...] nem toda conexão entre patronos e protegidos é descrita como *amicitia*, quando este é o caso, podemos supor que é o par também, ou deseja ser considerado, de amigos.”

De acordo com Lukas de Blois (2001, p. 132), a relação de *amicitia* nunca foi reduzida a uma prática de troca de serviços unicamente. Para ele, através de um diálogo com a obra de Konstan e Saller, quando uma relação de patronato era denominada como *amicitia*, podemos supor que as pessoas envolvidas, em certa medida iguais socialmente, possuíam laços éticos e emocionais envolvidos.

Por outro lado, diversas são as críticas relacionadas às obras de Saller e de outros historiadores com abordagens semelhantes como Andrew Wallace-Hadrill. Grande parte das críticas a esses historiadores aponta para a problemática da restrição da política no âmbito do privado, o que, segundo Fábio Duarte Joly e Norberto Luiz Guarinello (2001, p. 135), não se aplica, pois, a linguagem propriamente política fundava-se na soberania do Senado e do povo de Roma e em instituições aparentemente públicas (como o Senado e as magistraturas).

Aloys Winterling (2009, p. 41) aponta para alguns problemas na abordagem de Saller. Segundo o historiador alemão, na perspectiva de Saller há uma continuidade na importância política da relação de patronato entre a República e o Principado. Para Winterling, a hipótese de Saller contradiz a obra de Sêneca *De beneficiis*, na qual o autor romano aborda a inaptidão ou relutância dos seus contemporâneos em participar das relações interpessoais de acordo com o código de conduta da *amicitia* ou do patronato.

O autor alemão propõe que a análise das relações interpessoais, durante o período imperial, deve levar em consideração o complexo contexto social e considera que esse período requer uma interpretação voltada para a diversidade e não para a unidade. Além do mais, ressalta que os estudos acerca dessas relações devem considerar o âmbito simbólico do fenômeno, assim como incorporar a análise do significado dessas relações para os contemporâneos. (WINTERLING, 2009, p. 43).

No entanto, apesar das críticas direcionadas ao trabalho de Saller, não podemos desconsiderar as grandes contribuições dessa historiografia anglófona para a compreensão das relações de poder dentro da sociedade romana, apesar

de considerarmos de grande relevância os apontamentos de Winterling. Em nossa perspectiva, ambas as propostas não são excludentes e sim complementares.

Assim sendo, empregamos em nossas análises as propostas de Saller no que diz respeito à compreensão das relações de poder como fluidas. Acreditamos que tal perspectiva se fundamenta uma vez que as relações interpessoais não eram rígidas. O que, por sua vez, possibilitou a existência de uma margem para adequar-se à situação imposta, observável através da documentação literária. Também analisamos nossa temática tendo como referência os apontamentos de Winterling acerca da diversidade e complexidade do fenômeno.

No que tange às defesas e acusações nas cortes de justiça durante o Principado, cabe ressaltar que a ocorrência de relações interpessoais não era o único norteador no que tange a participação na defesa e na acusação em processos judiciais. Na documentação epistolar pliniana há indicações de outros procedimentos legais e morais que levavam um indivíduo a participar de um processo, como apontado na já citada Carta VI 29 e analisado no início desse artigo.

No que diz respeito aos processos instaurados na Corte Senatorial, senadores designados para atuar na acusação em um processo de *repetundae*¹⁰ eram escolhidos através do sorteio, no entanto, poderiam ser diretamente designados pelo Senado, principalmente quando indicados pelos provinciais. Os senadores incumbidos, por sua vez, para atuarem na acusação não poderiam negar-se, a não ser que obtivessem uma dispensa extraordinária, do Senado ou do Imperador.

Na Carta X, 3a, enviada ao Imperador Trajano, é perceptível essa obrigatoriedade da atuação, caso fosse designado para o caso, como podemos observar nessa epístola em que Plínio expõe os motivos pelos quais atuará no processo (99-100 d.C) contra Marius Priscus, governador da África entre os anos de 97-98 d.C.

¹⁰ Processos instaurados na Corte Senatorial nos quais antigos governadores provinciais eram acusados de corrupção e extorsão durante os seus governos.

Tão logo como vossa indulgência, senhor, me promoveu à prefeitura do tesouro de Saturno [praefectus aerarii Saturni], eu renunciei a todas as minhas atuações como advocatus, atuações essas que nunca desempenhei indiscriminadamente, para poder ter todo o meu ânimo delegado para o cargo que me havia sido confiado. Por este motivo, como os provinciais mostraram seu desejo de que eu atuasse como seu patronus contra Marius Priscus, eu pedi a liberação dessa tarefa e a consegui. Mas o cônsul designado propôs que todos nós, cuja renúncia tinha sido aceita, devêssemos nos ocupar deste assunto, de modo que estivéssemos à disposição do Senado e que permitíssemos que nossos nomes fossem colocados na urna. Pensei que o mais adequado para a tranquilidade do vosso Império era não me opor mais à vontade desta ilustríssima ordem, especialmente quando os vossos pedidos são tão razoáveis. Eu gostaria que pensasse que existe uma razão para a minha deferência. Espero que todas as minhas palavras, todas as minhas ações estejam de acordo com os vossos costumes supremos. (Carta X, 3a).

No entanto, vale reforçar que, além da obrigatoriedade legal, a relação de patronato e de amicitia também determinava a atuação em um processo. No caso de Plínio, a sua participação na acusação (100-101 d.C.) de Caecilius Classicus, procônsul da Bética entre os anos de 97-98 d.C., foi motivada, em grande medida, pela relação de patronato existente entre o intelectual romano e os provinciais da Bética:

Eu estava indo, com toda a pressa, à Toscana para iniciar a construção de uma obra pública que eu iria custear, após ter conseguido a licença do meu cargo de praefectus aerarii, quando alguns representantes da província da Bética, que tinham vindo para reclamar acerca do comportamento do procônsul Caecilius Classicus, pediram ao Senado que eu atuasse como seu advocatus. [...]. O Senado promulgou um decreto, muito honroso para mim, no qual me nomeava patronus dos provinciais, sempre que eu estivesse de acordo. Os representantes reiteraram sua petição, agora em minha presença, de que fosse seu advocatus, implorando a minha proteção, que já tinham experimentado durante o caso contra Baebius Massa e, alegando afinal, para o pacto de patronagem que haviam estabelecido comigo. (Carta III, 4).

Como apresentado no fragmento anterior, Plínio já havia sido designado pelo Senado para atuar, provavelmente em 93 d.C., ao lado dos provinciais da Bética, na acusação do ex-procônsul da província, Baebius Massa (Carta X 33).

Dominique M.R. de Souza. Plínio, o Jovem, uma carreira política no Principado.

Tal fato pode ter contribuído para o estabelecimento da relação patronal entre este senador e a província da Bética. Por outro lado, o caráter de tal relação é de difícil definição em virtude da linguagem ambígua presente em nossa documentação.

Para John Nicols (1990, p.105), não há dúvida de que Plínio foi um *patronus causae* (patrono da causa) dos béticos, porém, não tão certo é se essa relação descrita nessa carta faz referência, unicamente, ao seu papel de *advocatus* dos provinciais nomeado pelo Senado ou como resultado de uma cooptação formal por parte do Senado provincial. Assim, em virtude dessa mesma ambiguidade e de representar o primeiro caso conhecido desse fenômeno no Principado, o historiador Nicols tende a afirmar que Plínio foi apenas *patronus causae*.

Além disso, o emprego na Carta III 4 dos vocábulos *advocatus* e *patronus* como sinônimos – também detectado em outras documentações por John Crook (1995, p. 148) e por Bablitz (2007, p. 160) – reforçam a perspectiva de fluidez da utilização dos termos relacionados com as relações interpessoais. Essa fluidez no emprego dos vocábulos é oriunda de um contexto no qual, ao mesmo tempo em que se observa o princípio da profissionalização da função de *advocatus*, ocorre o fortalecimento da influência das relações interpessoais no âmbito do judiciário.

Para exemplificar, podemos citar, através de nossa documentação, a existência de relações interpessoais entre o acusado e os seus defensores em processos sediados na Corte Senatorial. Na documentação pliniana é possível observar a existência de relações interpessoais tanto no caso onde Plínio foi escolhido pelo ex-procônsul acusado (processo de Julius Bassus, governador da Bítinia-Ponto entre os anos de 101-102 d.C, ocorrido no ano de 103 d.C.) como quando foi nomeado, pelo Senado, defensor do procônsul acusado (processo de Rufus Varenus, governador da Bítinia-Ponto entre os anos de 105-106 d.C, possivelmente realizado no final de 106 d.C. ou início de 107 d.C.).

A relação entre defensor e acusado pode ser notada nos seguintes trechos: o primeiro corresponde à epístola IV 9, referente ao processo do

senador Julius Bassus, e o segundo corresponde à epístola VII 6, referente ao caso do senador Rufus Varenus:

Contra ele atuou Pomponius Rufus, orador instruído e possuidor de um discurso veemente. Rufus foi sucedido por Theophanes, um dos embaixadores da Bitínia, inspirador e origem da acusação. Eu os respondi, pois Bassus havia me solicitado a tarefa de estabelecer os fundamentos de toda a sua defesa [...]. (Carta IV, 9.)

Eu estava ao lado de Varenus, mas apenas como um amigo e havia decidido manter-me em silêncio, pois nada podia ser tão prejudicial para ele do que eu, como seu advocatus designado pelo Senado, o defendesse como um acusado, quando o essencial era que ele não parecesse, em absoluto, um acusado. (Carta VII, 6.)

Comentários conclusivos

Apesar da sua intensa atuação como magistrado dentro e fora da cidade de Roma, Plínio manteve a sua atividade como advocatus. Nesse sentido, a análise da carreira política desse senador romano deve englobar uma reflexão concomitante entre as suas atuações nas cortes de justiça e o desenvolvimento do seu *cursus honorum*.

Tal proposição se justifica uma vez que a sociedade romana do período estava entrelaçada pelas redes de sociabilidade e a própria compreensão da atividade de um advocatus era entendida a partir de certos moldes pertencentes às relações interpessoais, assim como toda a organização político-administrativa imperial, na qual Plínio estava imerso na qualidade de senador romano. Daí concebermos a construção da carreira política pliniana levando em consideração o desempenho de suas atividades no âmbito administrativo e jurídico.

Bibliografia

Fontes Textuais

PLINIO EL JOVEN. Panegírico a Trajano. Introducción, edición, traducción y notas de Rosario Maria Soldevila. Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 2010.

_____. Cartas. Introducción, traducción y notas de Julián González Fernández. Madrid: Editorial Gredos, 2005 (Biblioteca Clásica Gredos).

PLINY. Letters and panegyricus. Translation by Betty Radice. London: Harvard University Press, 1969-1969. 2 v. (Loeb Classical Library).

Obras de referência

BERGER, Adolf. Encyclopedic Dictionary of Roman Law. Transactions of the american philosophical society, Philadelphia, v. 43, n. 2, 1953.

GLARE, P. G. W. et al (Ed.). Oxford latin dictionary. Oxford: Oxford University Press, 1968.

_____.; _____. The Oxford classical dictionary. Oxford: Oxford University Press, 2003.

Obras Gerais

ADKINS, Lesley; ADKINS, Roy. Handbook to life in ancient Rome. New York: Facts on file, 2004.

BABLITZ, Leanne. A Relief, some letters and the centumviral court. In: ANGELIS, Francesco de (ed.). Spaces of justice in the Roman world. Leiden: Brill, 2010.

_____. Actors and audience in the roman courtroom. New York: Routledge, 2007.

BIRLEY, Anthony Richard. Onomasticon to the Younger Pliny. München: K. G. Saur, 2000.

BLOIS, Lukas. The political significance of friendship in the Letters of Pliny the Younger. In: PEACHIN, Michael (ed.). Aspects of friendship in the Graeco-Roman World: Proceeding of the conference held at seminar the für Alte Geschichte, Heidelberg, on 10-11 June 2000. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 2001.

CROOK, Jonh Anthony. Legal advocacy in the Roman world. London: Duckworth, 1995.

ECK, Werner. Emperor, Senate, and magistrates. In: BOWNAN, Alan; GARNSEY, Peter; ROTHBONE (Ed.). *The Cambridge ancient history: The High Empire, A.D. 70-192*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HOLLADAY, A.J. The election of magistrates in the early empire. *Latomus*, v. 37, p. 874-893, 1978.

GARNSEY, Peter. *Social status and legal privilege in the Roman*. Oxford: Oxford University Press, 1970

GONZÁLEZ, Julián Fernández. Introducción. In: PLINIO EL JOVEN. *Cartas*. Introducción, traducción y notas de Julián González Fernández. Madrid: Editorial Gredos, 2005 (Biblioteca Clásica Gredos).

KONSTAN, David. *A amizade no mundo antigo clássico*. São Paulo: Odysseus, 2005

GUARINELLO, Noberto Luiz; JOLY, Fabio Duarte. Ética e Ambigüidade no Principado de Nero. In.: BENOIT, Hector; FUNARI, Pedro Paulo A (org). *Ética e política no mundo antigo*. Campinas, SP: Ed.Unicamp, 2001.

LEVICK, Barbara. Imperial Control of the Elections under the Early Principate: Commendatio, Suffragatio, and "Nominatio". *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Wiesbaden, v. 16, n. 2, p. 207-230, 1967.

MURPHY, Trevor. *Pliny the Elder's Natural History: the empire in the encyclopedia*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

NICOLET, Claude. *The World of the Citizen in Republican Rome*. Berkeley. University of California Press: 1980.

NICOLS, Jonh. Patrons of provinces in the early Principate: The case of Bitynia. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Bonn, p. 101-108, 1990.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *Mito, memória e história: práticas e representações na literatura pliniana*. 1996. 228 f. Tese (Livre – Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Assis, 1996.

SALLER, Richard P. *Personal patronage under the early empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. Patronage and friendship in early Imperial Rome: drawing the distinction. In.: WALLACE-HADRILL, Andrew (org.). *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1989.

Dominique M.R. de Souza. Plínio, o Jovem, uma carreira política no Principado.

SHERWIN-WHITE, Adrian Nicolas. The letters of Pliny: a historical and social commentary. Oxford: Oxford University Press, 1966.

STEEL, Catherine. Roman oratory. Greece & Rome: New surveys in the classics, Cambridge, v.53, 2006.

SYME, Ronald. Pliny the Procurator. Harvard Studies in Classical Philology, Cambridge, v. 73, p. 201-236, 1969.

_____. Tacitus. Oxford: Oxford University Press. 1958. 2 v.

RADICE, Betty. Preface and introduction. In.: PLINY. Letters and panegyricus. Trad by Betty Radice. London: Harvard University Press, 1969-1969. 2 v.

TALBERT, Richard J.A. The Senate and senatorial posts. In: BOWNAN; Alan K; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, Andrew (Ed.). The Cambridge ancient history: The Augustan Empire, 43 B.C-A.D 69. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. The senate of Imperial Rome. Princeton: Princeton University Press, 1984.

WALLACE-HADRILL, Andrew (org.). Patronage in Ancient Society. London: Routledge, 1989.

WINTERLING, Aloys. Politics and Society in Imperial Rome. [s.l.]: Wiley-Blackwell, 2009.

O PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO E RECONHECIMENTO DO PRISCILIANISMO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO IV

Danilo Medeiros Gazzotti¹

RESUMO: No século IV se desenvolveu na região da Gallaecia uma nova interpretação do cristianismo que foi denominada de Priscilianismo, pois seu criador era Prisciliano de Ávila. Após ser denunciado pela facção ortodoxa nicena da ecclesia da Diocésis Hispaniarum, Prisciliano e seus seguidores começam a tentar obter uma legitimação e o reconhecimento da autoridade de sua vertente do cristianismo, tanto no âmbito da ecclesia, como no âmbito da administração imperial. Apesar de ter obtido sucesso em um primeiro momento, Prisciliano e seus seguidores veem esse reconhecimento ser colocado em xeque por causa do processo de legitimação imperial em torno do usurpador Magno Máximo. Temos a intenção de mostrar neste trabalho como se desenvolveu este processo de legitimação e reconhecimento da autoridade político-religiosa do priscilianismo e como o mesmo esbarrou em outro processo de legitimação de autoridade, agora na figura do usurpador Magno Máximo.

PALAVRAS-CHAVE: Priscilianismo; Legitimação; Magno Máximo; Autoridade Político -religiosa

ABSTRACT: In the 4th century was developed in the Gallaecia region a new interpretation of Cristianism called Priscillianism, because its creator was Priscillian of Avila. After being denounced by the nicene faction of ecclesia of Diocésis Hispaniarum, Priscillian and their followers tried to obtain a legitimation and the recognition of the authority of their Christian interpretation, both in the ambit of the ecclesia and in ambit imperial adiministration. Despite having obtained success at the first moment, Priscillian and his followers saw their recognition questioned because of the process of imperial legitimation around of Magnus Maximus. In this article, we aim to discuss how the legitimation process and the recognition of political-religious authority of Priscillianism was developed and how it touched other authority legitimation process, in the person of usurper Magnus Maximus.

KEYWORDS: Priscillianism; Legitimation; Magnus Maximus; Polical-religious Authority

Durante o século IV temos o surgimento de uma nova interpretação do cristianismo criada por Prisciliano de Ávila. Temos poucas informações sobre a origem deste último, a maioria delas provém da crônica escrita por Sulpício

¹ Mestrando em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED) e do Grupo do Laboratório de Estudos do Império Romano (GLEIR- Unesp - Franca). Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto. Título da pesquisa: As Concepções do poder régio entre os suevos na Gallaecia do Século V d.C.: uma análise da crônica de Idácio de Chaves. Bolsista CNPq.

Severo no início do século V, a qual é muito crítica a Prisciliano e sua interpretação do cristianismo. De acordo com o mesmo, Prisciliano era de uma família conhecida e muito rica:

Prisciliano, de família conhecida, enormemente rico, agudo, inquieto, eloquente, culto e erudito, com extraordinária disposição para o diálogo e a discussão, feliz sem dúvida se não houvesse degradado sua extraordinária inteligência entregando-se a interesses depreciáveis (S.Severi, Chr; II; 46; 3)²

Em nossa visão, além de sua retórica, a riqueza e influência de sua família teriam ajudado Prisciliano a conseguir muitos adeptos para sua interpretação do cristianismo, entre eles, segundo Severo, muitos jovens, nobres, mulheres e bispos outrora ortodoxos:

Assim mesmo vaidosíssimo e mais orgulhoso do que o normal de seus conhecimentos profanos; inclusive se crê que desde sua juventude praticou a magia. Quando aceitou essa doutrina de perdição, com sua capacidade de persuasão e suas qualidades de captação atraiu a compartilhá-la a muitos nobres e a muitos homens do povo (S.Severi, Chr; II; 46; 5).

Ademais, as mulheres, ávidas de novidades, indecisas na fé e com curiosidade por tudo, afluíam em massa; pois fazendo festa de humildade em seu aspecto e presença havia logrado respeito e veneração por todo mundo (S.Severi, Chr; II; 46; 6).

E paulatinamente a gangrena desta heresia se havia apoderado da maior parte da Hispania, inclusive alguns bispos indesejáveis, entre eles Instancio e Salviano, no só haviam acolhido a Prisciliano de comum acordo, senão sobre o aspecto de uma espécie de conspiração (S.Severi, Chr; II; 46; 7).

De acordo com o relato de Severo podemos ver que o priscilianismo atingiu vários extratos diferentes da sociedade na Península Ibérica. Não temos a intenção de entrar na discussão sobre as concepções dogmáticas dessa heresia³ mas sim de demonstrar como a mesma atingiu um elevado grau aceitação na Península Ibérica a ponto de seu líder e seguidores desejarem o seu

² As traduções do latim para o castelhano são de autoria de Carmen Codoñer. As traduções do castelhano para o português são de nossa autoria.

reconhecimento frente ao poder imperial e frente à ortodoxia e através disso conseguirem obter autoridade como uma força político-religiosa em sua região.

Após o crescimento político-religioso dessa heresia na Península Ibérica a mesma é denunciada pelo bispo Hygino a Idácio de Mérida, o qual convoca o I Concílio de Zaragoza, com o objetivo de condenar as crenças de Prisciliano e seus seguidores. Temos essas informações a partir da crônica de Severo e também das atas desse concílio, a última apesar de não citar precisamente Prisciliano e seus seguidores, condena algumas de suas práticas, como a igualdade eclesiástica entre homens e mulheres e sua ascese elevada:

Até que Hygino, o bispo de Córdoba, que vivia perto, relatou o descoberto a Idácio, o bispo de Mérida. Ele, sem moderação alguma, fustigando a Instancio e seus companheiros mais de o conveniente, ascendeu a chama de um incêndio em seus começos, logrando mais bem exasperar os malvados que controlá-los (S.Severi, Chr; II; 46; 8).

Assim pois, depois de muitos debates entre eles que não merecem ser recordados, se reúne um sínodo em Zaragoza, em que também estiveram presentes os bispos aquitanos. Mas os heréticos não se atreveram a apresentar-se em juízo, apesar disso dita-se a sentença em rebeldia e se condena a Instancio e Salviano, bispos, a Helpidio e Prisciliano, laicos. Adicionou-se também que, se alguém chegava a receber em sua comunhão os condenados, devia saber que a mesma sentença ia lhe ser aplicada (S.Severi, Chr; II; 47; 1).

Reunindo-se na sacristia de Zaragoza, os bispos Fitadio, Delfín, Eutoquio, Ampelio, Auxencio, Lucio. Itacio, Esplendonio, Valerio, Simposio, Carterio e Idácio, disseram todos: leiam-se as decisões (I Concílio de Zaragoza).

Que todas as mulheres da ecclesia catholicae e batizadas não assistam a lições e reuniões, assim como outros homens que não sejam seus maridos. E que elas não se juntem entre si com o objetivo de aprender ou ensinar, porque assim ordena o Apóstolo. Todos os bispos disseram:

³ Ressaltamos que utilizamos o termo “heresia” apenas para indicar que o priscilianismo, assim como as demais interpretações do cristianismo que diferiam da fé oficial da ecclesia, eram vistas dessa forma pelos bispos ortodoxos. Em nossa visão os ortodoxos são os bispos que professavam a fé nicena, a qual foi definida como oficial no Concílio de Niceia em 325. Ao utilizarmos o termo heresias cristãs” temos como intuito mostrar que as interpretações do cristianismo que diferiam da fé oficial nicena eram vistas como heresia pela facção ortodoxa da ecclesia.

“Seja anátema todos aqueles que não observem esta prescrição do concílio decisões” (I Concílio de Zaragoza; I).

Também leu: se algum clérigo, por uma suposta vaidade ou soltura, abandonando espontaneamente seu ofício, quiser parecer como mais um observante da lei sendo monge que clérigo, deve ser expulso da ecclesia, de modo que, não será admitido nela, senão depois de muito tempo de rogos e súplicas. Todos os bispos disseram: Faça-se assim (I Concílio de Zaragoza; VI).

Após a realização desse concílio Instancio e Salviano, provavelmente em uma tentativa de fortalecer Prisciliano e seu movimento, elevam o mesmo à condição de Bispo. Severo nos testemunha esse acontecimento:

Em tanto, Instancio e Salviano, condenados em juízo dos bispos, nomeiam Prisciliano, certamente laico mas cabeça de todos os malvados e condenado junto com eles no sínodo zaragozano, bispo da cidade de Avila com o fim de reafirmar seu poder, pensando sem dúvida que, se investiam de autoridade episcopal a um homem ativo e astuto, estariam mais seguros (S.Severi, Chr; II; 47; 4).

Mas essa eleição foi considerada irregular deste o princípio e, com isso, Prisciliano foi considerado um bispo intruso e encontrou na sua elevação a bispo o princípio de sua ruína. (INSUELAS, 1943, p. 431). Ao se estudar o processo de Treveris contra os priscilianistas, Klaus Girardet põe que a ordenação de Prisciliano havia sido controvertida, pois não respeitava os preceitos conhecidos da legislação eclesiástica (AUGUSTO, 2006, p. 613).

Entretanto, mesmo sendo elevado a bispo, Prisciliano vê seu movimento ter um novo revés. Idácio de Mérida consegue uma ordem do Imperador ocidental Graciano para que Prisciliano e seus seguidores sejam expulsos de suas sedes. Segundo Severo:

Assim pois, depois de muitos e vergonhosos debates, ante as súplicas de Idácio, se consegue um escrito de Graciano, então imperador, por ele que se ordenava não só os heréticos saírem de suas igrejas ou cidades, mas também que fossem expulsos de todas as terras. Ao inteirar disso, os gnósticos, desconfiando de sua situação e sem atrever-se a enfrentar um juízo, os que

pareciam bispos se retiraram sem pressão; o resto se dispersou sem medo (S.Severi, Chr; II; 47; 7).

Após suas destituições Prisciliano, Instancio e Salviano tentaram conseguir seu reconhecimento primeiramente perante outras autoridades episcopais, como o bispo Dálmaso, o bispo Ambrósio e depois ante as imperiais, como Macedônio membro da corte de Graciano. De acordo com Severo:

Então Instancio, Salviano e Prisciliano marcharam a Roma para defender-se das acusações ante Dámaso, o bispo da cidade naqueles momentos. Fizeram um caminho beirando a Aquitânia interior, ali maravilhosamente acolhidos espalharam a semente da heresia (S.Severi, Chr; II; 48; 1).

Quando chegaram a Roma, desejosos de escusar-se ante Dámaso, nem sequer ele admitiu a sua presença. Voltando a Milão encontraram Ambrósio que lhes era igualmente adverso (S.Severi, Chr; II; 48; 4).

Então mudaram de opinião; como não haviam conseguido enganar aos dois bispos cuja autoridade era superior naqueles momentos, sua intenção era arrancar do imperador o que desejavam mediante dádivas e lisonjas. E assim depois de subornar Macedônio, então magister officiorum, conseguem uma ordem na que, depois de pisotear decisões anteriores, ordenava que fossem restituídos em suas igrejas (S.Severi, Chr; II; 48; 5).

Confiando nisso, Instancio e Prisciliano empreenderam a viagem de regresso as Hispanias, pois Salviano havia morrido na cidade, e então, sem nenhum enfrentamento, receberam as igrejas a cuja frente haviam estado (S.Severi, Chr; II; 48; 6).

Os priscilianistas tinham alcançado uma grande vitória, pois haviam conseguido o reconhecimento imperial que tanto almejavam, mas tudo mudou drasticamente quando Magno Máximo, que era comandante militar da Britânia, derrotou Graciano, que foi assassinado em 25 de agosto de 383. O imperador usurpador decidiu celebrar um sínodo⁴ em Burdigala, com o objetivo de resolver definitivamente o problema do priscilianismo. A interferência dos

⁴ As atas desses Sínodo não foram conservadas até a atualidade.

imperadores nessa questão priscilianista nos mostra como as esferas político-religiosas eram extremamente ligadas na Antiguidade.

Nesse momento, o Mundo Romano era comandado por três imperadores diferentes, Teodósio no Oriente e Valentiano II e Magno Máximo conjuntamente no Ocidente, sendo essa divisão tolerada por Teodósio.⁵

Sulpício Severo nos testemunha estes fatos e ao narrá-los sempre procura mostrar Magno Máximo como um grande imperador, enaltecendo sempre seus feitos em vez de considerá-lo um usurpador. Esse é um dos motivos que nos levam a afirmar que essa parte final da crônica de Severo é uma ode a Magno Máximo. Segundo Severo:

E então se havia propagado mansamente o rumor de que Máximo as havia feito com o poder na Britânia e de que em breve iria irromper nas Gálias. Assim que então Itacio mesmo quando a situação é confusa, espera a chegada do novo imperador; entretanto não deve promover nada (S.Severi, Chr; II; 49; 5).

Assim pois, quando Máximo entrou vencedor na cidade de Treveris, acumula suas súplicas cheias de ódio e acusações contra Prisciliano e seus companheiros (S.Severi, Chr; II; 49; 6).

Comovido o imperador por elas, enviando uma carta ao prefeito das Gálias e ao vicário das Hispanias, ordena que, sem exceção, todos os que estavam implicados naquela praga se transladem ao sínodo de Burdigala (S.Severi, Chr; II; 49; 7).

Assim que se transladam Instancio e Prisciliano; obrigado a defender-se em primeiro lugar, visto que suas alegações foram débeis, se declarou indigno do episcopado (S.Severi, Chr; II; 49; 8).

Enquanto Prisciliano recorreu ao imperador para que seu caso não se viesse ante os bispos. E se consentiu a ele devido à debilidade dos nossos, os quais deviam ter ditado a sentença, inclusive

⁵ O reconhecimento de Magno Máximo por Teodósio não é consenso na Historiografia. Jones (1964, p. 158-159) e Kulikowski (2008, p. 185) acreditam que Teodósio não tinha esse reconhecimento. Entretanto, para Frighetto (2005) e Escribano (1990) havia uma certa tolerância de Teodósio para com Magno Máximo. Concordamos com Frighetto e Escribano e acreditamos inclusive que Constantinopla teria um papel fundamental na definição dos assuntos ocidentais.

em rebeldia, ou, se eram considerados suspeitosos, reservar o caso a outros bispos, mas não ceder ao imperador a jurisdição sobre delitos tão claros (S.Severi, Chr; II; 49; 9).

Como dito acima por Severo, o resultado do Sínodo de Burdigala foi desfavorável para os priscilianistas. Instâncio fora deposto do episcopado e Prisciliano teria pedido para não ser julgado pelos bispos, mas para que seu caso fosse decidido por Magno Máximo. Então o mesmo foi conduzido a Treveris em nossa visão com a intenção de apoiar publicamente a causa de Magno Máximo e em troca receber novamente a legitimação imperial para seu culto que a tinha perdido com a morte de Graciano.

De acordo com Severo, Martinho de Tours⁶ teria rogado a Máximo que não condenasse Prisciliano e seus seguidores a morte; em um primeiro momento, Máximo teria acatado a sugestão, entretanto o mesmo teria sido persuadido por outros bispos, como Magno e Rufo, para tomar medidas mais enérgicas contra os hereges. Com isso após sua chegada em Treveris, Prisciliano e seus seguidores foram entregues por Máximo ao prefeito Evódio, um homem enérgico e inflexível, para serem julgados. Depois de interrogar Prisciliano, provavelmente através de tortura, o mesmo foi declarado culpado e preso. A decisão de Evódio foi levada a Máximo, o qual decidiu que a pena de Prisciliano seria a morte e outras demais seriam aplicadas aos seus seguidores. Nas palavras de Severo:

Assim foi que todos os envolvidos na causa foram levados ante o rei. Depois deles foram também os acusadores, os bispos Idácio e Itácio cuja vontade por desterrar os hereges não censuraria se não houvessem lutado mais do que o conveniente devido sua vontade de vencer (S.Severi, Chr; II; 50; 1).

Pois então Martinho, residente em Treveris, não deixava de pressionar Itácio, dizendo-lhe que desistira da acusação, de rogar a Máximo que não decretasse a morte de uns desgraçados, que era suficiente e de sobra o que os hereges julgados de acordo com as normas dos bispos fossem

⁶ A figura de Martinho de Tours é extremamente valorizada por Severo, que o compara inclusive com os santos mártires dos cristãos. Severo o valorizava tanto que escreveu uma biografia de sua vida, denominada "Vida de Martinho".

expulsos de suas igrejas, que era comportamento atroz e inaudito que um juiz leigo julgasse um assunto eclesiástico (S.Severi, Chr; II; 50; 5).

Por fim, de tanto que Martinho esteve em Treveris, se prorrogou a vista e logo, a ponto de marchar já, com seu grande prestígio arrancou de Máximo a promessa de que não se tomaria nenhuma medida sangrenta contra os réus (S.Severi, Chr; II; 50; 6).

Mas depois o imperador, pervertido pelos bispos Magno e Rufo, desviado de suas posturas suaves, entregou o processo ao prefeito Evódio, homem enérgico e inflexível (S.Severi, Chr; II; 50; 7).

E depois de escutar a Prisciliano por duas vezes em júízo e declará-lo convicto de malefício, como ele não renegou de se haver entregado a práticas obscenas, de haver celebrado reuniões noturnas com mulheres de má fama e de se acostumar a rezar nu, declarou-o culpado e o encarcerou até informar ao imperador. A notícia do acontecido chegou ao palácio e o imperador decidiu que era justo condenar a morte Prisciliano e seus companheiros (S.Severi, Chr; II; 50; 8).

Pelos demais, Itácio vendo que mal ambiente tinha entre os bispos, mantinha-se como acusador também nos últimos tramites do júízo sobre a condenação de morte – efetivamente era necessário repetir o júízo – retira-se do processo uma vez cometido o crime de astúcia vã⁷ (S.Severi, Chr; II; 51; 1).

E então, Máximo nomeia como acusador um tal de Patrício, patrono do fisco. Assim, ante a renovação da petição, Prisciliano é condenado à morte e junto com ele Felicíssimo e Armenio que, seguindo a Prisciliano, se haviam apartado recentemente dos católicos ainda que sendo clérigos (S.Severi, Chr; II; 51; 2).

Também Latroniano e Eucrocia foram decapitados. Instâncio, que antes dissemos que havia sido condenado pelos bispos, foi deportado para a ilha de Sicily, situada mais lá da Britânia (S.Severi, Chr; II; 51; 3).

Passou-se depois aos demais júízos seguintes e foram condenados a morte Asarivo, Aurelio e Diácono; Tiberiano foi translado a ilha de Scilly, e se previu o confisco de seus bens. Tertulo, Potamio e João, como pessoas de inferior condição, como antes da causa se haviam entregado a

⁷ Durante seu texto, Severo, critica duramente Itácio, provavelmente pelo mesmo ser inimigo de Martinho e o ter acusado publicamente de heresia (S.Severi, Chr; II; 50; 4).

si mesmos e a seus companheiros, foram confinados temporalmente nas Gálias e Britânia (S.Severi, Chr; II; 51; 4).

Deste modo, homens que mereciam viver foram executados ou foram castigados com o exílio assentando-se um nefasto precedente. E este princípio se justificou baseando-se na legalidade dos juízos e na honra da comunidade, depois, ao ver-se Itácio angustiado pelos insultos e finalmente acusado abertamente, o lançava contra aqueles sobre cujas ordens e conselhos havia atuado; sem dúvida, unicamente ele entre todos foi expulso do episcopado (S.Severi, Chr; II; 51; 5).

Nesse ponto levantamos uma questão: por que será que Magno Máximo desdenhou do apoio de Prisciliano a sua causa e o condenou a morte? Em nossa visão essa foi uma jogada político-religiosa de Magno Máximo para desfavorecer o grupo político-religioso de Teodósio e ao mesmo tempo fortalecer sua posição perante as autoridades da fé nicena.

Segundo Frighetto (2005, p. 30-31), pelo Priscilianismo ser de origem hispana, o mesmo poderia contar em seu corpo com a participação de personagens associados ao círculo político e familiar de Teodósio e este elemento poderia macular toda a construção positiva ao redor do *Optimus Princeps*. Por outro lado Frighetto sugere como hipótese plausível que a reação de Máximo em condenar e executar Prisciliano e seus seguidores, seguia linha de atuação de eliminar prováveis aliados e seguidores de Teodósio, além de posicionar-se como aliado a fé nicena e buscar um apoio político-religioso junto a um dos maiores expoentes políticos do universo cristão, o bispo Ambrósio de Milão.

De acordo com Maria Vitória Escribano (1990, p.267), observando o papel de Máximo durante a questão priscilianista, nos parece certo afirmar que o usurpador procurava o pleno reconhecimento de seus poderes como Augusto nos territórios ocidentais junto às cortes imperiais de Constantinopla e Milão, sendo a ocorrência da execução de Prisciliano e seus seguidores uma consequência do poder exercido por Máximo e um meio pragmático para

demonstrar sua posição ideológica em favor do Cristianismo niceno como legítimo princeps christianus.

Entretanto, a estratégia de Máximo parece ter falhado, pois não vemos nas fontes nenhuma demonstração de apoio, nem de Constantinopla e nem de Milão. Adicionalmente, segundo Frighetto (2005, p.32), o júízo e a condenação de Prisciliano e seus seguidores, embora realizados por um motivo justificável qual seja de que podiam realizar uma *sedition* na ecclesia, possivelmente provocou um primeiro sinal da tensão entre Máximo e Teodósio, que culminou na ruptura do *foedus* existente entre eles e a derrota do usurpador em Aquileia no ano de 388.

Sobre o priscilianismo podemos afirmar que, apesar da busca pelo reconhecimento da autoridade do movimento ter fracassado frente à negação de Máximo, o mesmo não saiu totalmente derrotado da condenação de seus líderes. Segundo Severo, os priscilianistas que antes viam o bispo de Ávila como um santo a partir desse momento o veneravam como um mártir. Assim sendo, sua seita começou a se propagar mais ainda:

Pelo demais, executado Prisciliano, a heresia que se havia propagado sobre seu patrocínio não só não foi reprimida, mas ainda, reafirmando-se, propagou-se mais extensamente. Pois seus seguidores, que o haviam honrado antes como um santo, depois começaram a venerá-lo como um mártir (S.Severi, Chr; II; 51; 7).

Os corpos dos mortos foram levados as Hispanias e suas exéquias se celebraram com grande solenidade. Inclusive o jurar por Prisciliano se considerava mostra de sua religiosidade. Em troca, entre os nossos se havia provocado uma constante guerra de discórdias que, exacerbada por quinze anos de vergonhosas dissensões, não podia se sufocar de modo algum (S.Severi, Chr; II; 51; 8).

O movimento priscilianista era tão forte na Península Ibérica, com especial destaque para a região da Gallaecia, que continuou se propagando no restante do século IV e no decorrer do século V. Prova disso foi a realização do I Concílio de Toledo no ano de 400, o qual continha artigos que foram redigidos

justamente contra o priscilianismo, e além disso no decorrer do século V, Idácio de Chaves nos dá notícias sobre acontecimentos envolvendo priscilianistas na Península Ibérica, além de fazer uma referência a Sulpício Severo e sua crônica :

Termina a constituição do Concílio Todelano. Começam os artigos da fé católica contra todas as heresias, e sobre tudo contra os Priscilianos, que foram redigidos pelos bispos Cartaginenses, Terraconenses, Lusitanos e Béticos, e enviados com o preceito do papa romano Leão, a Balcônio o bispo da Galícia (I Concílio de Toledo).

Se alguém segue ou professa estes erros da seita de Priscilianismo, de modo a administrar o batismo da salvação, procede de outra maneira distinta e contra a sede de São Pedro, é anátema (I Concílio de Toledo; XVIII).

Começam as distintas profissões da fé contra a seita de Prisciliano no Concílio de Toledo (I Concílio de Toledo).

Reúne-se na província Cartagenense, na cidade de Toledo um sínodo de bispos, e como está contido em suas atas, Simfosio e Dictínio e outros bispos da Província da Galícia com eles, seguidores de Prisciliano, condenam sua heresia blasfematória com o mesmo testemunho de sua profissão. Estabelecem-se também certas prescrições sobre a observância da disciplina da Igreja, por intervenção do bispo Ortigio, que havia sido consagrado em Calenas, mas com intervenção dos Priscilianistas andava desterrado, arrojado pelas facções, por causa da fé católica (Idácio; cron. a.400-VI [158]).

Severo, homem eminente, discípulo do santíssimo Martinho, escreve a vida e maravilhas deste; e escreveu assim mesmo crônicas distintas desta, que abarca desde o princípio do mundo até a seita perniciosíssima de Prisciliano. (Idácio; cron. a.405-XI [185]).

Está a frente da igreja de Roma, Leão, bispo XLIII: Os escritos deste contra os Priscilianistas são trazidos aos bispos da Hispania por Pervinco, diácono do bispo Toríbio. Entre os ditos escritos se envia ao bispo Toríbio um tratado completo sobre a defesa da fé católica, e das blasfêmias dos hereges, que são aceitas por alguns da Galícia com intenção artificiosa. (Idácio; cron. a.447-XXIII [635]).

Com o apoio dessas fontes, nós podemos ter uma noção da disseminação dessa heresia na Península Ibérica. Em nossa opinião, o

priscilianismo atingiu uma tamanha força político-religiosa na região que trouxe para a mesma certa autonomia nesse quesito em frente ao resto do Mundo Romano. Entretanto um dos objetivos que, em nossa opinião, Prisciliano e seus seguidores almejavam jamais foi conseguido, que era o reconhecimento de uma autoridade político-religiosa de seu credo.

Bibliografia

Fontes textuais

IDACIO, O bispo de Chaves. Su Cronicon Introdução, texto crítico, versão espanhola e comentários por Julio Campos. Salamanca: Ed. Casalancias, 1984.

SEVERO, S. Obras Completas. Estudio preliminar, traducción y notas de Carmen Codoñer. Madrid: Edotorial Tecnos, 1987.

VIVES, Jose (org.). Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos. Barcelona-Madrid: CSIC. Instituto Enrique Florez, 1963.

Obras Gerais

AUGUSTO, Diego Piay. Acercamento Prosopográfico al Priscilianismo. In: Espacio y tiempo en la percepción de la Antigüedad Tardía Antig. crist. (Murcia) XXIII, 2006, p. 601-625.

CONDE, Francisco Javier Fernández. Prisciliano e Priscilianismo. Historiografia e realidade. In: Clio e Crimen, nº 1, 2004, p. 43-85.

ESCRIBANO, M. V. "Usurpacion y religion em el s. IV d. de C. Paganismo, Cristianismo y Legitimación política", in: Antigüedad y Crisinismo VII - Cristianismo y aculturación em tiempos del Império Romano, Murcia, 1990, pp. 257-267.

FRIGHETTO, Renan. Antigüidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras Numa Época de Transformações. Curitiba. Juruá, 2012.

FRIGHETTO, Renan A Imagem de Teodósio nas Historiae Adversus Paganos VII, 34-35 de Paulo Orósio. IN: Revista Stylos. Año14, nº 14, p. 25-37, 2005.

INSUELAS, J. B. L. Curso de Patrologia: História da literatura antiga da Igreja. Brada, 1943.

JONES, A.H.M. The Later Roman Empire 284-602 – A Social Economic and Administrative Survey . 2 vol. Oxford: University Press, 1964.

KULIKOWSKI, Michael. Guerras góticas de Roma. São Paulo: Madras, 2008.

MORESCHINI, Cláudio; NORELLI, Enrico (orgs.). História da Literatura Cristã Antiga Grega e Latina. São Paulo: Loyola, 2000.

Mare Nostrum, ano 2013, n. 4

MORESCHINI, Cláudio. História da Filosofia Patrística. São Paulo: Loyola, 2008.

VILELA, J. Um obispo-pastor de época teodosiana: Prisciliano, *Studia Ephemeridis Augustinianum*. n. 58/2 (1997), p. 503-530.

ÂNFORAS PANATENAICAS E PAISAGENS ESTRUTURAIAS

Gilberto da Silva Francisco¹

RESUMO: Este artigo discute a noção de paisagem relacionada a comportamentos estruturalmente articulados; dessa forma, paisagens estruturais. O objeto de análise são as dinâmicas diversas que organizaram comportamentos tradicionais relacionados ao manejo de um tipo de vaso: as ânforas panatenaicas.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia clássica, Ceramologia grega, Ânforas panatenaicas, Paisagem estrutural.

ABSTRACT: This paper deals with the concept of landscape related to structurally organized behaviors, thus structural landscapes. The object of analysis is the several dynamics which organized behaviors related to the management of a type of vase: the Panathenaic amphorae.

KEYWORDS: Classical Archaeology, Greek Ceramology, Panathenaic Amphorae, Structural Landscape.

Atualmente, a noção de paisagem apresenta uma ampla, complexa e variada carga semântica, distanciando-se da formulação original, razoavelmente variada,² mas fixada, sobretudo, no tema e na execução ligada à pintura;³ o que

¹ Pós-doutorando MAE/USP; e-mail: gisifran@gmail.com.

² É o que indica a apresentação do verbete Paisagem em um dicionário inglês-português do século XVIII: “LANDSCAPE, s. vista, o que se descobre de terras, campos, ou de outros objetos distantes; it. Paisagem, paizes, paineis que representaõ arvoredos, prados &c. (...) LANDSKIP, s. idem.” (VIEIRA, 1773, verbete landscape/landskip).

³ Em um dicionário do final do século XVIII (Encyclopaedia Britannica; or, a dictionary of arts, sciences, and miscellaneous literature, vol. 13), no longo verbete “Pintura” (p. 589-657), paisagem é apresentada como um gênero de pintura (p. 635-41) e baseia uma especialidade (o pintor de paisagem – p. 636, 639-40). Numa caracterização posterior do conceito, o termo é amplamente situado no campo da pintura na sua descrição: “Paisagem (a terminação -scape nesta palavra responde sufixo alemão -schaft, que é um particípio do verbo schaffén, fazer). O cenário do campo apresentado ao olho; e também, na sua acepção mais comum, uma figura apresentando tal cenário. A paisagem, latu senso, pode, porém, tornar-se alegórica e histórica no seu significado aplicado pelos artistas nos seus termos. O estudo principal do pintor da paisagem é o mundo vegetal, ar, água, pedras e edifícios. A isso ele pode imputar um ideal de beleza e assim elevar sua arte acima da mera pintura topográfica; um termo que pode ser aplicado ao seu trabalho, se ele simplesmente copia sem o refinamento que é apresentado ao seu olho. Uma paisagem pode ser igualmente elaborada em todas as suas partes, observando-se a perspectiva ao ar livre, porque o olho não é necessariamente mais fixo na visualização de uma imagem que em sua observação do cenário natural. As partes de uma figura são vistas em sucessão, tal como as várias partes de uma paisagem presente na natureza” (Landscape (the termination scape in this word answers to the German suffix schaft, which is really a participle of the verb schaffén, to make). The scenery presented to the eye in the country; as also, in its more common acceptation, a picture representing such scenery. A landscape in the latter sense may, however, become allegorical and historical, in the meaning applied by artists to those terms. The chief study of the landscape painter is the vegetable world, air, water, rocks, and buildings. To these he may impart an ideal beauty, and thus elevate his art above mere topographical painting; a term which may be applied to his work, if he merely

foi bastante ampliado já no final do século XIX pela atuação de geógrafos alemães que cunharam a ideia de “paisagem cultural” (RUSSO, 1996, p. 38), tornando o espaço geográfico um elemento constante no debate. Pensando-se nas unidades constitutivas, as possibilidades foram bastante alargadas e um continente, uma região, um polo específico relacionado a alguma dinâmica humana, um bairro, um quarteirão, um conjunto habitacional, uma habitação (ou até um cômodo) são caracterizados paisagens; ou seja, uma delimitação situada entre uma perspectiva micro e macroespacial. E essas balizas, elas mesmas, entram na discussão. Por exemplo, Ralston e Jain (2002) apresentam uma “paisagem microscópica do próton” e, na descrição de um gás normal, Emch e Liu (2002, p. 320) dizem que

para [se ter] uma ideia rápida da paisagem microscópica, note que o diâmetro molecular é da ordem de $\approx 10^{-8}$ cm; a distância média entre as moléculas é de $\approx 10^{-7}$ cm, de modo que as moléculas ocupam cerca de um milésimo do volume total do gás.⁴

Fala-se, ainda, em paisagens microscópicas de tumores, de cânceres; assim, a paisagem situada no nível das células (ATLAS & BARTHA, 1998, p. 343), e também em paisagens do DNA (ácido desoxirribonucleico) e do RNA (ácido ribonucleico) (FORMOSA, 2003; PROCTOR, 2007 e COWPERTHWAITTE, 2008, p. 10). No outro extremo, encontra-se a paisagem macroscópica que transita entre unidades como um país (SPENDER & HALL, 1970, p. 39), um planeta (dessa forma, uma paisagem terrestre, marciana, venusiana – GREELAY, 1994) e até uma galáxia;⁵ situando-se nesse contexto as paisagens cósmicas (SUSSKIND, 2006 e ROWAN-ROBINSON, 1979).

copies without refinement what is presented to his eye. A landscape may be equally elaborated in all its parts, with a due observance of aerial perspective, because the eye is not necessarily more fixed in viewing a picture than it is in looking at natural scenery. The parts of a picture are viewed in succession, just as the various parts of a landscape present themselves in nature (BRANDE et al, 1866, verbete Landscape; ver também verbete Landscape gardening).

⁴ For a snapshot idea of the microscopic landscape, note that the molecular diameter is of the order of $\approx 10^{-8}$ cm; the average distance between the molecules is $\approx 10^{-7}$ cm, so that the molecules occupy about one thousandth $[(10^{-8}/10^{-7})^3]$ of the total volume of the gas.

⁵ Macroscopic landscape (ver NASA, Understanding the human life).

Evidentemente, tais termos não são sempre discutidos no seu uso, mas é interessante pensá-los a partir da apropriação que se faz da ideia de paisagem; assim, paisagem como unidade espacial delimitada pelo homem; não apenas um espaço vivido, mas também aquele que é conceitualizado. Além disso, a grande variedade incidente sobre esse conceito impele a se pensar em uma explicação imediata para seu uso. Assim, pergunta-se, o que é uma paisagem estrutural? E, considerando que esse conceito já vem sendo utilizado, é devido pensar sua adequação na discussão aqui empreendida.

Em uma descrição da estrutura geológica do território da França, Pinchemel apresenta os seguintes dados:

Nos Pirineus, a paisagem estrutural mais comum é o resultado da combinação de faixas do calcário urgoniano, por vezes reforçada por dolomitas jurássicas (em Béarn), com longos vales subsequentes abertos, seja mais baixo nos xistos aptianos ou na marga liássica e beuper ofítico.⁶

Calcário urgoniano, dolomitas jurássicas, xistos aptianos, margas liássicas, beuper ofítico são termos que descrevem elementos da sequência de camadas geológicas desde o período jurássico até o cretáceo; ou seja, estão relacionados a formações situadas entre 200 e 65 milhões de anos passados. A estrutura, dessa forma, está ligada ao longo e lento processo de organização das camadas geológicas e à formação de cadeias montanhosas.⁷ É interessante notar, nesse sentido, que a partir de um universo cronológico bem mais modesto, a estrutura, relacionada à ideia de longa duração, conforme Braudel na sua tese de 1947, é situada no âmbito do meio físico, remontando a longos processos caracterizados por lentíssimas mudanças ativamente mediadas por dinâmicas ambientais. Entretanto, o debate avançou, e mesmo Braudel em

⁶ In the Pyrenees the most common structural landscape is the result of the combination of bands of Urgonian limestone, sometimes reinforced by Jurassic dolomites (in Béarn), with long subsequent vales opened either in Lower Aptian shales or in Liassic marl and ophitic beuper (PINCHEMEL, 1969, p. 52).

⁷ O termo “paisagem estrutural” é aplicado, ainda, nas artes visuais, estabelecendo-se uma clara derivação do sentido geológico. Por exemplo, a paisagem montanhosa de Aix em Provence, sobretudo o Monte Santa Vitória, pintado exaustivamente pelo pintor francês Paul Cézanne, também foi chamado de “paisagem estrutural” (ver NATIONAL Australia Bank, 1986, p. 41); assim como a pintura Structural landscape (acrílico sobre cartão) do artista polonês Elzbieta Przepiorkowska, que estabelece o mesmo paralelo.

1958, em um artigo que discutia conceitualmente a ideia de longa duração, propõe uma abrangência de seu domínio para além do referencial geográfico, alcançando as esferas da cultura e das mentalidades, o que foi reforçado e desenvolvido por Vovelle (1990, p. 89) ao discutir as interfaces entre as diferentes dimensões durativas do tempo. É possível, assim, pensar em estruturas além das geográficas e paisagens estruturais relacionadas a essa dimensão da experiência humana no planeta.

A ideia de paisagem estrutural é também amplamente utilizada para descrever a solidez de edificações no âmbito da Arquitetura. E, ainda aqui, encontra-se outro paralelo com a perspectiva da estrutura na discussão de Braudel. A metáfora da solidez, da coerência temporal que Braudel utiliza remete a esse campo. Ele diz:

Os observadores do social entendem por estrutura uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar (BRAUDEL, 1986, p. 14).

A partir disso, pensa-se na paisagem estrutural como espaço delimitado relacionado a ações humanas estruturalmente articuladas, por vezes até condicionando-as, ao menos parcialmente.

* * *

É a partir dessa perspectiva que, aqui, será acompanhada brevemente a trajetória das ânforas panatenaicas,⁸ e a discussão sobre as paisagens estruturais justifica-se pelo conjunto de situações tradicionais às quais esse tipo de objeto estava ligado. Sua trajetória pode ser observada a partir de três contextos básicos: o próprio da produção e aqueles relacionados à sua inserção primária (o uso previsto) e secundária (necessariamente posterior ao primário e não previsto).

Sua produção era feita nas oficinas áticas, sobretudo aquelas do Cerâmico, o bairro de artesãos contíguo à principal necrópole ateniense e à

⁸ Para as ânforas panatenaicas, ver Bentz, 1998 e Francisco, 2012.

porta dupla (o Dípilon) de onde saía a procissão panatenaica. Entretanto, pode-se pensar em uma projeção espacial bem mais ampla, se considerarmos os diálogos artesanais que condicionaram em grande parte a produção de ânforas panatenaicas na perspectiva diacrônica. Um exemplo bastante claro é a figura da Atena Promachos (ver figuras 1-7). Quando ela começa a ser produzida sobre ânforas panatenaicas, esse esquema figurativo já era utilizado para determinado tipo de figuração da deusa em vários pontos do chamado Mundo Grego; revelando que tal formulação figurativa nas ânforas panatenaicas respondia a um amplo diálogo artesanal não delimitado nas oficinas áticas (FRANCISCO, 2012, p. 50-1); o que parece ter acompanhado boa parte da história dessa produção; já que, ainda no século IV a.C., é possível observá-lo em outro contexto: a aproximação figurativa entre a Atena das ânforas panatenaicas e outras cunhadas sobre moedas de Roma, Sicília, Macedônia, Ática, Fasélis, Alexandria, Cílica, e em alguns reinos indo-gregos (ver fig. 8-10).

Ora, o debate atual sobre tais formulações figurativas de Atena insiste em uma explicação baseada na ideia de representação. Assim, essas figuras de Atena sobre moedas seriam representações de uma estátua de culto em Pella, a Atena Alkis ou Alkidemos (TZOUVARA-SOULI, 1996, p. 499). Por outro lado, propõe-se que tal figura teria sido criada originalmente na produção de ânforas panatenaicas e, posteriormente, copiadas por motivos não conhecidos, na cunhagem de tais moedas (BARRINGER, 2003, p. 244). A cronologia desses objetos indica que esta segunda proposta é mais provável; posto que as figuras de Atena com esse aspecto arcaizante sobre as ânforas panatenaicas já ocorria em meados do século IV a.C. e apenas a partir do final do século IV a.C. sobre as moedas citadas (Idem).

Entretanto, mais do que localizar o ponto de origem, tais figurações indicam um consistente diálogo artesanal que se desenvolveu não apenas no âmbito da ornamentação desses vasos. Sua forma insere-se nesse diálogo entre artesãos antigos. A bibliografia insiste que a forma das ânforas panatenaicas tenha sido apropriada de dois tipos de ânfora de transporte do século VIII-VI

a.C. (a ânfora SOS ou da ânfora à la brosse – VALAVANIS, 1986, p. 454, n. 4), dadas as similaridades formais (ver fig. 11); entretanto, novamente o debate é focado na busca da origem de determinado conteúdo, a despeito de sua contextualização. Ora, se se pensar na função desses vasos (objetos para armazenamento e transporte de líquidos), percebe-se que ânforas com formas bem diferentes, mas com função similar, apresentam um elemento recorrente: a relação entre o diâmetro do bojo e do pescoço. O pescoço dos vasos de transporte são, geralmente, bastante estreitos em relação ao bojo; e há uma proporção básica entre 1 para 1/3 e 1 para 1/5 entre o diâmetro do bojo e do pescoço. Relação que marcou consistentemente a produção de ânforas panatenaicas e que é perceptível em ânforas de transporte produzidas em vários pontos do Mediterrâneo desde o século VIII a.C. até o período romano (ver fig. 12-13).

Ainda sobre a função, a inscrição *ton athenethen athlon*, presente na maioria das ânforas panatenaicas (ver fig. 1, para um exemplo),⁹ é interpretada como um tipo de controle do conteúdo, o óleo panatenaico; o que pode ser aproximado das variadas inscrições e estampas que compunham vasos de transporte desde o período micênico até o período romano, indicando mecanismos de controle e informações sobre proveniência e (ou) destino do conteúdo (ver fig. 14-18). Bem, o potencial conteúdo, neste caso, é o óleo panatenaico. E, pensando-se na sua ampla disseminação no Mediterrâneo antigo, revela-se outro elemento tradicional: a demanda pelo óleo e sua circulação. Os mais antigos vestígios de oliveiras na região da Grécia remontam ao neolítico; mas não é possível estabelecer uma ligação com a experiência de cultivo identificada posteriormente em Creta, situados no terceiro milênio a.C., contexto no qual é identificada a exportação de óleo; por exemplo, ao Egito (DALBY, 2003, p. 239 e SALLARES, 1991, p. 304-9).

Assim, o vaso em seu aspecto estético, prático e seu conteúdo, tudo isso pode ser situado em um ambiente de práticas tradicionais nas quais a

⁹ Ver Hannah, 2001; para uma discussão sobre o significado desse tipo de inscrição nas ânforas panatenaicas. Ver, ainda, Francisco, 2012, p. 257-65; para um levantamento das inscrições sobre as ânforas panatenaicas.

premiação nos jogos panatenaicos foi inserida. E a paisagem descrita por tais práticas estruturou-se em uma perspectiva macro, aqui chamada de regional: maior que Atenas, maior que a Ática e, por vezes, maior que o Mundo Grego; alcançando uma grande projeção no Mediterrâneo. É o que indica, por exemplo, o mapeamento da difusão das ânforas panatenaicas a partir dos locais de achado, compreendidos em uma longitude entre a Ásia Menor e a Itália e uma latitude entre o Mar Negro e o Norte da África (ver fig. 19); chamando a atenção, casos como o da Etrúria, que não pertencia ao chamado Mundo Grego e cujos habitantes não podiam participar dos Jogos Panatenaicos. Mas, mesmo com isso, é um dos locais de achados mais numerosos de ânforas panatenaicas fora da Grécia continental.

Como visto, a produção, o uso e a deposição dos vasos panatenaicos, todos esses elementos importantes para a observação da trajetória de um tipo, foram amplamente condicionados por uma paisagem estrutural que respondia aos contornos do Mediterrâneo. Entretanto, a situação é mais complexa que isso; já que todos esses aspectos eram também condicionados por um interesse específico concentrado, por mais de 500 anos, à atuação da pólis ateniense. Eram as demandas do festival panatenaico que promoveram a materialização desse tipo de premiação e o controle inicial de seu conteúdo. Dessa forma, vale observar a perspectiva micro, aqui entendida como local.

Como visto, havia uma ampla projeção desses objetos; mas, quantitativamente falando, o local com achados mais numerosos é Atenas: quase 50% do total.¹⁰ Ora, há, com isso, claramente uma coerência forte entre polo de produção, espaço de uso primário e de imobilização desses objetos. Mais que isso, pensando-se em uma trajetória para além do contexto sistêmico, o quadro de coerência é ratificado pela forte consistência desses objetos que ali permaneceram em contexto arqueológico, e onde foram encontrados, o mesmo local de ressignificação como objetos de museu – não mais o vaso relacionado ao universo da premiação, mas um documento ou objeto de arte. Ou seja, uma trajetória milenar consistentemente estruturada em Atenas, onde as ânforas

¹⁰ Para a distribuição quantitativa por locais de achado, ver FRANCISCO, 2012, p. 18-9.

panatenaicas foram produzidas, utilizadas em um evento específico, onde elas foram depostas e passaram mais de 2 mil anos sob a terra ou no interior de uma tumba; onde, ainda, elas foram encontradas, limpas, catalogadas, descritas, colocadas em uma exposição ou reserva técnica. É a experiência em Atenas, nesse sentido, que apresenta aparentemente a paisagem estrutural mais sólida ligada à trajetória das ânforas panatenaicas.

A interpretação dessa paisagem estrutural é complexa; já que o maior número de ânforas panatenaicas encontradas em Atenas não indica necessariamente um grande interesse em mantê-las ali. Dizer isso parece repetir, ao avesso, o engano de Julia Martha que, no final do século XIX, ao interpretar os pouquíssimos achados então na Grécia, dizia que “parece então que em Atenas não se interessava pelas ânforas [panatenaicas], porque se acreditava que não valia à pena conservar tais vasos [...]”.¹¹ A dinâmica das escavações em Atenas (ainda incipiente em vários espaços importantes como a Ágora, a Acrópole e o Cerâmico) não permitia a apresentação de uma colocação tão definitiva sem ao menos se pensar na dinâmica dos achados. No cenário atual, apesar dos inúmeros achados e de certa clareza sobre o universo documental, deve-se ainda agir com cautela. Assim parece que a interpretação desses números deve ser feita considerando-se a discussão sobre o registro arqueológico, a quantidade e qualidade dos objetos, a dinâmica das escavações e das publicações desses objetos e indícios de seu uso em contexto sistêmico.

É interessante notar, quanto à questão do registro arqueológico, que estudos sobre material lítico lascado na pré-história revelam uma grande quantidade de vestígios em sítios-oficina (espaços onde alguns instrumentos de pedra eram produzidos), mais que nos locais de uso primário e secundário.¹²

¹¹ Il paraît qu'alors à Athènes on ne faisait aucune attention aux amphores, parce qu'on croyait que ces vases ne valaient pas la peine d'être conservés [...] (MARTHA, 1877, p. 174).

¹² O “sítio-oficina” é caracterizado, geralmente, por uma grande quantidade de material relacionado à produção (debitado e ferramentas) e uma comum ausência de vestígios de habitação, quando não há articulação de atividades variadas (produção e habitação, por exemplo) no mesmo espaço. Para a caracterização do sítio-oficina, ver Bureau of Land Management, 1982, p. 132. Para a sua descrição breve na caracterização de alguns sítios líticos, ver Guidon, N.; Felice, G. & Lima, C. F. M., s/d, p. 149; Revista de pré-história, Volumes 1-4. Universidade de São Paulo, Instituto de Pré-história., 1979, p. 31; Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Vol. 15-16. Universidade de São Paulo, 2005, p. 171.

Assim, parece, quanto mais distante (espacialmente e temporalmente) do contexto da produção, menos consistente quantitativamente é a presença desses objetos. No caso de Atenas, essa situação poderia ser observada na deposição de um grande número de ânforas panatenaicas no Pompeion, na região do Dípilo, sobretudo no século IV ao II a.C., época em que provavelmente esse espaço era utilizado para o armazenamento dos vasos panatenaicos. Ou seja, conjuntos de vasos imobilizados em situação, pode-se dizer, “pré-primária”.

Mas também é possível identificar grupos numerosos de ânforas panatenaicas utilizadas em contexto secundário. É o que revela o caso de Alcibíades, general, político e atleta de expressão em Atenas, que teve seus bens colocados à disposição da pólis ateniense em 414/3 a.C., conforme inscrição IG I³ 422. Na lista de seus bens à venda, há indicado um conjunto de 102 ânforas panatenaicas, provavelmente obtidas de uma só vez, conforme indicam as balizas cronológicas. Nesse caso, por interesse do atleta vencedor (Alcibíades), manteve-se, em Atenas, um conjunto grande de vasos panatenaicos provavelmente relacionados ao óleo obtido mediante sua vitória na prova de corrida de carro. Vale dizer, não há outro registro tão claro da preservação de um conjunto tão numeroso mantido por interesse do atleta vencedor.

Diferente disso, o caso de Teaios de Argos, por exemplo, que levou seus vasos panatenaicos cheios de óleo para Argos depois de sua vitória no segundo quartel do século V a.C. na prova de luta (pale), conforme indica Píndaro (Nemeanas 10, 35), contrasta com o cenário de achados na região: não há nenhum registro de ânfora panatenaica encontrada em Argos. Há identificado, ainda, o caso de outro vitorioso na corrida de carro, Nicágoras, que, como parece, teria levado consigo para Rodes alguns vasos panatenaicos (foram identificados cerca de 14); nada próximo dos mais de cem vasos indicados como posse de Alcibíades, considerando que, nos dois casos, o ganhador da prova de corrida de carro deveria obter algo estimado em mais de cem vasos cheios de óleo. Tais colocações, claramente, são referências frágeis, pois há, de um lado, a indicação de um conjunto pouco após sua obtenção no século V a.C. (o caso de Alcibíades) e, de outro, a verificação a partir de achados mais de mil anos depois

(os casos de Teaios e de Nicágoras). Entretanto, a ausência de achados em Argos, por exemplo, é, pelo menos, indicativa.¹³

A partir disso, pensa-se que a manutenção desses objetos (vasos cheios de óleo que poderiam compor um conjunto com massa equivalente a mais de 5 toneladas para uma única premiação – o caso da corrida de carro) seria mais fácil em Atenas, dado o deslocamento interno; ou seja, um traslado por terra, mas de curta distância. No caso dos vencedores provenientes de cidades mais distantes, o deslocamento dessa massa bastante expressiva poderia ser um problema. É preciso notar que a produção, preparação e deslocamento inicial da premiação no contexto das Panateneias era relacionada à atuação da pólis ateniense, que poderia mobilizar uma grande quantidade de energia mecânica (animal ou humana). Depois disso, seu deslocamento era de responsabilidade do atleta e, pensar em uma comercialização do óleo ali mesmo em Atenas indica um cenário coerente a uma possível dispersão mais difusa. A questão é que, mesmo condicionados por uma paisagem estruturalmente constituída que impelia tais vasos cheios de óleo a viajarem a pontos distantes do Mediterrâneo, eles permaneceram em grande número na região onde foram produzidos e utilizados em contexto “pré-primário”, primário e secundário.

Entretanto, na outra ponta do processo, depois de seu alheamento milenar, tais objetos foram alvo de nova movimentação. É o que indica a primeira notícia de achado de um vaso panatenaico encontrado por um viajante francês em Trípoli em 1712. Claude Lemaire encontrou um vaso ao qual chamou de urna (pois era preenchido com restos mortais) e o levou para a França. Vaso que hoje está desaparecido. Esses deslocamentos estavam ligados à constituição de coleções que, desde o Renascimento, vinham sendo amplamente compostas por objetos reencontrados em escavações não sistemáticas e por leigos em vários pontos do Mediterrâneo. Entretanto, pode-se perceber certa coerência da permanência entre local de achado e de nova imobilização desses objetos: fala-se da dos museus articulados a sítios arqueológicos.

¹³ Para os casos de Alcibíades, Teaios e Nicágoras, ver Francisco, 2012, p. 114-5.

A maior parte dos vasos panatenaicos compõe coleções de cidades ou países nos quais foram encontrados. E, nesse sentido, os achados em Atenas ratificam a paisagem estrutural ali constituída. As leis de proteção das antiguidades gregas de 1932, ratificada em 2002, impedem a saída desses objetos do solo grego.¹⁴ E, articulando-se à lógica dos museus de sítios, essa paisagem estrutural parece consolidar-se. Por exemplo, o sítio com achados mais numerosos, o Cerâmico em Atenas, apresenta o museu com o maior número de objetos inventariados (cerca de 20 %).¹⁵ Assim, relacionado à região da produção, do armazenamento desde o século IV a.C., da imobilização em várias tumbas, consolida-se a paisagem estrutural mais precisa e mais restrita desse tipo de objeto. Pode-se mesmo dizer que a maior parte dos vasos panatenaicos conhecidos se afastou poucos quilômetros do espaço onde foram produzidos.

¹⁴ Para as leis de proteção das antiguidades gregas, desde o século XIX, ver Treves & Pineschi, 1997, p. 249-50. Para as leis 5351 (de 1932) e 3028 (de 2002), ver Valavanis & Delevorrias, 2007, p. 30.

¹⁵ Para o levantamento quantitativo de vasos panatenaicos em museus em vários países, ver Francisco, 2012, p. 204-10.

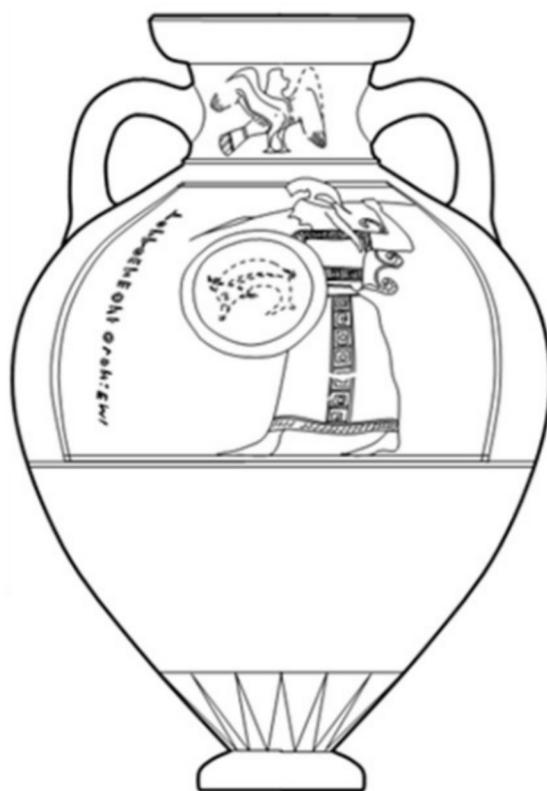


Fig. 1. Ânfora panatenaica (face com a figura da deusa Atena), Londres, Museu Britânico, inv. B 130 – ver Francisco, cat. 1.



Fig. 2. Placa de bronze recortada, final do século VII, início do VI a.C., Prov.: Templo “geométrico” de Dreros; Heracleion, Museu Arqueológico, Inv.: 2273 [LIMC (verbete Atena, fig. 68)];

Fig. 3. Estatueta de bronze, segundo quartel do século VII a.C., alt.: 15 cm, Prov.: Olímpia, Olímpia, Museu de Olímpia, Inv.: 4500 [LIMC (verbete Atena, fig. 69); Bandinelli, 1976, fig. 124];

Fig. 4. Estatueta de bronze ática (?), final do século VII a.C., Prov.: Ática, Zurique, Coleção Bührle [LIMC (verbete Atena, fig. 70)];

Fig. 5. Estatueta de bronze, segunda metade do século VI a.C., Prov.: Messênia, Mariemont, Museu de Mariemont, Inv.: B 31 [Faider-Feytmans, G. (1952) Les antiquités du musée de Mariemont. 86 G 54, pl. 31];

Fig. 6. Estatueta de bronze, segunda metade do século VI a.C., Atenas, Museu Nacional [DE RIDDER, A. (1896) Catalogue des bronzes trouvés sur l’Acropole d’Athènes, n. 789 m];

Fig. 7. Estatueta de bronze, c. 480-470 a.C., Prov.: Atenas (Acrópole), Atenas, Museu Arqueológico Nacional, Inv.: 6447 [ROLLEY, Cl. (1967) Les bronzes. 4, n. 42, pl. 12; LIMC (verbete Atena, fig. 146)] (todas sem escala).

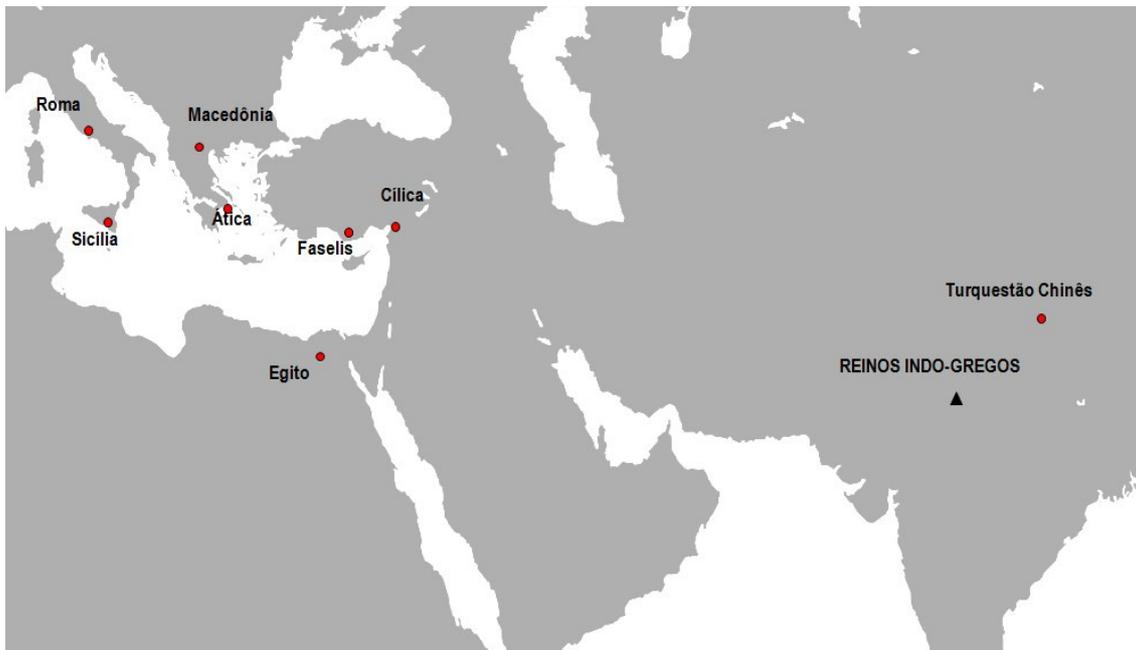


Fig. 8. Regiões de incidência da figura de Atena Alkis, Promachos, Palladium e Minerva.



Fig. 9. (esquerda) Atena promachos de ânfora panatenaica helenística (363/362 a.C.), Eretria, Archaeological Museum;

Fig. 10. (direita) Moedas helenísticas com figura de Atena promachos: (acima, à esquerda) Octóbulo de prata, Siracusa, 278–276 a.C., Pirro, rei de Épiro; (acima, à direita) Tetradracma de prata, Alexandria, 305/4-282 a.C., Ptolomeu I; (baixo) Atena Alkis: Tetradracma de prata, Macedônia, 277–239 a.C., Antigonos II Gonatas.

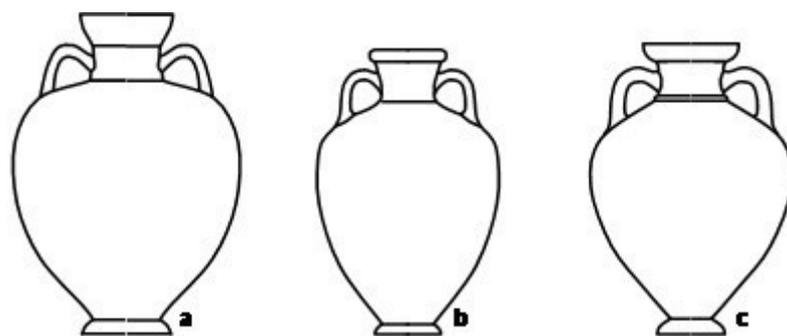


Fig. 11. (esquerda) Ânfora “SOS”, início do século VI a.C., prov.: Vulci, alt.: 67,5 cm, Pensilvânia MS 562; b. (meio) Ânfora à la brosse, século VI a.C., alt.: 60 cm, Atenas, Ágora 1501-2-3; c. (direita) Ânfora “protopanatenaica”, c. 570, Bolonha-sobre-o-Mar 592.

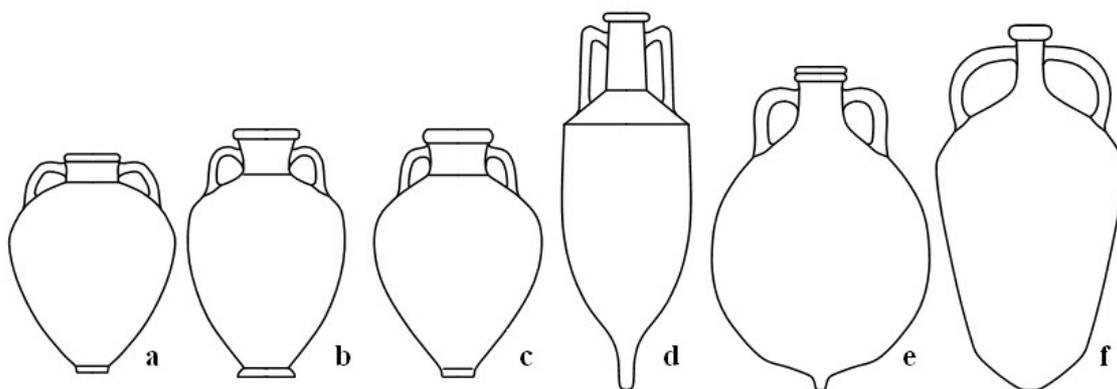


Fig. 12. Ânforas de transporte variadas: ânfora de Samos, primeira metade do século VI a.C. (a), ânfora ática (à la brosse), século VI a.C. (b), ânfora de Quíros, século VII a.C. (c), ânforas romanas Dressel 3 (d), 20 (e) e 34 (f).

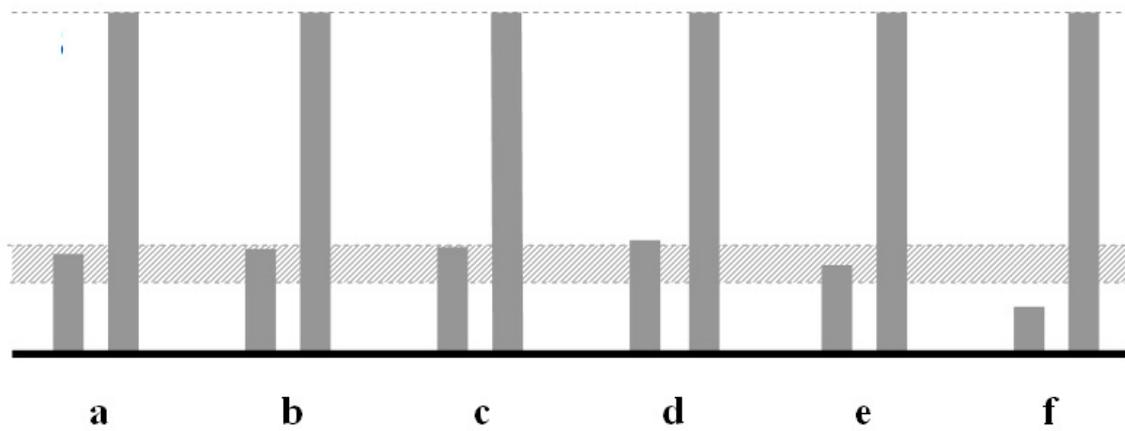


Fig. 13. Gráfico de relação entre a medida do bojo (maior) e do pescoço (menor), a maioria transitando entre 1 para 1/3 e 1 para 1/5 (faixa hachurada).



Fig. 14. Vaso inscrito (em Linear B) para transporte de vinho e óleo, c. 1300 - c. 1190, Kadmeion, Thebes – três nomes: dois nomes de pessoas e um nome de lugar, segundo Mountjoy, 2001, p. 74.

Fig. 15 e 16. Detalhes de jarro de transporte (parte alta com inscrições em Linear B); (acima) encontrada em Eleusis, (abaixo) encontrada em Tebas – alturas: c. 40 cm.

Fig. 17. Vaso de transporte (inscrição em etrusco).

Fig. 18. Estampilha de alça de ânfora grega de transporte.



Fig. 19. Locais de achado de ânforas panatenaicas.

Bibliografia

ATLAS, R. M. & BARTHA, R. Microbial ecology: fundamentals and applications. Benjamin/Cummings, 1998.

BARRINGER, J. Panathenaic games and Panathenaic amphorae under Macedonian rule. In: PALAGIA, O. & TRACY, S. V. (eds.) The panathenaic games. Proceedings of an international conference held at the University of Athens, May 11-12, 2004. Oxford: Oxbow, 2003, p. 243-56.

BENTZ, M. Panathenaïsche preisamphoren: eine athenische Vasengattung und ihre Function vom 6.4. jahrhundert v. Chr. Antike Kunst Beiheft 18. Basel: Vereinigung der Freunde antiker Kunst, 1998.

BRANDE, W. T. et al. (eds.) A dictionary of science, literature and art. London: Longmans, Green and Co., 1866.

BRAUDEL, F. La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II. Paris : Armand Colin, 1949.

_____. A longa duração. In: História e ciências sociais. 5ª ed., Trad.: Rui Nazaré, Lisboa: Editorial Presença, 1986 , p. 7-39.

BUREAU OF LAND MANAGEMENT. Butte District Wilderness planning amendment/environmental impact statement for the Dillon Resource Area, Beaverhead and Madison counties, Montana: final. Montana: Dept. of the Interior, Bureau of Land Management, 1982.

COWPERTHWAITTE, M. C. Mutation: Lessons from RNA models. ProQuest, 2008.

DALBY, A. Food in the ancient world from A to Z. New York: Routledge, 2003.

EMCH, G. G. & LIU, Ch. The logic of thermostistical physics. Springer, 2002.

FORMOSA, T. Changing the DNA landscape: putting a SPN on Chromatin. In: Workman, J. L. Protein complexes that modify chromatin. Heidelberg: Springer, 2003, p. 171-202.

FRANCISCO, G. da S. Panatenaicas. Tradição, permanência e derivação. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012.

GIBSON, G. C. Creation & Cosmos; The Literal Values of Genesis. Lulu.com, 2005.

GREELEY, R. Planetary landscapes. Heidelberg: Springer, 1994.

GUIDON, N.; FELICE, G. & LIMA, C. F. M. Salvamento arqueológico na área da adutora do garrincho. Fundamentos VI. Salvamento arqueológico na área da adutora do Garrincho. s/d.

HANNAH, P. A. ΤΟΝΑΘΕΝΕΘΕΝΑΘΛΟΝ: A case study in the history of a label. In: WATSON, J. (ed.), Speaking volumes: orality and literacy in the Greek and Roman world. Mnemosyne, Supplement 218. Leiden: Brill, 2001, p. 161-86.

NASA (National Aeronautics and Space Administration). Understanding the human life. Site http://map.gsfc.nasa.gov/universe/uni_life.html - consultado em novembro de 2011.

MACFARQUHAR, C. & GLEIG, G. Encyclopaedia Britannica; or, a dictionary of arts, sciences, and miscellaneous literature. Vol. 13. Edinburgh: Bell and Macfarquhar, 1797.

MARTHA, J. Vases panathénaiques trouvés sur l'Acropole. BCH I, 1877, p. 173-6.

NATIONAL Australia Bank. The seventies: Australian paintings and tapestries from the collection of National Australia Bank. Melbourne: National Australia Bank, 1986.

PINCHEMEL, Ph. Géographie de la France. Praeger, 1969.

PROCTOR, D. Landscaping in the RNA world: the free energy landscape of the RNA subunits of Bacillus subtilis and Escherichia coli ribonuclease P. Smith College, Northampton, Mass, 2007.

RALSTON, J. P. & JAIN, P. Resolving the microscopic landscape of the proton. In: RADYUSHKIN, A. V. et al. Exclusive processes at high momentum transfer: May 15-18, 2002. Jefferson Lab, Newport News: Virginia, 2002.

ROWAN-ROBINSON, M. Cosmic landscape: voyages back along the photon's track. Oxford: Oxford University Press, 1979.

RUSSO, D. L'œuvre d'art et ses significations. Autour de la notion de paysage dans l'œuvre de Georges Duby. In : Duhamel-Amado, D. & Lobrichon, G. (orgs.) Georges Duby. Bruxelles : De Boeck, 1996.

SALLARES, R. The ecology of the ancient Greek world. London: Duckworth, 1991.

SPENDER, S. & HALL, D. The concise encyclopedia of English and American poets and poetry. Hutchinson, 1970.

SUSSKIND, L. The Cosmic Landscape: String Theory and the Illusion of Intelligent Design. Little, Brown and Co, 2006.

TREVES, T & PINESCHI, L. The Law of the Sea: The European Union and Its Member States. Boston, Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, Jan 1, 1997

TZOUVARA-SOULI, C. Seal impressions from Cassope. BCH, suppl. 29, 1996, p. 497-509.

VALAVANIS, P. Les amphores panathénaïques et le commerce athénien de l'huile. BCH, suppl 13, 1986 , p. 453-60.

VALAVANIS, P. & DELEVORRIAS, A. Great moments in Greek archaeology. Athens: Kapon, 2007.

VIEIRA, A. A dictionary of the Portuguese and English languages, Vol. 2. London: J. Collingwood. 1773.

ENTRE A REPÚBLICA E O IMPÉRIO: APONTAMENTOS SOBRE A AMPLITUDE DESTA FRONTEIRA¹

Fábio Faversani²

As separações das repúblicas e dos impérios na historiografia

Harriet Flower, em seu livro *República Romana*, afirma que:

Periodização é, assim, a mais básica ferramenta do historiador e deve inevitavelmente servir como a primeira premissa a partir da qual qualquer análise de uma série de eventos ocorrerá. Dividir o passado em segmentos historicamente significativos obedece à mesma função que tem a pontuação em uma sentença e os parágrafos em uma página (2010, pp. 3-4).

O problema de periodização que pretendo discutir hoje obedece bem ao preceito colocado por esta autora. A separação entre República e Império é posta pelos historiadores bem nestes termos. Há um ponto final na República e, depois, temos outra sentença, que é o Império. República e Império estão separados em dois parágrafos e, conforme o autor que considerarmos, haverá ainda entre os parágrafos algum separador. Há historiadores que parecem acreditar mesmo que Augusto foi um deus. Citemos um exemplo, retirado da obra *Roma na República tardia: Problemas e interpretações*, de Mary Beard e Michael Crawford:

Pela metade do primeiro século antes de Cristo, a forma republicana de governo em Roma tinha efetivamente colapsado. Deste colapso emergiu, na sequência da guerra civil, primeiro a ditadura de César e depois o principado de Augusto. Em uma rápida e violenta transformação, um sistema político fundado sob os princípios fundamentalmente opostos à monarquia foi

¹ Este é o texto revisto da comunicação que apresentei no IV Colóquio do LEIR-MA-USP, cujo tema era "Processos de integração no Mediterrâneo Antigo: Aceleração e Crise". Tratava-se de uma tentativa de colaborar com o debate que se desenvolve neste centro de pesquisa sobre o conceito de "fronteiras". Trata-se, como se verá, de uma primeira aproximação ao tema, de um trabalho que ainda está em curso. Solicitado pelos editores a dar o texto à publicação, tentei convencê-los de que ele não estava pronto ainda. Como percebem, os editores me convenceram do contrário, que seria útil ao propósito de alimentar uma discussão a partir dos comentários que seriam feitos por outros pesquisadores. Agora, caberá ao leitor decidir, à luz do conjunto que se produziu, quem tinha razão, se eu ou os editores.

²UFOP.

substituído por um sistema que era monárquico em tudo, menos no nome (Beard, Crawford, 1999, p. 1).

Até aí, a narrativa é simples – e não seria questionada por nenhum historiador antigo ou moderno.

O fim da República é datado pelos historiadores com a vitória de Otaviano sobre Marco Antônio em Ácio, em 31 a.C., ou pela atribuição do título de Augusto a Otaviano em 27 a.C. A partir de então, teria emergido um novo regime, erigido no território devastado, totalmente vazio da República. Na visão predominante entre os historiadores contemporâneos, há uma ruptura entre República e Império. Esta visão reforça os elementos de ruptura, marcada por mudanças nas formas de articulação e competição política da sua elite, em detrimento da continuidade, quer relativa a estas mesmas formas de articulação e competição da elite quer quando considerados outros aspectos também importantes. Essa visão que reforça os aspectos relativos à ruptura em detrimento daqueles de continuidade deriva fundamentalmente da crítica construída por Ronald Syme à visão constitucionalista de Theodor Mommsen.

A república~império de Mommsen

Para Theodor Mommsen, Augusto e seus sucessores procuraram conferir às suas posições privilegiadas uma forma legal por meio da posse de poderes magistráticos específicos – como o imperium proconsulare e a tribunicia potestas –, baseados na estrutura política da República. O Senado, por sua vez, permaneceu “soberano” sob o Império, tratando da escolha de magistrados e da legislação. Além disso, ratificava a ascensão de um novo imperador por uma lex de imperio (pelo menos a partir de Vespasiano). Portanto, a República teria que criar uma legitimidade republicana na ocasião da ascensão de cada novo princeps. A relativa continuidade entre República e Principado, no pensamento de Mommsen, era decorrência do modo como ele concebia a própria estabilidade da República romana, calcada em uma cultura jurídica que tinha um efeito normativo na ação política e social dos indivíduos, conferindo uma excepcional estabilidade estrutural à sociedade republicana.

Mommsen pretendia descrever a essência do Estado por meio de seu direito público, de modo que, nessa apresentação sistemática, o problema dos processos e condicionantes históricos, bem como as interações estabelecidas entre os agentes constituindo um universo social mais complexo do que previsto na norma legal, não tinha qualquer prioridade.

No esquema interpretativo de Mommsen não havia um ponto final na República. Não sei se, usando a metáfora de Harriet Flower, teríamos entre a República e o Império de Mommsen uma vírgula ou um ponto e vírgula que introduziria a nova sentença, onde haveria continuidades e rupturas entre República e Império.

A república-império de Ronald Syme

A crítica a esse paradigma formalista de análise do Estado romano ganhou força na primeira metade do século XX, quando os estudos se deslocaram das normas jurídicas para os mecanismos concretos de funcionamento do sistema político republicano e imperial. Esta virada, na opinião de David Potter, que organizou *A Companion to the Roman Empire*, publicado em 2006, deveu-se ao fato de que

a legalidade parecia ter pouca importância para uma geração que tinha visto Stálin promulgar a constituição da União Soviética, Mussolini proclamar uma nova visão do futuro da Itália que se desenhava a partir da reconstrução dos remanescentes físicos do passado de Roma e o governo democraticamente eleito de Hitler chegar ao poder na Alemanha (2006, p. 2).

A análise dos grupos oligárquicos, e dos conceitos estruturadores das relações entre seus membros – *gratia*, *amicitia*, *fides*, *pietas* etc. –, passou a um primeiro plano, no que se pode chamar de uma história social e política da República e Principado.³ Uma história bem exemplificada pela obra de seu principal expoente, Ronald Syme, que teve como foco a elite – em especial, a aristocracia senatorial –, estudada por um método prosopográfico.⁴ O

³ Para o período republicano, o marco é a obra de Mathias Gelzer, *The Roman nobility* (1969), originalmente publicada em 1912.

⁴ Cf. H. Galsterer (1993, p. 19). Luciano Canfora (1991, p. 198) situa a atenção de Syme nas elites como um desdobramento do debate sociológico em curso nos anos de 1930 sobre o tema.

argumento de Syme, em *A revolução romana*, de 1939, ilustra bem o abandono da perspectiva constitucionalista: “A composição da oligarquia de governo emerge, portanto, como o tema dominante da história política, como vínculo unificador entre República e Império: é algo real e tangível, qualquer que seja o nome ou a teoria da constituição” (1960, p. vii).

A ideia de uma ruptura entre república e império apresentada por Ronald Syme foi depois retomada inúmeras vezes. Como exemplos marcantes, podemos citar o “fim da política” defendida por M. Finley em seu *A Política no Mundo Antigo* (1983), e mais recentemente afirmada como “revolução cultural” por Wallace-Hadrill (2007). Por esta via, o que seria um ordenamento de uma série de eventos de forma arbitrária, visando a sua análise, ou seja, o que seria periodização, faz-se evento histórico, ruptura real perceptível e extensível para todas as esferas da experiência humana. Parece que os historiadores criaram com sua periodização (e a crença muito comum de que a análise que fazem é a realidade e não a sua interpretação) uma ruptura na vida das populações e territórios dominados por Roma – para todas as populações e para todos os territórios.

As separações nas fontes

Cícero, César, Salústio e um império na república.

As fontes, como todos sabem, tratam o império mais como continuidade do que como ruptura com relação à república. Aquele que seria o principal artífice desta ruptura, Augusto, apresentou sua atuação como uma reconstituição da República. E a tentativa de reconstituição de Augusto seria uma entre muitas, como nos lembra Cícero em *De re publica*, 5, 2. Nesta passagem, Cícero afirma que a República é uma obra-prima que, com o tempo, foi perdendo as cores e a clareza de seus contornos. Sofrendo sucessivas restaurações, a pintura não retoma suas cores originais. Pelo contrário, ao final, o que restou foram apenas os contornos da obra-prima original.

Em especial nos cem anos que antecedem a batalha de Ácio, a obra-República foi intensamente restaurada. O quadro que nos apresenta Jurgen von Ungern-Sternberg (2006), que mencionamos como exemplo, é o seguinte:

Quando Tibério Semprônio Graco assumiu como tribuno da plebe em 10 de dezembro de 134 a.C, tudo na República Romana parecia estar em perfeita ordem. Cartago, a perigosa rival de Roma, tinha sido destruída; o reino da Macedônia tinha se tornado uma província; todo o mundo composto pelos estados helênicos estava agora sob controle romano. [...] Na própria cidade de Roma, as lideranças das mais proeminentes famílias, a nobreza governante, dominava a vida política de seus assentos no senado. Eles sabiam como conduzir um ou outro magistrado recalcitrante de volta ao seu lugar, e o mesmo se aplicava para algum tribuno da plebe que ocasionalmente se mostrasse independente demais. Eles eram flexíveis o bastante para integrar aspirantes ambiciosos e talentosos em suas fileiras e espertos o suficiente para incluir todos os cidadãos na tomada de decisões políticas através dos vários tipos de assembleias – e particularmente confiava a eles a escolha entre os candidatos rivais na competição pelos cargos políticos. [E aqui temos o grande ponto final. Abre-se nova sentença temporal] Menos de um ano depois tudo fundamentalmente tinha mudado, de acordo com o que Apiano de Alexandria escreveu no prefácio de sua história das guerras civis romanas. Um embate político acabou em assassinato e morte; outras lutas se seguiram, primeiro na cidade e depois pela cidade, culminando no final na breve dominação de César e finalmente no estabelecimento do principado por Augusto. Estes eventos ofereceram um grande e sangrento espetáculo, espalhando cenas terríveis e nomes famosos (2006, pp. 89-90)

A crise da República, como fica claro aqui, corresponderia a uma queda que durou mais de cem anos. Convenhamos que é preciso admitir ao menos que é uma queda quase infinitamente longa. É difícil pensar um ponto, uma linha entre parágrafos que corresponda a cem anos. Mesmo sendo adeptas da ideia de uma ruptura, as narrativas historiográficas da passagem da República ao Império apontam este processo em dois tempos: o fracasso de César e o sucesso de Augusto. Teríamos dois pontos muito próximos, quase confundidos um com o outro?

Considerando o que pensa Cícero à época de seu exílio, teríamos muitos pontos, que derivariam tanto da natureza da aristocracia romana e da busca desmedida por glória quanto em razão de seus vícios, que levavam à ruína e a buscar retirar dos outros o que não lhes pertencia. Afirma Cícero:

Quase sempre eclode tão grande contenda que se torna difícil preservar a sociedade inviolável. Isto mostrou há pouco a temeridade de César, o qual perverteu todos os direitos divinos e humanos em virtude de um principado que ele mesmo se atribuía por um erro de opinião. E há aqui uma coisa molesta: em ânimos superiores e talentos brilhantes, a maior parte do tempo estão presentes anseios de honra, comando, poder e glória (Off. 1, 26).

Daí se deve concluir que, propostos semelhantes prêmios [como os que se conseguiam com as proscricções], as guerras civis sempre existirão. Eis que apenas as muralhas da cidade estão de pé e firmes, mas já temem os últimos crimes daquele homem [César] – quanto à República, nós sem dúvida a perdemos totalmente (Off. 2, 29).

Por outro lado, César atribuía esta morte derradeira a Pompeu. Afirma César que:

Em razão destes fatos [Pompeu teria aterrorizado o Senado e feito cessar seu funcionamento em liberdade], exorta-os e pede-lhes que assumam a República e que governem juntamente com ele. Mas se, de medo, se esquivassem, ele não deixaria de assumir sua responsabilidade e governaria o Estado com seus próprios meios (Civ. 1, 32, 1-7).

Se quisermos, podemos então pensar em um Principado de Pompeu, ou mesmo antes dele em uma tirania de Sula, ou antes deste, tantas outras rupturas.

Voltando às fontes, vemos inúmeras mortes da República. Uma muito comum é representada pela destruição de Cartago, em 146 a.C. Além de significar que Roma não tinha mais nenhum rival externo que pudesse ser levado a sério, o episódio é dado muitas vezes como o marco cronológico a partir do qual os romanos já não seriam mais uma república, uma vez que abandonariam seus valores tradicionais. Lançados no luxo e nos vícios, iriam cada vez mais se tornando amantes de ambições desmedidas. Sem almejar o bem da república, mas apenas seus interesses pessoais, se dedicariam a destruir seus compatriotas quer para eliminar rivais, quer para tomar-lhes os bens. A república seria a sua elite; a boa república seria o resultado de uma elite virtuosa. Esta república excelente teria produzido o império. O império teria produzido o luxo e o poder desmedidos. Este império destruiu a república. O

fim da república, assim, não corresponderia a um ponto final. Pouco a pouco, o império iria se construindo e, com isto, a república se esfacelaria. Como exemplo desta visão, podemos citar Salústio: “Nem a glória, nem poder geravam disputas entre os cidadãos [até a destruição de Cartago em 146 a.C.], pois o medo do inimigo mantinha a cidade no bom caminho” (Jug. 41, 2).

Sêneca e as repúblicas do Império

O Império, em Sêneca, para outro exemplo, não começa com Augusto. Certamente não começa na batalha de Ácio. Trata-se de um processo. Isto fica claro quando ele lista os ingratos que receberam armas da república e colocaram estes mesmos exércitos contra a república. Sêneca fala dos homens que foram capazes de:

Atacar a própria pátria e produzir facciosos e querer para si mesmo o supremo poder e dignidade, eles se veem humilhados se não colocam a república a seus pés. Os exércitos que receberam da república serviram para ser jogados contra ela, e se dirigem às tropas para dizer: ‘Lutem contra as esposas, combatam seus filhos!’ (Ben. 5,15,4-5).

A lista de pessoas que corresponderiam a este perfil de querer estar acima da república começa com Coriolano, que foi expulso de Roma. Acusado de almejar a tirania, uniu-se aos volscos e levou os exércitos contra Roma. Sendo dissuadido de invadir Roma por sua mãe e por sua esposa, desmobiliza os exércitos e volta para os volscos, que o mataram. Este episódio não é relatado por Sêneca, mas o conhecemos pela biografia de Coriolano que foi escrita por Plutarco. O que chama a atenção é que este episódio ocorreu em 491 a.C., quando a república tinha apenas dezoito anos! Os ingratos “seguintes” estão todos no contexto das Guerras Cívicas, concentrando-se no século I a.C.: Mário, Sulla, Catilina, Pompeu, César e Antônio. Após Antônio, ele diz que não continuará a lista porque tomaria um dia inteiro para mencionar todos os ingratos com a república (Ben. 5,17,1). Bem na vez de Otaviano!

O mesmo “Império” que se mostra como o princípio do esfacelamento do poder de Roma, por outro lado, é a oportunidade para a ascensão das elites que se espalhavam pelo território conquistado. Diodoro da Sicília afirma que:

“Os romanos, quando decidiram aspirar ao domínio do mundo, conquistaram o império com o valor de suas armas, mas para seu próprio benefício, trataram com benignidade os povos vencidos” (Bibl. hist. 32,4).

Este benefício que se produz para os povos conquistados possibilitou tanto uma nova dinâmica econômica para aqueles espaços que comporiam o universo provincial, como novas possibilidades de articulação política para suas elites. No que se refere à dinâmica econômica com relação ao universo provincial, a periodização que cria uma forte ruptura entre República e Império parece inadequada. Do ponto de vista do funcionamento da economia do Império, com a ascensão de diversas áreas em ambiente provincial com relação à península Itálica, a passagem da República para o Império representada por Augusto certamente não merece um parágrafo, nem mesmo um ponto; creio que nem uma vírgula deveria ser colocada aqui. Quer me parecer que teria que se atribuir uma supervalorização da capacidade econômica do Estado romano, se alguém quisesse ter em Augusto uma ruptura na economia. O poder do Estado romano de interferir na economia era bastante baixo e não pode ser superestimado.

Para dar uma ideia disto, parece-nos pertinente a provocativa comparação feita pelos editores da História Econômica do Mundo Greco-Romano de Cambridge, lançada em 2007. Eles constatam que o “orçamento de uma das maiores universidades privadas americanas (convertido em equivalente-trigo) é muitas vezes maior do que aquele dos imperadores romanos do primeiro século” (2007, p. 10).

Retomando a metáfora, o “texto” que se refere à dinâmica das elites locais e suas alianças com a elite sediada em Roma também não nos parece merecer nem mesmo uma vírgula. Diz Cícero, retomando a tópica de benignidade dos conquistadores com relação aos conquistados, que “os nossos antepassados a quem cidades ou nações se confiavam tornavam-se seus patronos” (Off. 1, 10, 31). O crescimento do Império Romano, não o de Augusto, levou progressivamente à constituição de um ambiente provincial em que as elites locais foram sendo integradas em redes de clientela. Além das ligações

institucionais que ligavam Roma às províncias, havia também as ligações interpessoais entre aristocratas sediados nas diversas partes do território provincial. A construção de um ambiente provincial, a ordenação institucional destes espaços e sua dinâmica econômica e, especialmente, as formas pelas quais as elites provinciais e elites locais se relacionavam através de vínculos de patronato, não têm como um divisor relevante a consolidação de Augusto no poder. Assim, a ideia de que com Augusto se coloca um novo mundo, em que todas as decisões se encerram com a voz imperial, não corresponde a um universo mais amplo de competição e colaboração que marcou a vida das elites não só em Roma, mas também fora da capital. A valorização da posição imperial com relação aos outros atores políticos nos parece excessiva.

Tantas repúblicas, tantos impérios... balcanizados?

Tratando da emergência de novos atores políticos, que não começa e muito menos se encerra com Augusto, Steven Rutledge (2001) falará em uma balcanização da política em lugar de sua morte. Muito longe do esvaziamento das arenas de competição política, teríamos a sua ampliação e multiplicação para diversos espaços uma vez que o senado deixou pouco a pouco de ser o espaço de deliberação último. O fortalecimento da casa imperial não anula o poder do senado, mas faz com que novos atores e novos espaços de deliberação fossem construídos pelos atores políticos. Diz este autor: “tudo isto serviu para ‘balcanizar’ a política sob o Principado, colocando senadores, *noui homines*, e libertos imperiais apostando uns contra os outros uma vez que eles competiam por recompensas e influência política.” (Rutledge, 2001, p. 53.) No mesmo sentido, Timothy P. Wiseman pensava já em 1985 este processo de modificação da vida política como unidade e não como ruptura: “mesmo o principado de Augusto [...] não marca uma ruptura total relativamente à continuidade da vida política da oligarquia romana” (1985, p. 2).

Conclusão

Esperamos ter demonstrado que tem havido uma reificação do que é uma periodização. Mais do que isto, que a periodização que se constrói como

uma ruptura entre República e Império, a partir da ascensão de Augusto, deve ser vista de forma mais matizada, pensando menos como obra de um homem, de um gênio político que tem poderes de instauração sobreumanos, e mais como resultado de processos diversos de transformação que em alguns casos têm no período do governo de Augusto um momento importante (mas não singular) e, em outros casos, não representa qualquer importância ao que se chama instauração do Principado. Propomos pensar República e Império como tendo múltiplas fronteiras, conforme se pense experiências históricas diversas. Ainda mais, propomos pensar a divisão entre República e Império não como uma ruptura, mas como uma fronteira. Sendo fronteira, há separação e ligação entre as várias “Repúblicas” e “Impérios” que podemos construir analiticamente e, ainda mais, os espaços que correspondem a estas fronteiras não podem ser traduzidos por pontos finais, mas sentenças que estão em parte sobrepostas e em parte apartadas. O texto república / império não se escreveria assim:

REPÚBLICA / IMPÉRIO

A apresentação gráfica deste texto, a nosso ver, seria mais próxima de uma apresentação na qual teríamos múltiplas repúblicas e múltiplos impérios, onde nem sempre a república é sucedida pelo império, mas temos momentos imperiais em meio à república e momentos republicanos em meio ao império. Teríamos um texto bem mais complexo, que demandaria muito mais trabalho para ser lido. Se nossos argumentos puderem ser aceitos, o texto resultante seria algo assim:

IMPÉRIO REPÚBLICA

REPÚBLICA IMPÉRIO

R E P Ú B L I M I P C É A R I O
R I E P Ú M B L I P C É A R I O
I R M E P Ú P B L É I C R A I O

IMPÉRIO REPÚBLICA

REPÚBLICA IMPÉRIO

I M P É R R E I P O Ú B L I C A

I R M E P Ú P B L É I C R A I O

REPÚBLICA I M I P C É A R I O

R I E P Ú M B L I P C É A R I O

I M P É R R E I P O Ú B L I C A

IMPÉRIO REPÚBLICA REPÚBLICA IMPÉRIO

Bibliografia

- BEARD, M., and CRAWFORD, M. *Rome in the Late Republic: Problems and Interpretations*. London, 1999.
- CANFORA, L. *Ideologias de los estudios clásicos*. Madrid, Akal Editor, 1991.
- FINLEY, M. *Politics in Ancient World*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- FLOWER, Harriet. *Roman republics*. Princeton, Princeton University Press, 2010.
- GALSTERER, H. "A man, a book, and a method: Sir Ronald Syme's Roman Revolution after fifty years". In: RAAFLAUB, K.; TOHER, M. (eds.), *Between Republic and Empire: interpretations of Augustus and his Principate*. Berkeley, University of California Press, 1993, pp. 1-20.
- GELZER, M. *The Roman nobility*, Oxford, 1969.
- MORRIS, I.; SALLER, R.; SCHEIDEL, W. "Introduction". In: MORRIS, I.; SALLER, R.; SCHEIDEL, W. (eds.) *The Cambridge economic history of the Greco-Roman World*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007. p. 1-12.
- POTTER, D. "Introduction. The shape of Roman history: The fate of the governing class". In: POTTER, D. (ed.) *A companion to the Roman empire*. Oxford: Blackwell, 2006, pp. 1-20.
- SYME, R. *The Roman revolution*. Oxford, Oxford University Press, 1960.
- VON UNGERN-STERNBERG, J. "The crisis of the Republic". In: FLOWER, H.I. (ed.). *The Cambridge companion to the Roman republic*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp. 89-112.
- RUTLEDGE, S. H. *Imperial inquisitions. Prosecutors and informants from Tiberius to Domitian*. London, Routledge, 2001.
- WALLACE-HADRILL, A. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 2008.
- WISEMAN, T.P. *Roman political life. 90 BC – AD 69*. Exeter, University of Exeter, 1985.

COMENTÁRIO AO ARTIGO DE FÁBIO FAVERSANI
INTITULADO ENTRE A REPÚBLICA E O IMPÉRIO:
APONTAMENTOS SOBRE A AMPLITUDE DESTA FRONTEIRA

Alexandre Agnolon¹

A necessidade de periodização sempre se constituiu, para o historiador – e para todos os estudiosos do passado de um modo geral – , uma ferramenta metodológica de suma importância, justamente pelos motivos todos eles já elencados por Harriet Flower, que os menciona, poderosamente concentrados em seu símile “gramatical”, por assim dizer, que servem, por seu turno, de leitmotiv para o belo artigo de Fábio Faversani (o elogio aqui, portanto, já pode ser entendido como resposta ao questionamento inicial do autor: estavam, sim, certos os editores, pois que, acabado ou não, o grande mérito de um texto subjaz justamente em sua capacidade de estabelecer fecunda interlocução). O artigo em tela se não resolve, apresenta extremamente bem o campo de discussões em que se situa o problema, ainda atual, acerca do suposto fim da República e suposto surgimento do Império – peço ao leitor que repare nos adjetivos em itálico.

Ora, os adjetivos que referi importam aqui, uma vez que, em certo sentido, delimitam o espaço central de discussão circunscrito pelo artigo que gira em torno de uma tensão, de um lado, entre a noção de ruptura, chancelada por autores importantes da historiografia, como Syme e Finley; e, de outro, pela leitura das fontes antigas elas mesmas que, como se percebe muito bem pelos não poucos exemplos arrolados por Fábio Faversani, torna mais complexa a questão, estabelecendo entre República e Império não uma relação de ruptura, clara e distinta, mas a existência de zonas de fronteira cujos contornos são menos nítidos, de modo que, segundo o autor, talvez não seja tão produtiva a periodização rígida ou, para usar um léxico mais gramatical, uma periodização paratática que, em função do conjunto de eventos que caracterizam determinado período – o que, amiúde, reside numa escolha do historiador –, propõe divisão clara entre dois momentos históricos, a priori, distintos: o fim da República e o início do Império.

¹ Professor de Estudos Clássicos (UFOP).

Ademais, se considerarmos essas mesmas rubricas historiográficas, tomadas absolutamente, bem entendido, é possível ainda percebermos interesses extemporâneos – é o caso da ascensão dos regimes nazifascistas na Europa da primeira metade do século XX, como bem aduz o autor baseado no juízo de Potter – , de tal sorte que não deixam, pois, de padecer de certo anacronismo, potencializado ainda mais pelo fato de as categorias – aí talvez seria uma questão interessante para que Fábio Faversani a desvelasse – que lhes servem de base se ancorarem em pressupostos hegelianos que, por sua vez, pressupõem a superação inexorável do passado, a contrariar, portanto, as fontes antigas elas mesmas em que não há ruptura, mas, sim, uma relação sucessiva de continuidades e descontinuidades, o que, ao fim e ao cabo, é a conclusão a que chega Fábio Faversani, em especial na imagem contundente e muito representativa de seu poema concretista que compõe a fatura final do artigo: a iconicidade do verso – devo dizê-lo – põe em cena, com todas as cores, a relação hipotática entre República e Império, cujas (des)continuidades apontam justamente para uma difícil separação entre os dois períodos, numa espécie de terceira margem do rio da história romana, ainda que, frequentemente, possa se tomar certos eventos – como, por exemplo, a vitória de Otaviano em Ácio – como representativos, do ponto de vista político, para a demarcação do início do Principado.

É possível ainda depreender do texto – e gostaria de saber o que Faversani pensa disso – uma discussão metodológica profunda, que ultrapassa a problematização inicialmente proposta (a saber: a periodização de um regime e outro). Ora, quero dizer que há, bem nitidamente demarcados, dois blocos no artigo: o primeiro, sobre a tentativa moderna de periodização da história romana, perfaz resenha de autores fundamentais, como é o caso do formalismo de Mommsen e a história social de Syme e Finley; o segundo apresenta fontes antigas de épocas variadas (Cícero, Sêneca, Salústio, César, etc.) que nos oferecem informações suficientes para compreender a insuficiência das categorias modernas que adotamos comumente. Não se trata, porém, de uma cruzada contra o anacronismo, nem de um desprezo aos autores modernos a

ponto de os deixarmos em segundo plano: é inegável a contribuição deles para o atual debate historiográfico. Por outro lado, também não é possível tratar do passado sem se debruçar sobre as fontes do passado e interpretá-las levando em consideração os condicionamentos de produção e circulação coetâneos aos materiais estudados. Ora, se o desconhecimento dos autores modernos é incorrer em erro, erro maior ainda é o desconhecimento das fontes antigas: do documento, tão importante para a prática historiográfica. Nesse sentido, por fim, Fábio Favarsani nos brinda com um exemplo eloquente que amalgama duas virtudes fundamentais para o historiador do passado romano: o domínio dos autores e teóricos modernos – com quem trava intenso diálogo, amiúde tenso – e, sobretudo, leitura diligente e autônoma do principal: os antigos.

COMENTÁRIO A “ENTRE A REPÚBLICA E O IMPÉRIO: APONTAMENTOS SOBRE A AMPLITUDE DESTA FRONTEIRA”, DE FÁBIO FAVERSANI.

Fábio Duarte Joly¹

O artigo de Fábio Faversoni apresenta uma crítica relevante a uma perspectiva de análise do Império Romano que hoje aparece como quase um senso comum historiográfico: a noção de que Império e República são antes termos dicotômicos do que complementares.

O principal argumento do autor para questionar esse ponto remete a uma reificação da cronologia, no sentido de que a elaboração de marcos temporais para auxiliar na compreensão de um fenômeno histórico acabaria por se impor como uma realidade, transmitindo a ideia de que uma pretensa ruptura na história política teria repercussões imediatas, por exemplo, no campo social, ideológico e econômico.

Na proposta do autor, República e Império seriam como que momentos coexistentes na história de Roma, considerando-se uma longa duração. Teriam ocorrido momentos republicanos e momentos imperiais nessa história para além da figura de Augusto, usualmente apresentada como divisor de águas. Trata-se, portanto, de matizar a importância conferida a esse personagem como agente de mudança histórica. Nesse aspecto, o autor alinha-se com aquelas perspectivas historiográficas mais recentes que postulam que a chave para se entender a formação do Império Romano é situá-lo como produto e etapa de um processo mais amplo, no tempo e no espaço, de integração social no Mediterrâneo, sobretudo no tocante às elites cidadinas. Por essa ótica, o papel desempenhado por indivíduos particulares ficaria à sombra de processos históricos mais complexos.

Outra filiação teórica da posição expressa por Faversoni encontra-se na historiografia que pressupõe uma integração política da sociedade romana, e que por conta disso igualmente antes aproxima do que separa República e Império. Esta posição tem sido sustentada com mais ênfase atualmente por Aloys Winterling:

¹UFOP.

On the one hand, the sociology of rule made it necessary for the emperors to employ an aristocracy; on the other, it has to be said that the emperors were not in a position to create a new aristocracy independent from the old political institutions of the republic. Those republican institutions whose function it was to reproduce nobility – the agisterial offices and senate – remained effective institutions during the empire in contrast to the popular assemblies. To abolish them would have meant abolishing the nobility and thus was inconceivable or – remembering Nero – impossible. The reproductive mechanism of the stratified social structure by means of the political institutions of the republican constitution, that is, stratified society's political integration, remained intact in imperial times as did this stratified society itself. (2009, p. 31)

Uma limitação da abordagem de Winterling é que se restringe basicamente a Senado e imperador em Roma, e projeta uma imagem da República como praticamente ausente de conflitos sociais, já que baseada numa elite que se autorregulava. Isso leva a uma questão que o texto de Faversoni me suscitou: há um único significado de República ou ele também é multiforme, e escolhemos apenas aquele que mais convém para nossa análise do Império? No texto o autor considera o termo *res publica* como remetendo a uma forma específica de Estado, a República, o que é compreensível já que seu objetivo é contestar a ideia de uma ruptura introduzida com Augusto. Mas, como lembra Alain Gowing:

surely [...] the message Augustus sought to convey was that he had restored the Republic, not created a new and distinct state. And yet with the passage of time, over the course of the first century, the phrase *res publica* ceased to refer, as it typically must have in the Augustan and perhaps even the Tiberian periods, to what we term the „Republic,“ coming instead to refer to a different sort of *res publica* – the Principate (2005, pp. 4-5).

Assim, República pode ser uma forma de Estado específica ou simplesmente o “Estado”. Seria preciso ter em vista essa diferenciação nas fontes na diacronia. O próprio Sêneca, por exemplo, afirma que é o imperador quem mantém coesa a *res publica* (De clem., IV, 1: *Ille est enim vinculum, per quod res publica cohaeret*).

Enfim, se o que temos é, no fundo, uma transformação de uma mesma res publica (tese defendida, dentre outros, por Fergus Millar, 1998), perde um pouco o sentido em se falar de “momentos imperiais em meio à república e momentos republicanos em meio ao império”. Acaba-se reificando esses conceitos como realidades distintas, mesmo que se diga que uma fronteira os una. Não corremos o risco de buscar na história republicana uma determinada imagem de Império (ou Principado) que foi específica dos séculos I ou II? Como, então, qualificar esses momentos imperiais e republicanos? Teriam todos as mesmas características? Essas são algumas questões (não sei se pertinentes) que o texto me provocou.

Bibliografia

GOWING, Alain. *Empire and memory: the representations of the Roman Republic in imperial culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MILLAR, Fergus. “The Roman city-state under the emperors, 29 BC-AD 69”. In: *Prudentia*, supplementary number, 1998.

WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

IMPLEMENTANDO APONTAMENTOS À TENUÍSSIMA DIVISA ENTRE REPÚBLICA E IMPÉRIO ROMANO

Paulo Martins¹

A resenha crítica contida no texto de Farvesani é excepcional. Sua “multiangular” visão nos faz entender com precisão o quadro das mentalidades que produziram “História Antiga” nos séculos XX/XXI e que se debruçaram sobre a compreensão político-econômica do período de 59 a.C. a 14 d.C. (penso em um recorte mais preciso entre o primeiro consulado de Júlio César e a morte de Otávio). Partindo de Flower, Beard e Crawford, Mommsen, Syme, Finley, Potter e Wallace-Hadrill, o autor nos fornece todos os elementos necessários para compreendermos parte de sua posição diante de sua questão: devemos entender o principado de Otávio como ruptura ou como continuidade da República?

Como cioso historiador, F. não se deixa levar por ilações de nossos contemporâneos ou de nossos mestres modernos. Antes, com habilidade ímpar, percorre seara antiga, colhendo ele seu próprio manancial argumentativo, ou melhor, seu arsenal crítico, pois que solapa a bela metáfora de Harriet Flower que associa a periodização com marcas de pontuação e/ou referências às estruturas textuais. Em que pese a capacidade da historiadora de cujas obras² sou particularmente devedor, F. realmente desconstrói a imagem.

Mas, por outro lado, é justamente em torno da metáfora proposta por ela, comparando o interstício entre República e Império, que F. irá propor sua leitura dessa periodização. Sem jamais se esquecer e este é um ponto fundamental de seu texto que o fazer histórico é sempre um fazer interpretação e não a descrição de realidade, afinal, desde muito tempo, sabemos que a história é texto³ e como tal não sobrevive ou subexiste autonomamente, isto é, a História está sempre subordinada ao seu descritor – o historiador, portanto sempre é interpretativa, portanto sempre opera o verossímil e o provável – categorias retóricas, logo discursivas. Nesse sentido, diz F., colocando-se

1 USP

2 *The art of forgetting* (2006) e *Ancestor masks and aristocratic power in roman culture* (1996).

3 White (1994, 97-116).

criticamente diante de certa, digamos, arrogância intelectual: parece que os historiadores criaram com sua periodização (e crença muito comum que a análise que fazem é a realidade e não a sua interpretação) uma ruptura na vida das populações e territórios dominados por Roma – para todas as populações e para todos os territórios.

Fato é que a argumentação apresentada me é suficiente para não duvidar de sua tese, i. e., não podemos acreditar em ruptura, logo não podemos imaginar que há entre Ácio e a morte de Augusto, um dissenso no modelo político seja ele qual for. Não é possível entender esse estreito hiato temporal como vírgula, ponto-final, dois pontos, ponto e vírgula, linha, parágrafo ou capítulo. Ao contrário, todos os eventos inseridos no hiato, parecem apontar para uma continuidade multifacetada e de mão dupla que ora evoca uma retroação, ora indica uma subordinação, ora se atém à sobreposição. Ou ainda, a mesma continuidade multifacetada vê-se ligada à justaposição, à parataxe, à coordenação, sem deixarmos de observar que a vemos, muita vez, flertando com poikilia, com o plasma, ou simplesmente com a névoa.

Assim a representação visual apontada por F., afora apontar para um gosto estético que hoje não é mais o meu, já que dialoga com uma poesia datada dos 60-70 – penso no concretismo dos irmãos Campos, de Décio Pignatari e outros –, é efetiva e eficientemente didática e esclarecedora, dado que aponta para multiplicidade de “Repúblicas” e de “Impérios” que interagem, se submetem, se subvertem, se subordinam e se misturam em estreitas relações linguístico-culturais e econômico-políticas. Talvez, neste último ponto especificamente, possamos e devamos especificar quais pontos desses “Impérios” ou “Repúblicas” são afeitos a esta dinâmica referendada pelo diagrama que F. propõe. Da mesma forma que as “Repúblicas” e os “Impérios” são múltiplos e interagem e, isto já foi apresentado com lauto aparato argumentativo, é nossa obrigação apontar pelo menos alguns elementos desses contatos entre um e outro momento que tornem mais sólida a representação de F. para a periodização.

Dito isso, ou seja, concordando plenamente com F., creio que devemos pensar em outras questões que ao mesmo tempo que solidificam a argumentação apresentada, afastam ainda mais esta limitada preocupação da periodização, acoplada a uma taxonomia que continuamente ainda vem sendo reproduzida, como por exemplo em Matthew D.H. Clark,⁴ quando propõe a morte da República.

Por outro lado, Werner Eck⁵ parece-me apontar para uma ideia bem interessante, apesar de não tão ampla como a de F., tendo como ponto de partida as supostas posições antagônicas entre Agripa e Mecenas no que diz respeito ao formato político de Roma nesse período, ou seja, de um lado, isto é, sob a perspectiva de Agripa, a restauração da República é fundamental e, de outro lado, sob o ponto de vista de Mecenas, urge a criação de um novo modelo político. A ideia que, parece-me, suplantou uma e outra posição foi a de conciliação entre as duas. Ampliando teríamos nessa conciliação necessária a aplicabilidade do diagrama de Farvesani.

J. S. Richardson,⁶ ao tratar do final do 2o triunvirato aponta para o mesmo argumento, apesar de não indicar o período como República, e discute os anos de 29 a 12 como palco da construção do Princeps, o que, em certa medida, obtura o consenso da continuidade republicana, mas, em outra, imprime mais clareza ao argumento de Eck, já que o princeps Senatus seria o mediador deste novo ordenamento político de uma República restaurada sobre novas bases. Se assim pensamos, os pontos que se deslocam entre as duas matrizes políticas (República e Império), são pontos essencialmente fundados em subestruturas da auctoritas de um lado e da potestas de outro.

O fato, a meu ver, de termos novas bases, portanto, não significa de forma alguma uma descontinuidade do regime político, ou alteração significativa que possa produzir a ideia de ruptura. Creio que as novas bases da República, a que muitos imprimem a etiqueta taxonômica de Principado, ou equivocadamente de Império, passam por uma série de alterações e

4 Clark (2010, 19-38).

5 Eck (1998, 46 e ss.).

6 Richardson (2012, 80-81).

refinamentos de papéis dentro do teatro político republicano. Na verdade, isso a que chamo de alterações e refinamentos de papéis são facilmente observados nas próprias representações iconográficas de Otávio, cuja característica essencial é a sobreposição de funções, acúmulo de investiduras que em hipótese alguma estão fora do horizonte republicano.⁷ Isto pode ser confirmado ao observarmos a própria afirmação de Otávio nas *Res Gestae* (*Monumentum Ancyranum*), quando ele mesmo propõe uma distinção e tensão entre *auctoritas* e *potestas*: *Post id tempus auctoritate omnibus praestiti, potestatis autem nihilo amplius habui quam ceteri qui mihi quoque in magistratu conlegae fuerunt.*⁸ – Depois desta época, pela autoridade excedi a todos, mas em nada tive mais poder do que outros colegas meus que também exerceram uma magistratura [tradução nossa].

Por sua vez, K. Galinsky⁹ discute a *auctoritas* como o principal conceito para que entendamos o período augustano. Apesar de Galinsky tratar especialmente da história cultural, nesse caso não há como apartá-la da questão política que a ela subjaz. Se a *auctoritas* de Otávio, ou mesmo, sua *potestas* são alvo de representações, isso significa que tais autoridades e poder se não são o cerne de seu governo, são, pelo menos, sua distinção, sua marca. Mais do que isso, as inter-relações necessárias entre essas distinções são muito importantes para o estabelecimento de um verossímil discursivo e iconográfico da República restaurada por ele representada. Ainda em *Augustan Culture*, G. diz que os poderes (*potestates*) não são enfatizados nas *Res Gestae*, afinal são eles poderes transacionais para operação do governo. Esses não devem ser negligenciados, pois são realmente necessários, mas são secundários diante da *auctoritas* que Augusto busca construir¹⁰. Seja como for, havendo ou não, a supremacia da *auctoritas* sobre a *potestas*, quais delas (*auctoritates* ou *potestates*) são tipicamente republicanas e subexistem no “Império”? Quais delas são especialmente imperiais e, portanto, fora do quadro de investiduras que temos

7 Martins (2011, 135 e ss.).

8 *Aug., Anc.* 6.21.

9 Galinsky (1996, 10-41).

10 *id. ibid.*, 16.

na República? Ou ainda, entre as primeiras, em quais houve alteração de sua aplicabilidade, em quais houve uma manutenção?

Se fizermos um inventário de poderes e autoridades teremos: a) em 43 a.C., filho adotivo de Júlio César que produzirá como consequência – Caesar diui filius; b) ainda em 43, passa a ser *propraetor*, logo um magistrado cum imperio e ganha seu primeiro consulado; c) em 39, coloca-se sob proteção de Apolo, logo como tal será figurado; d) em 31, torna-se cônsul pela segunda vez e vence Marco Antônio em Actium; em 29, é celebrado um triplo triunfo; e) em 27, restitui a República ao Povo; recebe uma enorme província proconsular; ganha um escudo de ouro que simboliza sua virtude, clemência, justiça e piedade e recebe o título de Augusto; f) em 23, recebe o *imperium maius* e a *tribunicia potestas*; g) em 2, passa a ser *Pontifex Maximus* e passa a ser o *pater patriae*.

Vale lembrar as palavras de Catherine Salles a respeito dessas duas esferas de investiduras:

La nuance entre les deux termes est claire : la potestas, pouvoir constitutionnel, renvoie aux prérogatives égales entre les détenteurs d'une même magistrature. Il est vrai qu'Auguste, en tant que consul, a exactement la même potestas que ses collègues (la nuance est qu'il est titulaire d'autres magistratures, ce que lui donne des pouvoirs d'ordre varié!). Quant à l'auctoritas (mot de la même famille qu'Auguste), ce n'est pas un pouvoir institutionnel, mais une prépondérance morale, une supériorité dans tous les domaines d'action réservés aux magistrats et qui donne à son bénéficiaire un prestige inégalable dans les domaines religieux et moraux.¹¹

Se observarmos atentamente tanto as investiduras que lhe garantem potestas, como as que lhe conferem auctoritas, tanto são encontradas na República, como podem ser concedidas no “Império”, à exceção do título de Augusto. Este último talvez seja o forte argumento para aqueles que defendem a existência da ruptura, entretanto, o mesmo ano de 27, vale lembrar, é o ano da restituição da República ao Povo, evento que simbolicamente traz o inusitado da outorga do título ao caminho da normalidade institucional republicana. Outra questão se impõe, apesar de auctoritas ser algo importante dentro da estrutura

¹¹ Salles (2000, 60).

de poder, ela não é mais do que simbólica, enquanto a potestas não, pois ela é absolutamente institucional. De sorte que Galinsky propõe que “a auctoritas significava, como antes, o tipo de substância sobre a qual a influência real é baseada”, entretanto ela é, pelo que compreendo, substância simbólica. Daí não opera ruptura institucional, mas tão somente um uso inovador de mecanismos de conservação e ampliação do carisma do governante. Por sua vez, as potestates não, elas dão ao governante a possibilidade de governar, e daí, nesse hiato sobre os quais nos debruçamos o imperium continua sendo imperium. A tribunicia permanece como antes. O pontificado não sofreu percalços ou alterações. E ser pater patriae não é diferente para Camilo (386 a.C.), para Cícero (63 a.C.), para Júlio César (44 a.C.) ou para Augusto (2 d.C.).

Um contra-argumento possível é a afirmação de que a República convergiu para um “estado absolutista” (em que pese o absoluto anacronismo), em que tanto a potestas, quanto a auctoritas estavam a serviço de um só homem, somado a outro contra-argumento que é afirmação que todo aparato político republicano de que se valeu Otávio no seu governo era mera dissimulação. M. Grant, por exemplo, ao falar de 27 nos diz: “Em meados desse período¹² ele declarou a ‘transferência do Estado para livre disposição do Senado e do povo’, conquistando com isso a reputação errônea, embora aparentemente plausível, de restaurador da res publica, ou sistema ancestral”¹³ (grifo nosso). O juízo de valor proposto pelo historiador “reputação errônea” referenda a ideia inicial de F. ao dizer que muito pensam ser, ao historiar, arauto da verdade, e não, um analista de eventos.

A despeito do “personalismo de acúmulo” – inquestionável, diante de vasta documentação e rica manancial material – evocado por Otávio, não me parece decoroso também chamarmos a República Romana de exemplo da democracia moderna, como a própria C. Salles¹⁴ sugere ao propor que “a República romana repousava sobre um colegiado de poderes e sobre a ponderação de atribuições”. Também, por sua vez, não é conveniente afirmar

12 Oito primeiros anos após Ácio, isto é, 31 – 23 a.C.

13 Grant (1987, 218-219).

14 Salles (1990, 114-115).

peremptoriamente “A partir de então, por uma longa e gradativa série de medidas experimentais e pacíficas, Otaviano criou o principado romano, sistema de governo que, embora não dispensasse as formas republicanas, dependia em última análise dele próprio, como o primeiro homem do Estado (princeps) e permitia que mantivesse absoluto controle se todos os assuntos, nos seus aspectos essenciais”¹⁵, como Grant propõe.

Seja como for, optando-se pela ruptura/fim da República, ou dando-se a ela sobrevida, pelo menos, durante o Principado de Augusto, já que a tese do Império a partir de Tibério parece-me mais sólida, fato é que não podemos aceitar que as transformações ocorreram durante o hiato a que me propus analisar ou atinjam a todos indistintamente em todo o território governado por Roma, ou revelem de maneira linear e ortodoxa uma fronteira periodizada precisa e sem névoas.

Não devemos, portanto, entender esse processo, como vimos, graficamente expresso pelo diagrama de Farvesani de forma linear e simplista. Antes, devemos entendê-lo como processo/período em que existe um quadro de relações complexas em constante interação, sediado principalmente nas estruturas da potestas e da auctoritas, perpassando pelas investidas, pelo Senado e pelo povo romano, excluindo sim, muita vez, nossas leituras modernas e nós sim, amiúde, equivocados e/ou obturados por nossa arrogância.

Bibliografia

AUGUSTO (1998). *Res Gestae Divi Augusti*. Translated by F.W. Shipley. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

CIZEK, E. *Mentalités et institutions politiques romaines*. Paris: Fayard, 1990.

CLARK, M.D.H. *Augustus, first roman emperor*. Bristol: Bristol Phoenix Press, 2010.

EDMONDSON, J. ed. *Augustus*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

ECK, W. *The age of Augustus*. Oxford: Blackwell, 2007.

¹⁵ Grant (1987, 218).

GALLINSKY, K. *Augustan Culture*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

GRANT, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

MARTINS, P. *Imagem e poder. Considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Edusp, 2011.

RICHARDSON, J. S. *Augustan Rome 44 BC to AD 14 – The restoration of the republic and the establishment of the empire*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012.

SALLES, C. *L'antiquité romaine. Des origines à la chute de l'empire*. Paris: Larousse, 2000.

WHITE, H. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

YAVETZ, Z. *César et son image. Des limites du charisme en politique*. Paris: Belles Lettres, 1990.

COMENTÁRIO

Rafael da Costa Campos¹

O interesse de se estabelecer um marco histórico ou encadear sequências de acontecimentos que separem “República” e “Império” é uma entre as várias quimeras que desafiam historiadores de diversas áreas a transformar o passado em constructos narrativos um pouco mais inteligíveis do que a mera dispersão dos fragmentos desse mesmo passado. Não seria necessariamente um problema afirmar que os posicionamentos cambiantes sobre as distâncias ou aproximações entre ambos os conceitos emergiram e continuam a emergir como uma consequência do que Keith Jenkins (2009, p. 47-8) sintetiza como a relação entre a necessidade de desconstrução e reconstrução do discurso historiográfico como ferramenta de consenso epistemológico, metodológico e ideológico/profissional: interpretações constantemente reordenadas por aqueles que, em maior ou menor medida, são afetados e questionam ou confirmam relações de poder em seus diversos âmbitos sociais. Nesse sentido, pensar “República” ou “Império” seria antes de qualquer coisa pensar o que estes termos significaram para historiadores como Theodor Mommsen ou Ronald Syme; é inevitável que pensemos sobre aqueles que pensam e concebem a narrativa historiográfica e, portanto, reordenam os vestígios sobre o passado.

A proposição acima, com efeito, é bastante interessante, não obstante não nos caiba nas poucas páginas que constituem nosso comentário; um estudo mais aprofundado certamente seria de grande valia. No que nos diz respeito, poderíamos ampliar um pouco mais a dimensão deste problema, ou seja, nos questionarmos sobre outros elementos que tornariam ainda mais complexa a tentativa de sequenciar ou determinar um marco preciso que separasse “República” e “Império”. Igualmente, façamos ressalvas quanto aos limites de nosso intento: trata-se apenas de um reforço à proposição de Faversani, e nesse sentido poderíamos afirmar que, se existe um problema em determinar um limite ou enxergar uma fronteira entre “República” e “Império”, existe também um problema em determinar quando e se foi possível pensar em um

¹ UNIPAMPA

“Principado” no período consecutivo à ascensão de Augusto e, pelo menos, o governo de seu primeiro sucessor, Tibério César.

Em primeiro lugar, façamos referência a alguns trechos da *Res Gestae Divi Augusti*, o testamento político concebido e legado pelo próprio Princeps como referência de sua soberania para a posteridade do povo romano. Nesta fonte se atribui que, após o fim da guerra civil e no momento que, mediante o consenso universal, Augusto estivera no pleno controle dos assuntos públicos, a República fora transferida de seu poder para as mãos do Senado e o povo de Roma (34.1). Mais adiante, atesta-se que em razão dos seus préstimos o Senado denominou-o Augusto (34.2), e a partir de então ele excedera os demais em influência, embora não possuísse mais poderes oficiais do que aqueles que eram seus colegas nas diversas magistraturas (34.3).

Em nenhum trecho deste documento podemos observar uma referência que explicita, direta ou indiretamente, que os 45 de anos de seu governo não foram a continuidade da República. Esta constatação não é nada bombástica, mas nos permite inferir sobre algumas mudanças nos posicionamentos historiográficos sobre as relações possíveis entre “República” e “Império”. Em 1996, Karl Galinsky (p. 54-66) afirmou que a preocupação de Augusto com a preservação da República foi a tônica de todas as suas ações políticas. Houve ênfase em uma substancial renovação de seus ideais e valores que, embora tenham sido fruto de proposições de vários indivíduos, tiveram como aspecto comum o restabelecimento de antigos costumes romanos, mesmo que na prática isso tenha resultado na concentração e manutenção de seu próprio poder. Mais ainda, isto teria sido em parte consequência da própria flexibilidade destes ideais, e sua utilização para fins individuais não foi estranha a todo o período precedente, especialmente a palavra liberdade (*libertas*), cujo restabelecimento pelo compromisso com a *res publica* foi um lema que esteve presente nas falas de seus generais.

Nesse sentido, um dos grandes méritos de Ronald Syme, cuja influência reverbera em inúmeros outros historiadores – entre os quais creio também ser o caso de Galinsky – é o de ter desconstruído uma representação de Augusto

enquanto líder que erigiu um novo sistema político somente a partir de sua genialidade ou astúcia, mas que contou com aliados em uma relação de reciprocidade; influências de um espírito de época, natural a qualquer historiador, e que foi suficientemente bem captado por Fav ersani, o que nos exime de repetições fatigantes.

Outro exemplo contemporâneo ao governo de Augusto e, mais especificamente, oriundo do contexto do Principado de Tibério César, pode ser útil. Veleio Patérculo nos oferece um breve – mas não menos interessante – relato sobre a ascensão deste Princeps e os primeiros encontros com o Senado; o quanto ela é ou não “oficial” é uma querela que não nos interessa aqui. Assim, Veleio Patérculo afirma (2.124.1) que em meio à trepidação do Senado e os temores na Cidade de Roma, a segurança e ruína estiveram separados por um limite estreito, mas não que sofrera nenhum distúrbio devido à majestade de Tibério. Mais ainda, teria havido um embate entre este e o Senado para que ele sucedesse ao posto de seu pai (*statione paternae succederet*), ao passo que o último buscara dos senadores a permissão para agir mais como um cidadão em paridade aos demais do que como um princeps. Ao final deste embate, Tibério teria sido persuadido e percebido que, sob sua pessoa, tudo o que não protegesse poderia perecer caso continuasse a recusar o principado (*recusare principatum*) por quase tanto tempo quanto outros lutaram para assegurá-lo (Veleio Patérculo, 2.124.2).

Nesse sentido, o que Tibério sucedeu e o que ele passou a proteger não era mais pura e simplesmente a “República”. A posição soberana que herdara de Augusto fora algo significativo e que certamente continha em si elementos das tradições e instituições republicanas, como o próprio Senado, ao qual o novo Princeps mantivera análogas demonstrações de deferência, pelo menos durante o período em que governara de Roma. Por outro lado, quarenta e cinco anos após o governo de Augusto, é provável que Veleio Patérculo, contemporâneo e associado do Princeps, bem como outros apoiadores de Tibério e do regime iniciado com Augusto soubessem que este novo governo era um sistema político diferente; uma ruptura dos antigos moldes republicanos, conquanto o

Principado ainda não possuísse uma caracterização e designação mais bem-definida como naturalmente o seria durante o período de Tácito, Suetônio e Dion Cássio.

Em contrapartida, mesmo em Tácito, cuja narrativa configura-se (com seus méritos e dificuldades) como o mais detalhado relato sobre o governo de Tibério, este autor estabelece uma tensa relação entre a percepção de que a fachada de sustentação de um restabelecimento da República é derrubada após o fim do Principado de Augusto, e uma memória da *res publica* enquanto nostalgia de um período que está claramente relegado ao passado. Existe em Tácito (e na tradição da qual ele se valeu) a consciência de que a *res publica* restituta não significou uma verdadeira tentativa por parte do Imperador de restabelecer a autoridade do Senado nos moldes existentes antes da segunda metade do século I a.C., percebendo que a utilização do termo pelos sucessores Júlio-Claudianos respondeu a novas necessidades políticas, e um esvaziamento do sentido anterior da palavra.

Todavia, podemos perceber a memória da República repaginada e remodelada para atender a um novo propósito: a República caracterizada pela autoridade soberana do Senado foi relegada ao passado, e a presença do Imperador com sua palavra final o marco desta mudança. Contudo, a memória política do Principado permaneceu entremeada a estas práticas republicanas, haja vista que a permanência do termo e sua rememoração serviram como maneira de reiterar o prestígio social e político da aristocracia senatorial romana, da qual dependia o *Princeps* e com a qual este último deveria sempre relembrar e reiterar seu vínculo de cooperação (CIZEK, 2003, p.28-9; GOWING, 2005, p.26-32). Se nos restringirmos somente aos aspectos sociopolíticos deste período, esta percepção pode receber diferentes matizes: diversos outros termos orbitam em torno de “República”, e naturalmente também o fazem em torno de “Império” ou “Principado”, o que nos leva a assumir que os conceitos que aparecem – se ficarmos apenas no âmbito da literatura, por exemplo – devem ser analisados com cautela.

A nomenclatura dos termos que se destacam com a ascensão de Augusto e daí em diante não foram inéditas: não há uma distinção aparente entre palavras como *libertas*, *dignitas*, *princeps*, e *auctoritas* tal qual estas eram compreendidas durante o período Republicano e o início do Principado. Toda esta terminologia se adaptará lentamente, em sincronia com o processo de experimentação política que se iniciará então, e em conformidade à intenção de restabelecer as instituições republicanas colapsadas pela guerra civil. Não obstante, os termos encontraram ressonâncias diferentes em diferentes circunstâncias e essa é uma característica presente no período dos Césares Júlio-Claudianos (BÉRANGER, 1953, p. 132-3.), como provavelmente deve ter sido também nos decênios anteriores a Augusto, e quiçá em outros momentos emblemáticos, como o início da própria “República”.

Isto nos leva a considerar então o “Principado” como um período de experimentação política, especialmente durante o governo dos Imperadores Júlio-Claudianos: a ausência de regras constitucionais definidas para o poder do *Princeps* fizera com que o período dinástico Júlio-Claudio se apresentasse como uma lenta e gradual implementação de um novo sistema político. O início desse processo colidira com a própria defesa de restabelecimento e perpetuação da República sustentada por Augusto e seus associados. Sem precedentes outros que não os mesmos valores e tradições de outrora, a principal característica do período que abarcou os governos de Augusto a Nero consistiu da variedade de elementos que asseguraram a continuidade deste regime político; embora a posição do Imperador não tenha sido abertamente sistematizada pelo seu soberano nem pelos seus contemporâneos, seu poder irrestrito foi na prática reconhecido pelos cidadãos do Império (GALINSKY, 1996, p. 71; PEACHIN, 2006, p. 127; p. 147).

Finalmente, podemos retomar o princípio de nossa discussão. Os argumentos apresentados acima, além de contribuir para fomentar o debate sobre o que propusera Favensani, podem ser sintetizados com uma constatação: a nosso ver, o Império não é simplesmente uma continuidade da República. Por outro lado, Roma não amanheceu Império. Pensar em um conceito como

“Fronteira” pode ser atraente: em realidades de fronteira, aspectos circunstanciais como conflito, coexistência, permanência e transformação se fazem presentes e envolvem inúmeros agentes a todo o tempo; por vezes envolvem experiências limítrofes, mas não necessariamente excludentes. Contudo, como todo conceito, deve ser utilizado com cuidado, mas se observarmos o “Principado” sob esse enfoque, talvez possamos evitar o tracejar de linhas divisórias que não satisfarão mais do que a vontade (natural) de muitos historiadores de categorizar e compartimentar de forma definitiva (e sempre questionável) o passado.

Bibliografia

Fontes Textuais:

RES GESTAE DIVI AUGUSTI. Tradução, introdução e comentários de P.A. Brunt e J.M. Moore. Oxford: Oxford University Press, 1983.

VELÉIO PATÉRCULO. Compendium of Roman History. LOEB Classical Library. Traduzido por Frederick W. Shipley. London: Cambridge University Press, 1924.

Obras gerais

BÉRANGER, Jean. Recherches sur l’aspect idéologique du Principat. Basel: Verlag Friedrich Reinhardt, 1953.

CIZEK, Eugene. “Les problèmes du Principat et l’élection des magistrats chez Velleius Paterculus”. Revue de philologie, littérature et d’histoire anciennes, Vol. 77. Paris: 2003, pp. 23-36.

GALINSKY, KARL. Augustan Culture: an interpretative introduction. Princeton: Princeton University Press, 1996.

GOWING, Alain. Empire And Memory. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JENKINS, Keith. JENKINS, Keith. “O que é a História?”. In: A História repensada. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 23-52.

PEACHIN, Michael. “Rome the Superpower: 96-235 CE”. In: POTTER, David (org). A Companion to the Roman Empire. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. Pp. 126-152.

COMENTÁRIO CRÍTICO SOBRE O TEXTO ENTRE A REPÚBLICA E O IMPÉRIO: APONTAMENTOS SOBRE A AMPLITUDE DESTA FRONTEIRA, DE FÁBIO FAVERSANI

Juliana Bastos Marques¹

Tenho por mim que para todo pesquisador o ato de ensinar deveria ser visto como uma oportunidade ímpar de maturação intelectual. De fato, apesar de ser um tempo de trabalho mutuamente excludente com relação ao esquadrihar de bibliotecas e textos, muitos reconhecem a importância e cultivam esses momentos de docência – como o próprio professor Faversoni (doravante, F.). Eis que o raciocínio sempre mutante no ministrar de uma aula costuma nos trazer de volta pressupostos que na maior parte das vezes damos por evidentes, automáticos, e que na verdade não o são – para os alunos com certeza, quando vemos seus olhos perdidos.

Um eixo comum nos estudos dos membros do LEIR, tanto no seu núcleo fundador, na USP, quanto em seus ramos em outras universidades brasileiras, tem sido esse repensar do óbvio, o que é um muito bem-vindo arejador de mentes, e se mostra como reflexo da característica livre do pensamento brasileiro sobre História Antiga, desatrelado das centenárias escolas intelectuais (e nacionalistas) europeias. Ouso dizer, no entanto, que – quem diria, caráter primordial de uma “escola de pensamento” – esses repensares são também reflexos da formação de diversos pesquisadores pelo professor Norberto Luiz Guarinello, que tem insistido há tempos na necessidade de destrinchar nossos conceitos básicos até suas últimas consequências.² Quem já o ouviu falando de suas ideias se lembra de questionamentos como “o que é História Antiga?”, “o que é Roma?”, que deixam muitos perplexos por perceber justamente o quanto é necessário romper com paradigmas petrificados, no contexto de um mundo amplo, complexo e em constante mutação.

Seguindo o mesmo tipo de questionamento, F. abre seu ensaio com a clássica e paradoxal questão da nomenclatura na periodização da história romana: a divisão entre “República” e “Império”, dentro de uma proposta de

¹ UNIRIO.

² (GUARINELLO, 2003).

novas utilizações do termo “fronteira” para o mundo romano. Resumindo a questão inicial: há império na república e há república no império.³ A explicação disso é conhecida, mas vale a pena retomá-la. Quando dizemos que “há império na república”, estamos nos referindo a alguns pressupostos. Em primeiro lugar, define-se um “período republicano” na história de Roma, ou seja, entre 509 a.C. – data tradicional da queda do último rei, Tarquínio, o Soberbo – e 31 a.C. (ou 27 a.C., como ressaltado por F.), data da batalha de Ácio, quando Otaviano derrota Marco Antônio e Cleópatra e se estabelece como governante supremo. Assim, esse período, a “República” com R maiúsculo, se encontra definido por oposição a dois outros, a “Monarquia” e o “Império”.

No entanto, dentro do período que costumamos balizar como “República”, a expansão territorial romana passa a se dar progressivamente com mais vigor a partir do início do século III a.C., com a Primeira Guerra Púnica, resultando na anexação de boa parte da Sicília e na transformação de Roma como nova potência naval, em confronto direto com Cartago pelo domínio do Mediterrâneo. É daí que passamos a entender a extensão do novo território romano como um “império”, no que vemos também como esse termo adquire outra conotação fora de seu uso e significado originais. A palavra latina *imperium* significa comando, ordem, autoridade, controle – assim, magistrados como os cônsules e pretores possuíam *imperium* no contexto militar, o controle das tropas. É do *imperium* de um magistrado que vem o direito de ser acompanhado dos *lictors* com os *fasces*. Da mesma forma, conquistadas novas terras e povos, Roma passava a possuir *imperium* sobre eles. Assim, é fácil perceber como o termo “império” com o significado de território, espaço físico, passa progressivamente a ser utilizado por extensão à ideia de domínio. Só assim podemos entender como a adoção do termo com esse significado foi gradual, por vários séculos, e muito mais nuançada para os romanos do que para os historiadores posteriores.

Nesse sentido, é curioso traçar na etimologia do termo a datação do seu uso como “território”, ao menos nas fontes escritas, o que nos traz –

³ A diferença entre o uso de maiúsculas e minúsculas me parece proposital e relevante para o autor.

curiosamente – ao período de Augusto. Em Cícero vemos os primeiros sinais da adoção desse uso,⁴ mas é em Horácio e Virgílio que vemos referências laudatórias ao imperium de Augusto, mantendo ainda o sentido de poder, mas já também implicando o território conquistado. Ecoa logo a princípio a famosa passagem de Virgílio na Eneida, com a fala de Júpiter: “A estes [os romanos] nem ponho limites às conquistas nem tempo; dei-lhes um império sem fim”.⁵ Em Horácio, Odes, IV, 15, que trata das façanhas e conquistas de Augusto, a referência geográfica também é explícita: “de grande império a fama e a majestade,/ amplo, estendeu, do leito onde o sol morre/àquelas partes donde nasce o dia”.⁶ Mais adiante, nas palavras de Tácito, Galba já adota esse uso de forma inequívoca, no discurso da adoção de Pisão: “Se fosse possível ao imenso império se manter em pé e se equilibrar sem um líder, eu seria digno de começar uma república”,⁷ no que Tácito também intui a inevitável necessidade prática do governo de um acima de todos para administrar um território já gigante. Nesse sentido, vemos que a divisão tradicional que os historiadores têm feito entre “República” e “Império” pode se fazer ainda pertinente, na medida em que reflete uma percepção de mudança de valores que permeia as próprias fontes.

Talvez seria ainda útil apontar como existem algumas alternativas de terminologia para solucionar a ambiguidade do termo “império” nos dois significados de território e período político-administrativo, ao menos para uso didático. Em particular, gosto de adotar o termo “Principado” para me opor à “República”, em vez de “Império”. No entanto, é mister ressaltar de imediato que a ênfase do recorte é eminentemente política. Nesse sentido, haveria ainda a necessidade do uso de mais um balizamento, com a distinção entre “Principado” propriamente dito e o período posterior do “Dominato” – malgrado as interrupções no sistema de dois Augustos e dois Césares após Diocleciano.

4 De Republica, 6, 16.

5 Tradução de Tassilo Orpheu Spalding (VIRGÍLIO, 2007, p. 17). No original, “His ego nec metas rerum nec tempora pono; imperium sine fine dedi.”

6 Tradução de Bento Prado de Almeida Ferraz (HORÁCIO, 2003, p. 187). No original, “creuere uires famaue et imperi porrecta maiestas ad ortus solis ab Hesperio cubili.”

7 “Si immensum imperii corpus stare ac librari sine rectore posset, dignus eram a quo res publica inciperet”.(Tacito, Hist. I.16.I)

Porém, segundo F., são os historiadores de hoje que ressaltam a ruptura entre “República” e “Império”, em especial o contraponto que Sir Ronald Syme faz à abordagem constitucionalista de Theodor Mommsen. Nesse sentido, retornando às fontes, como fiz acima, surge também a questão do quanto essa ruptura seria um replicar da percepção de ruptura pelos próprios antigos. Embora F. nos lembre bem o quanto estes viam os novos tempos a partir de Augusto como uma continuidade da República, ela se revela com o passar do tempo apenas uma continuidade formal, aparente. O próprio Tácito também nos lembra o quanto tudo mudou, apesar de continuar igual. Lembremos que a percepção do novo no mundo antigo é diferente da nossa: o novo diferente, o realmente novo, é sempre caótico e deve ser evitado a todo custo – o que os antigos chamam de “novo” em um sentido laudatório é sempre uma retomada e emulação do passado, mesmo que este não passe, em última instância, de uma construção da memória coletiva.

O paradigma formalista/jurídico de Mommsen se torna compreensível quando consideramos seus interesses de formação e pesquisa e as circunstâncias acadêmicas e políticas da Alemanha no século XIX. Mommsen reproduzia a ideia, que lemos nas fontes latinas, de que a decadência da República se deu a partir da crise dos Gracos,⁸ o que de fato levaria a um declínio muito peculiar das instituições – em aproximadamente cem anos. Tal percepção temporal bastante estendida para um processo acumulativo de crise (ou múltiplas crises) também me remete ao infundável problema da “queda do Império Romano”, termo clichê que desde antes de Gibbon já oferecia uma imagem difusa, sem início nem fim claramente determinados, com uma variadíssima gama de motivos para sua ocorrência apontados ao longo dos séculos até hoje. Mas eu me pergunto: se “no esquema interpretativo de Mommsen não havia um ponto final na República”, o quanto isso se deve à sua percepção da necessidade nas próprias fontes de reafirmar constantemente o eixo definidor de Roma, dada a forma como entendiam o “novo” e a mudança? Acho que estou deixando Mommsen mais moderno do que ele poderia ser...

⁸ Lembrei-me também de FRITZ, Kurt von. *The Theory of Mixed Constitution in Antiquity*. New York: Columbia University Press, 1954.

Para Syme, a decadência da República dá lugar à “revolução” de Augusto, resultado das articulações políticas e sociais da elite romana no século I a.C. É curioso notar que, embora a observação de que é bem conhecida a influência da crise da legalidade institucional após o colapso dos regimes ditatoriais no fim da 2ª Guerra Mundial na abordagem de Syme, F. cita rapidamente em uma nota de rodapé que o primeiro autor a usar a mesma ênfase na história social e política do Principado publicou sua obra em 1912, ainda muito longe das quebras de legalidade institucional da primeira metade do século XX. O livro de Gelzer se situaria na mesma oposição de Syme a Mommsen? O que as ênfases metodológicas nos estudos das fontes diz sobre essas diferenças?

Sei bem que essas perguntas colocam temas que vão em sentidos diferentes do que F. propôs em seu texto. Mas isso é talvez um dos maiores elogios que podemos fazer a um autor: dar ferramentas para uma multiplicidade de questionamentos para os leitores – e nesse sentido minhas perguntas aqui ficam como propostas para novos debates. De fato, a questão primordial levantada por F. com relação a Mommsen, Syme e as periodizações possíveis da história romana é definir que tipo de ênfase estamos dando para a construção de categorias analíticas do passado. Nesse sentido, retomo com satisfação nossa formação como historiadores no Brasil, em vez de classicistas, pois me lembro imediatamente de Fernand Braudel, com a complexa relação entre a história política, de curta duração, e a história econômica e social, de longa duração. É claro que a ruptura entre República e Império faz sentido dentro do contexto dos marcos políticos, ao mesmo tempo que as dinâmicas econômicas romanas são processos que demandam períodos de séculos para que sejam compreendidas. F. nos faz lembrar o quanto é importante ter a consciência de que o uso de periodizações que fazem sentido dentro de um contexto político de análise pode ser tomado para processos econômicos e redes sociais somente se tivermos a consciência de que rupturas absolutas são artificiais, “ferramentas” didáticas de análise. Há sim uma determinada consciência de mudança entre os antigos, mas que se mistura dentro de um paradigma de retomada de valores e

desejo de estabilidade. Cabe a nós historiadores tentar entender como tudo isso se cruza.

Como F. informa em nota inicial, suas reflexões sobre o tema estão em um primeiro estágio. Aguardo com boas expectativas o desenvolvimento da questão a que ele se propõe ao final do texto, retomando seus objetivos iniciais: pensar a “fronteira” em termos temporais, e não apenas espaciais. De que formas existiriam “múltiplas repúblicas e múltiplos impérios”? Como e por que exclusões se definiriam? Existiriam conjuntamente?

Finalmente, já somos pós-modernos sem medo.

Bibliografia

Fontes Textuais:

HORÁCIO. Odes e Epodos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VIRGÍLIO. Eneida. São Paulo: Cultrix, 2007.

Obras Gerais:

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. Politeia: História e Sociedade, vol. 3, no. 1, 2003. Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/167>. Acesso em 3 de dezembro de 2012.

FRITZ, Kurt von. The Theory of Mixed Constitution in Antiquity. New York: Columbia University Press, 1954.

COMMENTO A FÁBIO FAVERSANI

Guido Clemente¹

Fábio Faversoni pone il problema della periodizzazione della storia. In particolare, discute del passaggio dalla Repubblica al Principato. La sua tesi di fondo è che non si possa stabilire una cesura netta tra i due periodi; egli utilizza una metafora che gli consente un ragionamento articolato: si può inserire un punto, una virgola o un punto e virgola per indicare la intensità non di una frattura radicale e uniforme, ma una serie di cesure differenti, più o meno marcate. Il grafico finale mostra, con immediatezza visiva, le interconnessioni tra fratture e continuità.

Si tratta di un' "impostazione condivisibile, in linea di principio, che richiede ulteriori specificazioni, se calata nella concreta realtà dello sviluppo storico. Una rottura può essere determinata da un evento traumatico, una battaglia decisiva, una pestilenza, una rivoluzione. Le rivoluzioni francese e russa, la guerra d'indipendenza americana sono esempi ovvii di avvenimenti che, pur prodotti da cause profonde e di lunga durata, nel momento in cui si sono verificati hanno prodotto mutamenti sostanziali in vari campi cruciali: la forma del governo, la struttura sociale, l'economia, lo stile di vita, la cultura. Non tutti i cambiamenti sono stati ugualmente radicali e immediati, ma in tempi rapidi la rottura è stata avvertita in tutta la sua ampiezza. Altri eventi, apparentemente di profondo mutamento, sfuggono a una periodizzazione così netta: per esempio il fascismo in Italia ebbe numerosi elementi di continuità con il passato, mentre l'Italia postfascista, pur uscendo da una guerra e da eventi drammatici come l'uccisione di Mussolini, mantenne una sostanziale continuità nelle strutture economiche e sociali. Infatti, Benedetto Croce poté definire il fascismo una parentesi nella storia d'Italia, e Norberto Bobbio mise in dubbio, con validi argomenti, l'esistenza di una cultura fascista che non fosse di pura propaganda. Oggi la formulazione crociana non è accolta, ma essa indica una difficoltà notevole a definire il fascismo come momento di rottura profonda, strutturale. Vi fu una dittatura, furono abolite libertà fondamentali, infine

¹ Università di Firenze

cambiarono le istituzioni rappresentative, ma in una periodizzazione della storia d'Italia il fascismo rappresenta una fase, durata alcuni decenni, di cambiamento politico, ma non economico o sociale. La stessa formazione di una nuova classe dirigente fu marginale, e non influì sulla prevalenza delle borghesie agrarie e industriali; gli apparati burocratici si trasferirono quasi integri dall'Italia fascista all'Italia postbellica. D'altra parte, è innegabile che il fascismo fu un regime autoritario, una dittatura che incise profondamente per alcuni aspetti, dalle leggi razziali, alla politica coloniale, alle alleanze internazionali e all'entrata in guerra a fianco della Germania nazista. Di alcuni di questi aspetti, come la politica coloniale, troviamo le premesse nell'Italia liberale, ma di certo l'esito, e i modi di attuazione, furono una peculiarità fascista. In ogni caso, in una periodizzazione che privilegi gli aspetti evenemenziali e di storia politica, il fascismo rappresenta una innegabile frattura.

Queste considerazioni sul fascismo mi sembrano utili a introdurre il problema della periodizzazione tra Repubblica e Principato augusteo. Non è un caso che a partire da un approccio giuridico alcuni studiosi abbiano istituito un parallelo tra le forme istituzionali del principato di Augusto e il regime di Mussolini. In entrambi i casi, non si trattò, sul piano formale, di una dittatura, o più precisamente di un regime totalitario. Augusto aveva i suoi poteri tribunicii rinnovati annualmente, a partire dal 23 a.C., e tutti i suoi poteri, tranne il pontificato massimo, erano temporanei e teoricamente revocabili. Mussolini fu, formalmente, presidente del consiglio, e infatti il 25 luglio del 1943 il re gli revocò la nomina, facendolo arrestare. Se assumiamo dunque come punto di vista l'astratto formalismo giuridico, il regime augusteo era in continuità con la Repubblica, come Mussolini era in continuità con elementi significativi dello stato fondato sullo Statuto di Carlo Alberto, mai abrogato o modificato formalmente. Questo punto di vista, Favarsani osserva giustamente, dipende dalla formulazione di Mommsen. Tuttavia, Mommsen nel proporre la tesi della "diarchia", la divisione dei poteri tra il Senato e il Principe, coglieva l'aspetto istituzionale, oggetto della sua analisi nello Staatsrecht, e cercava in questo modo di superare la difficoltà nella quale si era imbattuto, qualche decennio

prima, nello scrivere la Storia di Roma. Qui egli aveva fatto di Cesare il punto di arrivo della Repubblica, la sintesi e la conclusione gloriosa di un'epoca. Da questo punto di vista, la storia dell'impero divenne la storia delle province, poiché difficilmente lo storico avrebbe potuto scrivere una storia imperiale che non fosse di declino politico, di fine della *libertas* repubblicana e dell'eroismo dei suoi protagonisti. Trattando la storia imperiale dal punto di vista istituzionale, egli poteva stabilire gli elementi di continuità sul piano giuridico, mentre non era interessato alla storia del dispotismo e della corruzione del potere alla maniera di Tacito. Pertanto, il grande storico era consapevole della frattura tra Repubblica e Principato più di quanto non mostri il suo finale approccio giuridico. L'autorità del Mommsen impose la visione del Principato come problema costituzionale, e quindi, anche oltre le intenzioni dello stesso Mommsen, valorizzò una visione continuistica del passaggio al nuovo regime. Alla visione "costituzionale" del Mommsen fece seguito, in sostanziale opposizione, la lettura sociologica del suo allievo Max Weber. Questi accentuò il potere carismatico del capo, come elemento caratteristico del potere imperiale. La storia successiva del 1900, con i regimi dittatoriali fondati sulla figura del capo, nelle varianti di Hitler, Mussolini e Stalin, rese attuale la teoria weberiana, ma al tempo stesso la assimilò, impropriamente, alla giustificazione di quei regimi e ne limitò l'influenza per un lungo periodo. Il disvelamento dei meccanismi reali del potere imperiale, giustamente indicati da Favarsani nella famosa "Rivoluzione romana" di Ronald Syme e nella scuola prosopografica, fece da contraltare, specie nel mondo anglosassone, alle manipolazioni naziste e fasciste della storia. Ancora una volta, la continuità fu enfatizzata a scapito degli elementi di rottura: l'indagine prosopografica mostrò infatti la sostanziale permanenza al potere di ceti dirigenti aristocratici, in parte rinnovati, ma comunque sempre potenti. Il Principato, in questa ottica, si fondava non tanto sul compromesso costituzionale del Mommsen, ma sulla ricerca di nuovi equilibri tra principe e ceti dirigenti, in una incessante lotta di fazione.

Gli studi più recenti hanno messo in evidenza alcuni aspetti, prima non sufficientemente valorizzati: la connotazione religiosa del potere di Augusto, e

l'uso sistematico delle rappresentazioni sue e della sua famiglia per collocarsi al centro della scena, a Roma e nell'impero (Zanker). Credo che qui possa cogliersi una frattura rispetto alla Repubblica, come del resto è possibile cogliere una frattura nel rapporto tra un'iscrizione come le Res Gestae e gli elogia repubblicani. Se le istituzioni repubblicane continuavano a esistere, il loro funzionamento era gravemente alterato. Se il Principe si autorappresentava come un magistrato repubblicano, nella pratica politica egli costruiva un'immagine di superiorità non paragonabile a quella di alcun senatore prima di lui. Nella differenza enorme di scala tra Augusto e un qualunque magistrato repubblicano, più che nelle innovazioni formali, è possibile dunque vedere una rottura con il passato. In questo senso, una periodizzazione che metta almeno un punto e virgola tra Repubblica e regime augusteo mi pare possa proporsi. Certamente molti elementi erano già presenti nella tarda Repubblica, ed erano stati sperimentati: i comandi proconsolari di Pompeo, la discendenza divina, il conferimento di onori straordinari. Tuttavia, con Augusto tutto questo si consolida, viene portato alle conseguenze ultime e finisce per delineare una figura differente, molto distante dal magistrato repubblicano. Non si trattò, in questo caso, di un processo lento: esso si concluse con Augusto. Altri sviluppi, assolutistici, di stampo orientale, si ebbero successivamente, ma la configurazione del Principe era interamente compiuta alla sua morte.

Vi è un altro aspetto che a mio avviso merita un altro punto e virgola: la creazione di una corte intorno al principe. Anche in questo caso, vi sono i precedenti repubblicani, poiché i grandi aristocratici avevano clientele e le loro famiglie giocavano un ruolo di rilievo in politica e nella organizzazione del potere. Ma una corte è differente: Augusto si mosse tutta la vita per creare un successore, attraverso alleanze matrimoniali come avveniva anche in età repubblicana, ma ora la posta in gioco era l'impero. Non solo, ma altri gruppi entravano in gioco: consiglieri, ufficiali, cavalieri, liberti. Nel giro di pochi decenni l'impero avrebbe sperimentato congiure di palazzo, e dei primi quattro principi tre sarebbero stati uccisi. Lo stile nell'esercizio del potere mutò in modo visibile e drammatico. Si può osservare, certamente, che si trattò di un

mutamento lento, ma dobbiamo pensare che ciò che non fecero quattro guerre civili in pochi decenni lo fece l'instaurazione di un uomo al vertice del potere. Le periodizzazioni hanno senso se si fondano sull'individuazione di cambiamenti profondi, e questo a mio parere lo fu. Nessuno nato sotto Augusto poteva pensare di vivere in una Repubblica; potevano crederlo alcuni senatori di antica tradizione, ma il mondo romano era più complesso e articolato: c'era la plebe urbana, c'erano i provinciali; vi era un esercito che, già alla morte di Augusto, era ritenuto capace di portare al potere ad esempio Germanico, al posto di Tiberio, cioè capace di esprimere una propria visione. E tutto questo avveniva in un quadro politico nuovo, ormai divenuto la quotidianità, l'ordinario svolgimento della vita politica.

Una qualche punteggiatura deve prevedersi anche per il rapporto con le province e l'economia. Qui vi sono problemi di ampio respiro; sull'economia antica sono stati prodotti modelli che per comodità chiamiamo modernisti o primitivisti; in anni recenti la ricerca ha messo in evidenza la opportunità di analizzare le situazioni specifiche delle singole aree, che hanno conosciuto livelli e momenti diversi di sviluppo o arretratezza. Se guardiamo alle strutture l'economia romana indubbiamente non consente una periodizzazione fondata su cambiamenti né rapidi né radicali. In nessun momento della storia romana si è registrato un passaggio da una organizzazione economica ad un'altra, come è avvenuto ad esempio nel caso delle economie cittadine dell'alto medioevo, o con la rivoluzione industriale o la rivoluzione tecnologica contemporanea. Tuttavia, dobbiamo tenere conto delle condizioni della società romana, e dei diversi ritmi e modi di evoluzione. In questo senso, una valutazione puramente quantitativa, come quella citata da Favarsani, coglie un aspetto importante, ma non esaurisce il discorso. La Repubblica imperiale, e specie le guerre civili, avevano piegato le province a essere solo oggetto di saccheggio e sfruttamento. Augusto introdusse nuove tasse per finanziare soprattutto l'esercito e il congedo dei soldati, riorganizzò la fiscalità provinciale, assunse su di sé una quantità di spese per opere pubbliche. Favorì, in definitiva, l'ascesa dei ceti urbani provinciali e il processo di urbanizzazione. La colonizzazione romana non era certo una novità,

ma con Augusto, ancora prima con Cesare (in questo caso vi è sostanziale continuità) questa assunse la funzione di passaggio da un'economia di sfruttamento a una di integrazione, che divenne poi prevalente nei primi secoli dell'impero. Nelle condizioni del tempo, non si trattò di un mutamento nell'economia, ma di un nuovo rapporto tra le strutture sociali e il funzionamento dell'economia stessa. Nessun imperatore romano diresse l'economia,. Ebbe cioè una politica economica fondata come oggi su alcuni principi e programmi. In questo senso, il mondo romano non cambiò con Augusto. Ma in aspetti significativi le decisioni di Augusto innescarono processi ancora una volta relativamente rapidi. La produzione di ricchezza e la possibilità di spenderla per fini di status consentì la creazione del consenso delle élites provinciali. In definitiva si estese alle province un meccanismo di integrazione politico-sociale già sperimentato in Italia, ma l'aver creato meccanismi di integrazione e non di sfruttamento non fu una scelta di poco conto. Poi questi dispiegarono i loro effetti nel tempo, e quindi a ragione Favarsani mette in guardia contro la possibilità di una periodizzazione fondata sull'economia. Se però consideriamo l'economia nei suoi riflessi sull'organizzazione politica e sociale la questione si fa più complessa. Roma e l'Italia, con Augusto, non sono più il terminale dei flussi di ricchezza e gli unici a goderne i vantaggi politici.

La stessa presenza stabile di migliaia di legionari in alcune province creò dinamiche diverse nella economie periferiche. Credo che almeno una virgola vada messa a indicare gli inizi di un processo, con sostanziali elementi di continuità, frammisti a novità di rilievo, non traumatiche né rapide, ma significative.

Concordo con Favarsani nel sottolineare che sul piano della storia sociale non vi fu una "rivoluzione romana". Non nel senso di un mutamento delle strutture e dei rapporti tra gruppi. Con Augusto rimase stabile, ed anzi si rafforzò, una élite che ebbe confermati i suoi privilegi, giuridici, di status, economici. Se il Senato perse potere reale come istituzione, i senatori mantennero individualmente l'accesso a cariche prestigiose, il monopolio del vecchio cursus repubblicano, e non subirono contraccolpi. La lotta per il potere

intorno al Principe divenne a volte aspra, e pericolosa, ma questo riguarda l'assetto e l'organizzazione del potere, non l'aristocrazia come gruppo socialmente privilegiato. L'ascesa dell'ordine equestre, con Augusto, non mutò la sostanza della pratica di governo: molti equites divennero funzionari, più che privati che svolgevano funzioni di interesse pubblico, ma la trasformazione dell'ordine equestre fu un elemento di stabilità, e avvenne lentamente e senza traumi.

Dunque, Fav ersani ha ragione nell'avvertire che il passaggio dalla Repubblica al Principato, in una periodizzazione della storia romana, non rappresenta una cesura netta. Questo passaggio avvenne con diverse modalità e velocità a seconda dei punti di vista e delle aree interessate. Il mio dubbio riguarda appunto non la visione generale, che condivido, ma l'accento che Fav ersani ha posto sui singoli temi e sui fattori di cambiamento e di continuità. In definitiva, se le strutture sociali e in parte quelle economiche non mutarono in modo tale da autorizzare una periodizzazione su questa base, rimane il fatto che, alla fine del Principato augusteo, il mondo romano era comunque profondamente mutato quanto al governo, al peso e al ruolo delle istituzioni, al rapporto tra governanti e governati, e tra centro e periferia.

ENTRE A REPÚBLICA E O IMPÉRIO: MULTIPLICIDADE DE FRONTEIRAS

Fábio Faversani¹

A leitura dos comentários feitos a partir do ensaio que produzi mostra a riqueza e diversidade de abordagens que podem ser estabelecidas para este período chave na história de Roma (e, em decorrência, para as outras histórias que podem ser pensadas a partir daquela). Creio que o texto provocou os colegas a pensarem como eles veem e expressam a passagem da República ao Império. Meu objetivo não era convencer as pessoas de que minha forma de pensar esta transição era melhor (mesmo porque eu não tenho uma pronta e acabada para oferecer), mas provocar a reflexão acerca do problema – que em geral não é percebido como um problema histórico, mas como um dado (ou um marco!) histórico. Cada um dos colegas apontou para aspectos importantes e muito diversos para o estudo do problema que esbocei em meu ensaio inicial. O que pretendo com o meu texto é avançar no debate sobre os pressupostos que me parecem úteis para refletir sobre este problema, considerando o amplo espectro aberto pelos meus colegas.

Um aspecto que se destaca é que todos acabamos por assumir, ainda que de maneira muito diversa, tanto a importância da fronteira, conceito que procuramos iluminar em nosso ensaio, quanto do amplo problema das “formas”, como proposto por Norberto Guarinello.(2003), República e Império, claramente, são formas. E creio que destacar este ponto ajuda a avançar na discussão de muitos pontos propostos nos comentários. No caso apresentado por Guido Clemente, da relevância que se deva dar aos diversos elementos de ruptura e continuidade entre os anos pré-fascismo, fascismo e pós-fascismo, ganha saliência o conceito de fronteira. E queremos aproveitar este comentário para tratar mais do conceito de fronteira (como o vemos) a partir das ponderações do colega. O que divide e o que liga estes períodos (pré-fascismo, fascismo e pós-fascismo) tem que ser destacado se quisermos ter uma leitura mais sofisticada do passado. Temos que entender não apenas que há separações, como a ruptura política radical que se institui com o governo totalitário, ou continuidades, como no caso de diversos processos econômicos. O

¹ Universidade Federal de Ouro Preto

conceito de fronteira como o pensamos procura dar tratamento às relações que se estabelecem e constituem esta zona de continuidade e ruptura. Não se trata neste exemplo de pensar rupturas políticas de um lado e continuidades econômicas de outro, mas como rupturas e continuidades se relacionam (e mesmo podem explicar umas às outras).

Ainda mais, o conceito de fronteira não corresponde normalmente a uma linha (como seríamos levados a pensar tomando como parâmetro as fronteiras dos estados-Modernos pós-Vestfália),² mas são áreas compostas de múltiplas camadas. Para um exemplo concreto, a adesão a ideais totalitários que dão origem à ruptura do fascismo (ou à constituição desta hegemonia em termos gramscianos) não se deram na ruptura, ainda que ela seja importante neste sentido ao forçar a tomada de posições. Este processo de constituição das condições necessárias para a sustentação de um governo totalitário obedece a temporalidades diferentes, com espessuras diferentes. Assim, se a retomada de um ideal de Império Romano glorioso no passado tem nesta fronteira a espessura de um “aterro”, construído a partir de elementos preexistentes e colocados bem à vista (em uma longa tradição que paradoxalmente se perdia de vista), temos outros elementos que se combinam com ele como o patriarcalismo das famílias italianas (diverso de região para região) ou o fortalecimento de setores conservadores na igreja católica ou a constituição de elites italianas com aspirações no mercado cada vez mais globalizado (e com uma autoimagem que a projetava para um papel no concerto das nações que não tinha, mas que pensava dever ter), que têm espessuras e durações diversas.

Mas esta estratigrafia da fronteira entre o pré-fascismo, o fascismo e o pós-fascismo pode ser entendida de forma mais complexa se for tomada não camada a camada, mas por suas relações e interpenetrações, como um terreno dinâmico e que tem seus elementos transformados e transformando-se o tempo todo entre si. E este ponto é importante para mim: a fronteira não está lá, esperando que nós a percebamos. Tal fronteira, aliás, se quiserem, pode ser estendida até Silvio Berlusconi. Isto chama a atenção para um aspecto importante deste conceito de fronteira. As fronteiras podem ser alongadas indefinidamente, pois pressupõem que rupturas e continuidades se articulam.

² Como Norberto Guarinello destacou bem em sua conferência no V Colóquio Internacional do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, realizado em Vitória (ES), em 2013.

Necessita estar claro, assim, que a fronteira não existe por si, mas é um recurso analítico e narrativo que deve ser apresentado de maneira tão clara quanto possível pelo estudioso para seu público.

A fronteira, tomada ontologicamente, é infinita. E sendo infinita será inútil. Cabe delimitar categoricamente as fronteiras, então, e utilizá-la como recurso analítico e descritivo (mas isto tão somente se tal forma de interpretação que propomos se sustentar, naturalmente).³

Do ponto de vista da análise, a fronteira pode ser pensada também como tomada de posição pelos agentes sociais. A emergência do fascismo como regime autoritário levou os indivíduos a se posicionarem frente a esta nova realidade (assim como se deu com o regime de Augusto). Esta fronteira pode ser tomada analiticamente para compreender como a sociedade se organiza e como se dão suas dinâmicas a partir do estudo do comportamento dos agentes sociais frente a certos eventos.⁴ Deste modo, podemos tratar a ascensão do fascismo (ou a hegemonia de Augusto) como uma fronteira para estudar o comportamento das elites nas décadas de 20 e 30 (1920 e 1930 d.C. e 30 e 20 a.C., respectivamente).

Neste sentido, o questionamento exposto por Fábio Joly (a partir da importante contribuição de Aloys Winterling para o estudo do Principado) ganha saliência. Afinal, em que medida podemos tomar a emergência do Principado como um ponto em um processo enorme de integração em que estavam enredados todos, especialmente Imperador e Senadores, em uma grande armadilha estrutural? Minha posição aponta em outro sentido, mais próximo de Winterling, que busca analisar como as aristocracias contribuíram para constituir esta fronteira entre República e Principado, que é território de disputa, construída pelos agentes sociais através de sua atuação, mais do que um ponto em uma grande rede mundial que iria se integrando mais e mais. Em outras palavras, as estruturas não estão lá, mas são produzidas pelos agentes, através de sua atuação e, não menos importante, pela nossa interpretação, pela

³ Neste sentido, nossa resposta à pergunta (importante) de Joly (“Não corremos o risco de buscar na história republicana uma determinada imagem de Império (ou Principado) que foi específica dos séculos I ou II?”) é sim, e que devemos correr este risco e deixar claros quais nossos pressupostos para produzir uma entre muitas visões possíveis para esta fronteira.

⁴ Como destaca bem Rafael da Costa Campos, quando põe em relevo que “Isto nos leva a considerar então o 'Principado' como um período de experimentação política, especialmente durante o governo dos Imperadores Júlio-Claudianos.” Este é, aliás, um ponto central na Tese por ele defendida recentemente (CAMPOS, 2013).

ação de quem analisa e coloca em destaque (ou deixa de lado) tal ou qual aspecto para dizer que há ali ruptura ou continuidade.

Isto nos leva a um aspecto particular colocado no comentário de Alexandre Agnolon.⁵ Este é novo: a utilidade de agregar às ideias de formas e fronteiras (que já havíamos tratado no ensaio inicial de algum modo) um terceiro elemento, que poderíamos chamar de allelopoiesis. Os comentários todos me levaram a pensar sobre este ponto específico e creio que será útil dedicar algumas palavras a isto. O processo de constituição do que chamamos de passagem da república poderia ser bem pensado pelo termo allelopoiesis, que deriva do grego allelon (recíproco) e poiesis (fazer/ criar).⁶ Isto para indicar que a cada momento que criamos uma interpretação para a passagem da República para o Império, ele já não é mais o que era, pois estabelecemos uma nova forma de ver que transforma e cria novas modulações para as várias formas de ver este mesmo fenômeno. Ou seja, cada vez que pensamos ou tratamos desta passagem da República ao Império a modificamos.⁷ Modificamos não só a forma como a vemos, mas também como achamos que os outros deveriam tê-la visto e, assim, modificamos o que ela é para nós (desejando que isto mude o que ela é para os outros, ou que pelo menos modifique a forma como as pessoas se propõem a vê-la).⁸ Assim, pela

⁵ Quando trata de “certo anacronismo”, que informaria as sucessivas constituições da fronteira república-império, “potencializado ainda mais pelo fato de as categorias – aí talvez seria uma questão interessante para que Fábio Faersani a desvelasse – que lhes servem de base se ancorarem em pressupostos hegelianos que, por sua vez, pressupõem a superação inexorável do passado, a contrariar, portanto, as fontes antigas elas mesmas em que não há ruptura, mas, sim, uma relação sucessiva de continuidades e descontinuidades”.

⁶ Como indicado por Hausteiner, Huhnholz e Walter (2010).

⁷ E aqui tem peso o argumento expresso por Paulo Martins a respeito do caráter discursivo das interpretações produzidas pelos classicistas acerca do passado: “a história é texto e como tal não sobrevive ou subexiste autonomamente”.

⁸ Um exemplo interessante disto é um artigo recente (ROWE, 2013). Se forem considerados os argumentos ali contidos como válidos, a interpretação hoje dominante, que é bem expressa por Paulo Martins e Rafael da Costa Campos, ambos com argumentos bem construídos e erudita fundamentação na documentação, de que a auctoritas acaba expressando uma verdadeira doutrina do Principado precisará ser reavaliada. Isto poderá resultar em uma revisão mais completa e profunda da forma como vemos o Principado, pois teremos uma inflexão na allelopoiesis. Mas pode ocorrer que não. Ou bem a inflexão é rejeitada ou bem é simplesmente ignorada, como no caso notório da proposição de Fergus Millar de que deveríamos tratar as tais “províncias senatoriais” como “províncias públicas”. Trata-se de um caso curioso: não há quem discorde de Millar, mas não há quem adote também sua proposição. Por comodidade, a fórmula que todos sabem menos adequada segue sendo usada por ser tradicional e cômoda. Trata-se de acomodação muito mais comum do que em geral gostam de admitir os historiadores, como bem expresso pelo uso conspícuo de aspas pelos historiadores. Um bom exemplo é o uso de termos como romanização entre aspas... “Romanização” (“Ok, sabemos que não é bem isto, mas, por comodidade, você sabe do que estou falando e dos limites que estão colocados para aceitar o que estou falando... mas aceite lá, pois é uma Romanização entre aspas.”)

allelopoiesis – que cremos produzir como historiadores – não modificamos ou deixamos simplesmente de dar importância às fontes, nem para esta ou aquela tradição interpretativa.⁹ Contudo, alçamos à condição de maior ou menor importância certos elementos das fontes e das tradições interpretativas, modificamos a forma de ver e assim, já não vemos o mesmo que víamos no início do estudo.

Deste modo, a fronteira entre República e Império, para mim, deixa de ser o que era quando eu passo a pensar sobre ela. E se alguém passar a dar atenção a isto, não estará vendo mais a mesma coisa que via antes, mas por allelopoiesis criará algo novo que não modifica as fontes ou as tradições interpretativas, mas as torna mais ricas e mais complexas aos nossos olhos e aos olhos de nossos interlocutores através da crítica intersubjetiva e, ao menos nos termos que discuti em trabalho anterior (FAVERSANI, 2012), gerando uma produção científica. Ou seja, creio ser adequado afirmar que uma comunidade acadêmica no campo das humanidades será tão importante quanto mais conseguir produzir alguma allelopoiesis.¹⁰

Nosso propósito, desde o ensaio inicial, não foi lançar dúvidas sobre a importância da atuação de Otávio/Otaviano/Augusto ou dos eventos decorridos ao longo de seu período de hegemonia. Otávio/Otaviano/Augusto foi de uma relevância ímpar para os eventos analisados pelos historiadores. No entanto, queríamos fazer perceber que o papel de outros atores e de contextos diversos é muito importante também. O que chamamos de Império não foi obra de um homem nem de uma geração e, ainda menos, produto de um consenso abstrato e impessoal, uma forma discursiva, uma representação na qual as pessoas queriam acreditar. Tais formas de ver o Império são cada vez mais influentes e podem e ser levadas em conta como uma das maneiras segundo as quais podemos gerar esta allelopoiesis do Império. Para citar um exemplo concreto, lemos que:

⁹ O que remete ao problema colocado por Juliana B. Marques sobre o cotejo entre as fontes (o que elas “trazem”) e o que a historiografia nos indica. Em suas palavras, “Cabe a nós historiadores tentar entender como tudo isso se cruza” ...ou seria como nós cruzamos isto tudo? Creio que a noção de allelopoiesis é útil aqui.

¹⁰ E neste ponto não será demais destacar que a comunidade acadêmica brasileira ainda se mostra muito tímida neste sentido. Para a nossa área de estudos clássicos, por exemplo, é sinal eloquente disto o seguimento (com certo retardo, diga-se) das tendências produzidas alhures. Um exemplo claro nos dias atuais é a adesão muito genérica e pouca crítica aos cânones do pós-colonialismo, como foi tempos atrás a aceitação de pressupostos foucaultianos e assim por diante.

“The age of Augustus’ was not just an episode in history, but also a concept, collectively imagined, described and propagated. [...] Instead of seeing the empire as solely a political system imposed by the force of the arms, therefore, we must also see it as a set of ideas which gradually and inexorably gained the force of truth”. (MILNOR, 2005, p. 33)

Esta allelopoiesis que pensa a formação do Principado como discurso, um discurso que gerou um consenso irrefletido e que naturalmente se propagou é uma forma de constituir esta fronteira. Podemos dizer que é uma forma bastante influente hoje. Mas não é a única e outras foram pensadas antes (basta lembrar mais uma vez os célebres Mommsen e Syme) e outras podem ser pensadas no futuro. Afinal, este aspecto da allelopoiesis, que foi sendo produzida da fronteira entre República e Império, veio se constituindo e se modificando (e se diversificando) desde o próprio Império, como nos lembra Gallia: “Whatever significance one chose to assign to these encounters with the past, it is clear that such moments of remembering the Republic remained an inescapable part of life under the Principate”. (GALLIA, 2012, p. 253)

No caso da história que fazemos hoje, não há possibilidade de poiesis sem allelopoiesis. Façamo-la, pois, em vez de adotar aquela que está pronta e é transmitida nos grandes centros historiográficos. Os grandes centros historiográficos são reconhecidos como tais não pelo conhecimento específico que possam eventualmente gerar, mas pela constituição de formas que vão ordenar estes saberes específicos, fronteiras que vão delimitar quais saberes e quais opções teóricas e metodológicas valerão a pena priorizar e, de maneira mais geral, constituirão mais um passo na produção da allelopoiesis histórica.

Bibliografia

CAMPOS, R. C. Entre Roma e Capri: o afastamento de Tibério César como ponto de inflexão política durante seu Principado (14-37 d.C.). São Paulo: FFLCH-USP, 2013.

FAVERSANI, Fábio. Estado e sociedade no Alto Império Romano: um estudo das obras de Sêneca. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012. pp. 19-34.

GALLIA, Andrew B. Remembering the Roman republic. Culture, politics, and history under the Principate. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 253.

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. Politeia: História e Sociedade, v.3, n.1, p.41-62, 2003.

HAUSTEINER, Eva Marlene; Huhnholz, Sebastian; Walter, Marco. "Imperial interpretations: The imperium romanum as a category of political reflexion". Mediterraneo Antico. Roma: Fabrizio Serra Editore, 2010, anno 12, fascicolo 1-2, pp. 11-15. p. 15.

MILNOR, Kristina. Gender, domesticity, and the age of Augustus. Inventing private life. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 33.

ROWE, Gregory. "Reconsidering the auctoritas of Augustus." Journal of Roman Studies. Volume 103, November 2013, pp 1-15.

RESENHA

PAPA, Helena Amália. A contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico (séc. IV d.C.): Uma análise político religiosa. São Paulo: Annablume e FAPESP, 2013.

Pedro Luís de Toledo Piza¹

É notável o aumento no número de pesquisas em torno da Antiguidade Tardia no Brasil nas últimas décadas. O próprio termo “Antiguidade Tardia” está apenas despontando no horizonte historiográfico brasileiro, sendo esmiuçado e também disputado entre antiquistas e medievalistas. Nesse nosso novo contexto de interesse por esse período que ainda está sendo explorado mais a fundo, é publicado pela Editora Annablume e pela FAPESP uma obra deveras original em sua proposta: A contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico: Uma análise político-religiosa (São Paulo: Annablume e FAPESP, 2013), dissertação de mestrado defendida e assinada por Helena Amália Papa, no Departamento de História da Universidade Estadual Paulista, em Franca (SP). Proposta que pode ser resumida da seguinte forma: analisar como os bispos Eunômio de Cízico, em sua obra Apologia, e Basílio de Cesareia, em Contra Eunômio, utilizam-se de instrumentos retóricos clássicos com o objetivo de defender cada um a sua própria agenda político-religiosa para a unidade territorial romana, durante a controvérsia ariana no século IV. De fato, é fundamental para a leitura do livro de Papa a ideia de que a controvérsia ariana não é uma simples querela dogmática, mas sim um evento político, no qual a unificação do império e a unificação do cristianismo se confundem.

O livro é dividido em cinco partes: uma introdução, três capítulos e considerações finais. Helena Papa dedica sua introdução a apresentar sua proposta principal, discutir os termos criados para classificar o período no qual se insere seu estudo (“Baixo Império”, “Primeira Idade Média” e “Antiguidade Tardia”) e informar como será dividido seu estudo acerca da controvérsia ariana. Mas no que se constitui essa controvérsia ariana? A autora busca

¹ FFLCH-USP.

responder esta questão no primeiro capítulo, ao mesmo tempo em que traça o contexto do debate entre os dois bispos. A controvérsia ariana apresenta-se como um conflito político-religioso no Império Romano, construído em torno do debate acerca da divindade de Cristo, e que contrapõe dois grandes partidos: os nicenos, defensores da consubstancialidade entre as pessoas divinas do Pai e do Filho (Jesus Cristo) estabelecida pelo Concílio de Niceia de 325, e os arianos, defensores da tese formulada pelo presbítero alexandrino Ário de que o Filho não poderia ser da mesma substância do Pai, sendo inferior como ser gerado, uma vez que Deus, para ser Deus, não poderia comportar qualquer divisão em sua essência. Para Papa, contudo, o que poderia ser visto como um simples debate intelectual teológico acerca da divindade cristã (algo nada novo para o cristianismo de inícios do século IV, diga-se de passagem) revela-se como um grande conflito político a partir do momento em que as frequentes intervenções por parte de imperadores cristãos na querela (inclusive com o exílio daqueles clérigos que não aceitassem os cânones dogmáticos impostos pelos diversos concílios e sínodos de bispos) apresentam um projeto imperial de unificação territorial do império através de um cristianismo unificado.

Após tecer uma narrativa do desenvolvimento da controvérsia ariana até o seu ápice, com a condenação definitiva do arianismo no Concílio de Constantinopla de 381 (episódio este que não significa o fim do arianismo, que se torna a visão cristã predominante em outros povos, como os visigodos, por exemplo), Papa se inclina, no segundo capítulo, sobre os dois personagens históricos em questão no seu estudo: os bispos Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico, com o objetivo de demonstrar como os dois bispos possuíam formações intelectuais semelhantes advindas de uma mesma paideia clássica. Objetivo que é bem atingido de forma clara e direta, pois logo à primeira leitura se nota que a instrução recebida pelos dois bispos será essencial em seus métodos de argumentação teológica e em sua utilização da retórica. No primeiro caso, o confronto com a teologia adversária não se utilizará da mera exegese escriturística, mas também da reflexão filosófica, bastando lembrar, por exemplo, que o termo grego *homoousios* (“consubstancial”), utilizado

constantemente pelos nicenos, não se encontra em textos do Novo Testamento para se referir a Cristo. No segundo caso, os métodos retóricos serão primordiais na confecção das duas obras em geral para desmerecer o adversário e a afirmar a posição do autor diante de sua audiência (Papa defende que ambas as obras teriam, ao menos em parte, sido lidas pelos seus autores em reuniões de bispos). É importante notar ainda que, logo ao início deste segundo capítulo, Papa faz uma rápida e oportuna discussão quanto ao campo da Patrologia, ramo de estudos geralmente ligado à teologia, à qual pertence boa parte da bibliografia que trata das obras tanto de Basílio de Cesareia quanto de Eunômio de Cízico. Essa discussão se faz importante devido ao fato de boa parte da historiografia sobre o tema, normalmente ligada de alguma forma a instituições de confissão cristã, designá-lo “Padre da Igreja”. A autora faz bem em lembrar que este título é concedido a Basílio pelos vitoriosos, ou seja, pelos nicenos que formarão a ortodoxia cristã, ao passo que a Apologia de Eunômio só sobrevive ao fogo decretado pelo imperador Arcádio (395-408) para servir de apêndice à obra de Basílio.

No terceiro capítulo, a autora parte para a análise documental propriamente dita. Considerando a formação superior dos dois bispos (ambos teriam vindo de famílias abastadas da Capadócia) e o gênero literário dos seus escritos, Papa apresenta obras clássicas escritas em língua grega que podem ajudar a compreender melhor a retórica utilizada pelos seus autores e seus objetivos político-religiosos. São duas as obras nas quais a autora fundamenta sua análise: a *Arte Retórica*, de Aristóteles, e *Sobre as Formas de Estilo*, de Hermógenes. De forma acurada, a autora separa os conselhos dados pelos autores para o pronunciamento de um bom discurso que possa convencer sua audiência. Após definir cada conselho, Papa separa trechos significativos das obras dos dois bispos que demonstram a influência direta ou indireta dos manuais na formulação de seus discursos. A retórica, por sua parte, serve aos bispos para conseguir partidários para sua causa, inclusive, se possível, a pessoa do imperador, uma vez que, para Papa, em uma Igreja que ainda não conta com uma autoridade eclesiástica superior, a hierarquia entre os bispos é relativa ao

grau de favorecimento por parte da autoridade central do império. Em suma: os bispos em questão utilizam-se da retórica aprendida em sua paideia com o objetivo de combater a parte contrária e impor pela persuasão suas agendas político-religiosas, tendo em vista a unidade territorial do império. Após esse terceiro capítulo, seguem as considerações finais, nas quais Papa coloca uma vez mais qual foi sua proposta e como buscou dar conta dela.

É notório que o trabalho de Papa é uma grande contribuição para a historiografia brasileira sobre a Antiguidade Tardia ao demonstrar que, em geral, os eclesiásticos do século IV pensavam teologia e política em estreito acordo com sua formação clássica. Desse modo, a retórica clássica apresenta-se como um instrumento fundamental na agenda política dos bispos que se confrontam na controvérsia ariana. Contudo, a pergunta que nos resta é: que política? Parece que a resposta já foi dada, ou seja, a política seria uma de unificação do cristianismo tendo em vista a unificação territorial do império. No entanto, existe uma vulnerabilidade neste pressuposto teórico de Papa, do qual ela não dá conta: o entrelaçamento entre política imperial e política eclesiástica neste período seria de fato a tal ponto intrínseco que poderíamos pensar nos autores das obras discutidas tendo como objetivo primordial a unidade do Império? Em outras palavras: eles estão batalhando em primeiro lugar pela unidade da Igreja ou do Império por meio da Igreja?

Segundo o livro, a resposta para tal pergunta seria: não existe real sentido nesta pergunta, pois unidade da Igreja e unidade do Império constituem uma única realidade em termos de projeto político, tanto da parte do imperador quanto dos bispos. No entanto, é possível que um estudo acerca da política eclesiástica em seu desenvolvimento em longa duração, desde o século I até o século IV, colocasse tal visão em xeque. Trabalhem rapidamente com um exemplo que pode ilustrar o problema: na segunda metade do século III, surge uma controvérsia cristã na Síria envolvendo praticamente todas as Igrejas do Mediterrâneo oriental. Paulo de Samósata, um funcionário da rainha Zenóbia de Palmira, torna-se bispo da Igreja de Antioquia. Em posse deste bispado fundamental para o cristianismo oriental (que o será inclusive para Basílio de

Cesareia), Paulo começa a ensinar que o homem Jesus Cristo não era divino, mas havia sido plenamente inspirado pelo Verbo divino no momento de seu batismo, de forma semelhante aos profetas do Antigo Testamento, porém em um grau muito maior. A crise se instala. O bispo de Alexandria contemporâneo, Dionísio, se envolve na disputa. Ainda que o cristianismo seja ilegal, sínodos de bispos são reunidos para julgar a causa de Paulo. Por fim, ele é condenado junto com sua tese. Contudo, apoiado pela rainha rebelde de Palmira, que havia conseguido criar um reino independente abrangendo a maior parte da Síria, o bispo não abandona sua sede em Antioquia, causando um problema inédito, até onde se sabe, aos cristãos orientais: como expulsar um bispo condenado? A questão se prolonga até o reino de Palmira ser reconquistado pelo imperador Aureliano. Os clérigos cristãos contrários a Paulo se apresentam, então, diante do imperador e requerem dele a expulsão do bispo herege de sua sede, que pertencia à comunidade como um todo. Paulo se defende, mas Aureliano dá seu veredicto: a sede cristã em questão devia ser dada àqueles cristãos que estivessem em comunhão com a Igreja da capital, Roma. Ora, o bispo de Roma já havia se manifestado contra Paulo, de modo que o bispo acaba sendo expulso de sua sede pela força do braço secular de Aureliano.²

Certamente, este é um caso em que o braço secular e o báculo episcopal agem juntos com um objetivo comum: condenar Paulo de Samósata, incômodo aos bispos (particularmente ao de Alexandria) por defender uma doutrina tão controversa em um bispado tão importante, e incômodo ao imperador por ter sido um alto funcionário da rainha por ele deposta. Constitui-se mesmo como uma intervenção do imperador nos assuntos eclesiásticos. Intervenção requisitada, mas ainda assim intervenção. Creio que este caso poderia servir para um questionamento da necessidade de se ler a atitude dos imperadores do século IV (ao menos antes de Teodósio I) e dos bispos como uma de unificar o Império através da unificação do cristianismo.

²Henry Chadwick narra sucintamente esse episódio em Chadwick, Henry. *The Early Church*. Londres: Penguin Books, 1993, pp. 114-115.

Poderia ser dito que existe uma diferença fundamental entre os casos: Aureliano é pagão e os imperadores interventores do século IV, cristãos. De fato, mas os imperadores cristãos governaram um império cristão antes de Teodósio oficializá-lo com tal? Paul Veyne nos lembra que a religião desses imperadores não era a da maioria da população do Império.³ Na verdade, como é comumente conhecido, à época do Edito de Milão de 313, os cristãos constituíam somente cerca de um décimo da população de todo o Império.⁴ Helena Papa rejeita (de forma justa, em minha opinião) a leitura de uma historiografia sobre o mesmo período que tende a resumi-lo a um longo conflito entre cristãos e pagãos, mas seu trabalho alcançaria uma solidez certamente maior se se propusesse perguntas como: existe de fato uma política do imperador para fundamentar a unidade do Império em um cristianismo unificado, mesmo considerando que, antes de Teodósio, são poucas as ações oficiais visando a conversão da maioria populacional pagã à religião do imperador? A política eclesiástica necessita mesmo ser lida como uma que tem como um de seus princípios primeiros garantir a unidade territorial do Império, mesmo considerando que seu raio de ação por vezes ultrapassa os limites do mesmo (Atanásio de Alexandria consegue criar um bispado na Etiópia, enquanto o ariano Úlfilas vai pregar aos godos fora das fronteiras imperiais)? Não quero dizer que as respostas para tais perguntas devam ser negativas, mas apenas que a falta de reflexão sobre elas torna o trabalho em parte vulnerável a contestações, principalmente se temos em conta que tratam da teoria que fundamenta sua análise documental. Afinal, a unificação do território romano através da unificação cristã se configura em uma intervenção imperial para pôr fim a distúrbios incômodos que ameaçam a paz interna, ou com um projeto mesmo de Império cristão construído em torno de uma fé sem divisões?

Outro ponto frágil do trabalho de Papa é sua forma de tratar as semelhanças e diferenças entre os partidos organizados em torno da

³ VEYNE, Paul. Quando nosso mundo se tornou cristão [312-394]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 143.

⁴Ibidem, p. 150.

controvérsia ariana. Um exemplo: por vezes, ela parece apresentar o arianismo como um grupo político-cultural único, ainda que contando com diferenças internas de interpretação do ensinamento de Ário. No entanto, é certo que aqueles bispos que ela designa como semiarianos ou homeus dificilmente poderiam se imaginar do mesmo lado dos anomeus, que afirmavam a inexistência de qualquer semelhança entre o Pai e o Filho. Enquanto a ênfase dos homeus era posta na busca por combater a tentativa nicena de inserir no credo cristão termos filosóficos não encontrados na Escritura Sagrada, os anomeus repudiavam qualquer ideia que colocasse a essência do Filho como consubstancial ou mesmo semelhante à do Pai. É pouco provável que ambas as partes estariam do mesmo lado, mesmo que o imperador homeu Constâncio II nomeasse Eunômio bispo de Cízico, talvez por uma questão estratégica (melhor um anomeu do que um seguidor da “pedra no sapato” Atanásio de Alexandria). Evidência disto é o fato não citado do bispo homeu (ou semiariano) Basílio de Ancira reunir, em abril de 358, um sínodo em sua sede episcopal que condenou tanto os nicenos quanto os anomeus.⁵

Existe outro ponto no qual a narrativa de Papa pode ser questionada: o tratamento das outras correntes de visão que ela chama de “heresias”, como o sabelianismo e o apolinarismo. Ao elencar as formas de visão cristológica depois consideradas heterodoxas, ela cita ambas as doutrinas, explicando de forma sucinta o que defendiam. Contudo, ao apenas citá-las rapidamente, inclusive pelos rótulos que lhe foram impostos por seus adversários, faz com que o leitor ignore a complexidade da utilização dos mesmos durante a controvérsia ariana. Foquemo-nos no sabelianismo como exemplo: ela cita a reunião de dois concílios de bispos em Antioquia para tratar desse tema, um em 341 e outro em 345. Não refere, porém, que os “sabelianistas” em questão eram os próprios nicenos. De fato, um dos maiores pontos de conflito entre os dois partidos era a acusação dos arianos de que os nicenos, ao defenderem a consubstancialidade entre o Pai e o Filho, acabavam caindo no “erro sabeliano” de dizer que Pai e

⁵FREND, W. H. C.. The Early Church, Minneapolis: Fortress Press, 1991, p. 155.

Filho eram apenas modos de manifestação da mesma pessoa divina. Ou seja, uma fragilidade do texto de Papa (inclusive ao utilizar o rótulo “ortodoxo” para os nicenos e “heterodoxo” para os arianos) é ignorar que os arianos, principalmente os homeus, se consideravam defensores da ortodoxia estabelecida nos sínodos e nas comunicações entre os bispos do século III, contra o que eles consideravam uma nova iniciativa sabelianista encabeçada por Atanásio de Alexandria, Júlio de Roma (bispo da cidade na qual o sabelianismo se desenvolveu mais e mais gerou controvérsias no século anterior) e muitos bispos ocidentais.

Estes são os pontos que considero sujeitos a questionamento na obra de Papa. Afora estes, apenas duas questões bem pontuais merecem observação. Na página 82 da edição discutida, a autora afirma que o irmão de Basílio de Cesareia, Gregório de Nissa, fora destituído do episcopado de Constantinopla em 375. Há uma pequena confusão aí. O irmão de Basílio nunca exerceu a função de bispo da capital romana oriental, mas foi exilado de sua sede na pequena cidade de Nissa, na Capadócia. Quem exerceu o episcopado em Constantinopla foi o amigo de ambos, Gregório Nazianzeno, já na época do Concílio de Constantinopla de 381. Além disso, em outro ponto, na página 116, Papa faz bem em lembrar que o bispo Eusébio de Cesareia, que morre em 370 e é sucedido por Basílio, não deve ser confundido com o historiador eclesiástico Eusébio de Cesareia, falecido em 339-340. No entanto, ela se confunde um pouco ao dizer que ambos foram bispos na mesma jurisdição: na, verdade, o primeiro foi bispo em Cesareia da Capadócia, enquanto o segundo exerceu o mesmo ministério, mas em Cesareia Marítima, na costa mediterrânea da Palestina.

Se separamos até aqui as partes do livro abertas a questionamento, também devemos elencar os meios pelos quais Helena Papa consegue dar sentido à sua obra e cumprir seu objetivo. Em primeiro lugar devemos considerar a sua preocupação em traçar o contexto histórico no qual se insere o debate político-religioso que é objeto de análise. Certamente fazer uma narrativa sintetizada de um longo e complexo evento como o é a controvérsia

ariana não é tarefa fácil. Contudo, a autora, mesmo não conseguindo contemplar os pontos anteriormente elencados (algo plenamente compreensível, considerando-se que o arianismo certamente não é um tema do qual se consiga dar conta sem escrever umas boas centenas de páginas), cumpre a proposta de escrever uma narrativa coerente que sirva de introdução ao objeto mais específico de seu estudo. Dificilmente algum leitor, após ler a contextualização de Papa, deixará de entender como é que Eunômio e Basílio se encaixam nessa grande confusão teológica do século IV.

Por outro lado, é significativo também o esforço da autora por traçar um perfil de Eunômio de Cízico que possa servir de base para sua análise. Certamente, tratar de um bispo anomeu do qual pouco se sabe além daquilo que é dito por seus inimigos vencedores (Papa faz questão de elencar os escritores eclesiásticos que escrevem contra ele nos séculos IV e V) não é tarefa fácil. Como já dito, pouco material restou que tenha vindo de sua pena ou de seu ditar, uma vez que suas obras consideradas heréticas foram em grande parte destruídas. Ainda assim, pelo pouco que se tem, Papa consegue fazer um retrato bem verossímil de Eunômio, inclusive investigando suas origens de forma a ter informações suficientes acerca de sua formação na retórica clássica.

Por fim, a análise minuciosa dos textos dos dois autores eclesiásticos garante crédito a Papa como pesquisadora. Elencar os conselhos de Aristóteles e Hermógenes sobre a retórica e depois buscar uma possível aplicação deles nas obras de Basílio e Eunômio é trabalho de grande precisão e, em minha opinião, a maior contribuição dada pela autora à comunidade acadêmica, não somente por seu trabalho em si, mas pela orientação metodológica que concede aos futuros pesquisadores sobre o episcopado tardo-antigo, ao pensar a utilização da retórica clássica no século IV como meio de defesa e imposição de agendas não só religiosas, mas também políticas, sejam elas simplesmente eclesiásticas ou também em nível de Império. Para estes, a obra de Papa poderá servir de modelo a ser seguido.

Nesta resenha, busquei fazer uma observação crítica a respeito da obra de Helena Amália Papa, apontando o que há de sólido em seu trabalho, mas

também insistindo naqueles pontos sujeitos a questionamentos. Tais pontos elencados, contudo, não devem restringir o interesse pela obra, importante sobretudo para os historiadores que se debruçam sobre os escritos de bispos tardo-antigos. Seu objetivo de demonstrar a influência da paideia clássica nos meios pelos quais os ministros episcopais do século IV buscam impor sua agenda política (seja ela em nível de Império, de Igreja ou de ambos ao mesmo tempo) é bem cumprido e serve para reflexão por parte da historiografia brasileira, que cada vez mais se interessa por esse período de ascensão do cristianismo e de aproximação cada vez maior entre o trono e o altar.

RESENHA

ZANKER, Paul. Arte romana. (col. Economica Laterza).

Roma: Editori Laterza, 2012. "Economica Laterza". Pp. viii, 209. ISBN: 978-88-420-9871-3.

Fábio Augusto Morales¹

Como se escreve a história da arte romana? Não fosse suficientemente complexa, esta questão envolve uma série de problemas. Quando esta arte se torna "romana", e quando deixa de ser? Qual Roma: a cidade, o Império, as elites? O que entra e o que sai da definição de "artístico"? O que move a história da arte romana: o espírito, a nação, a luta de classes? O objeto artístico é entendido pelo contexto de uso, pela categoria de artefatos, pelos materiais, pelos estilos?

Diante da complexidade das balizas temporais, espaciais e conceituais, a escrita de uma história da arte romana pareceria um projeto suficientemente pedregoso. Mas, à leitura de Arte romana,² de Paul Zanker, a impressão é exatamente a oposta: objetos e contextos se harmonizam com leveza e objetividade; somos jogados de um lado para o outro, das observações claras das legendas às profundas análises sociológicas do texto principal, da beleza dos artefatos à inteligência da narrativa. A variedade da documentação material é impressionante e, mesmo assim, tudo está no seu lugar. No entanto, a harmonia do texto repousa em uma série de debates realizados em diversos campos do conhecimento, da historiografia à teoria política, da história da arte à arqueologia. É justamente ressaltando alguns destes debates que procurarei, nesta resenha, ressaltar forças e fraquezas do livro. O fato de o texto se destinar a um público não especializado é relevante, mas não definitivo: revela-se justamente a ideia que se tem de divulgação científica em humanidades.

O livro é ricamente ilustrado por 115 figuras, cerca de um terço delas coloridas; cada figura tem como legenda uma pequena análise, que ora reitera, ora detalha as análises do texto principal, o qual está dividido em sete capítulos,

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo.

² A primeira edição em italiano, na coleção "Grandi Opere" da editora Laterza, é de 2008. A primeira edição alemã, Die Römische Kunst, da editora C. H. Beck (München), é de 2007.

além de prefácio e índices. O prefácio, “Arte romana: quarant’anni dopo Bianchi Bandinelli”, apresenta a obra e a insere na tradição dos estudos de história da arte romana, dialogando em particular com o italiano Bianchi Bandinelli, cuja tese central será o principal contraponto do livro. Segundo Bandinelli, a arte romana seria marcada por uma dualidade: com a introdução dos repertórios e padrões estéticos gregos em Roma a partir do século III a. C., a produção artística local se dividiria em uma arte da elite, helenizada, com um repertório dominado pela mitologia grega, e uma arte popular, que mantinha as seculares tradições itálicas, e que se afirmará como padrão dominante na Antiguidade Tardia.

O capítulo 1, “Un’arte nuova che si sviluppa da forme greche”, oferece um modelo alternativo. Para Zanker, as obras que fugiam dos padrões estéticos gregos não podem ser associadas a uma classe ou a uma tradição étnica, posto que nem a clientela era de um mesmo estrato social, nem havia coerência formal nas obras. A explicação deste fenômeno se dá em função do seu oposto: as obras que se distanciavam dos cânones gregos eram justamente aquelas cujos temas e finalidades não tinham modelos dentro da tradição grega (um relevo funerário de um açougueiro, por exemplo), daí um certo caráter naïve; por oposição, a arte romana afinada com a arte grega se destinava a uma função bastante específica, qual seja, a da autorrepresentação das elites romanas que buscavam transmitir seu novo estilo de vida, baseado no luxo e na “alegria de viver” típicos das elites helenísticas. Mais do que simples cópias, as imagens gregas eram relidas na constituição de um novo repertório na comunicação visual das elites romanas helenizadas, comunicação esta limitada, ao menos até o século I a. C., ao espaço privado (*villae urbanas e rurais*).

O capítulo 2, “Immagini contrastante della tarda Republica”, ultrapassa os limites das *villae* na direção das necrópoles, santuários e fora, de Roma e cidades vizinhas; aqui, é a concorrência entre as elites, e particularmente a concorrência entre gerais, que explica a difusão do repertório grego nos espaços públicos, e também entre as classes mais baixas, como os libertos. Neste ponto, imagens tradicionais na cultura visual romana, como as estátuas togadas marcadas pelo realismo e severidade, passam a conviver com formas e padrões helenísticos que tendem a enfatizar o pathos do representado e por vezes em nudez heroica, alinhados com as representações de monarcas helenísticos.

As mensagens contraditórias do período tardo-republicano serão resolvidas em um sistema figurativo coerente no Império, tema do capítulo 3, “Dominio e ordine nell’impero”. Este sistema está baseado em um “programa” constituído da celebração da segurança e da prosperidade trazidas pelo imperador, representado ambigualmente ora como simples cidadão (estátuas togadas), ora como divindade (posição de Zeus no trono), e cujas variações retratísticas diziam respeito a quais virtudes pessoais deveriam ser enfatizadas (a abundância de Nero, a seriedade e energia de Vespasiano); quase onipresente, a imagem do “bárbaro submetido” reforçava a ideologia da pax romana. Uma característica marcante deste momento da arte romana é a difusão do programa imperial: temas presentes em estátuas de imperadores, gemas, mosaicos, moedas, anéis, altares, relevos em colunas, arcos e bases etc, eram reproduzidos também em objetos privados, como sarcófagos, estelas funerárias, anéis e bustos (como no caso da difusão dos “penteados” imperiais). Para explicar a ampla difusão e ao mesmo tempo a uniformidade programática (celebração, sem críticas) sem, para isso, pressupor um ministério de propaganda oficial, o autor sugere um modelo concorrencial: as elites locais competem entre si pela celebração do imperador, utilizando para isso imagens criadas a partir de modelos ou “orientações” criados em Roma, “dado que todos olhavam para Roma” (p. 111).

Os três capítulos seguintes tratam do mesmo período (os séculos I a. C. – III d. C.) do anterior, mas focalizam, respectivamente, o espaço doméstico, o espaço funerário e as províncias. Com base fundamentalmente nos casos de Pompeia e Roma, no capítulo 4, “La casa come luogo dela gioia di vivere”, Zanker observa o reforço da tendência tardo-republicana de autorrepresentação das elites por meio de imagens do repertório grego (deuses, atletas, efesos, filósofos, hoplitas), que remetem, mais ou menos diretamente, ao luxo, aos prazeres da vida e a cultura letrada grega; os suportes principais são as pinturas parietais e, em menor escala, o mobiliário. No capítulo 5, “Monumenti funebri e idea di sè del cittadino”, o autor aborda o problema da transformação no espaço funerário romano, até o século I a. C. dominado por monumentos funerários que visavam a maior visibilidade possível, e a partir de então interiorizado nas necrópoles, distante das vias. A explicação se baseia no processo de segmentação da sociedade imperial: a redução da mobilidade e da competição

entre indivíduos, mais identificados aos seus grupos sociais específicos, diminuía a necessidade de visibilidade geral. Paralelo a este fenômeno, ocorre a adoção de temas figurativos mais intimistas – o “culto ao sentimento”, também adaptado a uma maior interiorização –, marcada pelo recurso a alegorias mitológicas muitas vezes paralelas às representações no espaço doméstico. Em ambos os casos, os temas da arte imperial oficial (a prosperidade da paz imperial, a vitória sobre o bárbaro, as virtudes do imperador) aparecem como ornamentos marginais aos temas centrais da alegria de viver, do amor e do erotismo.

O capítulo 6, “Roma e l'impero: varietà di culture”, está fundado na divisão entre as províncias ocidentais, romanizadas, e as províncias orientais, nas quais a cultura helenística sobrevivia. Assim, mesmo em fenômenos fortemente influenciados pela conquista romana, como o culto imperial ou a individualização da memória dos mortos (via retratos), são compreendidos dentro da lógica das releituras das culturas locais: no caso egípcio, são exemplos os imperadores representados como faraós, e os mortos são retratados por meio de pinturas em sarcófagos; no caso grego, para além do manto e da língua, o autor distingue duas escolas, a ateniense, mais idealizada, e a microasiática, mais patética, cada qual exportando modelos locais e reinterpretando modelos originados em Roma.

No sétimo e último capítulo, “Verso la tarda antichità”, o autor trata da ruptura da época de Constantino: dos retratos dos imperadores como primeiro dos cidadãos, passa-se aos governantes “por graça de Deus”; dos suntuosos monumentos funerários, passa-se à intimidade das câmaras sepulcrais; dos motivos mitológicos celebrando o prazer da vida, assiste-se à difusão dos motivos bíblicos e alegorias preocupadas com o além. Mais do que reduzido à expansão do cristianismo ou às reminiscências de uma arte itálica popular (Bandinelli), estas transformações são interpretadas dentro da mudança do sistema social e político: o distanciamento do imperador e a burocratização e hierarquização da sociedade destruíram o sistema que fazia convergir a celebração do poder imperial e dos prazeres da vida; o novo repertório figurativo diria respeito a uma nova mentalidade, mais preocupada com o além do que com o hic et nunc, de um novo tipo de sociabilidade e de governo. Uma exceção seria a arte doméstica, que mantém em grande medida os motivos

mitológicos dos prazeres; no entanto, seu uso seria cada vez mais restrito a uma “cultura conservadora e de elite, comparável [ao hábito da] leitura dos autores clássicos” (p. 198).

O livro é repleto de insights e, como foi dito, articula harmoniosamente análise formal e interpretação sociológica. Mais do que isso, como argumentarei a seguir, esta valsa estrutura a narrativa do livro, e isto aponta alguns de seus limites. Começemos pelo problema da cultura imperial, para então passarmos para a análise do tratamento de seu objeto, a arte romana.

Um dos debates que estruturam o livro – além do problema da natureza do principado, que não será tratado aqui – é o da relação entre culturas provinciais e cultura romana. No primeiro capítulo, a cultura grega é tomada como a principal referência da verdadeira revolução representacional das elites romanas; a explicação do autor para a adoção da cultura grega, para além do tradicional argumento do “luxo helenístico”, é “de uma parte, a inferioridade cultural dos vencedores romanos; de outro, as tendências classicistas e retrospectivas já presentes na cultura helenística em curso de apropriação [pelos romanos]” (p. 36). Se o termo “inferioridade cultural” já é suficientemente problemático, sua generalidade o torna impraticável: inferior culturalmente em que sentido? A argumentação sugere, sem explicitar, que faltavam à elite romana os recursos de ostentação disponíveis para as elites e cortes helenísticas; mas daí para derivar uma quase natural apropriação da cultura grega pelos romanos é, em grande medida, reproduzir uma ideologia já presente nos autores romanos, seja pela condenação (Catão) seja pelo elogio (Horácio). O problema da helenização das formas de ostentação implica a consideração sobre as formas não ou pré-helenizadas de ostentação das elites romanas, que não são discutidas no texto, assim como a relação destas elites com a república e o povo. No penúltimo capítulo, o tema é retomado na forma da resistência cultural grega. Ora, diversos estudos, desde a década de 1990, apontam para a brutal transformação cultural nas províncias gregas advindas da dominação romana, que se manifestou, inclusive, por meio da valorização de determinados aspectos de seu passado histórico, selecionados a partir de expectativas romanas – o caso das intervenções urbanas em Atenas na época de Augusto, que desde a década de 1980 é considerada o paradigma da romanização da Grécia, é certamente o mais difundido. Por outro lado, a

romanização do Ocidente “bárbaro” foi um dos temas mais debatidos da História de Roma, especialmente sob a influência dos estudos pós-coloniais, que ressaltaram as resistências, hibridismos e multiculturalismos das culturas locais. Sendo assim, tanto a helenização de Roma quanto a romanização do Ocidente e a resistência do Oriente estão longe de serem portos seguros da narrativa.

A cultura grega está presente do começo ao fim da narrativa. Neste ponto vale questionar: sobre o que é o livro? O título não é tão informativo quanto parece. A “arte romana” de Zanker começa na helenização no século III a. C. e termina com a formação do padrão “tardo-antigo” no século III d. C.; é por vezes a arte produzida na cidade de Roma, nas cidades próximas de Roma, e nas cidades distantes de Roma. Uma das riquezas do livro, que é o fato de não se limitar a um tipo apenas de fonte material, também traz um dilema: a prataria e os sarcófagos são tão arte quanto as pinturas parietais e as estátuas públicas? Afinal, o que é arte no livro?

Uma leitura mais atenta do livro permite uma visão clara: o livro não é sobre arte romana, pois o problema do campo ou objeto artístico aparece pouquíssimas vezes. O que unifica os objetos é a noção de representação, e o sujeito que se representa é ora a elite, ora o imperador, ora as classes ascendentes. Dito de outra forma, o livro de Zanker trata da história das formas de autorrepresentação das classes dominantes helenizadas do Império Romano, ou parte delas. Os objetos são meios de comunicação, e é para desvendar os conteúdos desta comunicação social que são retomados seus aspectos materiais. E isso, justamente, orienta a seleção dos objetos mencionados na narrativa: entram na medida em que suportam as mensagens destas elites ou sub-elites, e que tenham na cultura grega seu referencial básico. Entre as ausências mais gritantes está, sem dúvida, o repertório figurativo ligado à fundação de Roma, ou mesmo qualquer permanência, para além da retratística, da cultura material local pré-“helenização”.

Por fim, vale destacar a ideia de divulgação científica da obra. Se por um lado a profusão de imagens com ótimas legendas direciona o olhar do leitor para os pormenores, por outro lado condiciona a leitura à interpretação oferecida; a não apresentação dos debates acaba por, justamente, criar poucos espaços para desconfiança ao público geral. Ainda que seja um ótimo livro de história da arte

Fábio Augusto Morales. Resenha de Paul Zanker, Arte Romana.

romana (ou melhor: das autorrepresentações materiais das elites imperiais helenizadas), pouco se dedica ao problema de “como se escreve a história da arte romana”.

RESENHA

GENZ, Hermann. e MIELKE, Dirk Paul. (org). *Insights Into Hittite History and Archaeology*. *Colloquia Antiqua* 2. Leuven/ Paris/ Walpole, MA: Peeters , 2011. ISBN 978-90-429-2136-8 D/2011/0602/11.

Anita Fattori¹

A descoberta do mundo hitita se deu em 1834 por Charles Texier; em 1906, Hugo Winckler conseguiu a permissão para iniciar as escavações em Boğazköy (Hattusa); desde então as pesquisas na capital hitita e a hititologia vem se desenvolvendo de forma rápida e consistente: foram mais de sessenta campanhas de escavação em pouco mais de cem anos. Trabalhando com uma visão holística das perspectivas e novas abordagens sobre os hititas, *Insights Into Hittite History and Archaeology* reúne doze artigos que proporcionam ao leitor um panorama dos desenvolvimentos da hititologia atual, além de trazer à tona a divulgação de estudos em língua inglesa, já que grande parte da produção acadêmica é feita em língua alemã, além da ausência de traduções de pesquisas fundamentais para a compreensão desse campo de estudos. Foi publicado na revista *Ancient West & East*, da editora Peeters, mais especificamente no suplemento destinado à publicação de monografias e/ou coletâneas de artigos, o *Colloquia Antiqua*, dedicado ao estudo das regiões periféricas do mundo antigo, com maior foco no Mar Negro e regiões vizinhas, abrangendo da Idade do Ferro à Antiguidade Tardia.

O livro foi organizado por Hermann Genz, professor-associado da American University of Beirut desde 2007, e Dirk Paul Mielke, atual professor da Westfälische Wilhelms-Universität Münster; ambos referências no que diz respeito aos estudos da Idade do Bronze na Anatólia, com uma ampla gama de publicações sobre o Império Hitita. Diante da importância de tais autores dentro dos estudos acerca dos hititas, os organizadores fizeram um belo

¹ Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

trabalho ao compilar artigos que abordam pesquisas acadêmicas nas mais diversas áreas – desde a história da descoberta do mundo dos hititas (e um breve resumo da trajetória desse império) até abordagens sobre cultura, sociedade e ambiente – a partir do uso de fontes arqueológicas, históricas, filológicas e paleoambientais. É possível dividir os doze capítulos em quatro partes, para facilitar a compreensão e entender a dinâmica do volume.

A primeira parte, ou os três primeiros capítulos, engloba discussões sobre a história e a historiografia hitita: “Research on the Hittites: A Short Overview, History of the Hittites e The Written Legacy of the Hittites”. O primeiro capítulo, “Research on the Hittites: A Short Overview”, escrito pelos organizadores do livro Hermann Genz e Dirk Paul Mielke, dá um panorama breve da história das descobertas do mundo hitita; apresentando um breve resumo da história das pesquisas; os autores abordam os principais problemas enfrentados pelos hititólogos e os novos desenvolvimentos e direcionamentos das pesquisas nessa área. No segundo capítulo, “History of the Hittites”, Horst Klengel, renomado orientalista alemão, trabalha um breve e pontual resumo dos aspectos principais da história dos hititas, desde a fundação de Hattusa até a queda desse Império. O terceiro capítulo, “The Written Legacy of the Hittites”, elaborado por Theo P. J. van den Hou, professor de língua hitita e anatólia no Instituto Oriental da Universidade de Chicago, discute o legado da escrita hitita durante o período imperial, independente de seu suporte, pensando tanto na organização e utilização para pesquisa desse legado, quanto nas dimensões de cada escrita específica dentro desse Império.

A segunda parte discute os principais aspectos da sociedade hitita: “Hittite State and Society, Environment and Economy in Hittite Anatolia, Hittite Military and Warfare”. O quarto capítulo, “Hittite State and Society”, escrito por Trevor Bryce, importante nome da hititologia atual, aborda os principais aspectos da sociedade hitita: a organização e os principais aspectos do estado hitita, a importância da religião para a legitimação desse estado, os papéis do rei e a relação de suserania e vassalagem com seus súditos. No quinto capítulo, “Environment and Economy in Hittite Anatolia”, os autores Walter

Dorfler, Christa Herking, Reinder Neef, Rainer Pasternak e Angela von den Driesch partem dos estudos paleoambientais para pensar como foi a paisagem durante a Idade do Bronze e, a partir dos dados levantados, discutem questões a respeito da economia hitita, já que existem poucos documentos tratando desse aspectos do mundo hitita, pensando, mais especificamente, como se deu o estabelecimento desse organizado sistema agrário e pecuário. O sexto capítulo, “Hittite Military and Warfare”, escrito por Jurgen Lorenz and Ingo Schrakamp, aborda a importância dos aspectos militares e das guerras para os hititas – aspectos que eram integrados na religião, mitologia e sociedade – a partir de fortes escritas e vestígios materiais, demonstrando que os momentos de paz nesse mundo eram raros e que muitas vezes os hititas ditavam as regras dentro dos conflitos.

A terceira parte apresenta a dinâmica espacial da capital e a importância da religião para os hititas: “Hittite Cities: Looking for a Concept, Hittite Temples: Palaces of the Gods e Open-Air Sanctuaries of the Hittites”. O capítulo sete é o mais interessante e bem elaborado do livro: em “Hittite Cities: Looking for a Concept”, outro capítulo escrito por Dirk Paul Mielke, o autor procura compreender as especificidades da cidade hititas através de uma análise detalhada da capital por meio de vestígios materiais e fontes documentais, discutindo os elementos que a compõem para entender e caracterizar o conceito de cidade para os hititas. Para Mielke, Hattusa é o reflexo das estruturas sociais e políticas dessa comunidade. O oitavo capítulo, “Hittite Temples: Palaces of the Gods”, escrito por Caroline Zimmer-Vorhaus, trabalha os templos hititas problematizando qual seu uso real, seu papel econômico nessa sociedade, a quantidade de divindades, a datação e o seu desenvolvimento diante do desenvolvimento dessa sociedade; por último, pensa como as pesquisas e estudos sobre esses edifícios foram conduzidos desde sua descoberta. O nono capítulo, “Open-Air Sanctuaries of the Hittites”, de Tuba Okse, trabalha com a ideia da importância da natureza para as festividades e homenagens aos Deuses

da fertilidade da terra, principalmente as fontes de água, as montanhas e as rochas, consideradas moradas dos deuses e santuários a céu aberto.

A quarta parte trata dos fazeres artesanais e das atividades comerciais: “Hittite Pottery: A Summary, Metals and Metallurgy in Hittite Anatolia e Foreign Contacts of the Hittites”. Em “Hittite Pottery: A Summary”, escrito por Ulf-Dietrich Schoop, há uma descrição dos artefatos e a abordagem através do ponto de vista de sua funcionalidade e de suas principais formas; voltando também para a discussão da marginalidade da pesquisa sobre a cerâmica hitita entre os hititólogos, tendo, ainda, muitas questões a serem pensadas e desenvolvidas. No capítulo onze, “Metals and Metallurgy in Hittite Anatolia”, escrito por Jana Siegelovd e Hidetoshi Tsumoto, os autores trabalham com o ponto de vista filológico e arqueológico, pensando questões acerca da importância social e econômica da metalurgia e dos metais para os hititas, ilustrando como seu uso foi presente no dia a dia dessa sociedade. O décimo segundo e último capítulo, “Foreign Contacts of the Hittites”, também escrito pelo organizador Hermann Genz, pensa as questões sobre o contato hitita com o estrangeiro através de documentos e da cultura material: o contato se dava basicamente dentro da esfera militar, pois o comércio não tinha muito destaque no mundo hitita.

A arqueologia hitita teve uma evolução muito rápida: em pouco mais de cem anos já foram realizadas mais de sessenta campanhas de escavação na capital Hattusa. Grande parte das publicações acadêmicas sobre os hititas é em língua germânica o que torna seu acesso limitado a um público específico. Nesse sentido, o *Insights Into Hittite History and Archaeology* se faz muito importante para o desenvolvimento da pesquisa hitita, já que traz doze artigos em língua inglesa com abordagens atuais e diversas, escritos por especialistas, tornando-o mais acessível e proporcionando um benefício considerável em um único volume. Outro ponto interessante é que, depois de sua publicação, diversos estudiosos tomaram a experiência como positiva e vem divulgando seus estudos em língua inglesa, como é o exemplo do atual diretor das escavações em Hattusa, o alemão Andreas Schachner e sua publicação *The*

Anitta Fattori. Resenha de Hans Genz e Dirk P. Mielke. Insights into Hittite History and
Archaeology

**Pounds of Hattusa – Early Groundwater Management in the Hittite Kingdom
(2012).**

RESENHA

CONGIU, M. - MICCICHÉ, C. - MODEO, S. (a.c.d.), Dal mito alla storia. La Sicilia nell'Archaiologia di Tucidide. Atti del VIII Convegno di studi (Caltanissetta, 21-22/05/2011) [Triskeles, VIII], Caltanissetta: Salvatore Sciascia Editore, 2012. Pp. 267. ISBN: 978-88-8241-390-3.

Paolo Daniele Scirpo¹

A cadenza regolare esce per le stampe dell'editore Salvatore Sciascia, il volume contenente gli Atti del Convegno di Studi, organizzato come ogni anno dalla sede di Caltanissetta dell'associazione SiciliAntica, il cui tema prescelto è forse il primo abbozzo a noi giunto di una storia dell'isola, fornitoci da uno dei più grandi storici dell'antichità, Tucidide di Atene, nella sua opera dedicata al conflitto peloponnesiaco che insanguinò il mondo ellenico nel V secolo a.C.

Dopo la consueta presentazione del convegno da parte di Marina Congiu in qualità di presidente dell'associazione, l'introduzione a firma di Calogero Micciché oltre a focalizzare le tematiche analizzate dai singoli contributi, esprime l'augurio di trovare tra le conclusioni dei lavori una giustificazione alla complessità del passo tucidideo, ineludibile premessa alla spedizione ateniese del 415-413 a.C. (pp. 5-9).

Ugo Fantasia nella sua pregevole analisi, ritiene che l'archaiologia abbia svolto la funzione di schedatura della realtà insediativa siciliana che consentì a Nicia di esporre la sua visione, quale personaggio positivo nel successivo dramma della spedizione ateniese² (pp. 13-29).

Forte del nuovo studio di Guzzo sul fenomeno della colonizzazione greca³, Gioacchino Francesco La Torre ripropone un rialzamento di un ventennio del quadro delle fondazioni coloniali greche in Sicilia, ritenendo il "sistema" tucidideo derivato dall'opera siracusanocentrica di Antioco che volle innalzare l'antichità della colonia corinzia a scapito di quelle calcidesi (eccezion fatta per Naxos). Le ceramiche TG I (760/50 - 730/20 Coldstream) rinvenute infatti, nei siti siciliani permetterebbero di innalzare le date di Naxos (757) e Zankle (>757) e conseguentemente quelle di Katane, Leontinoi e Megara

¹ Post-doc researcher in Classical Archaeology (National and Kapodistrian University of Athens)

² Per una recente disamina sulla seconda spedizione ateniese in Sicilia, cfr. Amato 2005-2008.

³ Cfr. Guzzo 2011.

Hyblaia (ricollegandosi così perfettamente alla cronologia alta di Selinunte), fermo restando che la fondazione di Siracusa sia avvenuta nel 733 a.C. A questa cronologia “alta” sembra essersi collegata anche la tradizione erudita romana di III secolo a.C. che data la fondazione dell’Urbe al 754. Inoltre, si riduce così l’intervallo fra le prime colonie calcidesi nel golfo di Napoli e quelle sullo stretto di Messina (pp. 31-44).

La motivazione addotta da Tucidide per la composizione dell’archaiologia siciliana sarebbe secondo Emilio Galvagno, non tanto un semplice espediente retorico quanto una velata polemica nei confronti di Antioco ed Ellanico, rei a detta dello storico ateniese di prestar fede ai *mythoi* poetici, invece di ricercare scientificamente la verità dei fatti (pp. 45-67).

Partendo dal passo tucidideo sull’importanza delle isole nei traffici commerciali dei Fenici, Pier Giovanni Guzzo indica nella ricostruzione storica dedicata all’arcipelago egeo il modello usato per imbastire la mappa di diffusione fenicia e greca in Sicilia, basata non solo sugli stanziamenti d’età storica ma anche sui riferimenti letterari presenti ad esempio, in Omero (pp. 69-83).

Elena Santagati ritiene che nel suo fugace accenno ai Ciclopi ed ai Lestrigoni⁴, Tucidide abbia voluto nobilitare l’area calcidese (dove tradizionalmente queste figure mitiche erano collocate) a discapito invece della zona “dorica” dell’isola il cui ricco patrimonio mitico, invece, lo storico ateniese passò sotto silenzio. Al contempo, un rinnovato interesse verso la tradizione mitica preellenica sembra caratterizzare le emissioni monetali siceliote del V secolo a.C., il cui interprete storico potrebbe essere secondo Luraghi⁵, proprio Antioco (pp. 85-97).

Nel suo breve contributo, Juliette de la Genière demolisce l’ipotesi di Orlandini sulla datazione in età geometrica dell’insediamento pre-coloniale a Gela (Lindioi), grazie ad una serie di dati provenienti dai recenti scavi da lei diretti sull’acropoli dove si segnalano frammenti di ceramica di inizio VII secolo. Essendo poche le tracce della tradizione cretese a Gela (la cui pratica funebre della *akephalia* riscontrata a Butera ed a Priniàs da Rizza, è stata di recente

⁴ Cfr. Anello 2000, p. 77

⁵ Cfr. Luraghi 2002, pp. 78-80.

messa in dubbio da Mercuri⁶), l'A. sottolinea invece il legame con l'isola di Rodi, grazie alla recente scoperta di una statuetta fittile femminile proto-dedolica, gemella di una coeva (metà del VII secolo a.C.) rinvenuta nella necropoli di Ialysos. A rinsaldare i legami fra metropoli e apoikia ci sarebbe inoltre la presunta contemporaneità di rifacimenti nei rispettivi santuari poliadi: a Lindos, per opera di Cleobulo, intorno alla metà del VI secolo, il santuario di Athena "Lindia" fu ristrutturato ed arricchito di donari ed ex-voto (anche di provenienza anellenica) mentre a Gela, gli scarichi sacri, rinvenuti da Adamesteanu sull'acropoli e di recente pubblicati⁷ andrebbero attribuiti alla prima fase del santuario con il Tempio A, mentre l'edificazione (e non un rifacimento) del Tempio B andrebbe datata al 550/540 a.C.⁸ (pp. 99-108).

Dall'esame dei corredi funebri provenienti dalla necropoli arcaica di Camarina, Giovanni Distefano conferma appieno la cronologia tucididea (598 a.C.) sulla fondazione della sub-colonia siracusana, costituita forse da un contingente misto guidato da due ecisti: uno siracusano (Daskon) ed uno corinzio (Menekolos) (pp. 109-118).

Riprendendo una vecchia tesi proposta da van Compernelle⁹, Francesca Mattaliano non esclude che il corpo di spedizione guidato dal corinzio Archia fosse in realtà un contingente "misto", composto sì da Teneati, come affermano Strabone e Pausania, ma anche da Argivi (dori?). Il ritrovamento in molte zone di Ortigia di alcune fossette rituali contenenti frammenti della stessa specie di conchiglie (*Gibbula albida*) citate in un frammento di Ibico (prima testimonianza dell'avvenuto collegamento di Ortigia con la terraferma attraverso un molo di pietra durante la tirannia di Gelone) potrebbe esser indice di una ritualità legata alla nascente potenza della megalopolis siracusana. E proprio nell'analisi tucididea sull'espansione demografica di Siracusa si intravede una concezione pitagorica, tipica dell'opera storiografica di Ippi da Reggio, che fu molto probabilmente una delle fonti usate per la composizione della sua versione interpretativa volta a configurare come inevitabile e necessario lo scontro fra Atene e la più potente colonia corinzia (pp. 119-134).

⁶ Cfr. Mercuri 2001.

⁷ Cfr. Panvini & Sole 2005.

⁸ Sarebbe comunque utile dare uno sguardo anche al panorama cretese dell'epoca (ad esempio, l'Athenaion di Gortyna) per trovare una reale corrispondenza nelle vicende storiche fra madrepatria e colonia.

⁹ Cfr. van Compernelle 1966.

Sulla scorta dei quattro passi tucididei in cui è citata Leontinoi, Massimo Frasca fa luce su questioni topografiche ancora irrisolte¹⁰. Innanzitutto lo stanziamento dei coloni calcidesi sul colle San Mauro dove si è accertata la loro convivenza coi Siculi ivi residenti. La scoperta di phrouria che dalla fine del VII secolo a.C. si attestano nei centri indigeni montani, implicherebbe una loro inclusione nella chora lentinese compresa fra la fertile pianura ed i rilievi interni lungo il corso del Simeto. L'A. accetta l'identificazione del sito fortificato posto sul monte San Basilio nei pressi di Scordia, con il phrourion di Brikannie e quella delle alture di Tirone-Castellaccio con il quartiere-acropoli di Focea. Il corso navigabile del fiume Terias (odierno San Leonardo) lascia credere all'esistenza di un porto fluviale il cui sito potrebbe essere riconosciuto nell'ampia ansa interrata in località Vuccafoggia (pp. 135-148).

Mai come nel caso di Himera, l'archeologia è riuscita a confermare ed a completare il dato storico in nostro possesso anche quando esso fosse esiguo. Così gli scavi recenti nella città bassa hanno permesso a Stefano Vassallo di confermare sia la data di fondazione (648 a.C.) tramandata da Diodoro, sia quella della definitiva distruzione ad opera dei Cartaginesi (409 a.C.). Nel santuario poliade di Athena sull'acropoli è stata rinvenuta una base iscritta col nome di uno dei tre ecisti (Eucleide) della polis mista e grazie alle nuove conoscenze topografiche si è riuscito a localizzare con certezza anche il teatro della famosa battaglia sotto le mura occidentali (480 a.C.). Nelle campagne di scavo (2007-2008) effettuate nella parte occidentale della necropoli è avvenuta l'eccezionale scoperta di sette fosse comuni, di tombe monosome e di una trentina di tombe di cavalli databili alla vittoria del 480, mentre una grande fossa comune contenente i cadaveri degli sconfitti imeresi alla fine dello stesso secolo testimonia le fasi concitate dell'assedio punico, dando così un'idea viva sull'evento epocale che segnò nel bene e nel male il destino della polis¹¹ (pp. 149-158).

Seguendo forse il racconto di Ellanico sulle vicende troiane ma depuratolo da elementi eroici che potessero in qualche modo nobilitare l'ethnos elimo agli occhi dei Greci, Tucidide, secondo Roberto Sammartano, avrebbe taciuto i nomi degli ecisti e soprattutto il contributo dei Focidesi che guidati

¹⁰ Cfr. Frasca 2009.

¹¹ Cfr. Vassallo 2011.

forse da Epeo si sarebbero fusi coi Troiani, allo scopo di smontare polemicamente le tesi interventiste che propagandavano le nobili origini degli Elimi (pp. 159-180).

Dallo studio di materiali conservati al Museo Etnografico "Luigi Pigorini" a Roma e provenienti da una tomba circolare, Massimo Cultraro ritiene che essa insieme ad altre simili (da ultima la tomba recentemente scoperta a Messina, in località Gazzi) sia sì un elemento allogeno rispetto alla tradizione locale, ma sia un adeguamento strutturale dell'architettura ipogeica sicula, piuttosto che un richiamo a quelle egee di tipo cretese. Accanto ai vulcanelli sulla collina di San Marco in contrada Salinelle a Paternò furono rinvenuti e pubblicati da Angelo Mosso dei femori umani lavorati che potrebbero costituire ex-voto o strumenti di culto in una zona chiaramente permeata di carattere sacro (e che potrebbe identificarsi secondo il Ciaceri, come il santuario della dea Hybla, sede di una congrega di sacerdoti indovini, nei pressi di Hybla Gereatis). L'analisi del corredo e delle ossa fa presumere nel corso del Bronzo finale una penetrazione di cultura tirrenica in direzione dell'area etnea già di per sé legata alla cultura di Pantalica Nord, richiamando alla mente l'arrivo dei Siculi sull'isola tramandato dal racconto di Tucidide (pp. 181-203).

In un recente saggio scavo effettuato all'incrocio fra la Plateia A e lo stenopos 11 del tessuto urbano di V secolo a Naxos che ha riportato alla luce due strutture abitative ovalizzanti (g-d), i materiali sono per lo più databili alla fase finale del Ferro e ciò induce Maria Costanza Lentini a domandarsi se anche a Naxos, così come a Leontinoi ed a Cuma, i coloni calcidesi non avessero brevemente convissuto coi Siculi all'atto della fondazione della nuova polis¹² (pp. 205-215).

Nei centri sicani posti tra i fiumi Halykos (ovest) e Gela (est), Rosalba Panvini ha osservato una variazione sensibile nella demografia e nei riti funebri tra la fine del Bronzo Medio e il Bronzo finale. In particolare nel sito di Dessucri (dall'A. identificato con l'Omphake citata da Pausania), l'enorme necropoli rupestre, scavata dapprima da Orsi, ha restituito materiali per lo più appartenenti alla facies di Pantalica II, che insieme alla scoperta di un anaktoron nel coevo abitato sul Monte Maio, testimonierebbe l'avvenuto arrivo

¹² Cfr. Lentini 2011.

di genti in fuga probabilmente dal sito di Montagna di Caltagirone che dal XII al IX secolo mostra segni di abbandono a causa dell'espansionismo siculo dalle zone orientali dell'isola (pp. 217-237).

Grazie all'attento esame sulla classe ceramica monocroma rossa di matrice indigena, Caterina Trombi ritiene ragionevolmente di confermare l'antico confine etnico-culturale fra Sicani e Siculi lungo le rive del Salso-Himera ma fa notare ancora l'assenza di prove determinanti per tracciare invece il confine occidentale della Sikania con gli Elimi (pp. 239-251).

Chiude il volume il contributo di Francesca Spatafora dedicato all'altro ethnos anellenico dell'isola, i Fenici, la cui espansione coloniale, sulla base dei recenti dati di scavo nelle tre colonie isolane, si deve invece, rileggere come risposta all'intraprendenza greca. Dopo il primo stanziamento a Mozia nel secondo venticinquennio del VIII secolo a.C. infatti, la fondazione greca di Himera (648 a.C.) avrebbe spinto i Fenici a fondare di lì a poco Solunto e Panormos (pp. 253-263).

Nella sua sobria veste editoriale, seppur privo di estratti in qualsivoglia lingua straniera, anche questo volume acquista un valore scientifico esponenziale nell'ambito degli studi sulla Sicilia antica, grazie alla quantità e qualità di dati e nuove informazioni che vengono esposte e divulgate per iscritto nei convegni organizzati (si spera ancora per molti anni a venire) da SiciliAntica.

Bibliografia

AMATO, S. Dall'Olympieion al fiume Assinaro. La seconda campagna ateniese contro Siracusa (415-413 a. C.), I-III, Siracusa, 2005-2008.

ANELLO, P. "Ciclopi e Lestrigoni", in P. Anello - G. Martorana - R. Sammartano (a.c.d.), «Ethne e religioni nella Sicilia Antica». Atti del Convegno (Palermo, 6-7/12/2000) [Kokalos. Supplemento, XVIII], Roma, 2006, pp. 70-85.

FRASCA, M. Leontinoi. Archeologia di una colonia greca, Roma, 2009.

GUZZO, P.G. Fondazioni greche. L'Italia meridionale e la Sicilia (VIII e VII secolo a.C.), Roma, 2011.

LENTINI, M.C. "Sicilian Naxos: Evidence of the Dark Age", in AINIAN, A. Mazarakis (ed.), The «Dark Age» Revisited. An International Conference in memory of William D.E. Coulson (Volos, 14-17/6/2007), Volos, 2011, pp. 529-540.

LURANGHI, N. "Antioco di Siracusa", in VATTUNONE, R. Storici greci d'Occidente, Bologna, 2002, pp. 55-89.

MERCURI, L. «Tête sans corps, corps sans tête. De certaines pratiques funéraires en Italie méridionale et en Sicile, VIII^e-V^e siècle avant J.C.», in MEFRA, CXIII, (2001), pp. 7-31.

PANVINI, R. & SOLE, L. Sole, L'acropoli di Gela: stipi, depositi o scarichi, (Corpus delle stipi votive in Italia, XVIII) [Archaeologica, 143], Roma, 2005.

VAN COMPERNOLLE, R. "Syracuse, colonie d'Argos?", Kokalos, XII, (1966), pp. 75-101.

VASSALLO, S. "Le battaglie di Himera alla luce degli scavi nella necropoli occidentale e alle fortificazioni. I luoghi, i protagonisti", Sicilia Antiqua, VII, (2011), pp. 17-38.

RESENHA

RICHARD, Carl J. *Why we're all Romans. The Roman contribution to the Western world.* Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2010. Pp. 301. ISBN: 978-0-7425-6778-8.

Gilberto da Silva Francisco¹

É evidente a atual importância dada aos estudos enquadrados no campo que se convencionou chamar “Recepção da Antiguidade”. O que antes era posicionado como tema de menor interesse começa a ganhar força a ponto de estruturar linhas de pesquisa independentes em destacados centros de Estudos Clássicos. Por exemplo, a University of Bristol tem uma linha de pós-graduação intitulada “Recepção dos Clássicos” (Classical Reception), o que também é observável em outras instituições como a Cambridge University e a University College London; o que só é ratificado pelo crescimento de publicações nessa área, e o próprio tema da recepção, como fenômeno acadêmico, começa a ser estudado.²

É justamente nesse contexto que o historiador da University of Louisiana, Carl J. Richard, publicou o livro *Why we're all Romans. The Roman contribution to the Western world* em 2010 (doravante, RICHARD, 2010); publicação bastante coerente com os interesses desse pesquisador que, desde 1994, concentra-se na questão da recepção dos clássicos no pensamento dos Estados Unidos da América, sobretudo no campo das instituições políticas.³ Assim, essa publicação de 2010 constitui-se uma espécie de condensação dos argumentos apresentados de forma desarticulada ao longo de sua obra, e certo amadurecimento de certas questões. A principal delas é a relação entre o conteúdo clássico (pensado como grego e judaico/hebraico)⁴ projetado para o Ocidente pelos romanos, o que já aparecia, de forma similar em algumas

¹ Pós-doutorando MAE/USP; e-mail: gisifran@gmail.com

² Algumas publicações recentes abordam tais questões. Ver, por exemplo, Hardwick, 2003; Martindale, 2008; Hardwick & Stray, 2011 e Brockliss, 2011.

publicações anteriores (ver, por exemplo, RICHARD, 2003, p. 1-2), pensando-se nesse esquema como base, não apenas da história do EUA, mas do que se compreende como Ocidente (basicamente, EUA e Europa). É essa ideia que aparece com argumentação ampliada na sua publicação de 2010.

O livro é dividido em dez capítulos, mais introdução e epílogo,⁵ os quais podem ser pensados em três grandes áreas não claramente apresentadas pelo autor. A primeira delas compreende o prefácio e o epílogo, criando um discurso circular focado na caracterização do Ocidente como herdeiro das chamadas “civilizações clássicas”, inclusive hierarquizando-as: os gregos e hebreus abaixo dos romanos, o que já é acenado na introdução e recuperado com peso de ampla argumentação “comprobatória” ao longo da obra com bastante ênfase. A outra parte, compreendida entre os capítulos 1 e 3, trata do excepcionalismo e originalidade romanos. E, por fim, a última (entre os capítulos 4 e 10) discute a mobilização de elementos gregos e hebraicos pelos romanos. É, assim, a partir dessa divisão que o livro será apresentado.

Já de início (Prefácio, p. xi-xv), Richard insere-se em um debate bastante tradicional sobre a base clássica do Ocidente evocando, como já fizera antes (RICHARD, 2003, p. 1), a fórmula do poeta inglês Percy B. Shelley “somos

³ Richard concentra-se, sobretudo, na linha da História Intelectual. Nos últimos anos, a maior parte das suas publicações está ligada à recepção dos clássicos no pensamento norte-americano. Além do livro aqui tratado, ver Richard 1994, 2003, 2008 e 2009. A única obra que não trata especificamente da recepção dos clássicos nesse período (RICHARD, 2006) também está conectada ao debate sobre a sua importância. Além de várias citações à Grécia, Roma e Israel, essa conexão é explicitada na introdução dessa publicação: “Embora os Estados Unidos sejam uma nação jovem, a maior parte de seus imigrantes trouxe com ela uma cultura firmemente enraizada na civilização ocidental cujas origens repousam em Israel e na Grécia. Isso significa que não se pode entender a história do pensamento americano sem a compreensão da teologia cristã e de vários conceitos gregos, incluindo a soberania popular, as leis naturais e o governo misto” (Although the United States is a young nation, most of its early immigrants brought with them a culture firmly rooted in a Western civilization whose origins lay in ancient Israel and Greece. This means that one cannot understand the history of American thought without a comprehension of Christian theology and various Greek concepts, including popular sovereignty, natural law, and mixed government – RICHARD, 2006, p. x).

⁴ Richard não faz qualquer distinção entre os termos “judeu”, “hebreu” e relacionados, utilizando-os como sinônimos. Aqui, por conveniência da redação, será utilizado o sentido mais abrangente – “hebreu”.

⁵ O livro, ainda, contém uma lista de ilustrações (indicando as 21 figuras que aparecem ao longo do livro – mapas, esquemas de reconstituição e fotografias de monumentos e outras construções diversas – todas em preto e branco), uma seção com sugestões comentadas de outras leituras (p. 285-88), um índice das fontes das citações longas ao longo do texto (p. 289-92) e índice onomástico (293-300).

todos gregos” (RICHARD, 2010, p. xi), ratificando-a e propondo certa ampliação – “somos todos hebreus também” (Idem) –, e isso porque os “romanos nos fizeram gregos e hebreus” (Ibidem). Com isso, o autor parte para uma distinção das contribuições e o estabelecimento de certas hierarquias entre elas. Dos hebreus, o Ocidente teria herdado a noção de religião monoteísta e a equalização espiritual; dos gregos, a arte, a arquitetura, vários campos da literatura e a democracia (o elemento mais importante para Richard).

Na sequência, destacando a atuação romana na condensação e projeção desses elementos, o autor argumenta fortemente em tom hierárquico a favor da posição de Roma como entidade político-cultural mais destacada nesse processo: teria sido a república romana, e não a democracia ateniense, o principal modelo para os estados modernos, a língua clássica mais difundida no Ocidente é o latim e não o grego, e a noção de monoteísmo hebraico foi difundida por um cidadão romano – Paulo –, assim como Jerônimo, Ambrósio e Augustinho, “pais dos primeiros tempos da igreja” (RICHARD, 2010, p. xii). E, ainda, o nome pelo qual conhecemos a principal liderança do cristianismo, Jesus, é proveniente de sua versão latina – Iesus – (Idem).

Entretanto, é na sequência que sua argumentação conecta mais fortemente a base romana e seus “herdeiros” ocidentais. O autor assume que os romanos não eram tão criativos quanto seus antecessores, mas reforça que eles nunca receberam passivamente as contribuições dos gregos e dos hebreus; e, mais que isso, o auge da sua criatividade estaria nos seus herdeiros – os estados modernos ocidentais (RICHARD, 2010, p. xii-xv). Há, nesse sentido, uma clara ideia de “recepção de contribuições”, a partir da qual as criações gregas e hebraicas são fortemente instrumentalizadas em face da atuação romana, e a ideia de continuidade do império romano para além da Antiguidade, o que vai ser ratificado no epílogo.

O tom do epílogo (p. 283-4), assim, está ligado às propostas de continuidade da atuação dos romanos, sobretudo a partir da noção de império: Carlos Magno, rei dos francos (século VIII), Carlos V, rei da Espanha (século XVI), Luís XIV, rei da França (século XVII), Napoleão, na França (século XIX), Hitler, na Alemanha, e Mussolini, na Itália (século XX), todos são vistos como

proponentes da restauração do império romano. E, mais que isso, a própria União Europeia é incluída nesse repertório de propostas, assim como os EUA, o qual o autor indica, ao longo da obra, como fortemente influenciado pela base romana. Mas, distinguindo o modelo europeu e o norte-americano, Richard diz que o legado europeu está mais ligado à ideia de império e o norte-americano, à república, a qual o autor avalia de forma mais positiva.

Outra parte do livro (compreendida entre os capítulos 1 e 3) apresenta a história de Roma e de seu potencial criativo. O capítulo 1 (“Roman history in brief”, p. 1-41) é dividido em 12 partes, das quais é possível perceber algumas subáreas: a) aspectos ambientais e culturais (a descrição do espaço e de traços culturais que foram a base para a narrativa contada); b) da vila ao império (a narrativa do excepcionalismo romano na construção de um império a partir de uma pequena cidade subjugada inicialmente, destacando-se, sobretudo, a constituição da república romana); c) O império (compreendido entre a “morte” da república e a “ruína” do império – uma narrativa estruturada entre dois referenciais caracterizados pela noção de declínio); e d) temas relacionados (mulheres na república e cotidiano no império).

O tom da narrativa é preponderantemente focado na história política e claramente constituído a partir de dados historiográficos. Não há uma ampla apresentação de fontes do período, e quando elas aparecem, endossam argumentos já desenvolvidos. Quanto à narrativa, ela assume um tom bastante tradicional (o autor não apresenta as propostas variadas para a constituição de uma história de Roma), e é caracterizada, na sua maioria, pela apresentação sequencial de biografias de imperadores. O termo romanização, por exemplo, é utilizado sem qualquer contextualização do conceito ou do debate atual relacionado a ele.

É devido perguntar sobre a adequação de uma longa narrativa da história de Roma (o capítulo mais longo do livro) em uma obra cujo interesse é diverso. O autor indica-nos o caminho para pensar nessa questão: o objetivo declarado é oferecer um “pano de fundo”, não como parte constitutiva da argumentação que aparecerá na sequência, mas para entender como se estruturou o excepcionalismo romano. Assim, a história da construção do

estado romano explicaria, em parte, como se deu a mobilização de elementos gregos e hebraicos, tema que começa a ser trabalhado posteriormente.

Ainda nessa parte, os dois capítulos seguintes (“Administration and law”, p. 43-54, e “Engineering and architecture”, p. 55-81) apresentam elementos ligados à eficiência e originalidade romanas em campos importantes: a legislação e a produção do espaço. O primeiro, dividido em quatro partes, apresenta a narrativa da construção de um aparato administrativo sob a égide da prosperidade e da paz (*pax romana*). Assim, teria sido um império próspero e eficiente que teria proporcionado um ambiente de constituição de leis baseadas nos princípios de justiça e imparcialidade.

Na sequência, a discussão do aparato material da construção civil é dividida em duas subáreas: engenharia e arquitetura. É interessante notar que, diferente de muitas publicações importantes sobre o tema que identificam certo diálogo entre formas arquitetônicas gregas e a sua apropriação pelos romanos (o que é fortemente destacado em Vitruvius), Richard prefere apresentar soluções de engenharia e de arquitetura especificamente romanas. Por exemplo, na primeira subárea, as estradas e aquedutos e, na segunda, vários tipos de construções caracterizadas pela tecnologia do arco em aduela, fortemente integrada à arquitetura romana.

A mensagem que fica é clara: nesses dois capítulos são destacadas criações romanas sobre as quais qualquer contribuição grega é atenuada ou mesmo negada. Pensando na estrutura da obra, essa sequência é bastante significativa, já que ela é aberta com claros argumentos a favor de certa valorização hierárquica dos romanos em detrimento dos gregos e hebreus. Logo depois, a narrativa da história de Roma ressaltando-se seu caráter excepcional e, na sequência, dois importantes campos que ratificam a originalidade romana nesse cenário. É apenas depois que as “contribuições” gregas e hebraicas aparecem, na outra grande área do livro. E, cabe dizer, as contribuições gregas são mais valorizadas.

A última parte, a maior na obra (praticamente 2/3 do livro), é voltada para as contribuições gregas e hebraicas. Trata-se, na verdade, de uma apresentação de vários elementos caracterizados a partir de três subáreas:

anteriores gregos (cap. 4-8), contribuição greco-hebraica no período romano (cap. 9) e antecedentes hebraicos (cap. 10); e se observa que há um interesse mais consistente em discutir a relação entre gregos e romanos, em detrimento daquela com os hebreus.

A primeira subárea, é composta pelos capítulos “Epic and lyric poetry” (p. 83-109), “Speeches, letters, and agricultural manuals” (p. 111-34), “Philosophy” (p. 135-63), “Historical writing” (p. 165-93) e “Comedy and Satire” (p. 195-222). Todos eles são divididos em dois grupos: os precursores gregos e os desenvolvedores romanos. Assim, para a épica e poesia lírica, de um lado Homero, Hesíodo, Arquíloco, Safo, Anacreonte, Calímaco e Teócrito, e do outro, Ênio, Catulo, Virgílio, Horácio e Ovídio. Para os discursos, cartas e manuais de agricultura, entre os gregos está Demóstenes e Xenofonte, e entre os romanos, Cícero, Plínio, Columela entre outros. E a lógica é a mesma nos capítulos seguintes.

Entretanto, essa aparente balança que conecta esses gêneros a partir de precursores gregos de um lado e de desenvolvedores romanos do outro é caracterizada pela hierarquia que Richard vai desenvolvendo ao longo da obra. Em todos esses capítulos, apesar de reconhecer um alto grau intelectual e artístico dos autores gregos, é o envolvimento romano com esses gêneros que será destacado a ponto de o argumento repousar na ideia de equiparação entre gregos e romanos, mas também de superação por parte destes. Por exemplo, no que se refere ao gênero história, Richard (2010, p. 192) diz que “diferente dos espartanos e dos germânicos, os romanos não apenas escreveram história, mas a escreveram de forma soberba”. E, mais que hierarquizar do ponto de vista qualitativo, Richard destaca que essas importantes criações dos gregos foram projetadas para o Ocidente pelos romanos.

O capítulo 9 (“Greek and Jewish contributions in the Roman Era”, p. 223-50) apresenta uma mudança na narrativa – trata-se de criadores gregos e hebreus no seio do império romano. É importante notar que, mesmo que o título do capítulo fale de contribuições gregas e hebraicas, são as contribuições gregas que são amplamente destacadas. Quanto à contribuição hebraica, de forma quase isolada, aparece o nome do historiador Flávio Josefo. No campo

das artes, história, filosofia e ciência, teria havido uma importante contribuição greco-hebraica dentro de parâmetros romanos. Assim, foi a estabilidade e prosperidade do império que teria favorecido a ação desses criadores gregos e hebreus. E, mais que isso, a patronagem romana feita por aristocratas e imperadores teria favorecido a ação de filósofos e cientistas gregos; e, no cenário mais amplo, o desenvolvimento de certa dependência desses criadores com relação à patronagem.

O último capítulo (“The rise and Romanization of Christianity”, p. 251-82), então, é o que apresenta a referência político-cultural tratada de forma menos profunda no texto – as “raízes hebraicas”, que são fortemente constrangidas para compor uma narrativa coerente entre sua base monoteísta entre os séculos IX e VI a.C., o desenvolvimento do cristianismo no século I a.C., sua apropriação no império romano no âmbito da ação dos imperadores Constantino e Teodósio e, sobretudo, sua “romanização”. Descrevendo-se, assim, um cenário de conexão forte entre cristianismo e o aparato político-cultural romano que só enfrentaria uma séria oposição no contexto das reformas protestantes, apresentadas como “rebelião antirromanização” (RICHARD, 2010, p. 281).

A proposta de Richard nessa publicação, assim, desenha-se a partir de um forte referencial da identidade entre a experiência romana antiga, que se apropriou e criou sobre contribuições greco-hebraicas, projetando-as para a história do Ocidente. Entretanto, o autor não discute a questão da recepção de forma ativa. Parece que somos fruto de um processo que começa na Antiguidade e que continua de forma linear. Seríamos, a partir disso, passivos no processo de recepção e ativos na continuação do que os romanos iniciaram. Ou seja, nessa perspectiva somos ainda romanos, o que é evidentemente complicado, se se pensa que o processo de recepção é bastante ativo e que a ideia de herança cultural, calcada na noção de tradição, é geralmente calcada em severas seleções de conteúdos e experiências históricas precisas (HOBSBAWN, 1992, p. 1-15), o que não é minimamente tratado por Richard.

A visão tradicional é claramente observada na própria mobilização que Richard faz, logo no prefácio, da fórmula de Shelley, ratificando-a e a ampliando

para os hebreus e, principalmente, aos romanos. Shelley, mesmo no século XIX, sofrera críticas pelo exacerbado tom filelênico de sua proposta (“somos todos gregos”), enquanto autores propunham que somos todos cristãos, hebreus e romanos também.⁶ Dessa forma, Richard recupera o debate do século XIX, replicado em parte do século XX, de forma confirmatória... É preciso dizer que, recentemente, há várias propostas críticas a esse tipo de formulação.⁷ Ser “grego”, “hebreu” ou “romano”, mostra-se, nesse novo cenário, abertamente insuficiente no âmbito de discussões multiculturalistas.

A perspectiva pós-colonialista, com tons multiculturalistas, apresenta cenários de identidades diversificadas e complexas e críticas consistentes aos esquemas imperialistas que sustentaram uma origem comum ocidental concentrada em um patrimônio grego, hebraico e romano. Parece que, mesmo para sustentar a visão mais tradicional, é preciso discutir as novas propostas, o que é abertamente ignorado na publicação de Richard.

E, como pode ser observado na leitura de seu livro, o alheamento dos debates mais recentes acaba proporcionando posições complicadas como a construção de uma narrativa tradicional, focada em “grandes personagens”, a hierarquização entre experiências de povos diferentes, a observação parcial entre contatos e a própria apresentação pouco precisa de alguns deles. Tudo isso fica claro quando praticamente todo processo apresentado é submetido a uma história política de Roma em torno de biografias de governantes, a hierarquização observada entre os romanos, gregos e hebreus, a instrumentalização de suas criações frente a ação romana, a romanização como pressuposto e, por fim, a apresentação do patrimônio espiritual hebraico sem, ao menos, discutir as especificidades do “ser hebreu” e “ser judeu”.

6 Para a ampliação da proposta de Shelley no século XIX e início do XX, ver Dods, 1886, p. 8 16; Birdwood, 1891, p. 869; Sonnenschein, 1905, p. 24-5; Stanton, 1909, p. 240 e Angus, 1929, p. 2-3.

7 Mesmo no século XIX e início do XX, a proposta de Shelley recebia algumas críticas; ver, por exemplo, Wells, 1886, p. 46 e *The Sociological Review*, vol. 2, 2-4, 1909, p. 304. Para algumas críticas mais recentes, ver Cartledge, 1993, p. 182; Morris, Raaflaub & Castriota, 1998, p. 9; Shohat & Stam, 2006, p. 91-4 e Higgins, 2010, p. 2.

Bibliografia

ANGUS, Samuel (1929) *The religious quests of the Graeco-Roman world: a study in the historical background of early Christianity*. New York: Biblo & Tannen Publishers.

BIRDWOOD, George (1891) The 'Tughra' of the sultans of Tuirkey. *Journal of the Society of Arts*, vol. 39, p. 867-9.

BROCKLISS, William (2011) *Reception and the Classics: an interdisciplinary approach to the classical tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

CARTLEDGE, Paul A. (1993) *The Greeks: A portrait of self and others*. Oxford: Oxford University Press.

DODS, Marcus (1886) Christianity and civilisation. *Good Words*, vol. 27. London: Alexander Strahan and Co., p. 815-20

HARDWICK, Lorna (2003) *Reception studies*. New York; Oxford: Oxford University Press.

HARDWICK, Lorna & STRAY, Christopher (2011) (eds.) *A companion to Classical receptions*. Oxford: Blackwell Publishing.

HIGGINS, Charlotte (2010) *It's all Greek to me: from Homer to the Hippocratic oath, how ancient Greece has shaped our world*. New York: Harper Collins Publishers LLC.

HOBSBAWN, Eric (1992) *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press
MARTINDALE, Charles & THOMAS, Richard F. (2008) *Classics and the uses of reception*. Oxford: Blackwell Publishing.

MORRIS, Ian; RAAFLAUB, Kurt A. & CASTRIOTA, David (1998) *Democracy 2500?: questions and challenges*. Dubuque: Kendall/Hunt Publishing Company.

RICHARD, Carl J. (1994) *The founders and the Classics: Greece, Rome, and the American Enlightenment*. Cambridge: Harvard University Press.

_____. (2003) *Twelve Greeks and Romans who changed the World*. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth: Rowman & Littlefield.

Gilberto da Silva Francisco. Resenha de Carl J. Richards, Why we're all Romans.

_____. (2006) *The battle for the American mind: A Brief History of a Nation's Thought*. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth: Rowman & Littlefield.

_____. (2008) *Greeks and Romans bearing gifts: How the Ancients Inspired the Founding Fathers*. Lanham; Boulder; New York; Toronto; Plymouth: Rowman & Littlefield.

_____. (2009) *The golden age of the Classics in America: Greece, Rome, and the Antebellum United States*. Cambridge: Harvard University Press.

SONNENSCHNEIDER, E A (1905) Shakspeare [sic] and Stoicism. *The University Review*, vol. 1, p. 23-41.

STANTON, Theodore (1909) *A manual of American literature*. New York: G. P. Putnam's sons.

SHOHAT, Ella & STAM, Robert (2006) *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. Trad.: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify.

WELLS, James (1886) *Christ and the Heroes of Heathendom*. London: Religious Tract Society.

RESENHA

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013. Pp. 174. ISBN 978-85-7244-794-2.

Fábio Duarte Joly¹

Apesar do título, a última obra de Norberto Guarinello, professor de História Antiga na Universidade de São Paulo, não é um livro convencional. Em primeiro lugar, porque seu objetivo principal é desconstruir o sentido mais corrente e cristalizado de História Antiga como parte de uma História Universal, ponto de partida da “civilização ocidental”. Em segundo lugar, pelo fato de propor um ensaio original de interpretação dessa história a partir da análise dos processos de integração no Mediterrâneo entre os séculos X a.C. e V d.C.

O primeiro objetivo, de caráter mais teórico e historiográfico, é apresentado na introdução do livro, sobre História Antiga e memória social, e desenvolvido com mais vagar nos dois capítulos seguintes: “A história da História Antiga” e “A História Antiga contemporânea”. A base da exposição reside na apresentação da História como uma forma de memória social, fundamental para a criação de uma identidade coletiva. Para o autor, a história dita científica coloca-se como uma fonte peculiar e importante na produção dessa memória e identidade. Sua legitimidade perante a sociedade advém do fato de que é, em grande parte, produzida por um sistema de ensino e pesquisa financiado pelo Estado. Uma característica dessa história está em seu método, pautado pelo uso de teorias e modelos para organizar e conferir sentido aos vestígios do passado. Esses instrumentos podem ser criticados e refutados, conferindo à escrita da história uma dinâmica e, sobretudo, uma ligação indissociável com as demandas do presente. Daí a posição expressa pelo autor de que, diante do aprofundamento do processo de globalização pelo qual passa nosso mundo contemporâneo, a própria História Antiga deve ser repensada, e não apenas pela formulação de novas teorias e modelos, mas pela crítica de sua forma tradicional, marcada por uma perspectiva eurocêntrica e permeada pelas

¹Professor de História Antiga na Universidade Federal de Ouro Preto.

ideias de progresso, nação e civilização. Em suma, se essa forma interessava aos intelectuais europeus que a produziram no século XIX, não significa que devemos replicá-la hoje, irrefletidamente.

Para que compreendamos esse processo, o autor apresenta um painel do desenvolvimento da História Antiga desde o Renascimento até o século XX. Embora essa parte se centre mais numa discussão historiográfica, o autor já introduz nela um conceito que depois norteará seu tratamento do Mediterrâneo antigo: o conceito de “trabalho morto”. Após a dissolução do Império Romano no Ocidente, o passado da Antiguidade não se extinguiu ou foi anulado, mas perdurou como trabalho morto, ou seja, como uma série de conhecimentos acumulados que nunca se dissolveram: na arte de forjar o ferro, na agricultura, na arquitetura, nos objetos artesanais da vida cotidiana, nos costumes. E isso, não apenas no que viria a ser a Europa ocidental, mas por todo o espaço que fora ocupado pelo antigo Império Romano: tanto nas terras do Islã, quanto naquelas do Império de Bizâncio (p. 18).

Os próprios textos escritos da Antiguidade, preservados em códices, são exemplos desse trabalho morto que permitiram o que o autor denomina de “criação do antigo” no Renascimento, momento que antecedeu a produção de uma História Antiga, que começa a se firmar como História científica a partir do final do século XVIII.

É no século XIX que a História Antiga ganha contornos mais claros, espelhando o contexto político da época. Torna-se parte de uma História das nações europeias, com início na “nação grega”, e avança a noção de uma superioridade do Ocidente, expressão e justificativa do imperialismo. Mas também nessa época desenvolvem-se conceitos importantes para o estudo das sociedades antigas, como aquele de “cidade antiga”, particularmente presente nas reflexões de Fustel de Coulanges, Marx e Weber.

Ao analisar a historiografia produzida ao longo do século XX, o autor busca relacionar as mudanças na compreensão do mundo antigo a partir das transformações atravessadas pelo mundo contemporâneo, notadamente as duas grandes guerras mundiais, a Revolução Russa, a revolução dos costumes nos

anos de 1960 e 1970, o fim do comunismo e os processos de globalização. Dentro desses marcos expõe as controvérsias acerca da economia antiga, destacando o papel dos embates entre modernistas (na figura do historiador russo Michael Rostovtzeff) e primitivistas (capitaneados pela obra de Moses Finley), e também as contribuições da historiografia marxista. No campo dos estudos culturais, menciona a escola de Paris e o impacto da viragem cultural sobre a historiografia produzida a partir da década de 1980, que acabou por colocar em segundo plano o campo da economia e sociedade, priorizando a questão das identidades.

Essa culturalização da História Antiga, por outro lado, propiciou uma maior abertura da disciplina, integrando os estudos judaicos e do cristianismo e também permitindo a consolidação de conceitos como “Antiguidade Tardia”, alargando os limites cronológicos dessa disciplina. Enfim, assistimos a um momento em que estão em xeque as unidades históricas tradicionais que giravam em torno da ideia oitocentista de Estado-nação, pondo o desafio de se elaborar narrativas que deem conta, de uma maneira integrada, da diversidade cultural, política e econômica do mundo antigo.

Esta é a razão que leva o autor a investir no âmbito dos “estudos mediterrânicos”, proposta que teve impulso com a publicação de *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History* (2000), de Peregrine Horden e Nicholas Purcell. Porém, ao contrário da perspectiva desses autores, que tendem a não fazer de fato uma História no Mediterrâneo, ao enfatizarem uma ecologia histórica, Guarinello aposta na ideia de que o Mediterrâneo foi palco de uma progressiva integração histórica que articulou as comunidades produzindo sistemas sociais cada vez mais complexos, justamente por conta do trabalho morto acumulado ao longo do tempo. Nesse processo, as fronteiras – outro conceito central em seu texto – internas e externas às comunidades foram continuamente se reconfigurando.

Os capítulos subsequentes do livro visam descrever esse processo de integração. São eles: “Navegações”, “Cidades-Estados”, “Hegemonias”, “O imperialismo romano”, “O Império” e “Antiguidade Tardia”. Sua narrativa

inicia-se no século X a.C., quando se daria uma reconexão do espaço mediterrânico após o fim dos sistemas palacianos micênicos. A difusão da produção do ferro, o uso da escrita alfabética e o recurso a barcos de grande tonelagem, aptos a singrarem o alto-mar, caracterizam essa etapa de integração, que marca ainda o começo de uma navegação mais ostensiva, de iniciativa privada, ligando comunidades e circulando mercadorias.

A partir do século VIII a.C. ocorre o surgimento e espraiamento de um tipo de comunidade mais definido: a cidade-Estado (pólis). Seu traço marcante foi a extensão do direito à propriedade privada para todos os habitantes, impondo fronteiras mais nítidas não só entre os membros das comunidades mas também frente aos estrangeiros. Esse fechamento das pólis significou uma outra etapa da integração mediterrânica, mais competitiva, levando as cidades a investirem na expansão de seus territórios precisamente para sanar conflitos internos causados pela desigual distribuição de riquezas. Entre os séculos V e II a.C. surgem, assim, grandes centros de poder no Mediterrâneo, cujos embates entre si mudam o ritmo e formas da integração.

A expansão persa inaugura um período de guerras endêmicas, do qual a Guerra do Peloponeso foi um exemplo. Essas guerras, embora causassem grande destruição, acabaram por promover o processo de integração, pois geravam alianças entre cidades e intensificavam o comércio e manufaturas. A especificidade de Roma nesse contexto, em comparação ao império de Atenas e às monarquias helenísticas, decorreu do fato de que manteve inalterada as estruturas das pólis, não submetendo-as a um império explorador, mas agregando-as numa vasta rede de alianças, inclusive com concessão da cidadania romana. A unificação da Itália e posterior expansão do poder de Roma para o Mediterrâneo ocidental e oriental instaurou um império mediterrânico que interferiu profundamente no processo de integração em curso. Por um lado, ocorreu um aumento expressivo da produção e comércio – e da escravidão –, mas, por outro, uma crise política e social no centro imperial, levando às guerras civis do final da República, que tiveram um impacto em todo o Mediterrâneo.

O Império surge assim como consequência dos séculos de integração anteriores e da consolidação das estruturas antecedentes. As cidades mantinham-se como sua base de sustentação, mas sem que isso significasse uma plena unificação da sociedade. A presença de um exército profissional como base de apoio do poder imperial e as tentativas de criação de uma identidade romana revelam que a unidade sempre foi instável, e por vezes contestada. Tampouco foi uma economia unificada, embora a criação de uma moeda imperial tenha aumentado a monetização das trocas em todo o Império. Mas não há como contestar, segundo o autor, que o Estado foi o maior agente econômico do Império.

Se até o século III o processo de integração do Mediterrâneo sob o Império Romano não sofreu retardos significativos (mesmo com a crise política desse período), o século IV é apresentado como um momento de mudança, com o estabelecimento de uma nova ordem: divisão do Império e maior peso dos militares e burocratas em sua administração, formação de uma identidade romana comum, cristianização da cultura e presença de populações não romanas no interior do Império. Apesar dessas condições, o autor frisa que esse quadro não significou um retorno a condições primitivas de vida, mas sim uma reorganização das interconexões e redes que moldavam a integração mediterrânea. Em suas palavras, “após o século V, deve-se começar a pensar a narrativa histórica a partir de outros ângulos, mais amplos que incluam o norte da Europa e Oriente na narrativa” (p. 171).

Como se pode ver, pelo arco de tempo que se propõe a cobrir de forma sintética, demonstrando o domínio de ampla bibliografia e fontes, o livro de Guarinello, com sua preocupação em nos levar a pensar os limites da História Antiga tradicional, merece um destaque especial. E isso pode ser dito também pelas perguntas que levanta.

Uma delas diz respeito à própria delimitação do “Mediterrâneo” como unidade de análise. Às vezes não ficam claros os limites e divisões desse espaço, como quando diz, por exemplo, que o centro do Mediterrâneo estendia-se entre a costa da Anatólia e a Península ibérica (p. 95); outras vezes tal centro parece

referir-se à Península Itálica. Mas talvez a questão principal refira-se àquelas regiões que ficam excluídas da análise. O livro começa e termina lembrando que não se pode relegar a um segundo plano o Oriente Próximo e a Europa Central (p. 75), ou o norte da Europa (p. 171), para se pensar a História no Mediterrâneo. Mas, com a exclusão, mesmo consciente, dessas áreas, não estaríamos reafirmando uma divisão entre Oriente e Ocidente, entre zonas litorâneas e interioranas, que caracteriza uma definição tradicional de Antiguidade como, por exemplo, defendida por Finley em *A economia antiga* (1973), cujo interesse era frisar a propriedade privada como elemento peculiar de um mundo greco-romano? Essa forma de propriedade, como uma das marcas definidoras da cidade-Estado, e posteriormente espreada pelo Império Romano, é um ponto central no livro de Guarinello. Mas é um pré-requisito para o processo de integração das comunidades através do Mediterrâneo e além dele? Como se integrariam nesse processo outras formas de propriedade que divergem desse padrão?

Outra questão remete à associação entre processos de integração e projetos de poder a partir de centros políticos específicos. No livro predomina a ideia de que apenas as grandes pólis estavam mais bem-adaptadas a resolver seus conflitos internos por meio do controle e exploração de territórios, o que seria um catalisador da integração. A hegemonia de Roma se destacou no cenário mediterrânico e permitiu, com seu império, uma unificação mais intensa do mar do que fora possível anteriormente. Há uma correlação, portanto, entre os séculos III a.C. e V d.C., entre um centro político – Roma –, e a integração mediterrânica, ou seja, uma associação entre o Império e o mar. Como pensar essa integração com a perda da centralidade política de Roma no século V d.C.? É sempre, ou predominantemente, o poder estatal – de uma cidade-Estado ou Império – que institui uma ordem, que realiza a integração? Ou a integração também pode prescindir de unidades políticas mais definidas, como sugere o capítulo sobre navegações em que se usa, de forma mais vaga, o termo “comunidades”? Como diferenciar na narrativa os diferentes níveis de indução do processo de integração mediterrânica?

Certamente são questões que o autor teve em mente ao redigir sua obra. Aponto-as aqui apenas como registro das impressões que me ficaram de sua leitura.

